

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	8
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	16
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	17
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	21
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	24
Demonstração do Resultado Abrangente	26
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	29
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	30
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	48
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	256

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	258
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	262

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

264

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	212.841.732
Preferenciais	186.202.385
Total	399.044.117
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.021.459
Preferenciais	928.599
Total	1.950.058

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00092
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00084
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00360
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00396
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2013	Dividendo	29/08/2013	Ordinária		0,00072
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2013	Preferencial		0,00079
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00060
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2013	Ordinária		0,00108
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2013	Preferencial		0,00119
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2013	Dividendo	29/08/2013	Ordinária		0,00156
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2013	Dividendo	29/08/2013	Preferencial		0,00172
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2013	Dividendo	26/02/2014	Ordinária		0,00108
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2013	Dividendo	26/02/2014	Preferencial		0,00119
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00066
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Ordinária		0,00069
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Preferencial		0,00075
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Ordinária		0,00172

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Preferencial		0,00189

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	514.175.012	474.933.998	465.917.967
1.01	Ativo Circulante	273.933.942	250.715.643	245.996.451
1.01.01	Disponibilidades	5.290.047	4.653.214	4.458.365
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	65.498.311	51.106.876	47.442.765
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	32.456.665	21.353.662	18.966.086
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.557.117	20.458.741	25.524.342
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.484.529	9.294.473	2.952.337
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	33.244.090	37.326.162	36.552.965
1.01.03.01	Carteira Própria	11.713.343	14.145.665	12.631.582
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	18.103.822	18.957.131	20.968.002
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.988.686	1.041.124	1.681.081
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	992.127	1.118.510	361.714
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	446.112	2.063.732	910.586
1.01.04	Relações Interfinanceiras	35.434.037	34.121.412	44.814.618
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.783	1.979	2.445
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	35.387.166	34.082.514	44.784.542
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	467	1.159	304
1.01.04.05	Correspondentes	43.621	35.760	27.327
1.01.05	Relações Interdependências	809	1.509	856
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	809	1.509	856
1.01.06	Operações de Crédito	52.721.727	54.349.968	56.501.363
1.01.06.01	Setor Público	39.581	65.928	50.992
1.01.06.02	Setor Privado	55.457.523	56.697.207	57.901.637
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	8.337	0	0
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Créditos Liquidação Duvidosa)	-2.783.714	-2.413.167	-1.451.266
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	4.594	46.338	100.055
1.01.07.01	Setor Privado	4.958	49.904	106.344
1.01.07.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-364	-3.566	-6.289

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.01.08	Outros Créditos	81.129.325	68.581.922	55.725.216
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.640	2.541	0
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	46.418.065	38.349.206	34.851.804
1.01.08.03	Rendas a Receber	634.509	568.937	428.318
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.521.451	904.278	694.563
1.01.08.05	Créditos Tributários	4.711.337	6.020.627	5.980.796
1.01.08.06	Diversos	27.953.828	22.820.862	13.865.062
1.01.08.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-111.505	-84.529	-95.327
1.01.09	Outros Valores e Bens	611.002	528.242	400.248
1.01.09.01	Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	0	112.322	103.104
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	320.575	190.278	97.592
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-50.354	-146.956	-87.435
1.01.09.04	Despesas Antecipadas	340.781	372.598	286.987
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	207.334.430	184.269.646	179.947.188
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.422.310	14.431.441	14.219.658
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.422.310	14.431.441	13.848.311
1.02.01.02	Aplicações em Moedas Estrangeiras	0	0	371.547
1.02.01.03	(Provisões para Perdas)	0	0	-200
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	77.826.344	64.249.415	68.593.921
1.02.02.01	Carteira Própria	8.035.591	8.704.872	11.569.804
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	54.523.663	43.407.334	43.790.339
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.209.031	3.691.872	2.567.924
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	3.611.000	368.673	1.859.544
1.02.02.05	Moedas de Privatização	2.646	2.762	2.145
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	6.444.413	8.073.902	8.804.165
1.02.03	Relações Interfinanceiras	167.663	167.663	198.439
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	167.663	167.663	198.439
1.02.05	Operações de Crédito	94.681.723	86.013.060	79.499.007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.05.01	Setor Público	77.568	80.028	129.644
1.02.05.02	Setor Privado	105.233.596	96.449.751	88.127.428
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	16.290	0	0
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-10.645.731	-10.516.719	-8.758.065
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	223	6.226	59.880
1.02.06.01	Setor Privado	1.229	9.912	67.633
1.02.06.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil Liquidação Duvidosa)	-1.006	-3.686	-7.753
1.02.07	Outros Créditos	23.707.720	19.062.440	17.274.942
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	3.242	6.651	1.823
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	591.521	204.928	293.913
1.02.07.03	Rendas a Receber	203.346	117.101	55.466
1.02.07.04	Negociação e Intermediação de Valores	3.598	0	0
1.02.07.05	Créditos Tributários	12.670.103	9.674.481	7.347.436
1.02.07.06	Diversos	10.522.830	9.337.382	9.920.398
1.02.07.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-286.920	-278.103	-344.094
1.02.08	Outros Valores e Bens	528.447	339.401	101.341
1.02.08.01	Investimentos Temporários	8.061	8.061	8.061
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-1.765	-1.765	-1.765
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	522.151	333.105	95.045
1.03	Ativo Permanente	32.906.640	39.948.709	39.974.328
1.03.01	Investimentos	13.599.083	17.381.112	15.209.932
1.03.01.02	Participações em Controladas	13.581.435	17.364.308	15.166.376
1.03.01.02.01	No País	11.137.025	15.345.979	15.166.376
1.03.01.02.02	No Exterior	2.444.410	2.018.329	0
1.03.01.04	Outros Investimentos	49.418	48.655	75.407
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-31.770	-31.851	-31.851
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.476.552	5.566.140	4.902.891
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.028.093	2.065.276	2.137.681

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	9.408.630	7.878.484	6.601.722
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-4.960.171	-4.377.620	-3.836.512
1.03.04	Intangível	12.831.005	17.001.457	19.861.505
1.03.04.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.012.090	26.012.090	26.868.346
1.03.04.02	Outros Ativos Intangíveis	6.899.563	6.996.274	6.111.869
1.03.04.03	(Amortizações Acumuladas)	-20.080.648	-16.006.907	-13.118.710

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	514.175.012	474.933.998	465.917.967
2.01	Passivo Circulante	308.277.749	278.920.887	271.290.416
2.01.01	Depósitos	99.555.081	104.628.175	113.464.541
2.01.01.01	Depósitos à Vista	15.908.950	13.680.737	13.684.773
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	33.589.050	26.856.910	23.293.434
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	19.425.094	31.557.484	42.653.353
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	30.631.987	32.533.044	33.832.981
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	77.412.160	52.185.328	59.231.381
2.01.02.01	Carteira Própria	47.105.034	34.508.852	42.894.806
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	22.528.274	9.146.494	8.424.898
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	7.778.852	8.529.982	7.911.677
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	34.294.825	29.557.231	17.426.772
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	28.001.194	25.766.893	17.027.739
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	6.293.631	3.790.338	399.033
2.01.04	Relações Interfinanceiras	63.719	18.525	8.467
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	0	0	3
2.01.04.02	Correspondentes	63.719	18.525	8.464
2.01.05	Relações Interdependências	2.770.890	2.002.049	2.012.600
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.770.890	2.000.676	2.004.753
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	0	1.373	7.847
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	16.683.035	14.748.478	13.161.053
2.01.06.01	Empréstimos no País Outras Instituições	48.630	48.934	0
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	16.634.405	14.699.544	13.161.053
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	3.592.102	3.793.910	4.189.752
2.01.07.01	Tesouro Nacional	626	247	21.188
2.01.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1.499.758	2.124.206	1.899.635
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	2.914	2.581	33.660
2.01.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	1.975.774	1.483.052	2.099.952

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.01.07.05	Outras Instituições	113.030	183.824	135.317
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	19.191	20.548	914.798
2.01.09	Outras Obrigações	73.886.746	71.966.643	60.881.052
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.068.878	1.763.114	2.138.328
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	51.239	81.082	122.575
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	42.926.601	36.246.517	32.393.881
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.707.723	1.427.504	1.509.752
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	922.926	9.093.831	7.306.192
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	659.005	564.848	694.242
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	2.370.023	3.727.745	0
2.01.09.08	Diversas	23.180.351	19.062.002	16.716.082
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	142.768.904	132.304.427	129.956.263
2.02.01	Depósitos	50.904.700	51.339.151	55.913.362
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	30.339	999.882	7.743.600
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	50.874.361	50.339.269	48.169.762
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	25.010.361	27.468.352	21.664.735
2.02.02.01	Carteira Própria	25.010.361	27.468.352	21.664.735
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	30.856.381	24.306.708	21.087.243
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	18.980.292	12.798.608	12.789.632
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	11.876.089	11.508.100	8.297.611
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.732.185	1.252.900	1.660.631
2.02.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	26.313	73.350	0
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	1.705.872	1.179.550	1.660.631
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	8.164.559	5.590.711	6.031.862
2.02.07.01	Tesouro Nacional	241	836	0
2.02.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	4.348.219	3.065.388	3.542.793
2.02.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	68.442	60.219	1.316
2.02.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	3.747.657	2.456.539	2.478.974

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.07.05	Outras Instituições	0	7.729	8.779
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	20.216	161.827
2.02.09	Outras Obrigações	26.100.718	22.326.389	23.436.603
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.789.610	3.347.425	2.544.524
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	507.024	152.049	399.973
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	10.553.902	3.306.392	3.010.670
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	46.907	0	28
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas	6.536.121	8.191.406	10.908.344
2.02.09.06	Diversas	4.667.154	7.329.117	6.573.064
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	303.006	222.095	207.291
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	303.006	222.095	207.291
2.05	Patrimônio Líquido	62.825.353	63.486.589	64.463.997
2.05.01	Capital Social Realizado	62.828.201	62.828.201	62.828.201
2.05.01.01	De Domiciliados no País	6.251.291	6.251.291	6.251.291
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	56.576.910	56.576.910	56.576.910
2.05.02	Reservas de Capital	827.496	610.215	529.149
2.05.04	Reservas de Lucro	1.189.594	2.085.181	1.591.652
2.05.04.01	Legal	1.381.494	1.300.216	1.213.370
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-191.900	784.965	378.282
2.05.04.07.01	Reserva para Equalização de Dividendos	99.807	955.527	491.050
2.05.04.07.02	(-) Ações em Tesouraria	-291.707	-170.562	-112.768
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.019.938	-2.037.008	-485.005
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-2.019.938	-2.037.008	-485.005

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	54.313.805	55.829.354	55.788.210
3.01.01	Operações de Crédito	33.837.944	35.018.499	33.820.355
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	2.985	17.744	36.369
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	17.867.744	17.967.836	17.729.508
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	466.825	-584.316	-607.075
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	-212.568	400.911	778.886
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	56.758	46.248	0
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.294.117	2.962.432	4.030.167
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-41.847.784	-39.834.816	-41.881.297
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-26.251.337	-25.321.870	-29.128.587
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-2.728.857	-1.440.627	-2.775.981
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.867.590	-13.072.319	-9.976.729
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	12.466.021	15.994.538	13.906.913
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-13.315.711	-13.211.505	-11.766.830
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	9.355.793	8.521.767	8.003.548
3.04.02	Despesas de Pessoal	-5.944.297	-5.981.757	-5.233.401
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-12.212.311	-11.779.441	-10.456.704
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.467.983	-2.604.366	-2.376.266
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.560.362	1.707.267	1.351.777
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-5.574.589	-4.645.998	-5.435.378
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	967.314	1.571.023	2.379.594
3.05	Resultado Operacional	-849.690	2.783.033	2.140.083
3.06	Resultado Não Operacional	1.133.623	201.489	852.731
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	283.933	2.984.522	2.992.814
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-142.450	-166.412	11.950
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-7.881	-95.878	-135
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-134.569	-70.534	12.085
3.09	IR Diferido	2.372.994	1.311.191	1.725.612

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-888.919	-907.977	-1.168.350
3.10.01	Participações	-888.919	-907.977	-1.168.350
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	1.625.558	3.221.324	3.562.026
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,09	8,09	0,00895

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.625.558	3.187.378	3.570.747
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-432.201	-1.058.419	-270.719
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-2.981.540	845.116	534.254
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa	235.636	-468.044	276.752
4.02.03	Imposto de Renda	495.972	554.392	133.038
4.02.04	Plano de Benefícios	1.817.731	-1.989.883	-1.214.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.193.357	2.128.959	3.300.028

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.177.864	3.412.394	-15.317.845
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.754.773	21.930.845	17.419.539
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.625.558	3.221.324	3.562.026
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.867.590	13.072.319	9.976.729
6.01.01.03	Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	2.756.254	3.672.128	4.231.317
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.539.619	-1.253.926	-1.650.547
6.01.01.05	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-967.314	-1.571.023	-2.379.594
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	5.327.864	5.308.091	4.423.590
6.01.01.07	Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	-96.737	59.507	-11.538
6.01.01.08	Resultado na Alienação de Valores e Bens	-122.705	-354.772	-5.435
6.01.01.09	Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	349.030	-592	4.744
6.01.01.10	Resultado de Investimentos	-47.303	-13.744	-711.015
6.01.01.11	Outros	-397.845	-208.467	-20.738
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.576.909	-18.518.451	-32.737.384
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Inferfinanceiras de Liquidez	7.482.318	4.328.016	-19.983.245
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-10.499.200	2.777.465	-8.263.623
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-19.927.971	-17.652.428	-28.509.981
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	-1.304.652	10.702.028	-5.817.551
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-14.673.684	-11.261.173	-20.019.710
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-157.229	-323.671	-20.969
6.01.02.07	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	806.762	20.808	-372.702
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	-5.507.545	-13.410.577	16.858.553
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	22.768.841	-1.242.436	12.781.268
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.764.309	-693.160	-322.320
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	11.169.892	9.161.643	21.652.123
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	80.911	14.804	29.141
6.01.02.13	Imposto Pago	-579.661	-939.770	-748.368
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.790.900	-3.045.187	4.944.043

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.01	Aquisição de Investimento	-336.460	-2.531.899	-19.768
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.641.247	-1.405.117	-1.075.419
6.02.03	Aplicações no Intangível	-834.727	-1.777.561	-1.307.042
6.02.04	Caixa Liq Recebido na Alienação/ Redução de Investimento	4.315.971	245.522	3.312.893
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	31.490	21.723	44.720
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	182.113	423.949	27.811
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	73.760	1.978.196	3.960.848
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.532.691	8.031.552	10.777.485
6.03.01	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-121.145	-57.794	-112.768
6.03.03	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	45.417.762	36.014.099	29.420.502
6.03.04	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-40.713.019	-25.430.502	-14.604.118
6.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.050.907	-2.494.251	-3.926.131
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.501.455	8.398.759	403.683
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.301.855	9.903.096	9.499.413
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.803.310	18.301.855	9.903.096

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	610.215	0	2.085.181	0	-2.037.008	63.486.589
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	610.215	0	2.085.181	0	-2.037.008	63.486.589
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.625.558	0	1.625.558
5.05	Destinações	0	0	0	181.085	-1.625.558	0	-1.444.473
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.144.473	0	-1.144.473
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-300.000	0	-300.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	181.085	-181.085	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	81.278	-81.278	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	99.807	-99.807	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	175.292	0	0	0	17.070	192.362
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.174.989	-1.174.989
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova CPC 33)	0	175.292	0	0	0	1.192.059	1.367.351
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-121.145	0	0	-121.145
5.12	Outros	0	41.989	0	-955.527	0	0	-913.538
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-716	0	0	0	0	-716
5.12.02	Reserva para Pagamentos Baseados em Ações	0	42.705	0	0	0	0	42.705
5.12.03	Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	-955.527	0	0	-955.527
5.13	Saldo Final	62.828.201	827.496	0	1.189.594	0	-2.019.938	62.825.353

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	529.149	0	1.519.129	0	737.221	65.613.700
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	529.149	0	1.519.129	0	737.221	65.613.700
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.187.378	0	3.187.378
5.05	Destinações	0	0	0	1.008.428	-3.187.378	0	-2.178.950
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-348.950	-810.000	0	-1.158.950
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.020.000	0	-1.020.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	1.357.378	-1.357.378	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	159.369	-159.369	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	1.198.009	-1.198.009	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-249.906	-249.906
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-249.906	-249.906
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-57.794	0	0	-57.794
5.12	Outros	0	81.066	0	-491.050	0	0	-409.984
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-41	0	0	0	0	-41
5.12.02	Reserva para Pagamento Baseado em Ações	0	81.107	0	0	0	0	81.107
5.12.03	Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	-491.050	0	0	-491.050
5.13	Saldo Final	62.828.201	610.215	0	1.978.713	0	487.315	65.904.444

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	529.136	0	1.236.150	0	283.498	64.876.985
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	72.523	0	-1.222.226	-1.149.703
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	529.136	0	1.308.673	0	-938.728	63.727.282
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.562.026	0	3.562.026
5.05	Destinações	0	0	0	669.587	-3.570.747	0	-2.901.160
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.351.160	0	-1.351.160
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.550.000	0	-1.550.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	669.587	-669.587	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	178.537	-178.537	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	491.050	-491.050	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	8.721	453.723	462.444
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	453.723	453.723
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	0	0	0	0	8.721	0	8.721
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-112.768	0	0	-112.768
5.12	Outros	0	13	0	-273.840	0	0	-273.827
5.12.01	Dividendos c/ base na Res. p/ Equaliz de Dividendos	0	0	0	-273.840	0	0	-273.840
5.12.02	Resultado Ações em Tesouraria	0	13	0	0	0	0	13
5.13	Saldo Final	62.828.201	529.149	0	1.591.652	0	-485.005	64.463.997

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	51.643.428	49.852.159	50.603.438
7.01.01	Intermediação Financeira	54.313.805	55.829.354	55.788.210
7.01.02	Prestação de Serviços	9.355.793	8.521.767	8.003.548
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-12.867.590	-13.072.319	-9.976.729
7.01.04	Outras	841.420	-1.426.643	-3.211.591
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-28.980.194	-26.762.497	-31.904.568
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.511.754	-5.856.197	-5.498.758
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-260.361	-278.361	-281.556
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.115.250	-1.924.444	-1.773.851
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-349.030	592	-4.744
7.03.04	Outros	-3.787.113	-3.653.984	-3.438.607
7.04	Valor Adicionado Bruto	16.151.480	17.233.465	13.200.112
7.05	Retenções	-5.327.864	-5.308.091	-4.423.590
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.327.864	-5.308.091	-4.423.590
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.823.616	11.925.374	8.776.522
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	967.314	1.571.023	2.379.594
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	967.314	1.571.023	2.379.594
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.790.930	13.496.397	11.156.116
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	11.790.930	13.496.397	11.156.116
7.09.01	Pessoal	5.991.148	6.046.921	5.629.066
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.416.769	3.474.559	2.985.762
7.09.01.02	Benefícios	1.099.334	1.026.482	895.788
7.09.01.03	F.G.T.S.	265.464	311.637	303.872
7.09.01.04	Outros	1.209.581	1.234.243	1.443.644
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.452.501	3.613.591	1.417.203
7.09.02.01	Federais	3.053.804	3.243.407	1.038.568
7.09.02.02	Estaduais	620	824	727
7.09.02.03	Municipais	398.077	369.360	377.908

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	721.723	614.561	539.100
7.09.03.01	Aluguéis	721.723	614.561	539.100
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.625.558	3.221.324	3.570.747
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	300.000	1.020.000	1.550.000
7.09.04.02	Dividendos	1.144.473	1.158.950	1.351.160
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	181.085	1.042.374	669.587

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	453.052.695	422.607.863	400.578.932
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.714.210	55.535.240	65.938.003
1.01.01	Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	51.714.210	55.535.240	65.938.003
1.02	Aplicações Financeiras	77.804.165	77.015.206	75.175.065
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	77.804.165	77.015.206	75.175.065
1.02.01.01	Títulos para Negociação	30.218.787	31.638.268	29.901.495
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	46.287.082	44.148.620	44.608.201
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.298.296	1.228.318	665.369
1.03	Empréstimos e Recebíveis	258.777.511	226.957.041	202.757.191
1.03.01	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	46.043.184	29.913.132	19.628.861
1.03.02	Empréstimos e adiantamentos a clientes	212.734.327	196.774.297	183.066.268
1.03.03	Instrumentos de dívida	0	269.612	62.062
1.04	Tributos Diferidos	22.060.488	21.496.743	17.016.841
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.197.699	17.958.505	14.939.617
1.04.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.862.789	3.538.238	2.077.224
1.05	Outros Ativos	5.682.215	5.922.601	5.015.969
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	274.730	165.710	132.388
1.05.03	Outros	5.407.485	5.756.891	4.883.581
1.05.03.01	Derivativos Utilizados como Hedge	322.817	156.164	80.708
1.05.03.02	Outros Ativos	5.084.668	5.600.727	4.802.873
1.06	Investimentos	1.063.803	472.093	422.225
1.06.01	Participações em Coligadas	1.063.803	472.093	422.225
1.07	Imobilizado	6.885.927	5.938.228	5.008.306
1.07.01	Imobilizado de Uso	6.885.927	5.938.228	5.008.306
1.08	Intangível	29.064.376	29.270.711	29.245.332
1.08.01	Intangíveis	1.846.811	2.053.146	2.027.767
1.08.01.01	Outros Ativos Intangíveis	1.846.811	2.053.146	2.027.767
1.08.02	Goodwill	27.217.565	27.217.565	27.217.565

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	453.052.695	422.607.863	400.578.932
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	13.554.306	5.351.736	5.047.288
2.01.01	Derivativos	5.417.795	5.111.553	4.709.660
2.01.02	Posições vendidas	8.136.511	240.183	337.628
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	329.700.620	306.976.206	291.451.686
2.03.01	Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	34.032.289	35.073.626	51.527.021
2.03.02	Depósitos de clientes	200.155.677	188.594.930	174.473.891
2.03.03	Obrigações por títulos e valores mobiliários	65.300.548	54.012.018	38.590.423
2.03.04	Dívidas subordinadas	8.906.144	11.919.151	10.908.344
2.03.05	Outros passivos financeiros	21.305.962	17.376.481	15.952.007
2.04	Provisões	10.892.388	12.774.966	11.357.848
2.04.01	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	3.043.311	5.260.700	3.088.593
2.04.02	Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	7.849.077	7.514.266	8.269.255
2.05	Passivos Fiscais	11.693.338	13.784.464	11.875.899
2.05.01	Correntes	10.069.745	10.219.083	8.127.795
2.05.02	Diferidos	1.623.593	3.565.381	3.748.104
2.06	Outros Passivos	5.556.741	4.584.365	3.963.922
2.06.01	Derivativos utilizados como hedge	628.983	281.545	36.071
2.06.03	Outras obrigações	4.927.758	4.302.820	3.927.851
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	81.655.302	79.136.126	76.882.289
2.08.01	Capital Social Realizado	83.339.506	79.921.205	77.117.409
2.08.01.01	Capital social	62.634.585	62.634.585	62.634.585
2.08.01.02	Reservas	17.673.134	14.644.576	10.031.388
2.08.01.03	Ações em Tesouraria	-291.707	-170.562	-112.768
2.08.01.04	Lucro do exercício atribuível à controladora	5.723.494	5.482.606	7.739.204
2.08.01.05	Menos: dividendos e remuneração	-2.400.000	-2.670.000	-3.175.000
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.973.305	-1.022.209	-254.080
2.08.06.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	-471.945	1.654.201	960.199

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.08.06.02	Hedges de fluxo de caixa	-169.096	-258.555	7.947
2.08.06.03	Ajuste de conversão de investimento no exterior	-1.332.264	-2.417.855	-1.222.226
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	289.101	237.130	18.960

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	51.217.046	52.643.537	51.716.177
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	51.217.046	52.643.537	51.716.177
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-22.737.825	-21.056.577	-23.920.100
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-22.737.825	-21.056.577	-23.920.100
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	28.479.221	31.586.960	27.796.077
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-24.460.964	-26.112.035	-19.022.260
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	8.100.456	7.609.926	7.199.441
3.04.02	Despesas de Pessoal	-7.045.610	-7.086.356	-6.607.391
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-6.804.750	-6.686.377	-6.175.393
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-395.017	-251.121	-87.265
3.04.05.01	Receitas de instrumentos do patrimônio	81.286	93.734	93.611
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	-1.145.887	-548.200	-133.907
3.04.05.03	Variações Cambiais Líquidas	551.059	378.033	-121.364
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	-444.888	-623.493	-377.701
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	459.890	501.006	5.320
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. c/ ativos não correntes mantidos p/ venda não classif. c/ op. descontinuadas	103.523	-52.201	446.776
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-18.407.385	-19.771.429	-13.405.868
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-1.251.916	-1.200.875	-1.000.388
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	-2.692.818	-2.056.606	-2.985.326
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-14.118.071	-16.475.596	-9.381.549
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	-344.580	-38.352	-38.605
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	91.342	73.322	54.216
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.018.257	5.474.925	8.773.817
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-233.596	-37.014	-1.100.923
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.784.661	5.437.911	7.672.894
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	2.063.463	55.313	74.238
3.08.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	2.063.463	55.313	74.238
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.848.124	5.493.224	7.747.132

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.723.494	5.482.606	7.739.204
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	124.630	10.618	7.928
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,01439	0,01377	0,01939
3.99.01.02	PN	0,01438	0,01377	0,01939
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,0092	0,01363	0,01921
3.99.02.02	PN	0,0092	0,01363	0,01921

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.848.124	5.493.224	7.747.132
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-955.462	-780.259	-544.467
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	-3.862.380	1.321.006	102.092
4.02.02	Imposto sobre Renda	1.629.764	-520.535	-91.490
4.02.03	Hedges de fluxo de caixa	235.636	-468.043	276.752
4.02.04	Imposto sobre Renda	-146.177	201.541	-102.963
4.02.05	Hedge de Investimento Líquido	398.758	-303.410	0
4.02.06	Imposto sobre Renda	-159.503	121.364	0
4.02.07	Variação Cambial de Investidas localizadas no exterior	-398.758	303.410	0
4.02.08	Imposto sobre Renda	159.503	-121.364	0
4.02.09	Plano de Benefícios Definidos	1.984.545	-2.185.708	-1.214.763
4.02.10	Imposto sobre Renda	-796.850	871.480	485.905
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.892.662	4.712.965	7.202.665
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.772.398	4.714.477	7.194.737
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	120.264	-1.512	7.928

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.724.417	3.402.998	-11.747.987
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.104.822	21.999.996	19.075.424
6.01.01.01	Lucro líquido consolidado do exercício	5.848.124	5.493.224	7.747.132
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	726.989	724.990	570.132
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	524.927	475.885	430.256
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	344.580	38.352	38.605
6.01.01.05	Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)	16.810.889	18.532.202	12.366.875
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	-563.413	-448.805	-452.096
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	-91.342	-73.322	-54.216
6.01.01.08	Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	-2.537.771	-2.785.070	-1.588.367
6.01.01.09	Operações Descontinuadas	1.174	2.773	3.950
6.01.01.10	Outros	40.665	39.767	13.153
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	619.595	-18.596.998	-30.823.411
6.01.02.01	Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	3.239.600	11.046.168	-8.824.495
6.01.02.02	Ativos financeiros para negociação	1.449.177	-1.736.773	-5.080.130
6.01.02.03	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-96.489	-562.949	-4.277.011
6.01.02.04	Ativos financeiros disponíveis para venda	-5.645.404	1.879.461	2.696.868
6.01.02.05	Empréstimos e recebíveis	-27.121.769	-30.821.128	-39.864.486
6.01.02.06	Outros ativos	1.129.892	-3.019.907	-2.152.964
6.01.02.07	Operações Descontinuadas	-342.903	-265.195	-273.767
6.01.02.08	Passivos financeiros para negociação	8.202.570	304.448	262.635
6.01.02.09	Passivo financeiro ao custo amortizado	21.359.301	4.411.101	24.290.139
6.01.02.10	Outros passivos	-697.700	2.040.546	4.058.350
6.01.02.11	Operações Descontinuadas	341.729	265.195	273.767
6.01.02.12	Impostos Pagos	-1.198.409	-2.137.965	-1.932.317
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.316.124	-1.556.522	848.517
6.02.02	Investimentos no ativo tangível	-1.773.009	-1.447.401	-1.074.509
6.02.03	Investimentos no ativo intangível	-592.899	-542.027	-840.888

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.04	Alienação de subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas	43.455	0	2.741.102
6.02.05	Alienação de ativo tangível	139.113	420.134	17.193
6.02.06	Aumento de Capital de Participações em Coligadas	-206.101	0	-6.356
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Proprio Recebidos	73.317	12.772	11.975
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.037.965	8.753.797	10.569.978
6.03.02	Aquisição de ações próprias	-121.145	-57.794	-112.755
6.03.04	Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	45.575.270	36.376.139	29.501.246
6.03.05	Dividendos pagos e juros sobre capital o próprio	-2.046.360	-2.495.328	-3.926.417
6.03.06	Pagamentos de dívida subordinada	-3.823.280	0	0
6.03.07	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	-40.549.791	-25.440.219	-14.895.052
6.03.08	Emissão de ações de partic. em controlada	0	370.999	0
6.03.09	Aumento (Redução) em participações não-controladas	-72.659	0	2.956
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.370.328	10.600.273	-329.492
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.617.680	9.017.407	9.346.899
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.988.008	19.617.680	9.017.407

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	-170.562	14.644.576	2.812.606	-1.022.209	78.898.996	237.130	79.136.126
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	-170.562	14.644.576	2.812.606	-1.022.209	78.898.996	237.130	79.136.126
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.670.000	270.000	0	-2.400.000	0	-2.400.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.670.000	270.000	0	-2.400.000	0	-2.400.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.482.606	240.888	-951.096	4.772.398	120.264	4.897.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.723.494	-951.096	4.772.398	120.264	4.897.028
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.482.606	-5.482.606	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	5.482.606	-5.482.606	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-121.145	215.954	0	0	94.809	-68.293	22.150
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	41.378	0	0	41.378	0	41.378
5.06.05	Resultados de ações em tesouraria	0	0	-716	0	0	-716	0	-716
5.06.06	Ações em tesouraria	0	-121.145	0	0	0	-121.145	0	-121.145
5.06.07	Outros	0	0	175.292	0	0	175.292	-68.293	102.633
5.07	Saldos Finais	62.634.585	-291.707	17.673.136	3.323.494	-1.973.305	81.366.203	289.101	81.655.304

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	-112.768	10.031.388	4.564.204	-254.080	76.863.329	18.960	76.882.289
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	-112.768	10.031.388	4.564.204	-254.080	76.863.329	18.960	76.882.289
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.175.000	505.000	0	-2.670.000	0	-2.670.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.175.000	505.000	0	-2.670.000	0	-2.670.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.739.204	-2.256.598	-768.129	4.714.477	-1.512	4.712.965
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.482.606	-768.129	4.714.477	-1.512	4.712.965
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.739.204	-7.739.204	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	7.739.204	-7.739.204	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-57.794	48.984	0	0	-8.810	219.682	210.872
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	49.611	0	0	49.611	0	49.611
5.06.05	Resultados de ações em tesouraria	0	0	-41	0	0	-41	0	-41
5.06.06	Ações em tesouraria	0	-57.794	0	0	0	-57.794	0	-57.794
5.06.07	Outros	0	0	-586	0	0	-586	219.682	219.096
5.07	Saldos Finais	62.634.585	-170.562	14.644.576	2.812.606	-1.022.209	78.898.996	237.130	79.136.126

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	0	6.094.885	3.842.093	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	56.238	25.006	-493.368	-412.124	0	-412.124
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	0	6.151.123	3.867.099	290.387	72.943.194	8.076	72.951.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.540.000	365.000	0	-3.175.000	0	-3.175.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.540.000	365.000	0	-3.175.000	0	-3.175.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.407.099	332.105	-544.467	7.194.737	7.928	7.202.665
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.739.204	-544.467	7.194.737	7.928	7.202.665
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.407.099	-7.407.099	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	7.407.099	-7.407.099	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-112.768	13.166	0	0	-99.602	2.956	-96.646
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	13.153	0	0	13.153	0	13.153
5.06.05	Resultados de ações em tesouraria	0	0	13	0	0	13	0	13
5.06.06	Ações em tesouraria	0	-112.768	0	0	0	-112.768	0	-112.768
5.06.07	Outros	0	0	0	0	0	0	2.956	2.956
5.07	Saldos Finais	62.634.585	-112.768	10.031.388	4.564.204	-254.080	76.863.329	18.960	76.882.289

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	42.111.596	41.470.140	46.461.478
7.01.01	Intermediação Financeira	51.217.046	52.643.537	51.716.177
7.01.02	Prestação de Serviços	8.100.456	7.609.926	7.199.441
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-14.118.071	-16.475.596	-9.381.549
7.01.04	Outras	-3.087.835	-2.307.727	-3.072.591
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-22.737.825	-21.056.577	-23.920.100
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.336.244	-6.106.901	-5.673.440
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-523.510	-553.022	-546.460
7.03.02	Serviços de Terceiros	-4.705.062	-4.429.375	-4.148.569
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-344.580	-38.352	-38.605
7.03.04	Outros	-763.092	-1.086.152	-939.806
7.04	Valor Adicionado Bruto	13.037.527	14.306.662	16.867.938
7.05	Retenções	-1.251.916	-1.200.874	-1.000.387
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.251.916	-1.200.874	-1.000.387
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.785.611	13.105.788	15.867.551
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	91.342	73.322	54.216
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	91.342	73.322	54.216
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.876.953	13.179.110	15.921.767
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	11.876.953	13.179.110	15.921.767
7.09.01	Pessoal	6.168.058	6.203.194	5.800.901
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.444.516	4.425.379	4.263.493
7.09.01.02	Benefícios	1.165.825	1.095.961	948.845
7.09.01.03	F.G.T.S.	277.496	330.532	318.505
7.09.01.04	Outros	280.221	351.322	270.058
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.199.844	920.176	1.907.413
7.09.02.01	Federais	1.143.472	865.847	1.221.375
7.09.02.02	Estaduais	682	1.005	50.529
7.09.02.03	Municipais	55.690	53.324	635.509

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	724.391	617.829	540.559
7.09.03.01	Aluguéis	724.391	617.829	540.559
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.784.660	5.437.911	7.672.894
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	300.000	1.020.000	1.550.000
7.09.04.02	Dividendos	1.144.473	1.158.950	1.351.160
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.215.557	3.248.343	4.763.806
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	124.630	10.618	7.928

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual nome do IFRIC) (IFRS).

• Conjuntura Econômica

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, mostrou alta de 2,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2012, abaixo do crescimento de 3,3% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 7,3%, impulsionados principalmente pelo crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para os serviços, cuja produção apresentou alta de 2,2% na mesma comparação interanual. A indústria continuou com bom desempenho, com alta de 1,9% frente ao mesmo período em 2012, porém inferior ao 2,7% observado no trimestre anterior. O PIB Agrícola recuou 1,0% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho (queda proporcionalmente maior da produção na safra de 2013 vis-à-vis a área plantada) de alguns produtos da lavoura.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 5,9% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro, superior aos 5,8% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7% a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2,65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. A atuação do Bacen, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiram o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,9% do PIB ao final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****1. Resultado do Período**

Demonstrações Consolidadas do Resultado	31.12.13	31.12.12	Variação anual %	4º trimestre 2013	3º trimestre 2013	Variação trimestral %
R\$ Milhões						
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	28.479	31.587	-10%	7.031	6.892	2%
Receitas de instrumentos de patrimônio	81	94	-14%	34	2	-
Resultado de equivalência patrimonial	91	73	25%	7	34	-79%
Comissões líquidas	8.101	7.610	6%	2.141	1.922	11%
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(595)	(170)	250%	(663)	588	-213%
Outras receitas (despesas) operacionais	(445)	(623)	-29%	(105)	(156)	-33%
TOTAL DE RECEITAS	35.712	38.571	-7%	8.445	9.282	-9%
Despesas administrativas	(13.851)	(13.772)	1%	(3.733)	(3.472)	8%
Despesas com pessoal	(7.046)	(7.086)	-1%	(1.897)	(1.746)	9%
Outras despesas administrativas	(6.805)	(6.686)	2%	(1.836)	(1.726)	6%
Depreciação e amortização	(1.252)	(1.201)	4%	(321)	(288)	11%
Provisões (líquidas)	(2.693)	(2.057)	31%	(1.484)	(571)	160%
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(14.118)	(16.476)	-14%	(3.176)	(3.291)	-3%
Perdas com outros ativos (líquidas)	(345)	(38)	-	(259)	36	-818%
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	460	501	-	47	1	-
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	106	(53)	-	4	8	-54%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	4.019	5.475	-27%	(477)	1.705	-128%
Imposto de renda	(234)	(37)	532%	(98)	(376)	-74%
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	3.785	5.438	-30%	(575)	1.329	-143%
Lucro de Operações Descontinuadas	2.063	55	-	2.017	22	-
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	5.848	5.493	6%	1.442	1.351	7%

Margem de Juros Líquida

Em 31 de dezembro de 2013, a margem líquida com juros atingiu R\$28.479 milhões apresentando uma queda de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação com o segundo trimestre de 2013, apresenta aumento de 2%.

Despesas Gerais (Administrativas + Pessoal)

As despesas gerais (administrativas + pessoal) somaram R\$13.851 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumento de 1% em comparação ao mesmo período de 2012. Em relação ao terceiro trimestre de 2013, as despesas gerais apresentaram aumento de 8%. As outras despesas administrativas totalizaram R\$6.805 milhões, apresentando aumento de 2% em comparação com o mesmo período do ano anterior e 6% no trimestre.

As despesas com pessoal somaram R\$7.046 milhões em 31 de dezembro de 2013, queda de 1% em doze meses e aumento de 9% em três meses.

Como resultado, o índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas gerais pela receita total, atingiu 38,8% no período.

Perdas com ativos financeiros (líquidas) - Provisões de Crédito

A despesa para perdas de empréstimos e adiantamentos, incluindo a recuperação de receita total, somou R\$13.900 milhões e R\$16.476 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respectivamente, apresentando uma queda de 15,6%.

Impostos sobre a Renda

O total de impostos inclui imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2013, os impostos sobre a renda atingiram uma despesa de R\$234 milhões, considerando o efeito do hedge fiscal de Cayman, o imposto atinge uma despesa de R\$2.601 milhões.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**2. Ativos/Passivos**

O total de Ativos em 31 de dezembro de 2013 atingiu R\$453.052 milhões.

Balanços Patrimoniais Consolidados	31.12.13	31.12.12	Variação	30.09.13	Variação
R\$ Milhões			anual %		trimestral %
Ativo					
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	51.714	55.535	-7%	64.322	-20%
Ativos financeiros para negociação	30.219	31.638	-4%	32.394	-7%
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.298	1.228	6%	1.250	4%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	5	-100%	-	0%
Instrumentos de dívida	106	124	-15%	115	-8%
Instrumentos de patrimônio	1.192	1.099	8%	1.135	5%
Ativos financeiros disponíveis para venda	46.287	44.149	5%	37.594	23%
Empréstimos e financiamentos	258.777	226.957	14%	240.341	8%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	46.043	29.913	54%	33.083	39%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	226.206	210.740	7%	221.060	2%
Provisão para perdas	(13.472)	(13.966)	-4%	(14.056)	-4%
Instrumentos de dívida	-	270	-100%	254	-100%
Derivativos utilizados como hedge	323	156	107%	163	98%
Ativos não correntes mantidos para venda	275	166	66%	164	68%
Participações em coligadas	1.064	472	125%	1.018	5%
Ativo fiscal	22.060	21.497	3%	22.133	0%
Outros ativos	5.085	5.601	-9%	5.209	-2%
Ativos tangíveis	6.886	5.938	16%	6.391	8%
Ativos intangíveis	29.064	29.271	-1%	29.139	0%
Ágio	27.218	27.218	0%	27.218	0%
Outros Intangíveis	1.846	2.053	-10%	1.922	-4%
Total do ativo	453.052	422.608	7%	440.118	3%

Balanços Patrimoniais Consolidados	31.12.13	31.12.12	Variação	30.09.13	Variação
R\$ Milhões			anual %		trimestral %
Passivo					
Passivos financeiros para negociação	13.554	5.352	153%	5.420	150%
Passivos financeiros ao custo amortizado	329.701	306.976	7%	324.133	2%
Depósitos de instituições de crédito	34.032	35.074	-3%	35.848	-5%
Depósitos de clientes	200.156	188.595	6%	199.888	0%
Obrigações por títulos e valores mobiliários	65.301	54.012	21%	60.798	7%
Dívidas subordinadas	8.906	11.919	-25%	8.690	2%
Outros passivos financeiros	21.306	17.376	23%	18.908	13%
Derivativos utilizados como hedge	629	282	123%	448	40%
Provisões	10.892	12.775	-15%	9.839	11%
Passivos fiscais	11.693	13.784	-15%	13.966	-16%
Outros passivos	4.928	4.303	15%	4.694	5%
Total do passivo	371.397	343.472	8%	358.500	4%
Total do patrimônio líquido	81.655	79.136	3%	81.618	0%
Total do passivo e patrimônio líquido	453.052	422.608	7%	440.118	3%

Carteira de Crédito

A carteira total alcançou R\$226.206 milhões, crescendo em doze meses 7% e apresentando aumento no trimestre de 2%.

Captações

O total de captações (Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários e Dívidas Subordinadas), atingiu R\$308.395 milhões em 2013, com crescimento de 6,5% em relação ao mesmo período de 2012.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$81.655 milhões em 31 de dezembro de 2013, comparado a R\$79.136 milhões em dezembro de 2012.

A evolução do patrimônio líquido comparada com dezembro de 2012 é decorrente, principalmente, do resultado do período de R\$5.848 milhões e da variação dos outros resultados abrangentes no montante de R\$951 milhões e reduzido parcialmente pela proposta de dividendos e juros sobre o capital próprio e dividendos de R\$2.400 milhões, aprovada pelo Conselho de Administração.

Na rubrica de Outros Resultados Abrangentes, está contemplada a alteração referente aos planos de benefício definido decorrente da Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19 que estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial), o efeito desta alteração foi um registro no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 (retrospectivo) de R\$2.417 milhões e em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$1.332 milhões, a redução deve-se basicamente em virtude do aumento da taxa de desconto aplicada nos planos de benefícios e dos ativos do plano (títulos públicos de longo prazo).

Em 2013 foram adquiridas 5.268.000 Units, pagas 2.049.180 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local e vendidas 5.600 ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2013 é de 11.823.638 Units (31 de dezembro de 2012 - 8.610.418), equivalente a R\$177 milhões (31 de dezembro de 2012 - R\$134 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,36, R\$15,06 e R\$18,52. Em 2013 foram adquiridas 5.015.447 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 6.748.347 ADRs, no montante atual de R\$115 milhões (31 de dezembro de 2012 - R\$36 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$5,86, US\$7,24 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$13,98 por Unit e US\$5,40 por ADR

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (R\$ Milhões)	Dez/13	ON	PN	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5)}	300	0,7200	0,7921	79,2055
Dividendos Intermediários ^{(2) (6)}	650	1,5603	1,7163	171,6337
Dividendos Intermediários ^{(3) (7)}	450	1,0821	1,1904	119,0365
Dividendos Intermediários ^{(4) (8)}	285	0,6862	0,7548	75,4818
Dividendos Intercalares ^{(4) (8)}	715	1,7199	1,8918	189,1847
Total	2.400			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2013, ordinárias - R\$0,6120 preferenciais - R\$0,6732 e Units - R\$67,3247 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2013.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2013.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2013.

(5) O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos a partir 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos complementares, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(7) Do valor dos dividendos intermediários, R\$144.473 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e o valor de R\$305.527 foi imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2013 e ambos serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(8) Os valores dos dividendos intermediários e intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e serão pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Índice de Basileia

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia : Basileia III. Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável, e ainda (v) aprimorar as práticas de gestão e governança de riscos, aumentar a transparência disclosure.

A aplicação das novas regras de Basileia III foi iniciada a partir de 1º de outubro de 2013. Em 31 de outubro de 2013, foi editado um segundo conjunto de regras, que complementam e aprimoram o primeiro grupo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia, na forma estabelecida pelo Bacen, e considera: (a) Risco de Crédito – parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado – parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional – exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basileia, que é apurado de forma consolidada, atingiu 19,2%.

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Análise de Resultado por Segmento

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander realizou a venda do negócio de Gestão de Ativos e alienação total das ações da Santander Brasil Asset, que até setembro de 2013 estava alocado no segmento de Gestão de Ativos e Seguros. Os resultados com a venda do negócio de Gestão de Ativos, assim como o resultado da Santander Brasil Asset estão alocados na rubrica de "Operações Descontinuadas" no segmento do Banco Comercial, de acordo com o IFRS 5. Com a venda do negócio de Gestão de Ativos, a Administração reavaliou a abertura de segmentos e concluiu que devido a imaterialidade do segmento de Gestão de Seguros, seria mais adequado sua fusão com o segmento Banco Comercial. Referida alteração produz efeito retrospectivo nas Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco Comercial representou 38% do lucro antes de impostos e o Banco de Atacado Global obteve participação de 62%.

O lucro antes de impostos do segmento de Banco Comercial somou R\$1.510 milhões e o Banco de Atacado Global registrou lucro antes de impostos de R\$2.509 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Resultados por Segmento	31.12.13	31.12.12	Variação anual %
R\$ Milhões			
Banco Comercial ⁽¹⁾	1.510	3.103	-51%
Banco de Atacado Global	2.509	2.372	6%
Lucro Antes dos Impostos	4.019	5.475	-27%

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$2.367 milhões devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2013, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$3.877 milhões.

• Eventos Recentes

Prorrogação do prazo para enquadramento do percentual mínimo de Free Float

Nos dias 10 e 11 de outubro de 2013, foram publicados Comunicados ao Mercado para informar que no dia 8 de outubro de 2013 a BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros deferiu os pleitos do Banco Santander e de seus acionistas controladores (i) prorrogação de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação ("free float") até o dia 7 de outubro de 2014; e (ii) redução do free float atual, de 24,6%, durante o prazo adicional acima referido, para até 22,5%, exclusivamente no âmbito: (a) do Programa de Recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou American Depositary Receipts ("ADRs"); e (b) de aquisições no exterior, pelo Banco Santander Espanha, ou empresa afiliada do grupo econômico, de ADRs de emissão do Banco. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Banco Santander de atingir um free float de 25% até 07 de outubro de 2014, nos termos do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Assembleia Geral Extraordinária - AGE**

No dia 1 de novembro de 2013 foi realizada AGE, na qual foram deliberados os seguintes temas: (i) proposta de redução do capital social do Banco Santander, sem redução do número de ações, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social do Banco, com a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social; (ii) proposta de alteração do inciso XIII do artigo 17 do estatuto social do Banco Santander; e (iii) a condução do Sr. Celso Clemente Giacometti ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; do Sr. Jesús Maria Zabalza Lotina ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e confirmação da composição do Conselho de Administração.

Implantação do Programa de Reinvestimento de Dividendos (PRD)

No dia 1 de novembro de 2013, foi publicado Aviso aos Acionistas a respeito da implantação do Programa de Reinvestimento de Dividendos (PRD), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no âmbito do Processo SP 2013/0207.

O Programa tem por objetivo proporcionar aos acionistas uma alternativa para o reinvestimento sistemático e organizado de seus dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em ações do Banco Santander.

Exercício de Direito de Permuta pela Qatar Holding Luxembourg II S.À R.L.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que, em 29 de outubro de 2013, a Qatar Holding Luxembourg II S.À R.L. (“QHL”) exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US\$2,718 bilhões, adquiridos através do contrato de aquisição, datado de 28 de outubro de 2010, celebrado entre Banco Santander Espanha, como emissor, e QHL, como comprador.

Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7 de novembro de 2013, Qatar Holding LLC recebeu do Banco Santander Espanha 190.030.195 ADR de emissão do Banco Santander. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADR de emissão do Banco Santander detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding LLC até 7 de novembro de 2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADR do Banco Santander, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais do Banco.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implica em aumento do free float do Banco Santander.

Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração do Banco submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander (“Plano de Otimização do PR”). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR conta com os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6,0 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos¹

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP). De acordo com o comunicado divulgado ao mercado no dia 7 de janeiro de 2014¹ tinham direito à Restituição de Recursos todos os detentores de ações ou Units do Banco na data base de 14 de janeiro de 2014, inclusive, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos a partir de 15 de janeiro de 2014. O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

Emissão de Notes²

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6,0 bilhões. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizadas pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal³: US\$1,248 bilhões, equivalente a R\$3,0 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível I serão perpétuas; (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal³: US\$1,248 bilhões, equivalente R\$3,0 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível II terão vencimento em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

As Notes possuem as seguintes principais características comuns: (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1,00 no que exceder tal valor mínimo; (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander (1) após o 5º aniversário contado da data de emissão das Notes, por iniciativa própria do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou (2) a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios; (c) Os créditos oriundos das Notes poderão ser conferidos como integralização de aumento de capital social do Banco com a consequente emissão de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco, na proporção necessária para compor Units, caso determinados eventos regulatórios definidos na Resolução CMN 4.192/13 sejam verificados, situação na qual o Banco promoverá um aumento do capital social, observado o direito de preferência a todos os acionistas na subscrição de novas ações ordinárias e preferenciais.

O Banco Santander solicitará aprovação do Bacen para que as Notes passem a compor o Nível I e Nível II do patrimônio de referência.

Bonificação e Grupamento de Ações

Estima-se que o último passo do Plano de Otimização do PR - a bonificação de ações e ajuste na composição das Units e grupamento de ações - deverá ser levado à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2014.

(1) Para maiores detalhes consultar o “Aviso aos Acionistas” de 07 de janeiro de 2014.

(2) Para maiores detalhes consultar o “Aviso aos Acionistas” de 14 de janeiro de 2014.

(3) Valores convertidos à cotação divulgada pelo Bacen em 27 de janeiro de 2014 de R\$2,4044 para US\$1,00.

• Estratégia

O Banco Santander, em sua missão, busca ter a preferência dos clientes sendo um banco simples e seguro, eficiente e rentável, que visa constantemente melhorar a qualidade de tudo o que faz, com uma equipe que gosta de trabalhar junto para conquistar o reconhecimento e a confiança de todos. Desta forma, a estratégia do Banco Santander está baseada nos seguintes objetivos:

- Ser o primeiro banco dos clientes intensificando o relacionamento de forma segmentada e gerando satisfação desses clientes com modelos comerciais modernos, simples e eficientes;
- Expandir os principais negócios para o Banco, crescendo a receita de forma sustentável considerando o equilíbrio entre crédito, captação e serviços;
- Manter uma gestão sustentável e eficiente de riscos e gastos;
- Promover uma intensa agenda de transformação produtiva acompanhando a transformação da indústria financeira voltada à simplicidade, produtividade e eficiência; e
- Manter a disciplina na gestão do capital e na solidez financeira em cada um dos negócios.

Assim, para melhor atender às necessidades dos clientes do Banco, o Banco Santander lançou em 2013 a Conta Santander Combinada, uma proposta que reúne conta-corrente, cartão de crédito, pacote de serviços, cheque especial e outras vantagens diferenciadas. Esta proposta tem como objetivo, por um lado, oferecer opções de produtos e serviços para atender às necessidades em diferentes momentos na vida dos nossos clientes e, por outro, aumentar a vinculação.

O Banco Santander lançou também em 2013 o segmento “Santander Select”, que é uma nova categoria de serviços financeiros, criado para oferecer um atendimento exclusivo e especializado aos clientes de alta renda.

Além dessas ações, o Banco Santander segue incrementando sua atividade comercial. No segmento de cartões o Banco Santander anunciou o acordo para aquisição das operações da GetNet e firmou parceria com a iZettle, que são passos importantes para ampliar sua participação local no segmento de adquirência. No segmento de financiamento de veículos o Banco mantém acordos com a Hyundai, Renault e Nissan.

Ainda em 2013, o Banco Santander inaugurou o novo Data Center em Campinas, maior centro de tecnologia da América Latina. No âmbito da sustentabilidade, a atuação do Banco Santander segue pautada nos pilares da Inclusão Social e Financeira; Educação e Gestão; e Negócios Socioambientais. É importante mencionar, também, a atuação do Banco Santander no Microcrédito, cujo objetivo é beneficiar pequenos empreendedores que não tem acesso às linhas de crédito convencionais. O programa de microcrédito do Banco Santander já é o maior entre os bancos privados do país. Em 2013, o Banco Santander foi eleito o banco mais sustentável das Américas pelo jornal britânico Financial Times em parceria com o IFC (International Finance Corporation).

Outro aspecto importante da estratégia do Banco Santander é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e cobertura, e independência de funding e capital. Ao final de setembro, o Banco anunciou ao mercado um plano de otimização de sua estrutura de capital, visando torná-la mais eficiente. Após a conclusão deste plano, o Banco Santander deverá manter a posição de banco de varejo mais capitalizado do Brasil, atendendo não somente às exigências legais atuais, como também às que estão previstas por Basileia III.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• Principais Controladas

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) atingiu em 31 de dezembro de 2013, R\$45.468 milhões em ativos totais, R\$2.764 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos e R\$5.034 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$218 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) atingiu em 31 de dezembro de 2013, R\$30.982 milhões em ativos totais, R\$27.682 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R\$1.054 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$59 milhões.

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) atingiu em 31 de dezembro de 2013, R\$658 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$262 milhões. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$61 milhões.

A Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC) atingiu, em 31 de dezembro de 2013, R\$2.637 milhões de ativos totais, R\$723 milhões de carteira em operações de crédito e patrimônio líquido de R\$2.444 milhões. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$23 milhões.

Os saldos descritos acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB (estável)	F2	BBB (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (negativo)	A-2	BBB (negativo)	A-2	brAAA (negativo)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Baa2 (estável)	Prime-2	Baa2 (estável)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating: Fitch Ratings (28 de Maio de 2013); Standard & Poor's (07 de Junho de 2013) e Moody's (03 de Outubro de 2013).

• Governança Corporativa

Em 23 de outubro de 2013, foi conhecida pelos Conselheiros do Banco a saída do Sr. Luis Felix Cardamone Neto, o qual exercia a função de Diretor Vice-Presidente Executivo, sendo responsável pelos Negócios Imobiliários, Financeira, Empréstimo Consignado, Seguros e Capitalização.

No dia 27 de novembro de 2013, em reunião realizada pelo Conselho de Administração, foi ratificada a nomeação da Ouvidora do Banco, Sra. Maria Lúcia Ettore do Vale, em substituição ao Sr. Miguel de Souza Lopes, bem como foi aprovado o Calendário Anual do Banco para 2014.

Em 18 de dezembro de 2013, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Orçamento Anual do Banco para o exercício de 2014; bem como os honorários dos Auditores Independentes relativos ao exercício de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de dezembro de 2013, foi eleito como Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco o Sr. Juan Sebastián Moreno Blanco, o qual ficará responsável pela Vice-Presidência Comercial do Banco, cuja posse está sujeita às aprovações do Bacen, bem como à obtenção do visto permanente pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

• Gestão de Riscos**1. Governança Corporativa da Função de Riscos**

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e visão cliente. Cada comitê possui determinados poderes e níveis de aprovação, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local. As decisões são colegiadas e definidas através dos comitês de crédito, o que garante o contraste de opiniões.

Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos e a predisposição e o nível de tolerância ao risco, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- Aprovar proposta, operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo);
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, e alinhadas com as políticas do Banco Santander Espanha; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das demais áreas comerciais, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

3. Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limite, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito e mercado. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados e clientes com características similares (estandarizados).

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****4. Risco de Mercado**

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

5. Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente e de sua cadeia de valor verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira dos clientes do Banco Santander. A experiência do Banco mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

6. Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basiléia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando na responsabilidade contínua com a melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, os quais visam assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2012, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2013 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do ano de 2013, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2014.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada área, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do ano de 2013, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas no plano de trabalho para 2013, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

• Pessoas

Para o Banco Santander, conquistar a preferência de seus clientes é essencial para a valorização da sua principal força: as Pessoas. Os funcionários são o elo mais forte da Organização com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas e processos de gestão para que eles sintam-se cada vez mais motivados e realizem todo o seu potencial.

O Banco Santander busca que seus profissionais se identifiquem com a Organização e compartilhem de seus valores, e acredita que a dedicação de todos é fundamental para consolidar e disseminar seus diferenciais. Por isso, além de oferecer e estimular um ambiente participativo e colaborativo, prepara suas equipes para que tenham possibilidades diversas de desenvolvimento e carreira. Por meio de programas e oportunidades locais e internacionais, permite que suas Pessoas tenham um olhar abrangente de suas oportunidades e desafios.

Os diferenciais do Banco Santander para apoiar suas Pessoas em seu crescimento pessoal e profissional:

- **Oportunidade de Carreira e Reconhecimento:** prepara seus funcionários e estagiários para que tenham possibilidades diversas de crescimento e carreira. Oferece programas de desenvolvimento locais e internacionais, incentivando a mobilidade entre áreas e países. Identifica evolução de cada um por meio de processos de avaliação transparentes e objetivos;
- **Valorização das Pessoas:** valoriza suas Pessoas além da dimensão profissional, reconhecendo também suas necessidades familiares e sociais. Oferece oportunidades e benefícios que olham o indivíduo de forma integral, como o Programa de Apoio Pessoal Especializado (PAPE), além de soluções segmentadas, visando uma vida melhor com a família, no trabalho e na sociedade;
- **Desenvolvimento Contínuo dos Gestores:** os Gestores do Banco Santander são o elo mais forte entre a Organização e seus profissionais. Por isso, contam com programas de desenvolvimento contínuos para garantir que estejam alinhados com a estratégia e o propósito do Banco, e que inspirem e desenvolvam suas equipes para buscar um alto desempenho, com resultados para os acionistas, clientes, funcionários e a sociedade;
- **Incentivo à Inovação:** estímulo para que seus profissionais olhem sempre para a frente, tentando enxergar novos horizontes, para atender o cliente e gerar eficiência. No dia a dia, há compartilhamento das melhores práticas e acredita-se no valor das ideias;
- **Ambiente Participativo e Colaborativo:** há espaço para que as Pessoas questionem, discutam e sugiram novos jeitos de fazer as coisas, de forma participativa e colaborativa, em um ambiente multicultural e com multigerações. Os relacionamentos do Banco Santander são firmados na transparência e na confiança para inspirar o trabalho em equipe e o orgulho. Dessa forma, todos se desenvolvem, as equipes se integram e o Banco Santander inova e evolui; e
- **Fazer parte de uma Empresa de Prestígio:** com uma proposta diferenciada como empregador, uma equipe talentosa com os melhores profissionais do mercado e uma marca cada vez mais forte, o Banco Santander tem muitos motivos para se orgulhar. Tradição internacional, atuação global e reconhecimento local consolidam seus 155 anos de história, 190 mil funcionários no mundo, sendo 50 mil só no Brasil, e mais de 100 milhões de Clientes.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

• Desenvolvimento Sustentável

A estratégia do Banco Santander para sustentabilidade é baseada em três eixos, fundamentais para a agenda de desenvolvimento do país: Inclusão Social e Financeira; Educação; e Negócios Socioambientais. O Santander integra três índices de referência para investimentos socialmente responsáveis: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBovespa, e o Global Compact 100, um índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU. A atuação do banco levou ao reconhecimento como o banco mais sustentável do ano na categoria Américas, no prêmio concedido pelo jornal britânico Financial Times, em conjunto com o IFC (International Finance Corporation).

No 4º trimestre de 2013, em linha com as ações voltadas à inclusão financeira, o Banco Santander inaugurou o Posto de Atendimento em Paraisópolis, uma das maiores comunidades de São Paulo que, além de disponibilizar terminais de autoatendimento, terá uma equipe focada no atendimento de microempreendedores da região.

• Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, atualmente desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset (“Operação”), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013. Essa Operação gerou ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos.

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim (“Gestora”).

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

b) Segregação das participações em sociedades que prestam serviços complementares àqueles prestados por instituições financeiras

Com o objetivo de segregar as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Banco Santander, foram efetuados os seguintes atos:

- Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços (“Cisão Parcial”), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

- Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371 milhões, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. ("Santusa"), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente; e
- Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancaria Brasil (TecBan) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013.

c) Incorporação da Santander Administradora de Consórcios Ltda (Santander Consórcios) pela Santander Brasil Administradora de Consórcio (Santander Brasil Consórcio)

Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios ("Incorporada") pela Santander Brasil Consórcio ("Incorporadora") ("Incorporação") que foi aprovada em Reunião de Sócios da Incorporada e Incorporadora em 31 de julho de 2012.

A Incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Incorporada para o patrimônio da Incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da Incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Incorporadora.

Em 30 de novembro de 2012 este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

d) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil;
- Abertura de capital social da sociedade CFI RCI Brasil, na categoria "B", em 30 de agosto de 2012, cujo registro foi obtido junto à CVM em 27 de novembro de 2012;
- Incorporação da totalidade das ações de emissão da RCI Brasil Leasing pela CFI RCI Brasil, em 31 de maio de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil. Em 28 de agosto de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen;
- Aquisição em 21 de janeiro de 2013 pela Webmotors, de 100% do capital social da Idéia Produções;
- Cisão parcial da Webmotors com a redução do seu capital social em 30 de abril de 2013 e consequente constituição de uma nova sociedade nomeada Webcasas S.A.;
- Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales.com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim a Carsales.com adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R\$180 milhões. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$120 milhões referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales.com Investments PTY Ltd no seu capital social e R\$169 milhões, referente ao reconhecimento do valor justo da participação indireta remanescente do Banco Santander no capital da Webmotors S.A. de 42,5% (60,65% referente ao investimento do Banco Santander no capital da Santander Serviços sobre 70,00% do investimento da Santander Serviços no capital da Webmotors S.A.), conforme o IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- Redução do capital social da Santander Leasing, em 4 de janeiro de 2013, no valor de R\$5 bilhões, sem alteração do número de ações;
- Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. pelo valor de R\$47,2 milhões para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Régimen Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Régimen Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.;

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• Outras Informações

A Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes serviços não relacionadas à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM 381/2003, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 12 de março de 2013 – Contrato para prestação de serviços de identificação de melhorias nos controles internos para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa segundo os critérios IFRS.

São Paulo, 31 de Março de 2014

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27/03/2014).

Notas Explicativas



Índice

- 1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). O quadro de Demonstração de Resultado Abrangente refere-se à Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas.

- 2. Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas



Índice

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). O quadro de Demonstração de Resultado Abrangente refere-se à Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2013	2012 - Ajustado	2011 - Ajustado
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	4	51.714.210	55.535.240	65.938.003
Ativos Financeiros para negociação		30.218.787	31.638.269	29.901.495
Instrumentos de dívida	6	22.840.499	26.646.708	25.298.804
Instrumentos de patrimônio	7	477.577	428.589	448.209
Derivativos	8	6.900.711	4.562.972	4.154.482
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado		1.298.296	1.228.318	665.369
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	112	5.065	60.813
Instrumentos de dívida	6	105.850	124.187	230.037
Instrumentos de patrimônio	7	1.192.334	1.099.066	374.519
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		46.287.082	44.148.620	44.608.201
Instrumentos de dívida	6	44.957.272	43.044.570	43.300.354
Instrumentos de patrimônio	7	1.329.810	1.104.050	1.307.847
Empréstimos e Recebíveis		258.777.511	226.957.041	202.757.191
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	46.043.184	29.913.132	19.628.861
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	212.734.327	196.774.297	183.066.268
Instrumentos de dívida	6	-	269.612	62.062
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	8	322.817	156.163	80.708
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	10	274.730	165.710	132.388
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	11	1.063.803	472.093	422.225
Créditos Tributários	22	22.060.488	21.496.743	17.016.841
Correntes		2.862.789	3.538.238	2.077.224
Diferidos		19.197.699	17.958.505	14.939.617
Outros Ativos	15	5.084.668	5.600.727	4.802.873
Ativo Tangível	12	6.885.927	5.938.228	5.008.306
Ativo Intangível		29.064.376	29.270.711	29.245.332
Ágio	13	27.217.565	27.217.565	27.217.565
Outros ativos intangíveis	14	1.846.811	2.053.146	2.027.767
Total do Ativo		453.052.695	422.607.863	400.578.932

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2013	2012 - Ajustado	2011 - Ajustado
Passivo e Patrimônio Líquido				
Passivos Financeiros para Negociação		13.554.306	5.351.736	5.047.288
Derivativos	8	5.417.795	5.111.553	4.709.660
Posições vendidas		8.136.511	240.183	337.628
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		329.700.620	306.976.206	291.451.686
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	16	34.032.289	35.073.626	51.527.021
Depósitos de clientes	17	200.155.677	188.594.930	174.473.891
Obrigações por títulos e valores mobiliários	18	65.300.548	54.012.018	38.590.423
Dívidas subordinadas	19	8.906.144	11.919.151	10.908.344
Outros passivos financeiros	20	21.305.962	17.376.481	15.952.007
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	8	628.983	281.545	36.071
Provisões	21	10.892.388	12.774.966	11.357.848
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares		3.043.311	5.260.700	3.088.593
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		7.849.077	7.514.266	8.269.255
Passivos Fiscais		11.693.338	13.784.464	11.875.899
Correntes		10.069.745	10.219.083	8.127.795
Diferidos	22	1.623.593	3.565.381	3.748.104
Outras Obrigações	23	4.927.758	4.302.820	3.927.851
Total do Passivo		371.397.393	343.471.737	323.696.643
Patrimônio Líquido	26	83.339.506	79.921.205	77.117.409
Capital social		62.634.585	62.634.585	62.634.585
Reservas		17.673.134	14.644.576	10.031.388
Ações em tesouraria		(291.707)	(170.562)	(112.768)
Lucro do exercício atribuível à controladora		5.723.494	5.482.606	7.739.204
Menos: dividendos e remuneração		(2.400.000)	(2.670.000)	(3.175.000)
Outros Resultados Abrangentes		(1.973.305)	(1.022.209)	(254.080)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		81.366.201	78.898.996	76.863.329
Participações não-Controladoras	25	289.101	237.130	18.960
Total do Patrimônio Líquido		81.655.302	79.136.126	76.882.289
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		453.052.695	422.607.863	400.578.932

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto valores por ação)

	Nota explicativa	2013	2012 - ajustado	2011 - ajustado
Receitas com juros e similares	29	51.217.046	52.643.537	51.716.177
Despesas com juros e similares	30	(22.737.825)	(21.056.577)	(23.920.100)
Receita Líquida com Juros		28.479.221	31.586.960	27.796.077
Receitas de instrumentos de patrimônio	31	81.286	93.734	93.611
Resultado de equivalência patrimonial	11	91.342	73.322	54.216
Receitas de tarifas e comissões	32	10.741.623	9.610.855	8.628.720
Despesas de tarifas e comissões	33	(2.641.167)	(2.000.929)	(1.429.279)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	34	(1.145.887)	(548.200)	(133.907)
Ativos financeiros para negociação		(2.599.638)	(1.456.070)	(902.167)
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		44.000	238.208	57.039
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		1.406.375	655.838	685.355
Outros		3.376	13.824	25.866
Variações cambiais (líquidas)	35	551.059	378.033	(121.364)
Outras receitas (despesas) operacionais	36	(444.888)	(623.493)	(377.701)
Total de Receitas		35.712.589	38.570.282	34.510.373
Despesas administrativas		(13.850.360)	(13.772.733)	(12.782.784)
Despesas com pessoal	37	(7.045.610)	(7.086.356)	(6.607.391)
Outras despesas administrativas	38	(6.804.750)	(6.686.377)	(6.175.393)
Depreciação e amortização		(1.251.916)	(1.200.875)	(1.000.388)
Ativo tangível	12	(726.989)	(724.990)	(570.132)
Ativo intangível	14	(524.927)	(475.885)	(430.256)
Provisões (líquidas)	21.b	(2.692.818)	(2.056.606)	(2.985.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(14.118.071)	(16.475.596)	(9.381.549)
Empréstimos e recebíveis	9.c	(13.899.789)	(16.475.596)	(9.381.549)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado	7	(218.282)	-	-
Perdas com outros ativos (líquidas)		(344.580)	(38.352)	(38.605)
Outros ativos intangíveis	14	(285.862)	-	(9.043)
Outros ativos		(58.718)	(38.352)	(29.562)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	39	459.890	501.006	5.320
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	40	103.523	(52.201)	446.776
Lucro Operacional Antes da Tributação		4.018.257	5.474.925	8.773.817
Imposto de renda	22	(233.596)	(37.014)	(1.100.923)
Lucro Líquido das Operações em Continuidade		3.784.661	5.437.911	7.672.894
Lucro de Operações Descontinuadas	42	2.063.463	55.313	74.238
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		5.848.124	5.493.224	7.747.132
Lucro atribuível à Controladora		5.723.494	5.482.606	7.739.204
Lucro atribuível às participações não-controladoras	25	124.630	10.618	7.928
Lucro por Ação (em Reais)	27			
Com operações continuadas e descontinuadas				
Lucro básico por ação		14,39	13,77	19,39
Lucro diluído por ação		14,38	13,77	19,39
Com operações continuadas				
Lucro básico por ação		9,20	13,63	19,21
Lucro diluído por ação		9,20	13,63	19,21

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2013	2012	2011
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	5.848.124	5.493.224	7.747.132
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados para Lucro Líquido:	(2.143.157)	533.969	184.391
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.232.616)	800.471	10.602
Ajuste ao valor de mercado	(2.456.005)	1.976.989	807.371
Valores transferidos para a conta de resultado	(1.406.375)	(655.983)	(705.279)
Imposto sobre renda	1.629.764	(520.535)	(91.490)
Hedges de fluxo de caixa	89.459	(266.502)	173.789
Ajuste ao valor de mercado	(53.682)	(467.880)	15.149
Valores transferidos para a conta de resultado	289.318	(163)	261.603
Imposto sobre renda	(146.177)	201.541	(102.963)
Hedge de investimento líquido	239.255	(424.774)	-
Hedge de investimento líquido	398.758	(303.410)	-
Imposto sobre renda	(159.503)	(121.364)	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(239.255)	424.774	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(398.758)	303.410	-
Imposto sobre renda	159.503	121.364	-
Outros Resultados Abrangentes que não serão Reclassificados para Lucro Líquido:	1.187.695	(1.314.228)	(728.858)
Planos de Benefícios Definidos	1.187.695	(1.314.228)	(728.858)
Planos de Benefícios Definidos	1.984.545	(2.185.708)	(1.214.763)
Imposto sobre renda	(796.850)	871.480	485.905
Total do Resultado Abrangente	4.892.662	4.712.965	7.202.665
Atribuível à controladora	4.772.398	4.714.477	7.194.737
Atribuível às participações não-controladoras	120.264	(1.512)	7.928
Total	4.892.662	4.712.965	7.202.665

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Patrimônio líquido atribuível à Controladora Outros Resultados Abrangentes														
	Nota explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Lucro atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Total	Disponíveis para venda	Plano de Benefício Definido	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010														
		62.634.585	6.094.885	-	7.382.093	(3.540.000)	72.571.563	949.597	-	-	(165.842)	73.355.318	8.076	73.363.394
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)														
		-	56.238	-	25.006	-	81.244	-	(493.368)	-	-	(412.124)	-	(412.124)
Saldos em 01 de janeiro de 2011														
		62.634.585	6.151.123	-	7.407.099	(3.540.000)	72.652.807	949.597	(493.368)	-	(165.842)	72.943.194	8.076	72.951.270
Total do resultado abrangente														
		-	-	-	7.739.204	-	7.739.204	10.602	(728.858)	-	173.789	7.194.737	7.928	7.202.665
Apropriação do lucro líquido do exercício														
		-	7.407.099	-	(7.407.099)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio														
26.b		-	(3.540.000)	-	-	365.000	(3.175.000)	-	-	-	-	(3.175.000)	-	(3.175.000)
Pagamento baseado em ações														
26.a		-	13.153	-	-	-	13.153	-	-	-	-	13.153	-	13.153
Ações em tesouraria														
37.b		-	-	(112.768)	-	-	(112.768)	-	-	-	-	(112.768)	-	(112.768)
Resultados de ações em tesouraria														
		-	13	-	-	-	13	-	-	-	-	13	-	13
Outros														
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956	2.956
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - ajustado														
		62.634.585	10.031.388	(112.768)	7.739.204	(3.175.000)	77.117.409	960.199	(1.222.226)	-	7.947	76.863.329	18.960	76.882.289
Total do resultado abrangente														
		-	-	-	5.482.606	-	5.482.606	800.472	(1.302.099)	182.046	(448.548)	4.714.477	(1.512)	4.712.965
Apropriação do lucro líquido do exercício														
		-	7.739.204	-	(7.739.204)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio														
26.b		-	(3.175.000)	-	-	505.000	(2.670.000)	-	-	-	-	(2.670.000)	-	(2.670.000)
Pagamento baseado em ações														
37.b		-	49.611	-	-	-	49.611	-	-	-	-	49.611	-	49.611
Ações em tesouraria														
26.d		-	-	(57.794)	-	-	(57.794)	-	-	-	-	(57.794)	-	(57.794)
Resultados de ações em tesouraria														
26.d		-	(41)	-	-	-	(41)	-	-	-	-	(41)	-	(41)
Outros														
		-	(586)	-	-	-	(586)	-	-	-	-	(586)	219.682	219.096
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - ajustado														
		62.634.585	14.644.576	(170.562)	5.482.606	(2.670.000)	79.921.205	1.760.671	(2.524.325)	182.046	(440.601)	78.898.996	237.130	79.136.126
Total do resultado abrangente														
		-	-	-	5.723.494	-	5.723.494	(2.232.616)	1.367.351	(239.255)	328.714	4.947.688	120.264	5.067.952
Apropriação do lucro líquido do exercício														
		-	5.482.606	-	(5.482.606)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio														
26.b		-	(2.670.000)	-	-	270.000	(2.400.000)	-	-	-	-	(2.400.000)	-	(2.400.000)
Pagamento baseado em ações														
37.b		-	41.378	-	-	-	41.378	-	-	-	-	41.378	-	41.378
Ações em tesouraria														
26.d		-	-	(121.145)	-	-	(121.145)	-	-	-	-	(121.145)	-	(121.145)
Resultados de ações em tesouraria														
26.d		-	(716)	-	-	-	(716)	-	-	-	-	(716)	-	(716)
Outros														
		-	175.290	-	-	-	175.290	-	(175.290)	-	-	-	(68.293)	(68.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2013														
		62.634.585	17.673.134	(291.707)	5.723.494	(2.400.000)	83.339.506	(471.945)	(1.332.264)	(57.209)	(111.887)	81.366.201	289.101	81.655.302

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Nota	2013	2012	2011
		Explicativa			
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido consolidado do exercício			5.848.124	5.493.224	7.747.132
Ajustes ao lucro			15.256.698	16.506.772	11.328.292
Depreciação do ativo tangível	12		726.989	724.990	570.132
Amortização do ativo intangível	14		524.927	475.885	430.256
Perdas com outros ativos (líquidas)			344.580	38.352	38.605
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)			16.810.889	18.532.202	12.366.875
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda			(563.413)	(448.805)	(452.096)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	11		(91.342)	(73.322)	(54.216)
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	22.d		(2.537.771)	(2.785.070)	(1.588.367)
Operações descontinuadas			1.174	2.773	3.950
Outros			40.665	39.767	13.153
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais			(27.387.896)	(23.480.323)	(57.775.985)
Reservas no Banco Central do Brasil			3.239.600	11.046.168	(8.824.495)
Ativos financeiros para negociação			1.449.177	(1.736.773)	(5.080.130)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado			(96.489)	(562.949)	(4.277.011)
Ativos financeiros disponíveis para venda			(5.645.404)	1.879.461	2.696.868
Empréstimos e recebíveis			(27.121.769)	(30.821.128)	(39.864.486)
Outros ativos			1.129.892	(3.019.907)	(2.152.964)
Operações descontinuadas			(342.903)	(265.195)	(273.767)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais			29.205.900	7.021.290	28.884.891
Passivos financeiros para negociação			8.202.570	304.448	262.635
Passivo financeiro ao custo amortizado			21.359.301	4.411.101	24.290.139
Outros passivos			(697.700)	2.040.546	4.058.350
Operações descontinuadas			341.729	265.195	273.767
Impostos pagos	22.a		(1.198.409)	(2.137.965)	(1.932.317)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)			21.724.417	3.402.998	(11.747.987)
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Investimentos			(2.572.009)	(1.989.428)	(1.921.753)
Aumento/ Aquisição de capital de participações em coligadas e empreendimentos em conjunto			(206.101)	-	(6.356)
Ativo tangível			(1.773.009)	(1.447.401)	(1.074.509)
Ativo intangível			(592.899)	(542.027)	(840.888)
Alienação			255.885	432.906	2.770.270
Subsidiárias, entidades controlas em conjunto e coligadas	3.a		43.455	-	2.741.102
Ativo tangível	12		139.113	420.134	17.193
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos			73.317	12.772	11.975
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)			(2.316.124)	(1.556.522)	848.517
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Emissão de ações de participação em controlada			-	370.999	-
Aquisição de ações próprias	26		(121.145)	(57.794)	(112.755)
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	18		45.575.270	36.376.139	29.501.246
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio			(2.046.360)	(2.495.328)	(3.926.417)
Pagamentos de dívida subordinada	19		(3.823.280)	-	-
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	18		(40.549.791)	(25.440.219)	(14.895.052)
Aumento/decrécimo em participações de não-controladoras			(72.659)	-	2.956
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)			(1.037.965)	8.753.797	10.569.978
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3)			18.370.328	10.600.273	(329.492)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			19.617.680	9.017.407	9.346.899
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			37.988.008	19.617.680	9.017.407
Componentes do caixa e equivalentes de caixa					
Disponibilidades	4		3.533.344	4.114.775	3.542.707
Empréstimos e outros valores	5		34.454.664	15.502.905	5.474.700
Total de caixa e equivalentes de caixa			37.988.008	19.617.680	9.017.407
Transações não monetárias					
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda			163.261	112.697	143.511
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos			1.450.000	1.202.825	1.175.000
Informações complementares					
Juros recebidos			50.467.302	54.198.128	50.042.248
Juros pagos			21.738.114	22.232.253	22.901.817

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações**a) Contexto operacional**

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e por intermédio de empresas controladas desenvolve suas operações em dois segmentos (nota 42): Banco Comercial e Banco de Atacado Global, os quais operam com as carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento e de câmbio, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito e corretagem de valores mobiliários e administração de consórcios. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e as respectivas Demonstrações Consolidadas do Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa para os 3 exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho da Administração na reunião realizada em 27 de março de 2014.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC) (IFRS).

Adicionalmente, a adoção de novas normas e interpretações que entraram em vigor em 2013, o Banco também alterou a apresentação do saldo correspondente a Relacionamento com cliente, classificado até 31 de dezembro de 2012 na rubrica de Outros ativos intangíveis para a rubrica de Outros Ativos, com efeito retrospectivo na apresentação do balanços patrimoniais consolidados e demonstrações consolidadas do resultado.

Adoção de novas normas e interpretações

Em 2013, o Banco adotou uma série de IFRS's novos e revisados emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que são obrigatórios para o efetivo exercício que começa em ou após 1 de Janeiro de 2013:

- IAS 1 - O Banco aplicou as alterações à IAS 1 para a Demonstração do Resultado Abrangente, pois as alterações requerem um maior nível de divulgação. As alterações à IAS 1 exigem que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado e itens que podem ser reclassificados posteriormente para o resultado quando atendidas as condições específicas. O imposto de renda sobre itens de outros resultados abrangentes deve ser alocado na mesma base. As alterações foram aplicadas retrospectivamente e, assim, a apresentação de itens de outros resultados abrangentes foi modificada para refletir essas mudanças. Diferentemente das mudanças de apresentação mencionadas anteriormente, a aplicação das alterações à IAS 1 não resulta em nenhum impacto sobre o resultado, outros resultados abrangentes e o resultado abrangente total.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, substitui a orientação de consolidação no IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) e SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósitos Específicos, introduzindo um modelo de consolidação único para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida (ou seja, se uma entidade é controlada através de direitos de voto dos investidores ou através de outros arranjos contratuais como é comum em sociedades de propósito específico). Segundo o IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui: i) o poder sobre a investida; ii) a exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.
- IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos - o IASB emitiu uma nova norma para contabilização de empreendimentos conjuntos, que substitui o IAS 31 - Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures). De acordo com o IFRS 11, é obrigatório o uso do método de equivalência patrimonial e foi vedado a opção pelo método de contabilização de entidade controladas em conjunto. O princípio fundamental do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações e, as contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:
 - Operações conjuntas (Joint operations): Direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.
 - Empreendimentos conjuntos (Joint venture): Direitos ao ativo líquido do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- IFRS 12 - Divulgações de Envolvimento com Outras Entidades, requer divulgações sobre as entidades consolidadas e entidades não consolidadas em que uma entidade tem envolvimento. O objetivo da IFRS 12 é permitir que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a riscos decorrentes de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2011) - mantém as exigências relativas às demonstrações financeiras separadas. As demais partes do IAS 27 (2008) são substituídas pelo IFRS 10.
- IAS 28 - Investimentos em coligadas (2011) - alterou o IAS 28 Investimentos em Coligadas (2008) para confirmar mudanças com base na emissão de IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.
- IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo - Substitui a orientação sobre a mensuração do valor justo na literatura existente de contabilidade em IFRS com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. No entanto, IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.

Os pronunciamentos acima mencionados não tiveram impactos nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- Alterações ao IAS 19, Benefícios a Empregados (obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013) - Estas alterações eliminaram o método do "corredor" em que as entidades tinha a opção pelo reconhecimento diferido de uma parcela de ganhos e perdas atuariais, estabelecendo tais ganhos e perdas atuariais devem ser reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido. As alterações incluíram mudanças significativas na apresentação dos componentes de custos relativos à obrigações pós-emprego (custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação) e custo de juros líquido, que devem ser reconhecidos em lucros ou prejuízos e o componente da remensuração (que contemplam basicamente os ganhos e perdas atuariais) devem ser reconhecidas no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes, não podendo ser reclassificado no resultado. De acordo com a IAS 8, estas alterações implicam numa mudança de prática contábil e, portanto, devem ser aplicadas retroativamente a partir de 1 janeiro de 2013, ajustando os saldos iniciais para o período mais antigo apresentado, como se a nova prática contábil tivesse vigente para estes períodos. O impacto desta prática contábil em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi a seguinte:

						2012
	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Participações não-controladoras	Outros ativos	Crédito tributário - diferidos	Demonstração do resultado para o exercício findo em 31/12/2012 ⁽²⁾
Saldos registrados originalmente em 31 de dezembro de 2012	1.307.815	-	-	-	-	(192.677)
Efeitos da adoção das alterações do IAS 19	3.952.885	(2.417.855)	(12.130)	(92.418)	1.615.318	33.946
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.260.700	(2.417.855)	(12.130)	(92.418)	1.615.318	(158.732)

						2011
	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Participações não-controladoras	Outros ativos	Crédito tributário - diferidos	Demonstração do resultado para o exercício findo em 31/12/2011 ⁽²⁾
Saldos registrados originalmente em 31 de dezembro de 2011	1.246.040	-	-	-	-	(118.105)
Efeitos da adoção das alterações do IAS 19	1.842.553	(1.149.703)	-	(73.618)	766.468	(8.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.088.593	(1.149.703)	-	(73.618)	766.468	(126.826)

(1) Registrado na rubrica “Outros Resultados Abrangentes” e “Reservas”.
(2) Registrada nas rubricas “Despesas com juros e similares” e "Provisões (líquidas)", líquido dos efeitos tributários.

Para maiores detalhes, vide notas explicativas: 21, 22, 25, 27, 28, 30, 41.j, 42 e 45 que refletem as informações financeiras com as alterações acima descritas.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Normas e Interpretações que entrarão em vigor após 31 de Dezembro de 2013:

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2013 e ainda não foram adotadas pelo Banco:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, que, no futuro, irá substituir parte da atual IAS 39 relativa à classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas em relação aos ativos financeiros sobre o padrão atual, incluindo a aprovação de um novo modelo de classificação com base em apenas duas categorias, ou seja, instrumentos mensurados pelo custo amortizado e aqueles mensurados pelo valor justo, a descontinuidade das categorias mantidos até o investimento e disponíveis para venda, análises de perda do valor recuperável apenas para ativos mensurados pelo custo amortizado e da não-separação de derivativos embutidos em contratos financeiros. A principal mudança introduzida com relação aos passivos financeiros aplica-se apenas às obrigações que a entidade optar pela mensuração a valor justo. A porção da mudança no valor justo destes passivos que forem atribuíveis a mudanças no fator de risco de crédito da própria entidade, devem ser apresentados em Outros Resultados Abrangentes e não em lucros ou perdas.
- Alteração do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações sobre direitos de compensação e acordos relacionados (como exigências de comunicados de garantia) para instrumentos financeiros sujeitos a compensação. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os exercícios apresentados.
- Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação – adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e o Banco não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e o Banco está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.
- IAS 39 – Impairment de ativos – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e o Banco não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Em 19 de novembro, de 2013, o IASB anunciou a conclusão de um pacote de alterações aos requisitos contábeis para instrumentos financeiros. Estas alterações tratam os requisitos de classificação e mensuração assim como o modelo de expectativa de perda no valor recuperável de crédito (*impairment*) a ser incluído no IFRS 9. Uma vez que essas deliberações estejam completas, o IASB espera publicar uma versão final do IFRS 9, informando nova data de vigência obrigatória.

O Banco entende que a adoção do IFRS acima mencionado terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, sendo que esses impactos estão sob análise, enquanto acompanhamos as deliberações do IASB.

- Investimentos: Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (válida para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 com adoção antecipada permitida) - estas alterações prevêm uma exceção às regras de consolidação do IFRS 10 para controladora, que se enquadram na definição de entidades de investimento. Em virtude da sua natureza, estas alterações não afetam o consolidado do Banco.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são principalmente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na nota 2-d.
- Provisão para perdas sobre créditos são discutidos em detalhes na nota 2-h.
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos tangíveis e intangíveis) são discutidos em detalhes na nota 2-m e 2-n.
- Mensuração do ágio apurado na combinação de negócios em detalhes na nota 2-n.
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes na nota 2-m, 2-n e 14.
- Outros ativos são discutidos em detalhes na nota 2-k e 2-o.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2-q.
- Benefícios dos planos de aposentadoria são discutidos em detalhes na nota 2-w.
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2-z.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referencia para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Práticas contábeis e critérios de apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Base para consolidação
i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais do Banco as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Qualquer mudança nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

ii. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto), coligadas e empreendimentos em Conjunto

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas e empreendimentos em Conjunto são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa, mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. No caso de operações com uma coligada, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento do Banco na coligada. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

iii. Entidades de propósito específico

Quando o Banco constitui entidades de propósito específico ou detém participação societária nelas para permitir que seus clientes tenham acesso a determinados investimentos ou para a transferência de riscos ou para outros fins, o Banco avalia, utilizando critérios e procedimentos próprios e considerando a legislação vigente, se há controle (conforme a definição anterior) e, portanto, se essas entidades devem ser consolidadas. Esses critérios e procedimentos levam em conta, entre outros fatores, os riscos e as recompensas retidos pelo Banco e, desse modo, todas as questões relevantes são consideradas, inclusive eventuais garantias concedidas e quaisquer perdas associadas à cobrança dos respectivos ativos retidos pelo Banco. Essas entidades incluem os veículos com propósito específico de securitização, os quais são integralmente consolidados se for constatado, conforme a análise anteriormente mencionada, que o Banco continua a exercer controle sobre eles.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

iv. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com o IFRS 3, “Combinações de Negócios”.

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.

- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.

- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota explicativa 3, possui uma descrição das transações mais significativas ocorridas em 2013.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros
i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo financeiro” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (nota 11).
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 21).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantidos para venda” ou se forem referentes a “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados como *hedge*” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*.

- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo e os ativos financeiros não mantidos para negociação que são incluídos nessa categoria para obtenção de informações mais relevantes, seja para eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou ambos que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado”, e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).
- **Investimentos mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- **“Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”:** saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- **“Empréstimos e recebíveis”:** inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- **“Empréstimos e outros valores com instituições de crédito”:** créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- **“Empréstimos e adiantamentos a clientes”:** inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- **“Instrumentos de dívida”:** bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- **“Instrumentos de patrimônio”:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento estão incluídas nesta rubrica.
- **“Derivativos”:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de *hedge*.
- **“Derivativos utilizados como *hedge*”:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge*).
- **“Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos”:** inclui os investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou associadas.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Depósitos do Banco Central do Brasil”: depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.
- “Depósitos de instituições de crédito”: depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- “Depósitos de clientes”: inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Derivativos”: inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do *hedge accounting*.
- “Posições vendidas”: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- “Dívidas subordinadas”: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- “Outros passivos financeiros”: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- “Derivativos utilizados como *hedge*”: inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge*).

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os “Empréstimos e recebíveis” e “Investimentos mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos *hedges*.

A “Taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

Mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração.

Nível 1: Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Nível 2: Mensuração do valor justo são os derivados de outros insumos além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). O nível 2 inclui geralmente modelos internos próprios para estimarmos o preço, neste caso são utilizados inputs de dados observáveis em mercados líquidos.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros para negociação, Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda e Passivos financeiros para negociação

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos da Dívida Agrária (TDA) e Debêntures em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2013 Total
Ativos financeiros para negociação	28.193.318	2.022.142	3.327	30.218.787
Instrumentos de dívida	22.394.344	446.155	-	22.840.499
Instrumentos de patrimônio	473.202	1.048	3.327	477.577
Derivativos	5.325.772	1.574.939	-	6.900.711
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	753.893	210.242	334.161	1.298.296
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	112	-	112
Instrumentos de dívida	-	105.850	-	105.850
Instrumentos de patrimônio	753.893	104.280	334.161	1.192.334
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.962.431	11.811.180	513.471	46.287.082
Instrumentos de dívida	33.146.090	11.811.180	-	44.957.270
Instrumentos de patrimônio	816.341	-	513.471	1.329.812
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	293.546	29.271	-	322.817
Passivos financeiros para negociação	11.934.099	1.620.207	-	13.554.306
Derivativos	3.797.588	1.620.207	-	5.417.795
Posições vendidas	8.136.511	-	-	8.136.511
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	608.478	20.505	-	628.983

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais				2012
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros para negociação	29.693.009	1.939.296	5.964	31.638.269
Instrumentos de dívida	26.439.345	207.364	-	26.646.709
Instrumentos de patrimônio	428.589	-	-	428.589
Derivativos	2.825.075	1.731.932	5.964	4.562.971
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	724.551	124.187	379.580	1.228.318
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.065	-		5.065
Instrumentos de dívida	-	124.187	-	124.187
Instrumentos de patrimônio	719.486	-	379.580	1.099.066
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.148.388	10.874.055	126.177	44.148.620
Instrumentos de dívida	32.225.141	10.819.430	-	43.044.571
Instrumentos de patrimônio	923.247	54.625	126.177	1.104.049
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	80.256	75.907	-	156.163
Passivos financeiros para negociação	3.178.163	2.169.437	4.136	5.351.736
Derivativos	2.937.980	2.169.437	4.136	5.111.553
Posições vendidas	240.183	-	-	240.183
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	158.899	122.646	-	281.545

Em milhares de Reais				2011
	Nível 1	Nível 2		Total
Ativos financeiros para negociação	448.210	29.453.285		29.901.495
Instrumentos de dívida	-	25.298.804		25.298.804
Instrumentos de patrimônio	448.210	-		448.210
Derivativos	-	4.154.481		4.154.481
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	374.519	290.850		665.369
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	60.813		60.813
Instrumentos de dívida	-	230.037		230.037
Instrumentos de patrimônio	374.519	-		374.519
Ativos financeiros disponíveis para venda	608.901	43.999.300		44.608.201
Instrumentos de dívida	-	42.077.252		42.077.252
Instrumentos de patrimônio	608.901	1.922.048		2.530.949
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	80.708		80.708
Passivos financeiros para negociação	337.628	4.709.660		5.047.288
Derivativos	-	4.709.660		4.709.660
Posições vendidas	337.628	-		337.628
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	36.071		36.071

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2013 e 2012 para o nível 3:

	Valor Justo 2012	Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições	Baixas	Valor Justo 2013
Ativos financeiros para negociação	5.963	-	3.327	-	(5.963)	3.327
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	379.580	23.737	(69.965)	809	-	334.161
Ativos financeiros disponíveis para venda	126.178	(35.818)	54.516	380.567	(11.972)	513.471
Passivos financeiros para negociação	4.136	-	-	-	(4.136)	-

	Valor Justo 2011	Transferência para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 2012
Ativos financeiros para negociação	-	-	5.963	5.963
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	339.164	40.416	379.580
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	230.036	(103.858)	126.178
Passivos financeiros para negociação	-	-	4.136	4.136

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em 2012, o Banco Santander realizou um estudo, onde os métodos foram reavaliados por produtos, que resultou na reclassificação de alguns instrumentos financeiros, principalmente, Títulos do Governo Brasileiro que tiveram sua classificação alterada de nível 2 para nível 1.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

v. Operações de *hedge*

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:
 - a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).
 - b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
 - c. O investimento líquido em uma operação no exterior (“*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior”).
2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:
 - a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (“efetividade prospectiva”).
 - b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (“efetividade retrospectiva”).
3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

Variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido), são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é eliminada, os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando *hedges* de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

f) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

h) Ativos financeiros não recuperáveis
i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como “Perdas com ativos financeiros (líquidas)” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Os ativos financeiros considerados como não recuperáveis tem a apropriação de seus juros suspensa, quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Para todos os ativos considerados como não recuperáveis, quaisquer recebimentos provenientes desses empréstimos são utilizados no reconhecimento dos juros acumulados e o restante, se houver, é aplicado na amortização do valor do principal desses empréstimos.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

• Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.

• Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto a redução ao valor recuperável não são incluídos em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou “EAD” é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário.

De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.

- Probabilidade de inadimplência, ou “PD”, é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento no ano seguinte. O empréstimo será inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou “LGD”, é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

Quando há prova objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada permanente, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

iv. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda do valor recuperável de instrumentos de patrimônio mensurados pelo custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

As perdas no valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”, “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” ou “Empréstimos e adiantamentos a clientes” (“Depósitos do Banco Central do Brasil”, “Depósitos de instituições de crédito” ou “Depósitos de clientes”).

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Contabilização de leasings

i. Leasings financeiros

Leasings financeiros são leasings que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, todos os tipos de leasings financeiros possuem valores residuais garantidos, e a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido – que é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e recebíveis” no balanço patrimonial consolidado.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A receita financeira decorrente desses contratos é creditado a conta “Receitas com juros e similares” na demonstração do resultado consolidada de modo a alcançar uma taxa constante de retorno sobre o prazo da locação.

ii. Leasings operacionais

Em leasings operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando atuam como arrendadoras, as entidades consolidadas apresentam o custo de aquisição dos ativos arrendados sob a rubrica “Ativo tangível” (nota 12). A política de depreciação para esses ativos é consistente com a de bens do imobilizado de uso próprio similares, e a receita de leasings operacionais é reconhecida pelo método linear na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração consolidada do resultado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de leasing, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica “Outras despesas administrativas” em suas demonstrações consolidadas do resultado.

k) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados e das taxas médias de juros no final dos exercícios de 2013, 2012 e 2011 é informada na nota 41-d.

m) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (*hardware*) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou *softwares* desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de *software*, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período, a entidade revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

o) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), listas de clientes, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de listas de clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso das listas de clientes adquiridas relacionadas a compra das “folhas de pagamento” é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados. Trimestralmente, estas análises são revisados tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

p) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o banco aceita um risco significativo – que não seja risco financeiro - de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Provisões matemáticas de benefícios a conceder são reconhecidas baseados em contribuições efetuadas sobre o regime financeiro de capitalização. As provisões matemáticas para benefícios a conceder representa garantias sobre planos de lucros continuados na qual são reconhecidos através de cálculos atuariais para o tradicional plano de pensão (PGBL) e Vida Garantidos de Benefícios Livres (VGBL).

Todos os métodos de valorização utilizados pelas subsidiárias são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinada pelo órgão regulador local ou baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro são definidos pela administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira do Banco.

Dado as incertezas decorrentes dos processos não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “outros passivos” em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros recebidos no início das transações e os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica “Provisões - Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões” no balanço patrimonial consolidado (nota 21).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - Outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

v) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado. A nota 41-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (asset management e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado.

w) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como “Despesas com juros e similares” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota explicativa 21.c. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a nova versão do IAS 19 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo de serviço, obrigações por morte de cônjuge ou invalidez antes da aposentadoria, que dependam do tempo de serviço do funcionário para com a entidade, e outros itens similares, são tratados para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 21).

y) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de renda

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido calculada à alíquota de 15% para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal; e de 9% para entidades não financeiras.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “Correntes” - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e “Diferidos” - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “Correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e “Diferidos” - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 22.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil” e “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, as atividades operacionais do Banco Santander.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

3. Mudança no escopo de consolidação**a) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, atualmente desenvolvidas pela Santander Brasil Asset**

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset (“Operação”), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos (Efeito tributário de R\$803 milhões).

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim (“Gestora”).

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

b) Constituição de subsidiária no exterior

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.(Santander EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica – grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior – e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

O processo de aprovação da constituição da subsidiária perante os órgãos reguladores (Bacen, Ministério de Economia y Hacienda da Espanha e Banco de España) foi concluído em 28 de março de 2012. A integralização do capital social da subsidiária foi realizada no montante equivalente a €748 milhões.

c) Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nova denominação da Santander Seguros S.A.)

Em 5 de outubro de 2011 o Banco Santander conclui a venda da totalidade das ações de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e, indiretamente, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (nova denominação social da Santander Brasil Seguros S.A.) para as seguintes sociedades: (i) Zurich Santander Insurance America S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS). Em 8 de junho de 2012, a Susep aprovou a transferência definitiva do controle direto da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Zurich Santander Holding (Spain), S.L., sociedade holding com sede na Espanha, 100% detida pela Zurich Santander, e que atualmente é a proprietária das ações inicialmente transferidas à Zurich Santander.

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R\$2.741.102 (recebido em 5 de outubro de 2011). Em 10 de maio de 2013 o preço de compra e venda final foi definido pelas partes no valor de R\$ 2,744,990, resultando em uma redução de preço no montante de R\$ 6.567.142. Em 03 de setembro de 2013, o Banco Santander concluiu a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

Os ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$24.731.463, representados principalmente por R\$21.551.422 de instrumentos de dívida e patrimônio (títulos públicos, privados e cotas de fundos especialmente constituídos - garantidores de planos de benefícios - PGBL/VGBL). Os passivos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$22.349.428, representados principalmente por R\$21.278.718 de passivos por contratos de seguros - provisão técnica para operações de seguro e previdência privada. O ganho reconhecido nesta operação foi de R\$424.292, registrado na rubrica resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas.

A operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da operação, o Banco Santander distribui exclusivamente os produtos de seguros, durante 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, não incluídos no escopo da operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander recebe uma remuneração relativa, equivalente à praticada antes da operação. A operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

d) Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com versão da parcela cindida para Sancap Investimentos e Participações S.A.

No contexto da operação de venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. no capital social da Santander Capitalização. A operação de Cisão Parcial foi homologada pela Susep em 9 de agosto de 2011.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	3.533.344	4.114.775	3.542.707
Sendo:			
Caixa	3.533.344	4.114.775	3.542.707
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	12.793.443	17.337.140	17.607.917
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil ⁽²⁾	35.387.423	34.083.325	44.787.379
Total	51.714.210	55.535.240	65.938.003

(1) Compreende operações compromissadas com compromisso de revenda, de longo prazo e não consideradas como equivalente de caixa.
(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil são referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Bacen com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Classificação:			
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	112	5.065	60.813
Empréstimos e recebíveis	46.043.184	29.913.132	19.628.861
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	46.211.607	29.988.338	19.690.528
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) (nota 9.c)	(168.423)	(75.206)	(61.667)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	46.043.296	29.918.197	19.689.674
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	46.211.719	29.993.403	19.751.341
Tipo:			
Aplicações em depósito a prazo ⁽²⁾	4.442.671	8.719.825	7.136.037
Operações compromissadas ^{(1) (2)}	19.602.697	3.616.002	1.039.551
Depósitos judiciais	7.422.359	7.573.599	6.868.943
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior ⁽²⁾	14.608.963	9.921.309	4.247.179
Outras contas	135.029	162.668	459.631
Total	46.211.719	29.993.403	19.751.341
Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Moeda:			
Real	35.828.923	21.803.005	15.067.109
Dólar norte-americano	9.131.549	7.782.694	4.300.075
Euro	1.248.077	406.064	354.078
Libra esterlina	2.070	446	4.519
Outras moedas	1.100	1.194	25.560
Total	46.211.719	29.993.403	19.751.341

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.
(2) Inclui R\$34.454.664 (2012 - R\$15.502.905 e 2011 - R\$5.474.700) de transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor, consideradas equivalentes de caixa.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	22.840.499	26.646.708	25.298.804
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	105.850	124.187	230.037
Ativos financeiros disponíveis para venda	44.957.272	43.044.570	43.300.354
Empréstimos e recebíveis	-	269.612	62.062
Total	67.903.621	70.085.077	68.891.257
Tipo:			
Títulos do governo - Brasil ⁽¹⁾	51.618.879	57.188.916	56.833.361
Debêntures e Notas promissórias	12.134.183	8.866.474	8.281.136
Outros títulos de dívida	4.150.559	4.029.687	3.776.760
Total	67.903.621	70.085.077	68.891.257
Moeda:			
Real	65.664.839	69.214.546	68.187.066
Dólar norte-americano	2.238.782	870.531	704.191
Total	67.903.621	70.085.077	68.891.257

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

Em 31 de dezembro de 2013, inclui R\$29.134.247 (2012 - R\$25.650.177 e 2011 - R\$34.521.029) de instrumentos de dívida vinculadas a operações compromissadas, R\$4.722.191 (2012 - R\$1.487.183 e 2011 - R\$2.221.258) vinculados a depósitos compulsórios no Banco Central, R\$6.188.885 (2012 - R\$8.146.345 e 2011 - R\$8.851.981) vinculados a garantia de operações na Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa (BM&FBovespa) e R\$2.726.887 (2012 - R\$3.228.030 e 2011 - R\$3.066.458) vinculados a depósitos judiciais e outras garantias.

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	477.577	428.589	448.209
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.192.334	1.099.066	374.519
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.329.810	1.104.050	1.307.847
Total	2.999.721	2.631.705	2.130.575
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	1.124.152	913.719	1.001.644
Ações de empresas estrangeiras	149.109	349	1.229
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	1.726.460	1.717.637	1.127.702
Total	2.999.721	2.631.705	2.130.575

(1) Composto, principalmente, por investimento em ações.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	428.589	448.209	3.283.931
Mudança no escopo de consolidação líquida (nota 3.c)	-	-	(1.643.066)
Adições/Baixas (Líquidas)	49.491	(20.026)	(1.193.006)
Ajustes decorrentes de avaliação	(503)	406	350
Saldo no final do exercício	477.577	428.589	448.209

As variações nos saldos do item "Instrumentos de patrimônio - Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	1.099.066	374.519	17.423.359
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.c)	-	-	(19.819.585)
Adições/Baixas (Líquidas)	93.268	724.547	374.518
Ajustes decorrentes de avaliação ⁽¹⁾	-	-	2.396.227
Saldo no final do exercício	1.192.334	1.099.066	374.519

(1) Refere-se à variação da cota dos fundos PGBL/VGBL que está contabilizada no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais - Despesas com contratos de seguros" líquidas das respectivas variações das provisões técnicas.

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	1.104.050	1.307.847	1.728.037
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.c)	-	-	(18.539)
Adições/Baixas (Líquidas)	428.274	(201.249)	(319.221)
Ajustes decorrentes de avaliação	15.849	(2.548)	(82.430)
Redução ao Valor Recuperável ⁽¹⁾	(218.363)	-	-
Saldo no final do exercício	1.329.810	1.104.050	1.307.847

(1) Corresponde ao registro de perdas de carater permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período na rubrica "Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado".

8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como Hedge

	2013	2012	2011
Ativo			
Swap - Diferencial a Receber	5.567.911	4.092.378	3.334.672
Prêmios de Opções a Exercer	500.886	297.124	208.117
Contratos a Termo e Outros	1.154.731	329.633	692.401
Total	7.223.528	4.719.135	4.235.190
Passivo			
Swap - Diferencial a Pagar	4.217.405	4.327.209	3.485.915
Prêmios de Opções Lançadas	690.743	456.172	537.474
Contratos a Termo e Outros	1.138.630	609.717	722.342
Total	6.046.778	5.393.098	4.745.731

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Resumo por Categoria

	2013		
	Valor		
Negociação	Referencial	Curva	Mercado
Swap		724.783	1.656.672
Ativo	178.606.316	17.535.192	18.755.675
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	48.684.752	16.464.230	17.210.663
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	36.600.526	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	16.519.189	-	-
Moeda Estrangeira	76.750.555	1.043.589	1.497.546
Outros	51.294	27.373	47.466
Passivo	177.881.533	(16.810.409)	(17.099.003)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	32.220.522	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	52.396.615	(15.796.089)	(15.930.641)
Indexados em Índices de Preços e Juros	17.533.509	(1.014.320)	(1.168.362)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	75.706.966	-	-
Outros	23.921	-	-
Opções	234.782.478	(84.844)	(189.857)
Compromissos de Compra	111.750.290	431.770	500.886
Opções de Compra Dólar	3.815.905	108.122	178.192
Opções de Venda Dólar	1.407.427	36.455	39.582
Opções de Compra Outras	45.136.315	202.542	211.330
Mercado Interfinanceiro	43.304.479	88.525	149.768
Outras ⁽²⁾	1.831.836	114.017	61.562
Opções de Venda Outras	61.390.643	84.651	71.782
Mercado Interfinanceiro	57.052.006	43.746	9.022
Outras ⁽²⁾	4.338.637	40.905	62.760
Compromissos de Venda	123.032.188	(516.614)	(690.743)
Opções de Compra Dólar	3.507.854	(204.056)	(314.271)
Opções de Venda Dólar	772.847	(16.514)	(20.075)
Opções de Compra Outras	63.515.372	(180.324)	(267.640)
Mercado Interfinanceiro	61.871.607	(106.328)	(214.387)
Outras ⁽²⁾	1.643.765	(73.996)	(53.253)
Opções de Venda Outras	55.236.115	(115.720)	(88.757)
Mercado Interfinanceiro	51.288.888	(44.524)	(12.019)
Outras ⁽²⁾	3.947.227	(71.196)	(76.738)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

2013			
	Valor		
Negociação	Referencial	Curva	Mercado
Contratos de Futuros	123.646.819	-	-
Posição Comprada	41.654.829	-	-
Cupom Cambial (DDI)	3.772.361	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	29.099.344	-	-
Moeda Estrangeira	8.167.914	-	-
Índice ⁽³⁾	598.874	-	-
Outros	16.336	-	-
Posição Vendida	81.991.990	-	-
Cupom Cambial (DDI)	30.021.614	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	10.266.576	-	-
Moeda Estrangeira	18.179.682	-	-
Índice ⁽³⁾	64.008	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	23.460.110	-	-
Contratos a Termo e Outros	26.308.836	418.810	16.101
Compromissos de Compra	14.198.260	(244.539)	(92.565)
Moedas	13.147.558	(244.539)	(92.565)
Outros	1.050.702	-	-
Compromissos de Venda	12.110.576	663.349	108.666
Moedas	11.711.716	660.462	105.756
Outros	398.860	2.887	2.910

2012			
	Valor		
Negociação	Referencial	Curva	Mercado
Swap		(116.636)	(109.449)
Ativo	112.138.690	15.982.326	16.792.479
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	34.842.507	4.335.903	4.981.610
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	16.341.376	11.646.423	11.810.869
Indexados em Índices de Preços e Juros	14.386.596	-	-
Moeda Estrangeira	46.477.772	-	-
Outros	90.439	-	-
Passivo	112.255.326	(16.098.962)	(16.901.928)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	30.506.604	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	4.694.953	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	19.509.496	(5.122.900)	(5.512.171)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	57.406.818	(10.929.046)	(11.355.697)
Outros	137.455	(47.016)	(34.060)
Opções	266.060.940	(94.067)	(159.048)
Compromissos de Compra	107.224.381	228.378	297.124
Opções de Compra Dólar	1.792.837	44.838	31.993
Opções de Venda Dólar	1.748.915	24.039	24.087
Opções de Compra Outras	46.244.224	86.370	45.920
Mercado Interfinanceiro	45.411.468	51.667	2.289
Outras ⁽²⁾	832.756	34.703	43.631
Opções de Venda Outras	57.438.405	73.131	195.124
Mercado Interfinanceiro	56.963.540	57.121	185.813
Outras ⁽²⁾	474.865	16.010	9.311
Compromissos de Venda	158.836.559	(322.445)	(456.172)
Opções de Compra Dólar	1.453.215	(36.653)	(28.003)
Opções de Venda Dólar	1.385.098	(14.684)	(6.036)
Opções de Compra Outras	83.389.536	(152.818)	(103.294)
Mercado Interfinanceiro	81.602.615	(68.927)	(4.241)
Outras ⁽²⁾	1.786.921	(83.891)	(99.053)
Opções de Venda Outras	72.608.710	(118.290)	(318.839)
Mercado Interfinanceiro	71.156.608	(64.771)	(272.536)
Outras ⁽²⁾	1.452.102	(53.519)	(46.303)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

2012			
	Valor		
Negociação	Referencial	Curva	Mercado
Contratos de Futuros	61.247.088	-	-
Posição Comprada	40.376.893	-	-
Cupom Cambial (DDI)	2.916.996	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	30.144.684	-	-
Moeda Estrangeira	6.576.093	-	-
Índice ⁽³⁾	133.917	-	-
Treasury Bonds/Notes	605.203	-	-
Posição Vendida	20.870.195	-	-
Cupom Cambial (DDI)	14.091.511	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	6.556.673	-	-
Moeda Estrangeira	12.414	-	-
Índice ⁽³⁾	17.926	-	-
Treasury Bonds/Notes	191.671	-	-
Contratos a Termo e Outros	21.766.014	166.807	(280.084)
Compromissos de Compra	11.046.667	(593.458)	197.859
Moedas	11.046.667	(593.458)	197.859
Compromissos de Venda	10.719.347	760.265	(477.943)
Moedas	10.797.139	745.350	(185.614)
Outros	(77.792)	14.915	(292.329)

2011			
	Valor		
Negociação	Referencial	Curva	Mercado
Swap		(232.234)	(195.880)
Ativo	99.094.099	9.085.753	9.228.909
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	32.413.067	8.712.638	8.223.265
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	5.684.619	373.115	1.005.644
Indexados em Índices de Preços e Juros	13.259.314	-	-
Moeda Estrangeira	47.621.292	-	-
Outros	115.807	-	-
Passivo	99.326.333	(9.317.987)	(9.424.789)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	23.700.429	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	5.311.504	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	19.781.674	(6.522.360)	(6.352.475)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	50.340.717	(2.719.425)	(3.004.037)
Outros	192.009	(76.202)	(68.277)
Opções	266.612.580	(217.101)	(329.357)
Compromissos de Compra	110.672.248	239.107	208.117
Opções de Compra Dólar	1.299.890	22.549	39.528
Opções de Venda Dólar	794.230	2.656	65
Opções de Compra Outras	74.456.856	111.458	48.267
Mercado Interfinanceiro	73.455.970	62.801	14.994
Outras ⁽²⁾	1.000.886	48.657	33.273
Opções de Venda Outras	34.121.272	102.444	120.257
Mercado Interfinanceiro	31.754.691	16.250	41.309
Outras ⁽²⁾	2.366.581	86.194	78.948
Compromissos de Venda	155.940.332	(456.208)	(537.474)
Opções de Compra Dólar	2.842.096	(21.179)	(17.896)
Opções de Venda Dólar	2.848.995	(19.867)	(7.683)
Opções de Compra Outras	69.094.441	(187.362)	(100.105)
Mercado Interfinanceiro	67.744.926	(87.838)	(20.471)
Outras ⁽²⁾	1.349.515	(99.524)	(79.634)
Opções de Venda Outras	81.154.800	(227.800)	(411.790)
Mercado Interfinanceiro	78.492.974	(101.163)	(293.479)
Outras ⁽²⁾	2.661.826	(126.637)	(118.311)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2011		
	Valor		
Negociação	Referencial	Curva	Mercado
Contratos de Futuros	100.361.012	-	-
Posição Comprada	46.879.640	-	-
Cupom Cambial (DDI)	1.727.725	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	42.328.562	-	-
Moeda Estrangeira	2.563.038	-	-
Índice ⁽³⁾	78.332	-	-
Treasury Bonds/Notes	178.570	-	-
Outros	3.413	-	-
Posição Vendida	53.481.372	-	-
Cupom Cambial (DDI)	17.359.882	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	21.981.554	-	-
Moeda Estrangeira	13.923.253	-	-
Índice ⁽³⁾	38.496	-	-
Treasury Bonds/Notes	178.187	-	-
Contratos a Termo e Outros	22.726.891	(13.508)	(29.941)
Compromissos de Compra	11.564.473	412.217	298.083
Moedas	11.556.048	412.217	298.083
Outros	8.425	-	-
Compromissos de Venda	11.162.418	(425.725)	(328.024)
Moedas	11.138.022	(442.856)	(272.312)
Outros	24.396	17.131	(55.712)

(1) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, inclui derivativos de crédito.

(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2013			2012	2011
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
Swap	36.552.414	86.954.433	55.099.469	178.606.316	112.138.690
Opções	3.263.388	730.059	230.789.031	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	-	-	123.646.819	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	13.628.060	9.257.517	3.423.259	26.308.836	21.766.014

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2013			2012	2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	40.200.385	50.392.769	88.013.162	178.606.316	112.138.690
Opções	165.992.171	40.560.563	28.229.744	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	54.465.502	33.816.696	35.364.621	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	11.148.113	6.402.559	8.758.164	26.308.836	21.766.014

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	2013			2012	2011
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
Swap	48.944.989	51.377.800	78.283.527	178.606.316	112.138.690
Opções	224.282.471	2.796.722	7.703.285	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	123.646.819	-	-	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	-	16.164.648	10.144.188	26.308.836	21.766.014

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a.5) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, o volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido correspondia a R\$607.119 (31/12/2011 - R\$557.327) de custo e R\$669.507 (31/12/2011 - R\$500.425) de valor de mercado e o consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$3.585 (31/12/2011 - R\$3.291).

a.6) Derivativos Utilizados como Instrumentos de Hedge

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador eram representados como seguem:

Hedge de Risco de Mercado

			2013
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>			
Contratos de <i>Swap</i>	38.532	(68.228)	(29.696)
Ativo	2.514.466	(562.968)	1.951.498
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	1.206.647	(685.468)	521.179
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (3) (4) (6)}	498.575	28.638	527.213
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço ⁽⁵⁾	330.511	4.603	335.114
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽¹⁾	478.733	89.259	567.992
Passivo	(2.475.934)	494.740	(1.981.194)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(1.221.704)	(157.150)	(1.378.854)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(538.292)	668.433	130.141
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(26.824)	(1.651)	(28.475)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(136.522)	(6.783)	(143.305)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ⁽⁵⁾	(304.621)	(5.805)	(310.426)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁶⁾	(247.971)	(2.304)	(250.275)
Objeto de <i>Hedge</i>			
Ativo	2.148.723	129.432	2.278.155
Operação de Crédito	1.614.157	90.801	1.704.958
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.098.267	106.548	1.204.815
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	26.840	373	27.213
Indexados em Índices de Preços e Juros	104.851	2.104	106.955
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	155.127	(6.948)	148.179
Taxa de Juros Pré - Reais	229.072	(11.276)	217.796
Títulos e Valores Mobiliários	534.566	38.631	573.197
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	534.566	38.631	573.197
Passivo	(332.147)	(2.963)	(335.110)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(332.147)	(2.963)	(335.110)
Eurobonds	(332.147)	(2.963)	(335.110)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

			2012
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>			
Contratos de <i>Swap</i>	59.148	(147.817)	(88.669)
Ativo	1.581.458	105.351	1.686.809
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	1.039.229	5.241	1.044.470
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (3) (4) (6)}	255.056	24.302	279.358
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽¹⁾	287.173	75.808	362.981
Passivo	(1.522.310)	(253.168)	(1.775.478)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(1.070.666)	(185.072)	(1.255.738)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(245.530)	(50.678)	(296.208)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(35.076)	(3.062)	(38.138)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(171.038)	(14.356)	(185.394)
Objeto de <i>Hedge</i>			
Ativo	1.593.371	119.818	1.713.189
Operação de Crédito	1.229.701	83.785	1.313.486
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.021.123	93.162	1.114.285
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	35.094	676	35.770
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	173.484	(10.053)	163.431
Títulos e Valores Mobiliários	363.670	36.033	399.703
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	363.670	36.033	399.703

			2011
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>			
Contratos de <i>Swap</i>	74.928	1.247	76.175
Ativo	417.731	35.864	453.595
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾	145.940	771	146.711
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(3) (4)}	271.791	35.093	306.884
Passivo	(342.803)	(34.617)	(377.420)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(101.410)	(908)	(102.318)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(55.498)	(5.067)	(60.565)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(185.895)	(28.642)	(214.537)
Objeto de <i>Hedge</i>			
Ativo	342.473	3.787	346.260
Operação de Crédito	342.473	3.787	346.260
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	100.871	1.450	102.321
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	55.663	4.902	60.565
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	185.939	(2.565)	183.374

(1) Instrumentos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$1.204.815 (2012 - R\$1.114.285 e 2011 - R\$102.321), indexados em índices de preços e juros de R\$106.955 e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$114.891 (2012 - R\$133.273).

(2) Instrumentos cujos objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$458.306 (2012 - R\$266.430).

(3) Instrumentos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$27.213 (2012 - R\$35.770 e 2011 - R\$60.565).

(4) Instrumentos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$148.179 (2012 - R\$163.431 e 2011 - R\$183.374).

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$335.110.

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$217.796.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Hedge de Fluxo de Caixa

				2013
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>				
Contratos de <i>Swap</i>		(166.190)	(110.280)	(276.470)
Ativo	2.863.318	2.863.318	50.346	2.913.664
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	983.011	983.011	40.109	1.023.120
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	97.135	97.135	6.867	104.002
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	58.043	58.043	1.131	59.174
Indexados em Reais ⁽⁴⁾	1.278.611	1.278.611	(41.887)	1.236.724
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾	236.560	236.560	28.717	265.277
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾	209.958	209.958	15.409	225.367
Passivo	(3.029.508)	(3.029.508)	(160.626)	(3.190.134)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	(2.627.525)	(2.627.525)	(112.112)	(2.739.637)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	(204.096)	(204.096)	(32.980)	(237.076)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(161.618)	(161.618)	(12.206)	(173.824)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais ⁽⁶⁾	(36.269)	(36.269)	(3.328)	(39.597)
Contratos de Futuros	13.115.676	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	13.115.676	-	-	-

				2012
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>				
Contratos de <i>Swap</i>		(18.867)	(17.846)	(36.713)
Ativo	818.997	818.997	60.173	879.170
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	678.335	678.335	53.619	731.954
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	91.379	91.379	6.584	97.963
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	49.283	49.283	(30)	49.253
Passivo	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3)}	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Contratos de Futuros	34.567.439	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁹⁾	18.962.863	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	15.604.576	-	-	-

				2011
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>				
Contratos de <i>Swap</i>		(30.354)	(1.184)	(31.538)
Ativo	651.490	651.490	26.989	678.479
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	300.488	300.488	25.792	326.280
Indexados com Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁸⁾	351.002	351.002	1.197	352.199
Passivo	(681.844)	(681.844)	(28.173)	(710.017)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré-Dólar	(681.844)	(681.844)	(28.173)	(710.017)
Contratos de Futuros	(1.794.034)	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁹⁾	(1.794.034)	-	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2013	2012	2011
Objeto de <i>Hedge</i> - Valor da Curva			
Ativo	13.308.608	15.538.109	-
Empréstimos e Recebíveis - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	12.906.917	15.538.109	-
Notas Promissórias - NP	204.096	-	-
Operações de Crédito	197.595	-	-
Passivo	2.423.571	19.607.312	2.518.986
Eurobonds	2.423.571	820.077	300.803
Depósitos de instituições de crédito - Obrigações por Empréstimos ao Exterior	-	-	351.002
Depósitos a prazo	-	18.787.235	1.867.181

(1) Operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014, 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016 (31/12/2012 - operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014 e 12 de abril de 2016 e 31/12/2011 - operação com vencimento em 1 de dezembro de 2014), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016 (31/12/2012 - operação com vencimento em 13 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014 (31/12/2012 - operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(4) Operação com vencimento em 18 de março de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(5) Operação com vencimento em 10 de abril de 2018, cujo objeto de "hedge" é uma operação de títulos e valores mobiliários representado por nota promissória, classificado na categoria títulos disponíveis para venda.

(6) Operações com vencimento em 3 de abril de 2018 e 15 de julho de 2015, cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(7) Operação com vencimento em 31 de janeiro de 2014 (31/12/2012 - operação com vencimento em 31 de janeiro de 2013) e valor atualizado dos instrumentos de R\$12.904.246 (31/12/2012 - R\$15.531.390), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

(8) Em 31 de dezembro de 2011, operação com vencimento em 15 de junho de 2012, cujo objeto de "hedge" são operações com obrigações por empréstimo no exterior.

(9) No primeiro trimestre de 2013, em razão da estratégia de negócios, as estruturas de "hedge" de fluxo de caixa que tinham como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários (CDB) foram descontinuadas. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros líquido dos efeitos tributários destacado no patrimônio líquido corresponde a um débito no valor de R\$1.046 e será amortizado até janeiro de 2014, prazo remanescente das coberturas contratadas.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* e futuros corresponde a um débito no valor de R\$168.050 (2012 corresponde a um débito no valor de R\$258.555 e em 2011 a um crédito de R\$15.149) está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Hedge de Investimento

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possui registrada uma operação de *hedge* de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, com valor referencial de R\$2.3 bilhões, com vencimento entre janeiro a março de 2014 e o efeito de R\$117.891 da variação cambial contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

a.7) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2013	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	763.911	1.421.634	1.181.181
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.521.736	3.699.901	4.363.944
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.017.363	3.024.811	3.306.856
Total	6.303.010	8.146.346	8.851.981

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Classificação:			
Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	212.734.327	196.774.297	183.066.268
Sendo:			
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	226.206.449	210.740.669	194.184.437
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(13.472.122)	(13.966.372)	(11.118.169)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	212.734.327	196.774.297	183.066.268
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	226.206.449	210.740.669	194.184.437

(1) Durante o exercício de 2012, o Banco Santander, por meio da sua subsidiaria integral na Espanha, adquiriu do Banco Santander S.A - Agência de Nova Iorque e Agência de Londres, em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante total de US\$29 milhões e US\$90 milhões equivalentes a R\$60 milhões e R\$121 milhões respectivamente, ao câmbio dos dias em que houve as operações. Referidas operações foram celebradas, observando a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco, incluindo a aprovação pelo Conselho de Administração.

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	223.329.356	208.636.512	192.681.804
Operações compromissadas	55.339	407.694	337.986
Outros recebíveis	2.821.754	1.696.463	1.164.647
Total	226.206.449	210.740.669	194.184.437

(1) Inclui empréstimos, financiamentos, leasing e outros créditos com característica de crédito.

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Por setor devedor:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	113.571.171	103.208.796	94.921.748
Crédito imobiliário - construção	25.554.929	20.106.962	16.297.940
Empréstimos a pessoas físicas	84.312.245	83.243.281	76.458.873
Leasing	2.768.104	4.181.630	6.505.876
Total ⁽¹⁾	226.206.449	210.740.669	194.184.437

(1) Inclui crédito comercial, créditos garantidos, operações compromissadas, arrendamento mercantil - financeiro, outros créditos a prazo e ativos não recuperáveis.

Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	168.304.100	153.505.996	133.503.436
Juros pós-fixados	57.902.349	57.234.673	60.681.001
Total	226.206.449	210.740.669	194.184.437

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c) Perdas por não-recuperação

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e recebíveis” são as seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	14.041.578	11.179.836	9.191.762
Perdas por não-recuperação contra o resultado	14.356.099	18.003.906	11.190.886
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	5.186.845	5.776.813	2.943.221
Imobiliário	125.720	148.847	97.472
Empréstimos a pessoas físicas	8.802.651	11.794.298	7.972.084
Leasing	240.883	283.948	178.109
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(14.757.132)	(15.142.164)	(9.202.812)
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	(3.194.381)	(4.991.510)	(2.469.617)
Imobiliário	(177.394)	(48.071)	(36.447)
Empréstimos a pessoas físicas	(11.093.001)	(9.855.295)	(6.484.338)
Leasing	(292.356)	(247.288)	(212.410)
Saldo no final do exercício	13.640.545	14.041.578	11.179.836
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.472.122	13.966.372	11.118.169
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	168.423	75.206	61.667

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	456.310	1.528.310	1.809.337
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	123.280	456.160	352.638
Imobiliário	77.672	64.341	65.323
Empréstimos a pessoas físicas	214.764	959.900	1.331.104
Leasing	40.594	47.909	60.272

Considerando os valores reconhecidos em “Perdas por não-recuperação contra o resultado” e as “Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo”, as “Perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis” totalizavam R\$13.899.788 em 2013, R\$16.475.925 em 2012 e R\$9.381.549 em 2011.

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como “Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes” e classificados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	16.057.134	13.072.693	9.348.648
Adições líquidas	12.721.775	18.126.605	12.926.857
Ativos baixados	(14.757.132)	(15.142.164)	(9.202.812)
Saldo no final do exercício	14.021.777	16.057.134	13.072.693

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por idade de vencimento:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	5.785.220	4.567.148	5.480.930
Com saldos vencidos de:			
3 a 6 meses	3.377.653	5.282.229	2.473.485
6 a 12 meses	4.230.751	5.609.819	4.342.172
12 a 18 meses	563.207	484.835	445.032
18 a 24 meses	33.988	66.111	311.679
Mais de 24 meses	30.958	46.992	19.395
Total	14.021.777	16.057.134	13.072.693

e) Empréstimos vencidos a menos de 90 dias, mas não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

Em milhares de Reais		% do total de empréstimos vencidos a menos de 90 dias		% do total de empréstimos devidos a menos de 90 dias
	2013		2012	
Comercial, financeiro e industrial	5.208.063	23,75%	7.070.941	36,40%
Imobiliário	6.841.305	31,19%	1.304.674	6,70%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	9.651.987	44,01%	10.346.596	53,30%
Leasing financeiro	231.157	1,05%	702.640	3,60%
Total⁽¹⁾	21.932.512	100,00%	19.424.851	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos vencidos entre 1 e 90 dias

f) Carteira de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil	3.143.227	4.882.797	7.991.849
Arrendamentos a receber	2.439.551	3.714.457	5.720.996
Valores residuais a realizar ⁽¹⁾	703.676	1.168.340	2.270.853
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.394.584)	(3.622.469)	(5.570.537)
Valores residuais a balancear	(703.676)	(1.168.340)	(2.270.853)
Imobilizado de arrendamento	7.996.409	11.738.066	16.485.919
Depreciações acumuladas	(5.387.661)	(8.242.886)	(11.346.459)
Ajuste a valor presente	2.156.908	4.768.240	8.049.256
Perdas em arrendamentos a amortizar	186.661	171.659	198.119
Credores por antecipação de valor residual	(2.233.693)	(4.355.504)	(7.050.545)
Outros valores e bens	4.513	10.067	19.127
Total	2.768.104	4.181.630	6.505.876

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil.

A Receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (Receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos Pagamentos mínimos a receber) é de R\$375.127 (2012 - R\$701.167 e 2011 - R\$1.485.973).

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Vencidas	75.723	144.586	214.378
A Vencer:			
Até 1 ano	1.617.452	2.504.585	3.728.746
De 1 a 5 anos	1.439.700	2.225.247	4.042.054
Acima de 5 anos	10.352	8.379	6.671
Total	3.143.227	4.882.797	7.991.849

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Carteira de arrendamento a valor presente

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Vencidas	55.037	96.689	143.337
A Vencer:			
Até 1 ano	1.537.026	2.353.900	3.427.190
De 1 a 5 anos	1.169.336	1.727.902	2.932.795
Acima de 5 anos	6.705	3.139	2.554
Total	2.768.104	4.181.630	6.505.876

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em março de 2013, o Banco efetuou a venda de carteira de crédito no montante de R\$47.485, com retenção de riscos e benefícios que não foi qualificado para baixa. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041.

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou a venda de carteira de crédito no montante de R\$688.821, com retenção de riscos e benefícios que não foi qualificado para baixa. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente a tais operações cedidas é de R\$380.736 (2012 - R\$508.714 e 2011 - R\$686.587), e R\$336.040 (2012 - R\$495.467 e 2011 - R\$686.015) de “Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos”.

A operação de cessão foi realizada com clausula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	315.315	223.374	167.526
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos ⁽¹⁾	51.010	112.697	24.874.974
Alienações ^{(1) (2)}	(41.937)	(29.987)	(24.819.126)
Outros	24	9.231	-
Saldo no final do exercício, bruto ⁽³⁾	324.412	315.315	223.374
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(49.682)	(149.605)	(90.986)
Provisão como percentual dos ativos executados	15,31%	47,45%	40,73%
Saldo no final do exercício	274.730	165.710	132.388

(1) Em 2011, inclui R\$24.731.463 de ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Adicionalmente, foram alienados R\$22.349.428 de passivos diretamente associados a ativos não correntes mantidos para venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Os ativos e passivos relacionados a alienação da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (nota 3.c) estão apresentados pelo montante líquido na demonstração do fluxo de caixa.

(2) Inclui alienação de edifícios administrativos relacionados.

(3) Refere-se substancialmente a bens imóveis e veículos decorrentes de execuções de empréstimos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

11. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto: quando possuem acordo de acionistas, onde define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

O Banco Santander considera os investimentos classificados como influência significativa as coligadas que possuem indicação de membros da diretoria.

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	31/12/2013	30/12/2012	Participação em %
					31/12/2011
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾	Financeira	Brasil	39,89%	39,89%	39,64%
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	Leasing	Brasil	-	-	39,88%
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽²⁾	Securitização	Brasil	13,64%	13,64%	13,64%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%	11,11%
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)					
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	Outras Atividades	Brasil	70,00%	-	-
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽³⁾	Outras Atividades	Brasil	20,82%	-	-
Influência Significativa do Banco Santander					
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%	21,75%
BW Guirapá I S.A. ⁽⁵⁾	Holding	Brasil	40,57%	-	-

Controle conjunto do Banco Santander	31/12/2013	31/12/2012	Investimentos
			31/12/2011
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾	467.362	413.047	132.514
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	-	-	232.017
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	24.254	23.369	22.528
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽²⁾	10.298	10.285	10.287
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	11.085	2.726	679
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)			
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	316.784	-	-
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽³⁾	118.209	-	-
Influência Significativa do Banco Santander			
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	27.096	22.666	24.200
BW Guirapá I S.A. ⁽⁵⁾	88.715	-	-
Total	1.063.803	472.093	422.225

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Controle conjunto do Banco Santander	Resultados de equivalência patrimonial		
	01/1 a 31/12/2013	01/1 a 31/12/2012	01/1 a 31/12/2011
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾	68.162	68.534	25.424
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	-	-	29.102
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	1.225	841	(2.973)
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽²⁾	522	825	909
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	5.530	2.046	(2.320)
Controle conjunto da Santander Serviços			
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	6.479	-	-
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽³⁾	9.938	-	-
Influência Significativa do Banco Santander			
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	5.952	1.076	4.074
BW Guirapá I S.A. ⁽⁵⁾	(6.466)	-	-
Total	91.342	73.322	54.216

Controle conjunto do Banco Santander	Total do ativo	Total do Passivo	2013
			Lucro
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾	9.284.500	8.182.191	154.008
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	1.705.709	1.022.876	69.485
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	102.665	54.158	2.450
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽²⁾	106.427	31.235	8.605
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	94.493	18.129	(2.003)
Controle conjunto da Santander Serviços			
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	221.400	11.388	14.410
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽³⁾	753.463	500.896	60.859
Influência Significativa do Banco Santander			
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	202.264	77.684	27.367
BW Guirapá I S.A. ⁽⁵⁾	119.215	398.155	14.410
Total	12.590.136	10.296.712	349.591

Controle conjunto do Banco Santander	Total do ativo	Total do Passivo	2012
			Lucro
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾	7.196.107	6.181.629	190.090
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	1.809.185	1.167.533	95.595
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	98.151	51.414	1.681
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽²⁾	117.905	42.480	9.580
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	30.325	5.790	18.419
Influência Significativa do Banco Santander			
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	563.279	220.522	6.401
Total	9.814.952	7.669.368	321.766

Controle conjunto do Banco Santander	Total do ativo	Total do Passivo	2011
			Lucro
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾	4.533.347	4.199.058	80.205
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	1.402.148	820.376	72.973
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	94.918	49.861	(5.946)
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽²⁾	134.766	59.322	11.462
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	6.958	842	(20.879)
Influência Significativa do Banco Santander			
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	172.267	61.001	18.733
Total	6.344.404	5.190.460	156.548

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Variação

As variações no saldo desse item no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram as seguintes:

Controle conjunto do Banco Santander	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	449.427	398.025	348.262
Aumento de Capital	2.830	-	6.107
Adição	418.547	-	2.174
Resultados equivalência patrimonial	91.674	72.246	50.142
Dividendos propostos/recebidos	(14.689)	(20.827)	(8.951)
Outros	203	(17)	291
Saldo no final do período	947.992	449.427	398.025

Influência Significativa do Banco Santander			
Saldo no início do período	22.666	24.200	22.325
Adição ⁽⁵⁾	95.000	-	825
Resultados equivalência patrimonial	(332)	1.076	4.074
Dividendos propostos/recebidos	(1.523)	(2.610)	(3.024)
Saldo no final do período	115.811	22.666	24.200

- (1) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGEs) de 31 de maio de 2012 da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Leasing RCI Brasil) e da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (Financeira RCI Brasil), os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação de ações da Leasing RCI Brasil ao patrimônio da Financeira RCI Brasil na data-base de 31 de março de 2012, passando a Leasing RCI Brasil a ser uma participação indireta do Banco.
- (2) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial.
- (3) Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade TecBan detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013.
- (4) Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 um acordo tendo por objetivo a participação da Carsales.com Limited (Carsales) no capital social da Webmotors (Operação), sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander, pelo valor de R\$180 milhões. A Operação será implementada mediante a aquisição, pela Carsales, de novas ações do capital social da Webmotors, que representarão 30% do capital total. Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o Banco Santander e a Carsales passaram a compartilhar o controle. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$119.961 referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales.com Investments PTY Ltd no seu capital social e R\$169.775, referente ao reconhecimento do valor justo da participação indireta remanescente do Banco Santander no capital da Webmotors S.A. de 42,5% (60,65% referente ao investimento do Banco Santander no capital da Santander Serviços sobre 70,00% do investimento da Santander Serviços no capital da Webmotors S.A.), conforme o IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, esses montantes foram registrados na rubrica Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.
- (5) Em junho de 2013, o Banco Santander subscreveu o valor de R\$95.000 e integralizou R\$50.000 no capital social da BW Guirapá I S.A., e em outubro de 2013 houve integralização no capital social no valor de R\$45.000 sem emissão de novas ações.
- (*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.
- (**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2013, 2012 e 2011.

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais					
Custo	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Saldo no início do exercício	2.226.175	1.317.006	3.000.988	1.263	6.545.432
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.c)	(2.093)	(626)	(272)	-	(2.991)
Adições	204.222	25.302	843.643	1.569	1.074.736
Baixa	(5.482)	(16.827)	(52.000)	-	(74.309)
Transferências	24.832	204.956	(206.278)	-	23.510
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.447.654	1.529.811	3.586.081	2.832	7.566.378
Adições	272.599	4.586	1.169.292	927	1.447.404
Baixa	(72.188)	(71.962)	(41.473)	-	(185.623)
Transferências	567	498.412	(188.798)	-	310.181
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.648.632	1.960.847	4.525.102	3.759	9.138.340
Adições	335.943	75.239	1.329.411	706	1.741.299
Baixa	(32.857)	(48.032)	(29.178)	-	(110.067)
Transferências	68.766	154.883	(242.158)	-	(18.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.020.484	2.142.937	5.583.177	4.465	10.751.063
Depreciação acumulada					
Saldo no início do exercício	(269.553)	(852.129)	(844.337)	-	(1.966.019)
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.c)	524	556	184	-	1.264
Adições	(59.259)	(163.854)	(347.019)	-	(570.132)
Baixa	2.255	15.548	33.867	-	51.670
Transferências	(23.662)	(32)	187	-	(23.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(349.695)	(999.911)	(1.157.118)	-	(2.506.724)
Adições	(59.673)	(242.026)	(423.291)	-	(724.990)
Baixa	42.123	59.006	18.304	-	119.433
Transferências	-	(50.911)	3	-	(50.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(367.245)	(1.233.842)	(1.562.102)	-	(3.163.189)
Adições	(58.480)	(236.731)	(431.778)	-	(726.989)
Baixa	18.657	58.338	14.957	-	91.952
Transferências	-	(29)	(26.397)	-	(26.426)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(407.068)	(1.412.264)	(2.005.320)	-	(3.824.652)
Perdas por não-recuperação (impairment):					
Saldo no início do exercício	(61.304)	-	-	-	(61.304)
Impacto no resultado	9.956	-	-	-	9.956
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(51.348)	-	-	-	(51.348)
Impacto no resultado	14.425	-	-	-	14.425
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(36.923)	-	-	-	(36.923)
Impacto no resultado	(3.561)	-	-	-	(3.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(40.484)	-	-	-	(40.484)
Valor Contábil					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.046.611	529.900	2.428.963	2.832	5.008.306
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.244.464	727.005	2.963.000	3.759	5.938.228
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.572.932	730.673	3.577.857	4.465	6.885.927

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

b) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 o Banco não possui compromissos contratuais para aquisição de tangível (2012 - R\$18.872).

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (nota 42).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela Diretoria Executiva.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Composição:			
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)/ Banco Comercial	27.217.565	27.217.565	27.217.565
Total	27.217.565	27.217.565	27.217.565

	2013	2012	Banco Comercial 2011
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	5 anos	10 anos	10 anos
Taxa de crescimento perpétuo	7,0%	6,0%	5,0%
Taxa de desconto ⁽²⁾	14,8%	15,0%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

A movimentação do ágio no período findo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 está apresentada abaixo:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	27.217.565	27.217.565	28.312.236
Alienações:			
Real Seguros Vida e Previdência ⁽¹⁾	-	-	(1.094.671)
Saldo no final do exercício	27.217.565	27.217.565	27.217.565

(1) Em 2011, inclui a baixa do ágio referente a Real Seguros Vida e Previdência, em decorrência da venda da totalidade das ações da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (nota 3.c).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Custo			
Saldo no início do exercício	2.405.493	249.397	2.654.890
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.c)	(21.727)	-	(21.727)
Adições	862.645	14.846	877.491
Baixa	(264.502)	(58.750)	(323.252)
Transferências	-	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.981.909	205.497	3.187.406
Adições	755.249	9.250	764.499
Baixa	(3.962)	-	(3.962)
Transferências	(310.160)	-	(310.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.423.036	214.747	3.637.783
Adições	523.495	132.697	656.192
Baixa	(78.749)	(2.101)	(80.850)
Transferências	24.739	-	24.739
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.892.521	345.343	4.237.864
Amortização acumulada			
Saldo no início do exercício	(782.054)	(160.291)	(942.345)
Adições	(416.878)	(13.378)	(430.256)
Baixa	213.304	-	213.304
Transferências	(7)	-	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(985.635)	(173.669)	(1.159.304)
Adições	(463.637)	(12.248)	(475.885)
Baixa	-	-	-
Transferências	50.887	-	50.887
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.398.385)	(185.917)	(1.584.302)
Adições	(504.285)	(20.642)	(524.927)
Baixa	9.128	418	9.546
Transferências	1.615	(6.788)	(5.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.891.927)	(212.929)	(2.104.856)
Perda por não-recuperação (impairment) - TI			
Saldo no início do exercício	(64.695)	-	(64.695)
Impacto no resultado	(9.043)	-	(9.043)
Baixas	73.403	-	73.403
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(335)	-	(335)
Impacto no resultado	-	-	-
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(335)	-	(335)
Impacto no resultado	(285.862)	-	(285.862)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(286.197)	-	(286.197)
Valor Contábil			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.995.939	31.828	2.027.767
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.024.316	28.830	2.053.146
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.714.397	132.414	1.846.811

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item “Outros ativos” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Relacionamento com cliente ⁽¹⁾	1.377.072	2.749.612	2.189.748
Despesas antecipadas	1.255.046	614.062	641.098
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (nota 21.d.5)	954.325	991.394	992.687
Ativo Atuarial (Nota 21.c)	898	12.865	13.133
Valores a receber de convênios	399.045	134.007	326.637
Outros recebíveis	1.098.282	1.098.787	639.570
Total	5.084.668	5.600.727	4.802.873

(1) Em 2013, inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$64.170 registrado na rubrica "Outros Ativos". A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada em decorrência da redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos.

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	34.032.289	35.073.626	51.527.021
Total	34.032.289	35.073.626	51.527.021
Tipo:			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	251.134	47.763	133.567
Depósitos a prazo ⁽²⁾	30.510.143	26.077.164	27.022.696
Operações compromissadas	3.271.012	8.948.699	24.370.758
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	373.256	559.494	223.285
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	2.897.756	8.389.205	24.147.473
Total	34.032.289	35.073.626	51.527.021
Moeda:			
Real	16.242.319	19.385.341	33.811.322
Euro	497.300	370.544	437.811
Dólar norte-americano	17.292.342	15.106.130	15.141.705
Outras moedas	328	211.611	2.136.183
Total	34.032.289	35.073.626	51.527.021

(1) Contas não remuneradas.
(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.
(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, do item “Depósitos de clientes” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	200.155.677	188.594.930	174.473.891
Total	200.155.677	188.594.930	174.473.891
Tipo:			
Depósitos à vista:			
Contas correntes ⁽¹⁾	15.584.719	13.585.488	13.561.003
Cadernetas de poupança	33.589.050	26.856.910	23.293.434
Depósitos a prazo	81.350.739	84.586.047	83.941.820
Operações compromissadas	69.631.169	63.566.485	53.677.634
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	41.851.923	35.735.634	30.246.944
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	27.779.246	27.830.851	23.430.690
Total	200.155.677	188.594.930	174.473.891

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	65.300.548	54.012.018	38.590.423
Total	65.300.548	54.012.018	38.590.423
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	17.077.414	11.236.843	8.550.108
Eurobonds e outros títulos	15.903.376	13.049.920	6.539.765
Letras financeiras ⁽³⁾	28.222.426	25.320.186	19.926.031
Notas de securitização - MT100 ⁽⁴⁾	2.247.237	2.236.089	2.152.543
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	1.681.646	2.008.472	1.341.232
Debêntures ⁽⁵⁾	168.449	160.508	80.744
Total	65.300.548	54.012.018	38.590.423

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2020.

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 85,0% a 100,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2020.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2025.

(4) Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

(5) Debêntures emitidas pela controlada Santos Energia Participações S.A. em abril de 2013, com remuneração indexada ao CDI + 1,60% a.a. , com vencimento em 12 de abril de 2014.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais			
Moeda:	2013	2012	2011
Real	50.737.739	39.267.849	32.681.252
Dólar norte-americano	13.090.912	13.920.498	5.608.368
Franco Suíço	1.315.966	679.024	300.803
Iuan Renminbi/chi	58.044	-	-
Peso/Chile	97.887	-	-
Euro	-	144.647	-
Total	65.300.548	54.012.018	38.590.423

Moeda:	2013	2012	Juros médios (%) 2011
Real	7,2%	8,6%	10,2%
Dólar norte-americano	3,9%	3,9%	3,8%
Franco Suíço	1,0%	3,2%	3,0%
Iuan Renminbi/chi	10,0%	-	-
Peso/Chile	10,0%	-	-
Euro	-	0,6%	-
Total	7,2%	7,3%	8,8%

As variações no saldo “Obrigações por títulos e valores mobiliários” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	54.012.018	38.590.423	20.086.645
Emissões	45.575.270	36.376.139	29.501.246
Pagamentos	(40.549.791)	(25.440.219)	(14.895.052)
Juros (nota 30)	4.355.190	3.662.370	3.226.644
Variação cambial e outros	2.071.089	823.305	670.940
Outros	(163.228)	-	-
Saldo no final do exercício	65.300.548	54.012.018	38.590.423

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, nenhum desses instrumentos foram convertido em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2013	2012	2011
Eurobonds	mar-11	mar-14	US\$	Libor + 2,1%	2.813.498	2.452.473	2.252.536
Eurobonds	abr e nov-10	abr-15	US\$	4,5%	1.971.183	1.740.005	1.617.341
Eurobonds	jan e jun-11	jan-16	US\$	4,3%	2.005.381	1.741.878	1.608.424
Eurobonds	nov-05	nov-13	R\$	17,1%	-	333.182	333.182
Eurobonds	jun-11	dez-14	CHF	3,1%	395.378	335.749	300.803
Eurobonds	fev e set-12	fev-17	US\$	4,6%	3.210.407	2.806.547	-
Eurobonds ⁽²⁾	abr-12	abr-16	CHF	3,3%	404.185	343.275	-
Eurobonds ⁽²⁾	mar-13	abr-18	US\$	4,5% a 8,4% ⁽¹⁾	786.587	-	-
Eurobonds ⁽²⁾	mar e mai-13	mar-16	R\$	8,0%	1.283.821	-	-
Eurobonds ⁽²⁾	jun-13	jun-15	CHF	1,1%	332.147	-	-
Outras					2.700.789	3.296.811	427.479
Total					15.903.376	13.049.920	6.539.765

(1) A operação possui fluxo de juros composto: até 17 de abril de 2013 igual a 4,5% a.a., no período de 18 de abril de 2013 a 17 de outubro de 2017 igual a 8,4% a.a. e de 18 de outubro de 2017 a 17 de abril de 2018 igual a 7,0% a.a.

(2) Inclui R\$2.423.572 (31/12/2012 - R\$820.077) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.283.821 indexado em Reais, R\$983.819 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço (31/12/2012 - R\$679.025), R\$97.887 em Peso Chileno (31/12/2012 - R\$91.767) e R\$58.044 em Iuan (31/12/2012 - R\$49.285), e R\$332.147 de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A composição de "Notas de securitização - MT100" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2013
Série 2008-1 ⁽¹⁾	mai-08	mar-15	US\$	6,2%	150.645
Série 2008-2 ^{(1) (2)}	ago-08	set-17	US\$	Libor (6 meses) + 0,8%	940.146
Série 2009-1 ⁽¹⁾	ago-09	set-14	US\$	Libor (6 meses) + 2,1%	40.593
Série 2009-2 ⁽¹⁾	ago-09	set-19	US\$	6,3%	105.135
Série 2010-1 ⁽¹⁾	dez-10	mar-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,5%	420.537
Série 2011-1 ^{(1) (3)}	mai-11	mar-18	US\$	4,2%	237.020
Série 2011-2 ^{(1) (4)}	mai-11	mar-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,4%	353.161
Total					2.247.237

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2012	2011
Série 2008-1 ⁽¹⁾	mai-08	mar-15	US\$	6,2%	212.565	265.203
Série 2008-2 ^{(1) (2)}	ago-08	set-17	US\$	Libor (6 meses) + 0,8%	820.758	753.126
Série 2009-1 ⁽¹⁾	ago-09	set-14	US\$	Libor (6 meses) + 2,1%	69.730	94.494
Série 2009-2 ⁽¹⁾	ago-09	set-19	US\$	6,3%	103.967	95.435
Série 2010-1 ⁽¹⁾	dez-10	mar-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,5%	513.993	471.594
Série 2011-1 ^{(1) (3)}	mai-11	mar-18	US\$	4,2%	206.758	189.790
Série 2011-2 ^{(1) (4)}	mai-11	mar-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,4%	308.318	282.901
Total					2.236.089	2.152.543

(1) Encargos pagos semestralmente.

(2) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).

(3) Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

(4) Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

19. Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

Em milhares de Reais					
	Emissão	Vencimento (1)	Valor (em milhões)	Taxa de juros	2013
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R\$1500	105,0% CDI	3.306.909
CDB Subordinado	out-06	set-16	R\$850	104,5% CDI	1.788.358
CDB Subordinado	jul-07	jul-14	R\$885	104,5% CDI	1.684.508
CDB Subordinado	jul-06 a out-06	jul-16 a jul-18	R\$447	104,5% CDI	970.794
CDB Subordinado	jan-07	jan-14	R\$250	104,5% CDI	508.655
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a mai-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	101.659
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a jun-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	368.401
CDB Subordinado	nov-08	nov-14	R\$100	120,5% CDI	176.860
Total					8.906.144

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais			Valor (em milhões)	Taxa de juros	2012
	Emissão	Vencimento (1)			
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R\$1500	105,0% CDI	3.048.617
CDB Subordinado	out-06	set-16	R\$850	104,5% CDI	1.649.313
CDB Subordinado	jul-07	jul-14	R\$885	104,5% CDI	1.553.537
CDB Subordinado	abr-08	abr-13	R\$600	100,0% CDI + 1,3%	1.010.620
CDB Subordinado	abr-08	abr-13	R\$555	100,0% CDI + 1,0%	929.321
CDB Subordinado	jul-06 a out-06	jul-16 a jul-18	R\$447	104,5% CDI	895.314
CDB Subordinado	jan-07	jan-13	R\$300	104,0% CDI	561.379
CDB Subordinado	ago-07	ago-13	R\$300	100,0% CDI + 0,4%	524.743
CDB Subordinado	jan-07	jan-14	R\$250	104,5% CDI	469.107
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a mai-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	461.792
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a jun-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	494.490
CDB Subordinado	nov-08	nov-14	R\$100	120,5% CDI	161.101
CDB Subordinado	fev-08	fev-13	R\$85	IPCA +7,9%	159.817
Total					11.919.151

Em milhares de Reais			Valor (em milhões)	Taxa de juros	2011
	Emissão	Vencimento (1)			
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R\$ 1.500	105,0% CDI	2.801.102
CDB Subordinado	out-06	set-16	R\$850	104,5% CDI	1.516.018
CDB Subordinado	jul-07	jul-14	R\$885	104,5% CDI	1.427.982
CDB Subordinado	abr-08	abr-13	R\$600	100,0% CDI + 1,3%	920.870
CDB Subordinado	abr-08	abr-13	R\$555	100,0% CDI + 1,0%	848.876
CDB Subordinado	jul-06 a out-06	jul-16 a jul-18	R\$447	104,5% CDI	822.956
CDB Subordinado	jan-07	jan-13	R\$300	104,0% CDI	516.217
CDB Subordinado	ago-07	ago-13	R\$300	100,0% CDI + 0,4%	482.026
CDB Subordinado	jan-07	jan-14	R\$250	104,5% CDI	431.194
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a mai-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	422.628
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-13 a jun-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	431.919
CDB Subordinado	nov-08	nov-14	R\$100	120,5% CDI	146.183
CDB Subordinado	fev-08	fev-13	R\$85	IPCA +7,9%	140.373
Total					10.908.344

(1) CDBs Subordinados emitidos pelo Banco Santander, possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo de “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

Moeda:	Em milhares de Reais			Juros médios (%)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Real	8.906.144	11.919.151	10.908.344	8,5%	8,7%	11,2%
Total	8.906.144	11.919.151	10.908.344	8,5%	8,7%	11,2%

As variações no saldo de “Dívidas subordinadas” foram as seguintes:

	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	11.919.151	10.908.344	9.695.105
Pagamentos	(3.823.280)	-	-
Juros (nota 30)	810.273	1.010.807	1.213.239
Saldo no fim do exercício	8.906.144	11.919.151	10.908.344

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dividas subordinadas em cada fim de exercício e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Cartões de crédito	14.870.988	12.689.689	11.000.043
Transações pendentes de liquidação	2.916.301	1.791.274	1.914.897
Dividendos a pagar	1.684.277	1.055.309	1.182.284
Contas de cobrança fiscal - impostos a recolher	379.174	422.271	579.413
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	336.040	495.467	686.015
Outros passivos financeiros	1.119.182	922.471	589.355
Total	21.305.962	17.376.481	15.952.007

A nota 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

21. Provisões**a) Composição**

A composição do saldo do item “Provisões” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	3.043.311	5.260.700	3.088.593
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	7.849.077	7.514.266	8.269.255
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	954.325	991.394	992.687
Processos judiciais e administrativos	5.382.320	5.795.027	6.398.333
Sendo:			
Cíveis	1.641.199	1.480.320	1.333.671
Trabalhistas	1.938.355	2.611.852	3.337.579
Fiscais e Previdenciárias	1.802.766	1.705.610	1.727.083
Provisões diversas ⁽¹⁾	1.512.432	727.845	878.235
Total	10.892.388	12.774.966	11.357.848

(1) Em 2013, inclui R\$987.600, referente à constituição de fundo para cobrir os impactos dos projetos que visam melhorar a produtividade operacional e a eficiência registrado na rubrica "Provisões (Líquidas)", provisão de Fundo para Compensação de Variações Salariais (FCVS) e outras provisões.

b) Variações

As variações no saldo de “Provisões” foram as seguintes:

	2013	
	Fundos de Pensões	Outras Provisões ⁽¹⁾
Em milhares de Reais		Total
Saldo no início do exercício	5.260.700	7.514.266
Adições debitadas ao resultado:		
Despesas com juros e similares (nota 30)	378.904	-
Despesas com pessoal (nota 37.a & 21.c)	46.341	-
Adições a provisões	(4.769)	2.697.587
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(44.515)	-
Pagamentos a fundos externos	(315.853)	-
Valor utilizado	-	(3.063.833)
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	(2.265.530)	-
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	(11.967)	-
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	701.057
Saldo no fim do exercício	3.043.311	7.849.077

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

			2012
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões	Outras Provisões ⁽¹⁾	Total
Saldo no início do exercício	3.088.593	8.269.255	11.357.848
Adições debitadas ao resultado:			
Despesas com juros e similares (nota 30)	278.619	-	278.619
Despesas com pessoal (nota 37.a & 21.c)	42.798	-	42.798
Adições a provisões	(53.124)	2.109.730	2.056.606
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(42.584)	-	(42.584)
Pagamentos a fundos externos	(239.042)	-	(239.042)
Valor utilizado	-	(2.908.432)	(2.908.432)
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	2.185.708	-	2.185.708
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	(268)	-	(268)
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	43.713	43.713
Saldo no fim do exercício	5.260.700	7.514.266	12.774.966

			2011
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões	Outras Provisões ⁽¹⁾	Total
Saldo no início do exercício	1.876.981	8.205.053	10.082.034
Mudança no escopo de consolidação líquidas (nota 3.c)	-	(127.419)	(127.419)
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas com juros e similares (nota 29)	(55.103)	-	(55.103)
Despesas com juros e similares (nota 30)	231.944	-	231.944
Despesas com pessoal (nota 37.a & 21.c)	19.460	-	19.460
Adições a provisões ⁽²⁾	46.274	2.939.052	2.985.326
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(39.596)	-	(39.596)
Pagamentos a fundos externos	(219.263)	-	(219.263)
Valor utilizado	-	(2.672.142)	(2.672.142)
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	1.214.763	-	1.214.763
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	13.133	-	13.133
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	(75.289)	(75.289)
Saldo no fim do exercício	3.088.593	8.269.255	11.357.848

(1) Refere-se, substancialmente, a provisões para riscos fiscais e obrigações legais e processos judiciais e administrativos de ações trabalhistas e cíveis.

(2) No quarto trimestre de 2011, foram constituídos, adicionalmente, R\$648,7 milhões de provisão de processos trabalhistas, referente a iniciativa do banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.

c) Provisões para fundos de pensões e obrigações similares**i. Plano de pensão complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)**

- Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em Abril/2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a PREVIC, em razão de Déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

- Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

- Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

- Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de Setembro de 2005.

- Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

• **Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)**

- Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

- Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

• **Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

• **Outros planos**

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes. Possui também 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): Entidade Fechada de Previdência Complementar que administrava três planos de benefícios previdenciais, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, atual PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar, foram concretizados em julho de 2009.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

ii. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação**

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

- **Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial e cálculo dos juros sobre os ativos**

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos pós-emprego - 11,2% (2012 - 8,7% e 2011 - 10,4%).
- Cabesp, Lei 9.656 e Outras obrigações similares -11,3% (2012 - 9,0% e 2011 - 10,4%).

- **Taxa estimada de inflação no longo prazo**

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 4,5% (2012 - 4,5% e 2011 - 4,4%).

- **Taxa estimada de aumento nominal dos salários**

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 5,0% (2012 - 5,0% e 2011 - 4,9%).

iii. Assistência médica e odontológica

- **Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A.**

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

- **Aposentados pela SantanderPrevi**

Para o plano de assistência médica "Aposentadoria SantanderPrevi", tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso era oferecido a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, como status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

- **Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares)**

Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos Básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano Básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

- **Aposentados pela Bandeprev**

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27/11/1998. Os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

- **Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios)**

Fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

• Seguro de Vida para aposentados do Banco Real

Para os Aposentados Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

• Clínica Grátis

Plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

• Plasas

Plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999. Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

A situação de custeio das obrigações de benefício definido de 2013 e últimos 4 anos é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações - Planos pós-emprego:					
A atuais funcionários	585.214	1.639.679	1.312.325	1.212.603	1.078.765
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	15.912.616	19.028.670	15.268.283	14.009.689	12.644.915
	16.497.830	20.668.349	16.580.608	15.222.292	13.723.680
Menos:					
Valor justo dos ativos do plano	15.271.532	17.883.138	15.051.746	14.522.452	13.324.387
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(786.377)	(780.922)	(802.969)	(835.897)	(870.468)
Provisões - Planos pós-emprego, líquidas	2.012.675	3.566.133	2.331.831	1.535.737	1.269.761
Valor presente das obrigações - Outras obrigações similares					
A atuais funcionários	315.542	747.175	601.549	530.858	23.053
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	5.208.636	6.286.495	4.569.371	3.759.378	3.842.505
	5.524.178	7.033.670	5.170.920	4.290.236	3.865.558
Menos:					
Valor justo dos ativos do plano	4.629.910	5.473.031	4.535.896	4.142.589	3.683.450
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(135.470)	(121.064)	(108.605)	(193.597)	(97.711)
Provisões - Outras obrigações similares, líquidas	1.029.738	1.681.703	743.629	341.244	279.819
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	3.042.413	5.247.836	3.075.460	1.876.981	1.549.580
Sendo:					
Provisões atuariais	3.043.311	5.260.700	3.088.593	1.876.981	1.549.580
Ativos atuariais (nota 15)	898	12.865	13.133	-	-

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I,II e III, Bandeprev e Plasas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Planos pós-emprego	
				2010	2009
Custos dos serviços correntes (nota 37.a & 21.b)	25.584	22.708	19.460	16.212	22.051
Custo dos juros	1.803.190	1.756.104	1.561.367	1.460.199	1.362.265
Rendimento esperado do ativo do plano	(1.563.926)	(1.551.712)	(1.492.661)	(1.327.254)	(1.283.582)
Encargos extraordinários:					
Outros movimentos	(4.244)	(25.648)	62.837	5.754	14.549
Custo de aposentadoria antecipada	93	8.258	89	32	-
Total	260.697	209.711	151.092	154.943	115.283

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Outras obrigações similares	
				2010	2009
Custos dos serviços correntes (nota 37.a & 21.b)	20.757	20.090	-	-	14.483
Custo dos juros	602.131	537.954	445.405	424.157	307.459
Rendimento esperado do ativo do plano	(462.491)	(463.727)	(433.252)	(391.636)	(279.880)
Encargos extraordinários:					
Outros movimentos	(618)	(35.734)	2.873	64.180	8.550
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	38.335	58.576	-
Total	159.779	58.583	53.361	155.277	50.612

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Planos pós-emprego	
				2010	2009
Valor presente das obrigações no início do exercício	20.668.349	16.580.608	15.222.292	13.723.680	12.630.889
Custos dos serviços correntes	25.584	22.708	19.460	16.212	22.051
Custo dos juros	1.721.109	1.659.518	1.561.367	1.460.199	1.362.265
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	89	32	-
Benefícios pagos	(1.336.124)	(1.308.099)	(1.171.279)	(1.064.412)	(1.394.064)
Perdas (ganhos) atuariais	(4.632.667)	3.693.482	924.447	1.085.254	1.102.539
Outros	51.579	20.132	24.232	1.327	-
Valor presente das obrigações no fim do exercício	16.497.830	20.668.349	16.580.608	15.222.292	13.723.680

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Outras obrigações similares	
				2010	2009
Valor presente das obrigações no início do exercício	7.033.670	5.170.920	4.290.236	3.865.558	2.711.520
Custos dos serviços correntes	20.757	20.090	-	-	14.483
Custo dos juros	615.014	526.079	445.405	424.157	307.459
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	(4.411)	1.026	-
Benefícios pagos	(291.221)	(292.145)	(220.030)	(177.674)	(178.875)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.859.513)	1.710.072	633.116	132.301	1.010.971
Outros	5.471	(101.346)	26.604	44.868	-
Valor presente das obrigações no fim do exercício	5.524.178	7.033.670	5.170.920	4.290.236	3.865.558

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Planos pós-emprego	
				2010	2009
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	17.883.138	15.051.746	14.522.452	13.324.387	12.390.745
Rendimento esperado do ativo do plano	1.563.926	1.551.712	1.492.661	1.327.254	1.283.582
Ganhos (perdas) atuariais	(3.178.551)	2.342.632	34.074	788.178	692.559
Contribuições	294.688	223.260	173.838	129.051	106.837
Sendo:					
Pelo Banco	243.109	203.520	153.744	108.501	84.495
Por participantes do plano	51.579	19.740	20.094	20.550	22.341
Benefícios pagos	(1.291.645)	(1.308.099)	(1.171.279)	(1.051.854)	(1.149.336)
Variações cambiais e outros itens	(25)	21.887	-	5.436	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	15.271.531	17.883.138	15.051.746	14.522.452	13.324.387

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Outras obrigações similares	
				2010	2009
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.473.031	4.535.896	4.142.589	3.683.450	2.897.569
Rendimento esperado do ativo do plano	462.491	463.727	433.252	391.636	279.880
Ganhos (perdas) atuariais	(1.088.686)	694.955	130.734	187.714	635.821
Contribuições	52.870	70.598	64.878	58.833	42.751
Sendo:					
Pelo Banco	47.399	65.551	59.576	53.944	37.635
Por participantes do plano	5.471	5.048	5.301	4.889	5.116
Benefícios pagos	(269.796)	(292.145)	(218.173)	(192.371)	(172.571)
Variações cambiais e outros itens	-	-	(17.384)	13.327	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.629.910	5.473.031	4.535.896	4.142.589	3.683.450

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego
	2013
Experiência do Plano	7.545
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.616.063
Mudanças em Hipóteses Demográficas	9.059
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	4.632.667
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(3.178.551)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(3.178.551)

Em milhares de Reais	Outras obrigações similares
	2013
Experiência do Plano	(162.621)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.977.207
Mudanças em Hipóteses Demográficas	44.927
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.859.513
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(1.088.686)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(1.088.686)

Os ajustes de experiência resultantes de passivos e ativos dos planos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Planos pós-emprego	
				2010	2009
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(3.178.551)	2.342.632	34.074	788.178	692.559

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	Outras obrigações similares	
				2010	2009
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(1.088.686)	694.955	130.734	187.714	635.821

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Os montantes de obrigação atuarial dos planos de benefício definido sem cobertura e os planos de benefícios definido parcial ou totalmente cobertos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011	2010
Planos de benefício definido sem cobertura	836.129	890.234	769.150	628.138
Planos de benefício definido parcial ou totalmente cobertos	21.061.473	26.811.786	20.982.378	18.884.390

Em 2014, o Banco espera fazer contribuições para custear essas obrigações por valores similares aos efetuados em 2013.

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2013	2012	2011	2010	2009
Instrumentos de patrimônio	2,10%	2,80%	2,77%	5,05%	2,55%
Instrumentos de dívida	96,30%	93,40%	93,38%	92,91%	96,58%
Bens imóveis	0,20%	0,50%	0,50%	0,47%	0,12%
Outros	1,40%	3,30%	3,36%	1,57%	0,75%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

O valor do retorno real dos ativos do plano foi de R\$2.991 (2012 - R\$5.057 e 2011 - R\$2.090).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2013 para os próximos dez anos:

Em milhares de Reais	
2014	1.734.926
2015	1.818.829
2016	1.906.063
2017	1.995.072
2018 a 2023	13.949.933
Total	21.404.823

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

Em milhares de Reais	Sensibilidade
	(+) 1,0% (-) 1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	- -
Efeito sobre o valor Presente das Obrigações	724.088 (612.260)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Planos pós-emprego
	Duração (em Anos)
Banesprev Plano I	12,66
Banesprev Plano II	11,86
Banesprev Plano III	8,66
Banesprev Plano IV	16,70
Banesprev Plano V	9,42
Banesprev Pré-75	10,17
Sanprev I	7,15
Sanprev II	17,87
Bandeprev Básico	10,07
Bandeprev Especial I	7,54
Bandeprev Especial II	7,47
SantanderPrevi	7,63
Meridional	7,27

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Planos	Outras obrigações similares
Cabesp	14,03
Lei 9656	41,25
Bandepe	15,08
Plasas	13,67
Clínica Grátis	11,92
Diretores Vitalícios	9,93
Circulares ⁽¹⁾	13,76 e 10,89
Seguro de Vida	9,02

(1) A duração 13,76 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,89 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

d) Provisões para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

O Banco e suas coligadas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/13 (artigos 17 e 39).

A adesão ao programa incluiu a ação judicial que pleiteava o afastamento da aplicação da Lei 9.718/98 para o Banco ABN Amro Real, sucedido pelo Banco. Referida ação judicial, abrangia fatos geradores das contribuições sociais ao PIS e COFINS ocorridos no período de setembro de 2006 a abril de 2009, esse processo possuía decisão desfavorável no Tribunal Regional Federal. O Banco e as empresas controladas seguem discutindo judicialmente a aplicação da Lei 9.718/98. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista, foram registrados no momento da adesão ao programa. Como consequência, foram liquidados passivos fiscais contingentes no montante de R\$2.053.822, através de pagamento de R\$1.389.501 e da conversão em renda de depósitos em garantia de R\$155.020. Foi registrado no resultado do exercício o ganho líquido dos honorários advocatícios de R\$504.859, antes dos impostos.

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e COFINS** - R\$8.593.676 (2012 - R\$8.735.925 e 2011 - R\$6.833.010): o Banco e as empresas controladas ajuizaram medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.
- **Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$1.217.935 (2012 - R\$1.103.018 e 2011 - R\$979.938): o Banco e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e sua subsidiárias são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **CSLL - Isonomia de Alíquotas** - R\$52.489 (2012 - R\$51.271 e 2011 - R\$49.314): o Banco e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.
- **ISS - Instituições Financeiras** - R\$545.337 (2012 - R\$445.497 e 2011 - R\$542.443): o Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.
- **INSS** - R\$332.259 (2012 - R\$349.855 e 2011 - R\$288.137): o Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

d.2) Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos, e as provisões são reconhecidas com base nas avaliações de perdas pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base em pagamentos anteriores médios estatísticos, e na avaliação de êxito segundo avaliação jurídica. Provisões para outros processos são determinadas individualmente de acordo com a análise aplicável às circunstâncias de cada caso.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

- **Ações de Caráter Indenizatório:** referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

- **Planos Econômicos** - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença, decisão essa que ainda não transitou em julgado. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

d.4) Contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$10,3 bilhões, sendo os principais processos os seguintes:

- **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda depende de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos na última instância do CARF. Em 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$604 milhões cada.

- **IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais** - a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador das instituições bancárias sucedidas pelo Banco Santander, como reembolso para pagamentos realizados pelo Banco e suas controladas com passivos originados das atividades por essas instituições quando o ex-controlador ainda mantinha o controle desse grupo. A Receita Federal entendeu que o valor ressarcido em favor das referidas entidades corresponde a “renda tributável” e não a reembolsos. Em novembro de 2011 o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração, tendo sido extinto em fevereiro de 2012 pelo decurso do prazo recursal. Em relação ao período-base 2004, houve nova decisão favorável no CARF, a qual ainda poderá ser objeto de recurso. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2003 a 2006 estão em andamento. Em 31 de dezembro de 2013 o montante relacionado a essas autuações era de aproximadamente R\$142 milhões.

- **Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2013, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$595 milhões.

- **CSLL - Aumento da alíquota** –pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Em julho de 2012, a ação teve decisão final favorável.

- **INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos administrativos e judiciais contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$1.056 milhões.

- **IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Essa decisão pode ser objeto de recurso. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2013, o valor era de aproximadamente R\$233 milhões.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$0,1 bilhão, excluindo o processo abaixo:

• **Gratificação Semestral ou PLR** - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$0,6 bilhão.

d.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$948.074, R\$3.299 e R\$2.952 (2012 - R\$978.083, R\$10.078 e R\$3.233 e 2011 - R\$969.485, R\$14.150 e R\$9.052), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

22. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	4.018.257	5.474.925	8.773.817
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	(300.000)	(1.020.000)	(1.550.000)
Lucro de operações descontinuadas	2.063.463	55.313	74.238
Lucros a realizar	(1.319)	(24.403)	(914)
Lucro antes da tributação	5.780.401	4.485.835	7.297.141
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social)	(2.312.160)	(1.794.334)	(2.918.856)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) ⁽²⁾	(1.065.515)	(1.143.825)	(1.037.570)
Diferenças permanentes:			
Equivalência patrimonial	36.537	29.329	21.686
Ágio ⁽³⁾	1.454.794	1.454.778	1.241.381
Variação cambial - filiais no exterior ⁽⁴⁾	1.296.777	804.414	767.921
Ajustes:			
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	614.293	404.809	602.394
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL ⁽⁵⁾	11.420	19.308	9.439
Outros ajustes	(269.742)	188.507	212.682
Imposto de renda e contribuição social	(233.596)	(37.014)	(1.100.923)
Sendo:			
Impostos correntes	(2.771.367)	(2.822.084)	(2.732.999)
Impostos diferidos	2.537.771	2.785.070	1.632.076
Impostos pagos no exercício	(1.198.409)	(2.137.965)	(1.932.317)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) A diferença entre a base fiscal e a base contábil do ágio de aquisição do Banco ABN Amro Real S.A. constitui uma diferença de natureza permanente e definitiva, uma vez que a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração. Neste caso a possibilidade de perda por impairment ou alienação somente se aplica à entidade como um todo e em função das características da combinação de negócios realizada, não é possível segregar e identificar os negócios originalmente adquiridos. Portanto, a amortização fiscal do ágio gera uma diferença permanente e não há o registro de passivo fiscal diferido (Nota 46).

(4) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis.

(5) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Lucro antes da tributação	4.018.257	5.474.925	8.773.817
Imposto de renda	233.596	37.014	1.100.923
Alíquota efetiva ⁽¹⁾	5,81%	0,68%	12,55%

(1) Em 2013, 2012 e 2011, considerando os efeitos da variação cambial sobre as agências no exterior e o hedge econômico, contabilizados em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" (nota 35), a alíquota efetiva teria sido 40,7%, 21,4% e 26,5% respectivamente.

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	555.044	535.264	97.498
Avaliação de títulos disponíveis para venda	507.045	341.088	97.498
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	47.999	194.176	-
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(1.029.078)	(3.291.984)	(1.667.291)
Avaliação de títulos disponíveis para venda	(148.128)	(1.611.935)	(845.109)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	-	-	(7.365)
Avaliação de Plano de Benefício Definido	(880.950)	(1.680.049)	(814.817)
Total	(474.034)	(2.756.720)	(1.569.793)

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens “Créditos tributários diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” são:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Ativos Fiscais Diferidos	19.195.626	17.956.432	14.937.544
Sendo:			
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	17.131.721	15.002.202	12.887.544
Prejuízo fiscal	1.366.178	2.256.503	1.352.273
CSLL 18%	697.727	697.727	697.727
Imposto a compensar	2.073	2.073	2.073
Total de créditos tributários diferidos	19.197.699	17.958.505	14.939.617
Passivos fiscais Diferidos	1.623.593	3.565.381	3.748.104
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	539.223	1.192.056	2.012.314
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	1.084.370	2.373.325	1.735.790
Total de passivos fiscais diferidos	1.623.593	3.565.381	3.748.104

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação (impairment) sobre empréstimos e valores a receber e provisões para processos judiciais e administrativos.

Não foram registrados créditos tributários no montante de R\$160.392 em 2013.

As movimentações dos saldos dos itens “Créditos tributários diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” nos últimos três anos foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado ⁽¹⁾	Ajuste no resultado - Operações Descontinuadas ⁽²⁾	Saldos em 31 de dezembro de 2013
Ativos Fiscais Diferidos	17.956.432	1.895.688	(655.143)	(1.351)	19.195.626
Diferenças temporárias	15.002.202	2.786.013	(655.143)	(1.351)	17.131.721
Prejuízo fiscal	2.256.503	(890.325)	-	-	1.366.178
CSLL 18%	697.727	-	-	-	697.727
Passivos fiscais diferidos	3.565.381	(642.083)	(1.299.705)	-	1.623.593
Diferenças temporárias	3.565.381	(642.083)	(1.299.705)	-	1.623.593
Total	14.391.051	2.537.771	644.562	(1.351)	17.572.033

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado ⁽¹⁾	Ajuste no resultado - Operações Descontinuadas ⁽²⁾	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Ativos Fiscais Diferidos	14.937.544	1.969.761	1.086.216	(37.089)	17.956.432
Diferenças temporárias	12.887.544	1.065.531	1.086.216	(37.089)	15.002.202
Prejuízo fiscal	1.352.273	904.230	-	-	2.256.503
CSLL 18%	697.727	-	-	-	697.727
Passivos fiscais diferidos	3.748.104	(815.309)	632.586	-	3.565.381
Diferenças temporárias	3.748.104	(815.309)	632.586	-	3.565.381
Total	11.189.440	2.785.070	453.630	(37.089)	14.391.051

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2010	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado ⁽¹⁾	Aquisições no ano (líquidas de alienações)	Ajuste no resultado - Operações Descontinuadas ⁽²⁾	Saldos em 31 de dezembro de 2011
Créditos tributários diferidos	13.690.047	881.361	483.032	(68.950)	(47.946)	14.937.544
Passivos fiscais diferidos	4.280.159	(707.006)	276.494	(101.543)	-	3.748.104
Total	9.409.888	1.588.367	206.538	32.593	(47.946)	11.189.440

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.
(2) Efeito tributário no resultado referente a Santander Asset.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	CSLL 18%
2014	4.967.476	373.117	28.121
2015	3.335.125	531.413	115.759
2016	6.431.449	-	-
2017	502.287	370.344	176.797
2018	382.734	82.972	210.808
2019 a 2021	883.300	8.332	166.242
Após 2021	629.350	-	-
Total	17.131.721	1.366.178	697.727

f) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

23. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Despesas provisionadas e receitas diferidas ⁽¹⁾	2.127.999	1.966.435	1.930.290
Transações em andamento	571.901	912.034	695.880
Provisão para pagamento baseado em ações	224.559	210.822	158.543
Outros ⁽²⁾	2.003.299	1.213.529	1.143.138
Total	4.927.758	4.302.820	3.927.851

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.
(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar.

24. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”, como segue:

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- Ganhos (perdas) de reavaliação: incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados à participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como disponíveis para venda (Notas 6 e 7).

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros para Venda em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 é a seguinte:

Em milhares de Reais				2013
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	11.686	(392.463)	(380.777)	29.615.457
Títulos privados	109.673	(141.782)	(32.109)	15.341.815
Instrumentos de Patrimônio				
No país	367.509	(426.568)	(59.059)	1.329.810
Sendo:				
Listado em Bolsa	330.760	(390.800)	(60.040)	403.295
Não Listado em Bolsa	36.749	(35.768)	981	926.515
Total	488.868	(960.813)	(471.945)	46.287.082

Em milhares de Reais				2012
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	2.283.906	(1.030.507)	1.253.399	30.400.250
Títulos privados	1.135.406	(514.195)	621.211	12.644.320
Instrumentos de Patrimônio				
No país	200.278	(314.217)	(113.939)	1.104.050
Sendo:				
Listado em Bolsa	180.861	(281.419)	(100.558)	340.494
Não Listado em Bolsa	19.417	(32.798)	(13.381)	763.556
Total	3.619.590	(1.858.919)	1.760.671	44.148.620

Em milhares de Reais				2011
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	1.993.581	(930.000)	1.063.581	31.858.187
Títulos privados	126.508	(173.363)	(46.855)	11.442.167
Instrumentos de Patrimônio				
No país	169.948	(226.475)	(56.527)	1.307.847
Sendo:				
Listado em Bolsa	154.958	(194.040)	(39.082)	462.062
Não Lista do em Bolsa	14.990	(32.435)	(17.445)	845.785
Total	2.290.037	(1.329.838)	960.199	44.608.201

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como disponíveis para venda (títulos de dívida e instrumentos de capital) tem indícios de perda por não recuperação.

Esta avaliação inclui, mas não está limitado a uma análise da seguinte informação: i) a situação econômica e financeira do emissor, alguma inadimplência ou atraso no pagamento, análise de solvência do emissor, a evolução do seu negócio, projeções de curto prazo, as tendências observadas com relação aos seus ganhos e, se aplicável, a sua política de distribuição de dividendos, ii) informações relacionadas ao mercado, tais como mudanças na situação geral da economia, mudanças no setor do emissor que poderia afetar sua capacidade de pagamento; iii) mudanças no valor justo do título analisado e a análise das origens de tais mudanças - se eles são específicos aos títulos ou o resultado da incerteza geral sobre a economia ou o país e iv) relatórios e previsões de analistas independentes e outras fontes independentes do mercado.

No caso de Instrumentos de patrimônio, quando as mudanças no valor justo do instrumento em análise são avaliados, é levado em consideração a duração e a relevância da redução em seu preço de mercado abaixo do custo. No entanto, deve notar-se que o Banco avalia, numa base caso a caso, cada uma das operações que sofreram perdas, e monitora o desempenho dos seus preços, reconhecendo uma perda, caso o valor de recuperação tenha sido diminuído.

Se, após a realização da avaliação acima, o Banco considerar que a presença de um ou mais desses fatores poderia afetar a recuperação do custo do ativo, uma perda do valor recuperável é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no montante da perda de patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação. Além disso, se o Banco não tem a intenção e/ou não é capaz de manter o investimento por um período de tempo suficiente para recuperar o custo, o instrumento é baixado por seu valor justo.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - *Hedge* de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de *hedge* que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles são reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

Assim, os valores que apresentam atualmente perdas de valorização serão compensado no futuro por ganhos gerados por instrumentos de *hedge*.

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - *Hedges* de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva (Nota 8).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (Nota 2.a).

O Banco possui registrada uma operação de *hedge* de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, subsidiária independente na Espanha. Assim, valores que representam perdas de valorização serão compensados no futuro por ganhos gerados pelos instrumentos de *hedge*.

25. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	395	796	784
Santander Brasil Advisory Services S.A. ⁽³⁾	451	442	1.712
Brasil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	-	2	2
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamentos S.A.	56.932	26.633	13.061
MS Participações Societárias S.A. ⁽¹⁾	-	-	3.401
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ⁽²⁾	231.323	209.257	-
Total	289.101	237.130	18.960

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Lucro atribuível às participações não-controladoras	124.630	10.618	7.928
Sendo:			
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	17	82	83
Santander Brasil Advisory Services S.A. ⁽³⁾	28	70	1.302
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamentos S.A.	49.427	13.573	6.450
MS Participações Societárias S.A. ⁽¹⁾	-	(2.792)	93
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ⁽²⁾	74.468	(315)	-
Outras empresas	690	-	-

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica “Participações não-controladoras” está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	237.130	18.960	8.076
Inclusão de empresas ^{(2) (3)}	-	222.507	3.308
Dividendos pagos	(104.280)	(2.825)	(352)
Lucro atribuível às participações não-controladoras	124.630	10.618	7.928
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	(6.029)	(12.130)	-
Valor de Mercado	37.650	-	-
Saldo no encerramento do exercício	289.101	237.130	18.960

(1) Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.

(2) Refere-se a participação de não-controladores na Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros.

(3) Na AGE realizada em 26 de agosto de 2011, foram aprovadas: (i) a alteração da denominação social da Santander CHP S.A. para Santander Brasil Advisory Services S.A.; e (ii) alteração do seu objeto social.

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Ações - mil 2013 Total	
	Ordinárias	Preferenciais
Domiciliados no Brasil	19.030.307	18.705.661
Domiciliados no exterior	193.811.425	167.496.724
Total	212.841.732	186.202.385
(-) Ações em tesouraria	(1.021.459)	(928.599)
Total em circulação	211.820.273	185.273.786

	Ações - mil 2012 Total	
	Ordinárias	Preferenciais
Domiciliados no Brasil	18.079.891	17.841.646
Domiciliados no exterior	194.761.841	168.360.739
Total	212.841.732	186.202.385
(-) Ações em tesouraria	(568.882)	(517.166)
Total em circulação	212.272.850	185.685.219

	Ações - mil 2011 Total	
	Ordinárias	Preferenciais
Domiciliados no Brasil	16.000.704	16.052.894
Domiciliados no exterior	196.841.028	170.149.491
Total	212.841.732	186.202.385
(-) Ações em tesouraria	(391.254)	(355.685)
Total em circulação	212.450.478	185.846.700

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	2013			
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Reais por milhares de ações / Units Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5)}	300.000	0,7200	0,7921	79,2055
Dividendos Intermediários ^{(2) (6)}	650.000	1,5603	1,7163	171,6337
Dividendos Intermediários ^{(3) (7)}	450.000	1,0821	1,1904	119,0365
Dividendos Intermediários ^{(4) (8)}	285.196	0,6862	0,7548	75,4818
Dividendos Intercalares ^{(4) (8)}	714.804	1,7199	1,8918	189,1847
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2013	2.400.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2013, ordinárias - R\$0,6120 preferenciais - R\$0,6732 e Units - R\$67,3247 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2013.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2013.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2013.

(5) O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos complementares, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(7) Do valor dos dividendos intermediários, R\$144.473 serão imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e o valor de R\$305.527 será imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2013 e ambos serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(8) O valor dos dividendos intermediários e intercalares serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e serão pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2012	
	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units
	Ordinárias	Preferenciais
		Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (7)}	400.000	1,0560
Dividendos Intermediários ^{(2) (8)}	490.000	1,2939
Dividendos Intercalares ^{(2) (7)}	410.000	1,0827
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (7)}	170.000	0,4489
Dividendos Intermediários ^{(4) (10)}	350.000	0,9243
Dividendos Intercalares ^{(4) (9)}	150.000	0,3961
Juros sobre o Capital Próprio ^{(5) (9)}	450.000	1,1884
Dividendos Intercalares ^{(6) (9)}	250.000	0,6602
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2012	2.670.000	

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2012, ordinárias - R\$0,8160, preferenciais - R\$0,8976 e Units - R\$89,7600, líquidos de impostos.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012, ordinárias - R\$0,3469, preferenciais - R\$0,3816 e Units - R\$38,1589, líquidos de impostos.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2012.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012.
- (6) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012, ordinárias - R\$0,9183, preferenciais - R\$1,0101 e Units - R\$101,0139 líquidos de impostos.
- (7) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (8) O valor dos dividendos intermediários foram imputado integralmente aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em de 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referentes ao exercício de 2012 e foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (10) O valor dos dividendos intermediários, R\$348.950 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e o valor de R\$1.050 foi imputado aos dividendos complementares referentes aos exercício de 2012 e ambos foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	2011	
	Em milhares de Reais ⁽⁹⁾	Reais por milhares de ações / Units
	Ordinárias	Preferenciais
		Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5) (9)}	600.000	1,5802
Dividendos Intercalares ^{(2) (5)}	273.840	0,7212
Dividendos Intercalares ^{(2) (5) (9)}	476.160	1,2541
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (5) (9)}	550.000	1,4485
Dividendos Intercalares ^{(4) (5) (9)}	100.000	0,2634
Juros sobre o Capital Próprio ^{(6) (8) (9)}	400.000	1,0551
Dividendos Intercalares ^{(7) (8) (9)}	775.000	2,0449
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2011	3.175.000	

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em Março de 2011, ordinárias - R\$1,2211, preferenciais - R\$1,3432 e Units - R\$134,3184, líquidos de impostos.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em Maio de 2011.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em Junho de 2011, ordinárias - R\$1,1193, preferenciais - R\$1,2313 e Units - R\$123,1252, líquidos de impostos.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em Junho de 2011.
- (5) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intermediários/intercalares foram pagos em 29 de agosto de 2011.
- (6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Setembro de 2011, ordinárias - R\$0,8153, preferenciais - R\$0,8969 e Units - R\$89,6858, líquidos de impostos.
- (7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2011.
- (8) O valor dos juros sobre o capital e dos dividendos intercalares foram pagos em 28 de fevereiro de 2012.
- (9) O valor dos Dividendos Intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios do resultado do exercício de 2011.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 29 de julho de 2013, o Conselho de Administração deliberou aprovar a renovação, por mais um ano, do programa de recompra de certificado de depósito de ações (*Units*) que teve início em 24 de agosto de 2013, encerrando-se em 24 de agosto de 2014.

O Programa de Recompra atual tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, em consonância com a Resolução do CMN 3921, de 25 de novembro de 2010, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo e (3) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado (*market maker*) no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as *Units* estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das *Units* recompradas serão utilizadas pelo Banco para proteção (*hedge*) contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 76.008.403 *Units*, representativas de 4.180.462.165 ações ordinárias e 3.800.420.150 ações preferenciais, ou de ADRs (*American Depositary Receipts*) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman; pela Aymoré CFI e/ou pela Sancap, correspondendo, em 30 de junho de 2013, a aproximadamente 2% da totalidade do capital social do Banco.

Em 2013 foram adquiridas 5.268.000 *Units*, pagas 2.049.180 *Units* a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local e vendidas 5.600 ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2013 é de 11.823.638 *Units* (31 de dezembro de 2012 - 8.610.418), equivalente a R\$177.122 (31 de dezembro de 2012 - R\$134.371). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por *Unit* do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,36, R\$15,06 e R\$18,52. Em 2013 foram adquiridas 5.015.447 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 6.748.347 ADRs, no montante atual de R\$114.586 (31 de dezembro de 2012 - R\$36.191). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$5,86, US\$7,24 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$13,98 por *Unit* e US\$5,40 por ADR.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado (*market maker*) que resultaram em uma perda de R\$716 (31 de dezembro de 2012 - perda de R\$41) registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

27. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2013	2012	2011
Lucro atribuível à controladora			
com operações continuadas e descontinuadas	5.723.494	5.482.606	7.739.204
com operações continuadas	3.660.031	5.427.293	7.664.966
Média Ponderada das ações em circulação	397.875.180	398.046.964	399.044.117
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R\$):			
com operações continuadas e descontinuadas	14,39	13,77	19,39
com operações continuadas	9,20	13,63	19,21

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2013	2012	2011
Lucro atribuível à controladora			
com operações continuadas e descontinuadas	5.723.494	5.482.606	7.739.204
com operações continuadas	3.660.031	5.427.293	7.664.966
Média Ponderada das ações em circulação	397.875.180	398.046.964	399.044.117
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	159.866	244.088	-
Media Ponderada Ajustada de Ações	398.035.046	398.291.052	399.044.117
Lucro Diluído por 1.000 ações (em reais - R\$):			
com operações continuadas e descontinuadas	14,38	13,77	19,39
com operações continuadas	9,20	13,63	19,21

28. Índices operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e Capital Principal compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. E o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 5,5% de 1 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014. O requerimento mínimo de Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pela Resolução 4.192/2013 e Resolução 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resoluções 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelece o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	2013	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾	
		2012	2011
Patrimônio de Referência Nível I	63.594.727	65.213.301	64.759.590
Capital Principal	63.594.727	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	2.701.014	5.069.813	6.642.092
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	66.295.741	70.283.114	71.401.682
Patrimônio de Referência Exigido	37.936.111	37.131.442	31.701.580
Parcela de Risco de Crédito ⁽²⁾	34.199.529	32.409.974	28.761.446
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	2.047.595	2.951.238	1.219.396
Parcela de Risco Operacional	1.688.987	1.770.230	1.720.738
Índice de Basileia Nível I	18,4	-	-
Índice de Basileia Capital Principal	18,4	-	-
Índice de Basileia ⁽⁴⁾	19,2%	20,8%	24,8%

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram considerados as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013 que revogou a Circular Bacen 3.563/2011. As principais alterações foram nas linhas de crédito imobiliário, com a mudança do ponderador a depender do valor financiado (LTV), crédito consignado com alteração no ponderador de 300% para 150% e a segregação da ponderação de 75% para empresas de grande porte e demais carteiras com alteração do faturamento.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações suíeitas a variação cambial (PCAM).

(4) Não considera os eventuais impactos do Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social mencionado na nota 47 de Evento Subsequente.

O Banco Santander, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

29. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2013, 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	6.796.728	5.731.269	6.297.438
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	751.248	1.027.615	1.202.902
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35.737.244	38.735.467	35.397.614
Instrumentos de dívida	6.529.253	6.081.759	8.084.155
Planos de previdência (nota 21.b)	-	-	55.103
Outros juros	1.402.573	1.067.427	678.965
Total	51.217.046	52.643.537	51.716.177

30. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do *hedge* e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2013, 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Depósitos de instituições de crédito	1.774.488	1.585.375	2.006.136
Depósitos de clientes	13.516.868	13.494.019	16.494.482
Títulos de dívida e passivos subordinados :			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	4.355.190	3.662.370	3.226.644
Dividas subordinadas (nota 19)	810.273	1.010.807	1.213.239
Planos de previdência (nota 21.b)	378.904	278.619	231.944
Outros juros	1.902.102	1.025.387	747.655
Total	22.737.825	21.056.577	23.920.100

31. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica “Receitas de instrumentos de patrimônio” inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros para negociação	16.608	16.064	5.187
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.004	16.651	88.424
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	42.674	61.019	-
Total	81.286	93.734	93.611

32. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica “Receitas de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	509.850	417.793	374.103
Contas à vista	1.380.304	1.683.885	1.624.466
Cartões	3.583.818	2.794.822	1.940.239
Cheques e outros	181.898	594.172	606.142
Ordens de pagamento	258.421	265.221	223.354
Total	5.914.291	5.755.893	4.768.304
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	970.503	1.051.070	1.058.910
Seguros	1.683.391	1.379.626	1.273.137
Capitalização	298.654	280.101	266.620
Total	2.952.548	2.710.797	2.598.667
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	207.439	207.318	271.361
Negociação de títulos e valores mobiliários	133.266	120.457	101.104
Administração e custódia	95.592	97.395	102.603
Gestão de bens	2.108	2.182	2.963
Total	438.405	427.352	478.031
Outros:			
Cambiais	384.727	314.009	343.288
Garantias financeiras	321.651	255.544	232.688
Outros tarifas e comissões	730.001	147.260	207.742
Total	1.436.379	716.813	783.718
Total	10.741.623	9.610.855	8.628.720

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

33. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica “Despesas de tarifas e comissões” mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Tarifas e comissões designados a terceiros	1.836.202	1.376.275	1.015.426
Sendo: cartões de crédito	1.650.717	1.187.134	834.412
Outras tarifas e comissões	804.965	624.654	413.853
Total	2.641.167	2.000.929	1.429.279

34. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Ativos financeiros para negociação ⁽¹⁾	(2.599.638)	(1.456.070)	(902.167)
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado ⁽²⁾	44.000	238.208	57.039
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	1.406.375	655.838	685.355
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	1.418.546	592.955	452.972
Instrumentos de patrimônio	(12.171)	63.028	256.694
Derivativos de hedge e outros	3.376	13.824	25.866
Total	(1.145.887)	(548.200)	(133.907)

(1) Inclui o *hedge* econômico da posição do Banco em Cayman, agência não autônoma (nota 22).

(2) Incluem o ganho líquido das transações que envolvem títulos de dívida, títulos patrimoniais e derivativos que fazem parte dessa carteira, pois o Banco administra seus riscos com esses instrumentos em nível global.

35. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

36. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Resultado com contratos de seguros	-	-	432.134
Sendo:			
Receitas com contratos de seguros	-	-	4.132.663
Despesas com contratos de seguros	-	-	(3.700.529)
Outras receitas operacionais	415.852	395.668	539.737
Outras despesas operacionais	(657.080)	(831.370)	(1.165.854)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(203.660)	(187.791)	(183.718)
Total	(444.888)	(623.493)	(377.701)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

37. Despesas com pessoal**a) Composição**

A composição da rubrica “Despesas com pessoal” está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Remuneração direta	4.314.508	4.303.627	4.179.150
Encargos	1.169.289	1.176.807	1.076.598
Benefícios	1.050.829	982.886	864.085
Fundos de pensões de benefício definido (nota 21.b)	46.341	42.798	19.460
Contribuições aos fundos de pensões de contribuição definida	65.422	65.062	55.425
Remuneração baseada em ações	133.224	126.967	94.217
Treinamento	135.043	140.591	115.613
Outras despesas de pessoal	130.954	247.618	202.843
Total	7.045.610	7.086.356	6.607.391

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - *Units* do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - *Units* (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - *Units* (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações (*Units*) para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - *Units* (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - *Units* (PSP 2013).

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das *Units* resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada *Unit*.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de *Units* passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as *Units* correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de *Units* passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as *Units* correspondentes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em *Units*, onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Bônus), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objetivo o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em *Units*.

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

	PSP 2013/	SOP	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP, PI14 - PSP ⁽¹⁾	SOP 2014 ⁽²⁾
Posição RTA			% de Ações Passíveis de	Exercício
1°		100%	50%	100%
2°		75%	35%	75%
3°		50%	25%	50%
4°		-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	<i>Black&Scholes</i>	<i>Black&Scholes</i>	Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de <i>Vesting</i>	2 anos	2 Anos	2,72 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício é de R\$14,07 (2012 - R\$14,93 e 2011 - R\$14,96).

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$43.404 (2012 - R\$44.917 e 2011 - R\$12.893), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - *Units* (SOP) e despesa de R\$5.390 (2012 - R\$6.479 e R\$15.632), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - *Units* (PSP). Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$363 "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) - Outros".

	Número de Ações	Preço de exercício em Reais	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período de Exercício	Data do Fim do Período de Exercício
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	13.914.532					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(106.718)	-	2010	Executivos	03/02/10	30/06/12
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	40.479	23,50	2010	Executivos	03/02/10	30/06/14
Opções Concedidas (PI13 - PSP)	1.498.700	-	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(130.493)	-	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Concedidas (SOP 2014)	14.450.000	14,31	2011	Executivos	26/10/11	31/12/13
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	29.666.500					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(698.103)	-	2010	Executivos	03/02/10	30/06/12
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(486.852)	-	2010	Executivos	03/02/10	30/06/12
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	(7.759.571)	23,50	2010	Executivos	03/02/10	30/06/14
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(72.209)	-	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	1.910.000	-	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(106.226)	-	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.393.163)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	31/12/13
Opções Concedidas (SOP 2014)	5.855.000	14,31	2012	Executivos	26/10/11	31/12/13
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	25.915.376					
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(971.238)		2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Exercidas (PI13 - PSP)	(324.760)		2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(86.465)		2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.352.431)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	31/12/13
Opções Concedidas (SOP 2013)	12.240.000	14,43	2013	Executivos	02/05/13	31/12/15
Opções Concedidas (PSP 2013)	2.456.000		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.197.255)	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Canceladas (PSP 2013)	(24.997)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	35.654.230					
Plano SOP	4.903.767	23,50	2010	Executivos	03/02/10	30/06/14
PI14 - PSP	1.717.309		2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
SOP 2014	15.559.406	14,31	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
SOP 2013	11.042.745	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
PSP 2013	2.431.003		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Total	35.654.230					

b.2) Programa Global**Política de incentivos a longo prazo**

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o numero de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada ^(*)	0,1567	0,1931	0,4236	0,4964	0,5135
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de	Data final do período de
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.450.248				
Opções Exercidas (PI11)	(1.783.945)	2008	Executivos	21/06/08	31/07/11
Opções Canceladas (PI11)	(527.286)	2008	Executivos	21/06/08	31/07/11
Opções Concedidas (PI14)	531.684	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	1.670.701				
Opções Exercidas (PI12)	(137.299)	2009	Executivos	19/06/09	31/07/12
Opções Canceladas (PI12)	(403.907)	2009	Executivos	19/06/09	31/07/12
Opções Canceladas (PI14)	(59.373)	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	1.070.122				
Opções Canceladas (PI13)	(14.209)	2010	Executivos	01/7/2010	31/07/13
Opções Canceladas (PI14)	(676.228)	2011	Executivos	01/7/2011	31/07/14
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	379.685				
Plano I14	379.685	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Total	379.685				

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$3.215 (2012 - R\$5.215 e 2011 - R\$9.954), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b.3) Bônus Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no 20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de Fevereiro de 2013.

Em 24 de Abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 3 de Junho de 2013.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em três programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registrados despesas no valor de R\$11.317 (2012 - R\$16.972 e 2011 - R\$26.613).

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registrados despesas no valor de R\$68.705 (2012 - R\$47.492 e 2011 - R\$29.167), referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$1.781 como despesas de pessoal.

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registrados despesas no valor de R\$1.193 (2012 - R\$895 e em 2011, não foram registradas despesas).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

38. Outras despesas administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Imóveis, instalações e materiais	1.247.901	1.171.071	1.087.222
Tecnologia e sistemas	1.109.716	1.074.337	1.005.812
Publicidade	461.465	498.708	492.829
Comunicações	572.965	573.325	565.799
Ajudas de custo e despesas de viagem	170.782	174.667	174.166
Tributos exceto imposto de renda	88.696	65.374	58.633
Serviços de vigilância e transporte de valores	570.368	563.337	520.912
Prêmios de seguros	14.522	12.003	10.234
Serviços técnicos especializados	1.990.547	1.718.899	1.562.465
Relatórios técnicos	401.467	377.435	363.525
Outros serviços técnicos e especializados	1.589.080	1.341.464	1.198.940
Outras despesas administrativas	577.788	834.656	697.321
Total	6.804.750	6.686.377	6.175.393

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado (detalhadas no Anexo I) aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Auditoria das demonstrações contábeis anuais e serviços relacionados a auditoria das empresas auditadas pela Deloitte (incluídas na consolidação)	15.266	11.135	8.828

Serviços prestados por outras firmas de auditoria montam R\$3,5 milhões (2012 - R\$3,7 milhões e 2011 - R\$5,4 milhões).

39. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Ganhos	460.203	501.274	6.759
Alienação de tangíveis ⁽¹⁾	123.305	352.782	6.759
Alienação de investimentos ^{(2) (3)}	336.898	148.492	-
Perdas	(313)	(268)	(1.439)
Alienação de tangíveis	(313)	(268)	(1.439)
Total	459.890	501.006	5.320

(1) Inclui R\$121.391 (2012 - R\$334.593) referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.

(2) Em 2012, inclui R\$148.492, referentes ao ganho de variação no percentual de participação do Banco pela segregação dos investimentos em participações de natureza temporária (private equity) dos investimentos em negócios relacionados aos serviços complementares aos serviços bancários (Anexo 1).

(3) Em 2013 inclui ganho de R\$289.736, referente a operação com a Webmotors (Nota 11.b) e R\$47.161, referente alienação da MS Participações ocorrida em novembro de 2013 e perda na alienação da Santander Brasil Asset.

40. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Refere-se, basicamente, ao resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes e a provisão do valor recuperável destes bens. Em 2011, inclui R\$424.292 de ganho na venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (nota 3.c).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

41. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Como exigido, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores nocionais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	30.428.391	27.117.592	21.871.792
Garantias financeiras	29.073.448	25.481.319	17.818.624
Garantias de desempenho	511.028	280.755	910.655
Cartas de crédito financeiras	580.847	1.019.623	2.213.135
Outros	263.068	335.895	929.378
Outras exposições contingentes	785.111	945.555	700.160
Créditos de documentação	785.111	945.555	700.160
Total de passivos contingentes	31.213.502	28.063.147	22.571.952
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis ⁽¹⁾	100.549.513	106.754.302	98.552.891
Total de compromissos	100.549.513	106.754.302	98.552.891
Total	131.763.015	134.817.449	121.124.843

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (*standby letter of credits*) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu calculo esta descrito na nota 2.h.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$234.766 (2012 - R\$131.955 e 2011 - R\$76.324).

b) Fundos gerenciados não registrados no balanço

Os fundos sob gestão do Banco não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Fundos de investimento	4.404.165	104.461.015	104.877.454
Ativos sob gestão ⁽¹⁾	-	9.393.269	8.144.334
Total	4.404.165	113.854.284	113.021.788

(1) Em 2013, foi realizada a venda do segmento de Gestão de Ativos e alienação total das ações da Santander Brasil Asset.

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$66.691.116 (2012 - R\$79.719.901 e 2011 - R\$122.198.361).

d) Vencimento residual e taxas de juros médias

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

							2013	
							Em milhares de Reais	
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	38.920.767	11.778.318	1.015.125	-	-	-	51.714.210	9,8%
Instrumentos de dívida	-	2.754.014	6.309.666	21.339.947	22.819.908	14.680.086	67.903.621	9,0%
Instrumentos de patrimônio	2.999.721	-	-	-	-	-	2.999.721	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	7.490.700	28.071.361	478.145	1.073.002	1.491.784	7.438.304	46.043.296	11,0%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	9.038.989	62.080.061	58.199.577	54.892.176	13.727.561	14.795.963	212.734.327	18,1%
Total	58.450.177	104.683.754	66.002.513	77.305.125	38.039.253	36.914.353	381.395.175	15,6%
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	323.975	9.668.294	14.162.039	7.026.789	1.565.974	1.285.218	34.032.289	9,7%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	49.261.396	49.287.931	26.569.482	59.895.690	14.906.679	234.499	200.155.677	8,1%
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	13.057.198	21.314.224	25.334.738	5.392.554	201.834	65.300.548	7,9%
Dívidas subordinadas	-	508.655	1.861.368	6.232.972	303.149	-	8.906.144	8,5%
Outros passivos financeiros	128.479	20.241.811	448.067	27.792	144.733	315.080	21.305.962	
Total	49.713.850	92.763.889	64.355.180	98.517.981	22.313.089	2.036.631	329.700.620	8,3%
Diferença (ativo e passivo)	8.736.327	11.919.865	1.647.333	(21.212.856)	15.726.164	34.877.722	51.694.555	

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

							2012	
							Em milhares de Reais	
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	38.198.101	10.205.643	7.131.496	-	-	-	55.535.240	7,3%
Instrumentos de dívida	-	5.607.527	6.430.543	19.424.651	36.226.923	2.395.433	70.085.077	9,6%
Instrumentos de patrimônio	2.631.705	-	-	-	-	-	2.631.705	7,30%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito								
	10.578.691	7.475.012	3.585.485	1.260.606	-	7.018.403	29.918.197	7,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto								
	9.532.378	57.727.291	55.012.123	51.713.899	12.465.248	24.289.730	210.740.669	20,9%
Total	60.940.875	81.015.473	72.159.647	72.399.156	48.692.171	33.703.566	368.910.888	15,5%
Passivo:								
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	434.853	14.418.896	13.719.558	4.663.551	777.383	1.059.385	35.073.626	8,4%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	41.094.568	39.996.790	20.421.839	63.229.707	17.608.936	6.243.090	188.594.930	7,3%
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾								
	-	10.833.946	20.715.152	16.817.641	5.621.656	23.623	54.012.018	7,3%
Dívidas subordinadas	-	721.196	3.006.549	2.336.613	5.587.196	267.597	11.919.151	8,7%
Outros passivos financeiros	254.666	16.795.033	61.924	264.858	-	-	17.376.481	-
Total	41.784.087	82.765.861	57.925.022	87.312.370	29.595.171	7.593.695	306.976.206	6,5%
Diferença (ativo e passivo)	19.156.788	(1.750.388)	14.234.625	(14.913.214)	19.097.000	26.109.871	61.934.682	
							2011	
							Em milhares de Reais	
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	48.330.086	10.073.723	7.534.194	-	-	-	65.938.003	11,3%
Instrumentos de dívida	-	6.498.289	5.795.261	25.972.025	12.507.634	18.118.048	68.891.257	11,0%
Instrumentos de patrimônio	2.130.575	-	-	-	-	-	2.130.575	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito								
	5.731.172	2.309.372	2.199.399	1.189.022	1.919.282	6.341.427	19.689.674	9,7%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto								
	10.113.580	44.546.345	59.788.958	52.036.749	19.390.744	8.308.061	194.184.437	23,7%
Total	66.305.413	63.427.729	75.317.812	79.197.796	33.817.660	32.767.536	350.833.946	17,9%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

								2011
								Em milhares de Reais
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Passivo:								
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	618.585	29.430.719	12.555.672	6.923.632	1.043.065	955.348	51.527.021	9,2%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	37.035.145	40.490.745	19.044.846	56.390.445	15.123.854	6.388.856	174.473.891	9,6%
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	3.389.679	16.130.779	15.781.068	3.204.393	84.504	38.590.423	8,8%
Dívidas subordinadas	-	-	-	5.402.364	5.269.434	236.546	10.908.344	11,2%
Outros passivos financeiros	176.974	15.461.434	45.819	267.780	-	-	15.952.007	-
Total	37.830.704	88.772.577	47.777.116	84.765.289	24.640.746	7.665.254	291.451.686	9,5%
Diferença (ativo e passivo)	28.474.709	(25.344.848)	27.540.696	(5.567.493)	9.176.914	25.102.282	59.382.260	

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	Ativo	2013 Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	95.974	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	691.203	530.290
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.210.754	-
Empréstimos e recebíveis	24.309.163	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	32.352.778
Total	27.307.094	32.883.068

Valor equivalente em milhares de reais	Ativo	2012 Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	109.310	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	1.025.541	1.609.662
Ativos financeiros disponíveis para venda	406.900	-
Empréstimos e recebíveis	12.902.249	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	30.434.449
Total	14.444.000	32.044.111

Valor equivalente em milhares de reais	Ativo	2011 Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	71.341	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	1.441.332	1.370.402
Ativos financeiros disponíveis para venda	701.636	-
Empréstimos e recebíveis	22.060.787	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	27.087.602
Total	24.275.096	28.458.004

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais		2013
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	46.043.184	46.005.357
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	212.734.327	212.734.327
Total	258.777.511	258.739.684

Em milhares de Reais		2012
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	29.913.132	29.906.104
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	196.774.297	196.774.301
Instrumentos de dívida (nota 6)	269.612	269.612
Total	226.957.041	226.950.017

Em milhares de Reais		2011
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	19.628.861	19.535.160
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	183.066.268	183.202.428
Instrumentos de dívida (nota 6)	62.062	58.043
Total	202.757.191	202.795.631

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais		2013
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	34.032.289	34.033.116
Depósitos de clientes (nota 17) ^(*)	200.155.677	200.224.854
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	65.300.548	65.768.037
Dívidas subordinadas (nota 19)	8.906.144	9.034.361
Outros passivos financeiros (nota 20)	21.305.962	21.313.528
Total	329.700.620	330.373.896

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais		2012
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	35.073.626	35.073.722
Depósitos de clientes (nota 17) ^(*)	188.594.930	188.626.476
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	54.012.018	54.857.848
Dívidas subordinadas (nota 19)	11.919.151	12.115.792
Outros passivos financeiros (nota 20)	17.376.481	17.376.481
Total	306.976.206	308.050.319

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Em milhares de Reais		2011
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	51.527.021	51.524.429
Depósitos de clientes (nota 17) ^(*)	174.473.891	174.496.664
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	38.590.423	38.564.263
Dívidas subordinadas (nota 19)	10.908.344	10.908.344
Outros passivos financeiros (nota 20)	15.952.007	15.952.007
Total	291.451.686	291.445.707

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Aplicações financeiras de curto prazo - As aplicações financeiras de curto prazo incluem as aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.
- Operações de crédito – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.
- Depósitos – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.
- Obrigações por empréstimos de longo prazo – Os valores justos de obrigações por empréstimos de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

g) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.638.941, sendo R\$687.726 em até 1 ano, R\$1.627.811 entre 1 a 5 anos e R\$323.404 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.239 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício de 2013 foram no valor de R\$714.195.

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme clausulas contratuais e legislação em vigor.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

h) Acordos de compensação e liquidação de obrigações

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

i) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

j) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

2013		
Em milhares de Reais		
Receitas com juros e similares	51.217.046	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	8.100.456	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(14.118.071)	
Outras Receitas e Despesas	(3.087.835)	
Despesas com juros e similares	(22.737.825)	
Insumos de Terceiros	(6.336.244)	
Material, Energia e Outros	(523.510)	
Serviços de Terceiros	(4.705.062)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(344.580)	
Outros	(763.092)	
Valor Adicionado Bruto	13.037.527	
Retenções		
Depreciações e Amortizações	(1.251.916)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	11.785.611	
Resultado de Participações em Coligadas e empreendimentos conjuntos	91.342	
Valor Adicionado Total a Distribuir	11.876.953	
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	6.168.058	51,9%
Remuneração	4.444.516	
Benefícios	1.165.825	
FGTS	277.496	
Outras	280.221	
Impostos, Taxas e Contribuições	1.199.844	10,1%
Federais	1.143.472	
Estaduais	682	
Municipais	55.690	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	724.391	6,1%
Remuneração de Capitais Próprios	3.784.660	31,9%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.444.473	
Reinvestimentos de Lucros	2.215.557	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	124.630	
Total	11.876.953	100,0%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2012		2011	
Em milhares de Reais				
Receitas com juros e similares	52.643.537		51.716.177	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	7.609.926		7.199.441	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(16.475.596)		(9.381.549)	
Outras Receitas e Despesas	(2.307.727)		(3.072.591)	
Despesas com juros e similares	(21.056.577)		(23.920.100)	
Insumos de Terceiros	(6.106.901)		(5.673.440)	
Material, Energia e Outros	(553.022)		(546.460)	
Serviços de Terceiros	(4.429.375)		(4.148.569)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(38.352)		(38.605)	
Outros	(1.086.152)		(939.806)	
Valor Adicionado Bruto	14.306.662		16.867.938	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.200.874)		(1.000.387)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	13.105.788		15.867.551	
Resultado de Participações em Coligadas e empreendimentos conjuntos	73.322		54.216	
Valor Adicionado Total a Distribuir	13.179.110		15.921.767	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	6.203.194	47,1%	5.800.901	36,4%
Remuneração	4.425.379		4.263.493	
Benefícios	1.095.961		948.845	
FGTS	330.532		318.505	
Outras	351.322		270.058	
Impostos, Taxas e Contribuições	920.176	7,0%	1.907.413	12,0%
Federais	865.847		1.221.375	
Estaduais	1.005		50.529	
Municipais	53.324		635.509	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	617.829	4,7%	540.559	3,4%
Remuneração de Capitais Próprios	5.437.911	41,3%	7.672.894	48,2%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.178.950		2.901.160	
Reinvestimentos de Lucros	3.248.343		4.763.806	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	10.618		7.928	
Total	13.179.110	100,0%	15.921.767	100,0%

42. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o Banco identificou, os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial.
- Banco de Atacado Global.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio *Corporate Banking* gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander realizou a venda do negócio de Gestão de Ativos e alienação total das ações da Santander Brasil Asset, que até setembro de 2013 estava alocado no segmento de Gestão de Ativos e Seguros. Os resultados com a venda do negócio de Gestão de Ativos, assim como o resultado da Santander Brasil Asset estão alocados na rubrica de "Operações Descontinuadas" no segmento do Banco Comercial, de acordo com o IFRS 5. Com a venda do negócio de Gestão de Ativos, a Administração reavaliou a abertura de segmentos e concluiu que devido a imaterialidade do segmento de Gestão de Ativos e Seguros, seria mais adequado sua fusão com o segmento Banco Comercial. Referida alteração produz efeito retrospectivo na apresentação desta nota explicativa.

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais	2013		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	26.327.797	2.151.424	28.479.221
Receitas de instrumentos de patrimônio	81.286	-	81.286
Resultado de equivalência patrimonial	91.342	-	91.342
Receita líquida de tarifas e comissões	7.241.003	859.453	8.100.456
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.316.450)	721.622	(594.828)
Outras receitas (despesas) operacionais	(421.691)	(23.197)	(444.888)
TOTAL DE RECEITAS	32.003.287	3.709.302	35.712.589
Despesas com pessoal	(6.455.616)	(589.994)	(7.045.610)
Outras despesas administrativas	(6.546.946)	(257.804)	(6.804.750)
Depreciação e amortização	(1.133.710)	(118.206)	(1.251.916)
Provisões (líquidas)	(2.740.200)	47.382	(2.692.818)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.836.802)	(281.269)	(14.118.071)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(343.560)	(1.020)	(344.580)
Outros ganhos (perdas) financeiros	563.413	-	563.413
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	1.509.866	2.508.391	4.018.257
LUCRO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	2.063.463	-	2.063.463
Outros:			
Total em ativos	394.381.593	58.671.102	453.052.695
Empréstimos e adiantamentos a clientes	168.475.404	44.258.923	212.734.327
Depósitos de clientes	182.451.259	17.704.418	200.155.677

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$2.367.430 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2013, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$3.877.296.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais **2012**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	29.469.903	2.117.057	31.586.960
Receitas de instrumentos de patrimônio	93.734	-	93.734
Resultado de equivalência patrimonial	73.322	-	73.322
Receita líquida de tarifas e comissões	6.869.566	740.360	7.609.926
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(649.842)	479.675	(170.167)
Outras receitas (despesas) operacionais	(599.763)	(23.730)	(623.493)
TOTAL DE RECEITAS	35.256.920	3.313.362	38.570.282
Despesas com pessoal	(6.545.799)	(540.557)	(7.086.356)
Outras despesas administrativas	(6.461.101)	(225.276)	(6.686.377)
Depreciação e amortização	(1.091.407)	(109.468)	(1.200.875)
Provisões (líquidas)	(2.062.148)	5.542	(2.056.606)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(16.403.680)	(71.916)	(16.475.596)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(38.352)	-	(38.352)
Outros ganhos (perdas) financeiros	448.805	-	448.805
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	3.103.238	2.371.687	5.474.925
LUCRO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	55.313	-	55.313

Outros:

Total em ativos	369.824.459	52.783.404	422.607.863
Empréstimos e adiantamentos a clientes	161.048.108	35.726.189	196.774.297
Depósitos de clientes	169.912.114	18.682.816	188.594.930

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$1.437.250 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2012, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$4.540.488.

Em milhares de Reais **2011**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	25.207.007	2.589.070	27.796.077
Receitas de instrumentos de patrimônio	93.611	-	93.611
Resultado de equivalência patrimonial	54.216	-	54.216
Receita líquida de tarifas e comissões	6.403.091	796.350	7.199.441
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais	(768.312)	513.041	(255.271)
Outras receitas (despesas) operacionais	(348.397)	(29.304)	(377.701)
TOTAL DE RECEITAS	30.641.216	3.869.157	34.510.373
Despesas com pessoal	(6.081.866)	(525.525)	(6.607.391)
Outras despesas administrativas	(5.933.361)	(242.032)	(6.175.393)
Depreciação e amortização	(894.608)	(105.780)	(1.000.388)
Provisões (líquidas)	(2.988.192)	2.866	(2.985.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(9.334.483)	(47.066)	(9.381.549)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(33.898)	(4.707)	(38.605)
Outros ganhos (perdas) financeiros	452.096	-	452.096
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	5.826.904	2.946.913	8.773.817
LUCRO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	74.238	-	74.238

Outros:

Total em ativos	349.533.565	51.045.367	400.578.932
Empréstimos e adiantamentos a clientes	179.600.909	3.465.359	183.066.268
Depósitos de clientes	152.002.313	22.471.578	174.473.891

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos *offshore* sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Os efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2011, geraram perdas de R\$1.646.212, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$7.473.116.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

43. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de Fevereiro de 2013, aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2013, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de Abril de 2013.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Remuneração fixa	47.536	46.827	46.501
Remuneração variável ⁽¹⁾	91.306	114.866	162.154
Outros	13.555	12.469	11.709
Total Benefícios de curto prazo	152.397	174.162	220.364
Remuneração baseada em ações ^{(2) (3)}	30.841	34.431	18.067
Total Benefícios de longo prazo	30.841	34.431	18.067
Total ⁽⁴⁾	183.238	208.593	238.431

(1) Em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.

(2) Em 25 de Outubro de 2011, o Banco lançou um novo plano de remuneração baseada em ações para os Executivos (nota 13.c) em consonância com a Resolução do CMN 3.921, de 25 de novembro de 2010.

(3) Em 02 de Maio de 2013, houve a outorga de um Novo Plano de Remuneração baseado em Ações para os Executivos (SOP 2013).

(4) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, foi pago aos Administradores da Santander Brasil Asset o montante de R\$3.214 e em 2012 e 2011, foram pagos aos Administradores da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e da Santander Brasil Asset R\$6.292 e R\$8.312, respectivamente.

Adicionalmente, em 2013, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$28.109 (2012 - R\$46.001 e 2011 - R\$22.205).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

						2013
Acionistas	Ações ordinárias	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	61.350.950	28,8%	51.153.553	27,5%	112.504.503	28,2%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	-	206.664	0,1%
Qatar Holding, LLC	10.805.397	5,1%	9.823.089	5,3%	20.628.486	5,1%
Funcionários	154.108	0,1%	141.276	0,1%	295.384	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	39.776.071	18,7%	37.663.538	20,2%	77.439.609	19,5%
Total	211.820.273		185.273.786		397.094.059	
Ações em Tesouraria	1.021.459	0,4%	928.599	0,4%	1.950.058	0,4%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

						2012
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	61.606.700	28,9%	51.386.053	27,6%	112.992.753	28,3%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	173.703	0,1%	159.213	0,1%	332.916	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.758.700	23,8%	47.647.623	25,6%	98.406.323	24,7%
Total	212.272.850		185.685.219		397.958.069	
Ações em Tesouraria	568.882	0,3%	517.166	0,3%	1.086.048	0,3%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2011					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	72.876.994	34,3%	61.631.776	33,2%	134.508.770	33,8%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.090.231	1,0%	1.900.210	1,0%	3.990.441	1,0%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	211.427	0,1%	193.458	0,1%	404.885	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.538.079	17,5%	35.628.926	19,0%	73.167.005	18,2%
Total	212.450.478		185.846.700		398.297.178	
Ações em Tesouraria	391.254	0,2%	355.685	0,2%	746.939	0,2%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

c.1) Exercício de direito de permuta pela Qatar Holding Luxembourg II S.A R.L.

Em 29 de outubro de 2013 Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l. (QHL), exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US\$2.718.800 adquiridos através do contrato de aquisição, datado de 28 de outubro de 2010, celebrado entre Banco Santander Espanha, como emissor, e QHL, como comprador.

Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7 de novembro de 2013, Qatar Holding LLC (Qatar Holding), entidade controladora de QHL recebeu do Banco Santander Espanha 190.030.195 ADR de emissão do Banco Santander. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADR de emissão do Banco Santander detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding até 7 de novembro de 2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADR do Banco Santander, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais do Banco.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implica em aumento do *free float* do Banco Santander.

c.2) Vendas de ADRs do Banco Santander Espanha e Aumento do *Free Float*

Em 22 de março de 2012 o Santander Espanha informou ao Banco Santander que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM 358/2002, e conforme o compromisso firmado de atingir o *free-float* de 25% do capital social do Banco Santander, reduziu a sua participação no capital social do Banco Santander em 5,76%, o que resultou no aumento do *free-float* do Banco Santander para 24,12%, na ocasião. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) foi resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Banco Santander efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e (iii) transferência de 0,77% do capital social do Banco Santander ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos.

c.3) Prorrogação do Prazo para Atingir o Percentual Mínimo de Ações em Circulação (*free float*) e redução do *free float*

Nos dias 10 e 11 de outubro de 2013, foram publicados Comunicados ao Mercado para informar que no dia 8 de outubro de 2013 a BM&FBovespa deferiu os pleitos do Banco Santander e de seus acionistas controladores para (i) para prorrogação de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação (*free float*), até o dia 07 de outubro de 2014; e (ii) redução do *free float* atual, de 24,6%, durante o prazo adicional acima referido, para até 22,5%, exclusivamente no âmbito: (a) do Programa de Recompra de certificados de depósito de ações (*Units*) ou *American Depositary Receipts* ("ADRs"); e (b) de aquisições no exterior, pelo Banco Santander, S.A., ou empresa afiliada do grupo econômico, de ADRs de emissão da Companhia. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Banco Santander de atingir um *free float* de 25% até 07 de outubro de 2014, nos termos do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

As principais transações e saldos são conforme segue:

Em milhares de Reais	2013		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	11.869.737	1.106.698	217.445
Derivativos para negociação, posição líquida	(74.519)	-	(271.527)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(74.519)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(91.959)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(61.885)
Real Fundo de Investimento Multimercado	-	-	(117.683)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	11.935.149	-	39.329
Banco Santander, S.A. – Espanha ^{(3) (5) (6)}	11.935.149	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	1.167
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	18.998
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	19.162
Banco Santander, S.A. – México	-	-	2
Empréstimos e outros valores com clientes	-	-	47.545
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	43.865
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	3.680
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	9.007	1.105.765	3.053
Banco Santander – Espanha	9.007	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.105.425	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	340	-
Santander Brasil Asset	-	-	3.053
Outros ativos	100	933	399.045
Banco Santander – Espanha	100	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	933	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.			399.045
Passivo	(1.242.870)	(165.005)	(723.748)
Depósitos de instituições de crédito	(130.451)	(31.738)	(444.141)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽⁴⁾	(130.451)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(21.473)	-
Santander Brasil Asset	-	-	(170.914)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(258.548)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(13.986)
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(10.265)	-
Outros	-	-	(693)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(20.413)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽⁷⁾	(20.413)	-	-
Depósitos de clientes	-	(133.267)	(273.531)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(101.391)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(48.110)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(84.117)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(27.062)
Webmotors S.A.	-	(133.267)	-
Outros	-	-	(12.851)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(1.089.328)	-	(5.735)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(410.283)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(721)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(679.045)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(365)
Santusa Holding, S.L.	-	-	(4.649)
Outras obrigações	(2.678)	-	(341)
Banco Santander – Espanha	(2.678)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(103)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(70)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(35)
Santander Brasil Asset	-	-	(117)
Outros	-	-	(16)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2012		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	9.487.641	1.087.901	(163.065)
Derivativos para negociação, posição líquida	(135.291)	-	(742.972)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(135.291)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(399.110)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(68.552)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(275.310)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	9.615.489	-	318.423
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽³⁾	9.615.489	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	1.139
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	317.233
Banco Santander, S.A. – México			51
Empréstimos e outros valores com clientes	-	-	93.391
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	75.445
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	17.946
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	7.284	1.087.129	34.024
Banco Santander – Espanha	7.284	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	34.024
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.086.756	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil		373	
Outros ativos	159	772	134.069
Banco Santander – Espanha	159	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	772	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	134.007
Outros	-	-	62
Passivo	(939.913)	(16.280)	(447.091)
Depósitos de instituições de crédito	(154.635)	(16.280)	(244.702)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽⁴⁾	(154.635)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(12.762)	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.518)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(239.067)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(5.239)
Outros	-	-	(396)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(16.210)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽⁷⁾	(16.210)	-	-
Depósitos de clientes	-	-	(176.821)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(98.324)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(43.528)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(29.190)
Outros	-	-	(5.779)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(765.524)	-	(562)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(236.246)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(562)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(529.278)	-	-
Outras obrigações	(3.544)	-	(25.006)
Banco Santander – Espanha	(3.544)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(55)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(24.079)
Outros	-	-	(872)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2011		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	303.062	823.543	209.040
Derivativos para negociação, posição líquida	(25.639)	-	(442.496)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(25.639)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(308.821)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(39.102)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(94.573)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	227.724	-	263.915
Banco Santander, S.A. – Espanha ^{(3) (6)}	227.724	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	1.097
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	262.818
Empréstimos e outros valores com clientes	-	-	56.561
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	56.561
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	95.539	822.928	3.750
Banco Santander – Espanha	95.539	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	822.606	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	322	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	1.369
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	2.381
Outros ativos	5.438	615	327.310
Banco Santander – Espanha	5.438	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	615	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	326.637
Outros	-	-	673
Passivo	(2.112.183)	(15.213)	(689.715)
Depósitos de instituições de crédito	(1.200.207)	(15.213)	(394.738)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽⁴⁾	(1.200.207)	-	-
Grupo Banesto: Sociedades consolidables	-	-	(167.081)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(10.348)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(223.367)
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(4.865)	-
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(4.057)
Outros	-	-	(233)
Depósitos de clientes	-	-	(205.383)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(110.341)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(47.970)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(31.062)
Outros	-	-	(16.010)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(908.004)	-	(3.615)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(7.772)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(379.617)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(553)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(520.615)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(3.062)
Outras obrigações	(3.972)	-	(85.979)
Banco Santander – Espanha	(3.972)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(9.257)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(74.772)
Outros	-	-	(1.950)

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a) , através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- (3) Em 31 de dezembro de 2013, refere-se a disponibilidades no valor de R\$188.449 (2012 - R\$ 83.027 e 2011 - R\$227.724).
- (4) Em 31 de dezembro 2013, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R\$ 130.451, com vencimento até outubro de 2018 e juros entre 0,56% e 14,03%a.a. (2012 - R\$154.635, com vencimento até janeiro de 2015 e juros entre 0,39% e 5,82%a.a. e 2011 - R\$1.200.207, com juros entre 0,39% e 5,82% a.a.).
- (5) Em 30 de dezembro de 2013, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) do Banco Santander (Brasil) e de sua Agência Grand Cayman, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque) com vencimento em 2 de janeiro de 2014 e juros de 0,17% a.a , no valor de R\$ 10.438.660 (2012 - R\$9.445.842 com vencimento em 2 janeiro de 2013, juros de 0,17%a.a. e 0,10%a.a).
- (6) Em 31 de dezembro de 2013, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) mantidas pela subsidiária Santander Brasil EFC junto ao Banco Santander Espanha, no valor de R\$1.186.856 com vencimento em 02 de janeiro de 2014 e juros de 0,08 % e 0,14% a.a.
- (7) Refere-se a emissões de Eurobonds do Banco Santander (Brasil) e de sua Agência Grand Cayman, com vencimentos entre 18 de março de 2014 e 13 de fevereiro de 2017 e juros entre 2,34% a.a e 8,00% a.a.

Em milhares de Reais	2013		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado	(292.372)	104.353	2.031.426
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	15.303	64.373	220
Banco Santander Espanha	15.303	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	25
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	64.373	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	195
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(7.119)	(8.837)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(4.419)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(2.944)
Webmotors S.A.	-	(7.119)	-
Outros	-	-	(1.474)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(25.897)	(3.227)	(19.669)
Banco Santander – Espanha	(25.897)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(3.227)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(19.669)
Outros	-	-	-
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	(786)	-	-
Banco Santander – Espanha	(786)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(49.335)	26.265	142.543
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	13.925	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	4.045	-
Banco Santander – Espanha	(49.335)	-	-
Webmotors S.A.	-	8.295	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	31.158
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	111.385
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(231.543)	24.061	313.661
Banco Santander, S.A. – Espanha	(231.543)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	319.708
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(16.120)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	4.015
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	19.546	-
Webmotors S.A.	-	4.515	-
Outros	-	-	6.058
Despesas administrativas e amortização	(114)	-	(436.182)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(114)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(94.959)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(150.598)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(32.353)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(24.429)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(112.227)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda	-	-	(14.402)
Outros	-	-	(7.214)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2013		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(20.168)
Santander Cultural	-	-	(1.789)
Fundacao Santander	-	-	(4.103)
Instituto Escola Brasil	-	-	(2.276)
Fundação Sudameris	-	-	(12.000)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	-	-	2.059.858
Capital Riesgo Global ⁽³⁾	-	-	47.161
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda ⁽⁴⁾	-	-	2.007.838
Santander Brasil Asset	-	-	4.859

Em milhares de Reais	2012		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado	(90.346)	74.851	(742.313)
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	10.393	59.546	487
Banco Santander Espanha	10.393	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	59.546	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	35
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	452
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(9.732)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(5.697)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(3.000)
Outros	-	-	(1.035)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(38.515)	(297)	(6.927)
Banco Santander – Espanha	(38.515)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(297)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(6.927)
Outros	-	-	-
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	(1.773)	-	-
Banco Santander – Espanha	(1.773)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(34.253)	15.602	127.215
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	4.586	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	11.016	-
Banco Santander – Espanha	(34.253)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	26.647
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	99.665
Outros	-	-	903
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(26.099)	-	(407.267)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(26.099)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	81.575
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(472.744)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(40.701)
Outros	-	-	24.603
Despesas administrativas e amortização	(99)	-	(428.062)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90.283)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(139.516)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(3.799)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(99)	-	-
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(41.442)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(24.707)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(99.739)
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	(915)
Outros	-	-	(27.661)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(18.027)
Santander Cultural	-	-	(3.800)
Fundacao Santander	-	-	(3.000)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.227)
Fundação Sudameris	-	-	(10.000)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2011		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado	(272.122)	69.935	(369.496)
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.046	50.771	267
Banco Santander Espanha	5.046	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	14
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	50.771	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	253
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(16.890)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(10.551)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(3.841)
Outros	-	-	(2.498)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(15.311)	(620)	(26.821)
Banco Santander – Espanha	(15.311)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(620)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(21.777)
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(5.013)
Outros	-	-	(31)
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	(1.789)	-	-
Banco Santander – Espanha	(1.789)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(14.820)	13.262	56.224
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	10.118	-
Banco Santander – Espanha	(14.820)	-	-
Aviación Centaurus, A.I.E.	-	-	11.928
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	35.785
Outros	-	3.144	8.511
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(245.096)	6.522	(505.726)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(245.096)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(38.238)
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	160
Santillana Credito Privado	-	-	(342.975)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(91.726)
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(11.714)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	6.522	-
Outros	-	-	(21.233)
Despesas administrativas e amortização	(152)	-	(278.679)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(54.104)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(103.991)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(4.814)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(21.500)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(32.209)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(23.629)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(89)
Zurich Santander Insurance America, S.L.	-	-	(12.151)
Outros	(152)	-	(26.192)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(22.163)
Santander Cultural	-	-	(4.569)
Fundacao Santander	-	-	(8.117)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.477)
Fundação Sudameris	-	-	(8.000)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	-	-	424.292
Zurich Santander Insurance America, S.L.	-	-	424.292

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

(3) Refere-se ao lucro na venda da empresa MS Participações.

(4) Refere-se ao ganho na venda da Santander Brasil Asset e das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas (nota 3).

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

44. Gestão do risco

A gestão de riscos no Banco Santander é baseada nos mesmos princípios aplicáveis a todo o Grupo mundialmente:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho. A unidade de risco local mantém sua independência com uma comunicação direta com a unidade de riscos corporativa.

- Compromisso em apoiar o negócio, colaborando sem menosprezar o princípio anterior, para a consecução dos objetivos comerciais mantendo a qualidade do risco. Para isso, a estrutura organizacional de riscos busca a cooperação entre os gestores de negócio e riscos.
- Decisões tomadas coletivamente (inclusive no nível das agências), que garantem o contraste de opiniões, evitando as decisões exclusivamente individuais.

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (rentabilidade ajustada ao risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos etc.
- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias.
- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados.
- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

No Banco, o processo de controle e gestão de riscos foi estruturado tomando como referência a estrutura definida no nível corporativo, descrita de acordo com as seguintes fases:

- Adaptação das estruturas e políticas de gestão que refletem os princípios de gestão de risco do Grupo Santander.

A Estrutura Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Administração (Riscos), tem a função de estabelecer os princípios e as normas que regem as atividades de risco do Banco, com base nos modelos corporativos de organização e gestão.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar. O modelo de gestão contém os pilares básicos da gestão de risco, os canais para o planejamento e a definição de metas, o orçamento e o processo de definição de limites de risco, o controle das operações, a estrutura de emissão de relatórios de risco para a Alta Administração e o modelo de referência tecnológica para a gestão de risco.

- Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.

- Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.

- Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pelos chefes de todos os níveis da Administração do Santander.

Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas de risco aprovadas e os limites de risco definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima) já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para segmentos locais, modelos baseados em classificações e *scorings* internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão sendo integrados na gestão de riscos.

- Modelos baseados em classificações e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda esperada, com base nas estimativas *Loss Given Default* ou Perda Decorrente de Inadimplência (LGD).

- Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.

- RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

O Banco pretende utilizar os modelos internos para o cálculo do capital obrigatório (regulamentar) e para isso estabeleceu um cronograma de comum acordo com o supervisor local. O Banco definiu uma estrutura de governança do Acordo da Basileia II e para isso designou os recursos humanos e tecnológicos necessários para satisfazer as exigências estritas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e visão cliente. Cada comitê possui determinados poderes e níveis de aprovação, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local. As decisões são colegiadas e definidas através dos comitês de crédito, o que garante o contraste de opiniões.

Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos e a predisposição e o nível de tolerância ao risco, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- Aprovar proposta, operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo);
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, e alinhadas com as políticas do Banco Santander Espanha; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das demais áreas comerciais, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

b) Risco de Crédito**b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito**

O Banco desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou por agregado de operações semelhantes.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito fornece subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compensem o risco de inadimplência estimado, tanto do cliente quanto da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo. Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito, tanto no âmbito individual quanto agrupado por semelhança (gestão estandarizada):

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento do Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido. O cliente está carteirizado em um analista de riscos que prepara as análises, encaminha ao Comitê e faz o acompanhamento da evolução do cliente. A gestão é complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada (estandarizada) : pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para uma completa análise do risco envolvido nas operações de crédito (identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco) são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com a normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para que estejam sempre alinhados com as melhores práticas do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração**Ferramentas de *rating***

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *low default* portfólios onde recorremos a dados de mercado para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e gestão do risco de crédito.

Existem também ferramentas de valoração Globais que são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais e variáveis setoriais onde o julgamento dos analistas locais são mais vinculantes.

No caso de empresas das empresas do segmento Corporate e instituições privadas, foi definida uma metodologia para elaborar um *rating* (valoração) em cada país, baseada nos mesmos módulos que o *rating* global: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo com revisão feita pelo analista para ajustes finais na valoração.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de *rating* também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes com gestão estandarizadas, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco *Probability of Default* ou Perda Provável (PD e LGD) são baseadas na experiência interna, ou seja, nas observações de inadimplência ou no histórico de recuperação de créditos inadimplentes durante um ciclo de crédito definido.

Para as carteiras com um histórico interno de baixa inadimplência, como no caso de bancos, risco soberano ou clientes globais de atacado, os parâmetros são estimados com base em informações do mercado de CDS e com âmbito global, aproveitando a presença internacional do Grupo Santander (*low default* portfólios).

Para as demais carteiras, as estimativas de parâmetros baseiam-se na experiência interna do Banco.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do valor recuperado de créditos inadimplentes, tendo em conta garantias associadas ao crédito, e receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação. Este montante é abatido do valor da dívida no momento do *default* para chegarmos ao indicador de LGD.

Os parâmetros estimados são então atribuídos aos créditos adimplentes. No caso de carteiras de baixa inadimplência, que também são carteiras de gestão global, os parâmetros são atribuídos da mesma forma para todas as unidades do Banco.

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

Para complementar a utilização dos modelos avançados previamente descritos (vide dados relacionados em “Capital Econômico”), são utilizadas outras medidas habituais que facilitam uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito, fundamentada na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco.

O ciclo de risco contém três fases diferentes: pré-venda, venda e pós-venda:

- Pré-venda: fase que inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do apetite de risco do Banco, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de *rating* de créditos e definição de limites.
- Venda: trata-se da fase de tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas.
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

O limite de risco é um processo dinâmico que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. Esse processo é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating*, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de risco e processo de *rating*

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração interesse por riscos (apetite de riscos) e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar a relação risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (retorno ajustado ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice Presidência de Risco tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito, formada por equipes locais e globais com recursos e responsáveis específicos. Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma que sejam tomadas ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado “firmas sob vigilância especial” (FEVE, sigla em espanhol) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

O *rating* atribuído é revisado pelo menos anualmente, mas, caso seja detectada qualquer debilidade ou em virtude do próprio rating, a periodicidade deve ser aumentada.

No caso dos riscos de clientes, com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b.5) Função de controle de risco

Em complemento ao processo de gestão, a função de controle de risco é obter uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do processo de risco, de sua qualidade e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição ao risco do Banco são controladas de forma contínua e sistemática contra o orçamento, limites e *benchmarks*, e os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas específicas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas.

b.5.1) Recuperação de Crédito

A Diretoria de Negócios de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco Santander. As estratégias e os canais de atuação de cobrança são definidos de acordo com as análises que mostram a maior eficiência na recuperação. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que recebem uma comissão por quaisquer valores recuperados.

São utilizadas ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Os clientes com probabilidade de efetuar o pagamento são classificados com de baixo risco, e uma maior atenção é dada à manutenção de um saudável relacionamento com eles. Os clientes com pouca probabilidade de efetuar o pagamento, por sua vez, são classificados com de alto risco, e passam a ser acompanhados de maneira próxima. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos re-escalonados possuem restrições internas.

Vendas de carteira de créditos inadimplidos, com foco em operações em situação de prejuízo, também são realizadas periodicamente através de processos de leilão, nos quais se avaliam as condições e características das operações para sua avaliação, sem retenção de risco.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por localidade geográfica/país, setor econômico e grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira.

Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Área de Riscos atua juntamente com a Área Financeira na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (*hedge*) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente e de sua cadeia de valor verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira dos clientes do Banco Santander. A nossa experiência mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações em 2013

O ano de 2013 foi marcado por um crescimento econômico aquém da expectativa que se tinha ao seu início. Fatores importantes como a inflação mais alta e consequentemente a necessidade de se elevar a taxa de juros básicos desaqueceram o mercado de crédito no ano que cresceu menos que períodos anteriores.

Neste cenário a gestão do risco de crédito foi um dos focos principais da gestão no ano, na medida em que exigiram revisões de políticas de admissão do crédito, processos de acompanhamento e métodos de recuperação do crédito concedido. O resultado foi reduções importantes na inadimplência e da necessidade de provisão de crédito.

Reforçamos nossa estrutura de riscos atribuindo uma visão carteirizada para melhor gestão e aproximação com os clientes, apoiando a estratégia comercial do Banco Santander. Dessa forma, conseguimos encerrar 2013 com bons resultados e significativa melhora na qualidade da carteira.

A melhoria dos índices de Recuperação de Crédito em 2013 foram oriundos da implantação do Plano Tático de Recuperações, que teve foco a intensificação de contato nos canais de cobrança, implantação do novo modelo de recobro (áreas de estratégia, rede comercial e canais de cobrança), revisão da política de renegociação e disciplina de gestão.

O envolvimento da Administração na tomada de decisão, e estas, realizadas de forma colegiada em nossos Comitês, além da independência de Riscos em relação à área de negócios, permitem decisões mais assertivas e a redução do risco de crédito.

As análises de crédito para projetos e empresas, no segmento Atacado, continuam integrando pareceres da nossa área de Risco Socioambiental.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2013	2012	2011
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	257.419.951	238.803.816	216.756.389
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	226.206.449	210.740.669	194.184.437
Passivos contingentes - Garantias e compromissos	31.213.502	28.063.147	22.571.952
Índice de empréstimos inadimplentes (%)	6,20%	7,58%	6,73%
Índice de cobertura impairment (perda do valor recuperável) (%)	97,28%	87,45%	85,52%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais)	13.640.545	14.041.987	11.179.835
Custo do crédito (% do risco)	5,65%	7,25%	4,76%

Dados preparados de acordo com o critério de gestão de acordo com o critério contábil da unidade do controlador.
(*) RAWO = Recoveries of Assets Written Off (Recuperação de Ativos Baixados).

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value At Risk* - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assuma risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de *commodities* e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentos da taxa de juros e nível de liquidez.
- Riscos estruturais:

i. Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o real (cobertura de resultados).

ii. Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Tesouraria é responsável por gerenciar as posições tomadas na atividade de intermediação financeira.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais centralmente através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (*Asset Liability Control*) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c.2) Metodologias**Intermediação financeira**

O Banco calcula seus níveis mínimos de capital de risco usando um modelo-padrão fornecido pelo Bacen.

A metodologia-padrão aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2013 foi a *Value at Risk* (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida. Ele é utilizado pela sua facilidade de cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras medições estão sendo simultaneamente implementadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitem obter um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente. Preparar uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

Com relação ao risco de crédito da carteira de negociação (quando existe mercado de negociação para o mesmo), e na manutenção das recomendações feitas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, foi introduzida uma medida adicional, o *Incremental Risk Charge* (IRC), para cobrir o risco de inadimplência não mensurado adequadamente no VaR, por meio da variação de preços de mercado dos respectivos *spreads* de crédito. Os instrumentos afetados são basicamente títulos de renda fixa, derivativos sobre títulos (futuros, opções, etc.) e derivativos de crédito (*swaps* de inadimplência, títulos lastreados por ativos, etc.). O método usado para calcular o IDR, e definido globalmente para o Grupo Santander.

c.3) Gestão de balanço**Risco da taxa de juros**

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o *gap* das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de *gaps* das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco para a atividade de balanço e carteiras de investimento é calculado aplicando-se o mesmo padrão aplicado às atividades de intermediação financeira: simulação histórica com um intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. São efetuados ajustes estatísticos que permitem incorporar de forma rápida e eficiente os acontecimentos mais recentes que condicionam os níveis de riscos assumidos.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. O Banco monitora permanentemente os perfis máximos de defasagem temporal.

As medidas utilizadas para controlar o risco de liquidez na gestão de balanço são o *gap* de liquidez, os índices de liquidez, os cenários de estresse e os planos de contingência.

Gap de liquidez

O *gap* de liquidez informa os fluxos de pagamentos e recebimentos no horizonte de tempo das contas ativas, passivas (nota 41.d) e extrapatrimoniais do balanço, possibilitando a análise dos descasamentos existentes entre as expectativas de entradas e saídas de recursos do Banco.

O *gap* de liquidez é elaborado e analisado em dois segmentos distintos: *gap* de liquidez em moeda local e *gap* de liquidez em moeda estrangeira, em que o caixa disponível, os fluxos de pagamentos/recebimentos e as estratégias são segregados em moeda local e estrangeira, respectivamente.

O Banco elabora três tipos de *gap* de liquidez:

1 - *Gap* de liquidez contratual

O *gap* de liquidez contratual demonstra os fluxos de vencimentos contratuais de forma consolidada dos principais produtos do Banco e os descasamentos existentes. Informa também a liquidez disponível a um dia e o consumo ou incremento da liquidez no período.

2 - *Gap* de liquidez operacional

Acompanhamento e gestão do caixa realizados diariamente, levando-se em consideração a situação de mercado, vencimentos e renovações de ativos e passivos, necessidade de curto prazo de liquidez e eventos específicos.

3 - *Gap* de liquidez projetado

Com base no *gap* de liquidez contratual, novos fluxos de vencimentos são projetados levando-se em consideração o plano orçamentário do Banco.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Índices de liquidez

Complementarmente à análise do *gap* de liquidez também é elaborado um modelo da liquidez estrutural, cujo objetivo é avaliar o perfil da estrutura das fontes e dos usos dos recursos do Banco e inclui também estudos de índices de liquidez.

Os principais índices de liquidez analisados são:

- Depósitos/Operações de Crédito - mede a capacidade da instituição de financiar operações de crédito com *funding* mais estáveis e de menor custo.
- Passivos Estáveis/ Ativos Permanentes - mede a relação entre o Capital + Outros Passivos Estáveis e os Investimentos + Outros Ativos Permanentes.
- *Funding* de Mercado/ Ativos Totais - mede o percentual dos ativos do Banco que estão sendo financiados com *funding* pouco estáveis e de maior custo.
- *Funding* de Mercado Curto Prazo/*Funding* de Mercado - mede o percentual de perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias) sobre o total de *funding* pouco estáveis.
- Ativos Líquidos/ *Funding* de Mercado Curto Prazo - mede a relação de comprometimento dos ativos de liquidez imediata e a perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias).

Análise de cenário/plano de contingência

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de *Stress*.

O Teste de *Stress* avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de *Stress* para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de *stress* definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez de até 90% por 90 dias em todos os cenários de crises simuladas.

Com base nos resultados obtidos no Teste de *Stress*, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez.

Principais funções do Plano de Contingência de Liquidez:

- Identificação de Crise - A elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez da instituição. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de *Stress* para Liquidez. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, conseqüentemente, acionando o Plano de Contingência.
- Comunicação Interna - Após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas.
- Ações Corretivas - São as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:
 - Avaliar o tipo e a gravidade da crise;
 - Identificar qual o segmento mais impactado;
 - Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja, custo financeiro ou custo de imagem.

O ALCO faz a revisão e aprovação dos modelos de *stress*, da Liquidez Mínima e do Plano de Contingência semestralmente.

Se ocorrerem condições de mercados adversas, o ALCO pode revisar e aprovar novos modelos, Liquidez Mínima e Plano de Contingência a qualquer momento que se faça necessário.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares
Medidas de teste e calibragem

O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e “sujos” (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento).. O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *back-testing* realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de *Spearman*, medidas de excesso médio, etc.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle
Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração.

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
2. Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.
3. Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.
4. Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.
5. Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2013
Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2013 ficou em R\$26,1 milhões (R\$20,8 milhões em 2012 e R\$21,7 milhões em 2011). A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço ⁽¹⁾
Risco dos juros
Moedas conversíveis

No final de 2013, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou negativa em R\$383,03 milhões.

Também no encerramento de 2013, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, ficou negativo em R\$1.402,22 milhões.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, aumentou R\$81 milhões ao longo do ano de 2013, atingindo o máximo de R\$383 milhões no mês de dezembro. A sensibilidade de valor diminuiu R\$130 milhões durante o ano de 2013. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2013 e influenciaram neste crescimento de sensibilidade, foram:

- Venda de papéis para reconhecimento de A5666 resultando numa diminuição de sensibilidade num total de R\$291 milhões.
- Compra de papéis para montagem de posição, resultando num incremento de margem financeira num total de R\$ 125 milhões.

Em milhares de Reais	2013	2012	2011
Sensibilidades			
Margem Financeira	383	272	263
Valor Patrimonial	1.402	1.533	1.492
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	540	296	252

(1) Inclui o total do balanço patrimonial, exceto quanto aos ativos e passivos financeiros mantidos para negociação.

Gestão da liquidez estrutural

A gestão da liquidez estrutural tem como objetivo financiar as atividades recorrentes do Banco em condições ótimas de prazos e custos, evitando, assim, que a instituição assuma riscos de liquidez não desejados.

As principais características da gestão da liquidez estrutural em 2013 foram as seguintes:

- Posição confortável de liquidez estrutural. Como o Banco Santander é um banco fundamentalmente comercial, os depósitos dos clientes constituem a principal fonte de obtenção de liquidez na sua estrutura de financiamento. Esses depósitos, somados ao capital e outros instrumentos similares, permitem ao Banco cobrir a maior parte de suas necessidades de liquidez. Como resultado, as captações no mercado de atacado são moderadas com relação ao tamanho de seu balanço.
- No Brasil, a obrigatoriedade de constituir reserva legal absorve uma parcela considerável da captação.
- Diversificação de instrumentos para obter liquidez. Adicionalmente, as dívidas preferenciais e subordinadas são de longo prazo.
- O balanço local deve ser “autofinanciável”.
- Com base nos resultados do teste de stress, mantém-se uma reserva mínima de liquidez.
- A dependência do Banco Santander de captações internacionais não é representativa.
- O objetivo é que as atividades relacionadas com moedas fortes sejam financiadas com captações em moeda forte com terceiros.
- Dadas as turbulências potenciais nesse mercado, o Banco Santander tem mecanismos para utilizar a liquidez local para suportar atividades em moeda forte.
- Alta capacidade de obter liquidez dos itens que compõem o balanço. As posições de títulos do governo são mantidas para fins de gestão da liquidez.
- O Banco executa funções de controle e gestão, o que envolve planejar suas necessidades de recursos, estruturar as fontes de financiamento, melhorar sua diversificação com prazos e instrumentos, e definir planos de contingências.

Na prática, a gestão da liquidez executada pelo Banco consiste no seguinte:

- Anualmente é elaborado um plano de liquidez, com base nas necessidades de financiamento derivadas dos orçamentos de cada negócio. A partir dessas necessidades de liquidez, e trabalhando com limites prudenciais da demanda nos mercados de curto prazo, o Banco traça um plano de emissões e securitizações para o exercício.

- Durante o ano é feito um acompanhamento periódico da evolução real das necessidades de financiamento e é atualizado esse plano.
- Controle e análise do risco de liquidez. O principal objetivo é garantir que o mantenha níveis aceitáveis de liquidez para cobrir suas necessidades de financiamento no curto e no longo prazo, em situações normais de mercado. Para isso, o Banco utiliza medidas de controle de balanços, como gap de liquidez e índices de liquidez.

Também são feitas diferentes análises de cenários (ou cenários de stress) nas quais são consideradas necessidades adicionais que poderiam surgir caso certos eventos extremos, porém plausíveis, ocorram. O objetivo é cobrir um amplo espectro de situações que, em maior ou menor grau, podem afetar o Banco, permitindo que a instituição prepare os respectivos planos de contingências.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2013.

Em milhares de Reais				
Carteira Negociação		2013		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.108)	(19.853)	(39.707)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(9.767)	(135.858)	(271.716)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.610)	(9.970)	(19.940)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(160)	(489)	(978)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(8.465)	(211.615)	(423.230)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.383)	(11.823)	(23.646)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.235)	(14.555)	(29.110)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(3.486)	(87.142)	(174.284)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(994)	(50)	(99)
Total ⁽¹⁾		(32.208)	(491.355)	(982.710)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais				
Carteira Banking		2013		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(30.514)	(854.985)	(1.619.450)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(8.411)	(253.579)	(434.305)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.703)	(25.295)	(48.941)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(47.114)	(253.798)	(530.827)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(10.316)	(55.043)	(119.343)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(44.938)	(283.314)	(537.036)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.791)	(69.780)	(139.559)
Total ⁽¹⁾		(145.787)	(1.795.794)	(3.429.461)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework*.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade na contínua melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, e assim assegurar o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2013, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em Março de 2014 e não identificou qualquer incidência considerada material.

d.1) Área de Riscos Operacionais e Tecnológicos - ROT

Responsável por implementar as melhores práticas na gestão e controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos e da Gestão de Continuidade dos Negócios, que visam: auxiliar os gestores no cumprimento dos objetivos estratégicos; contribuir no processo decisório do Banco Santander e na condução das atividades; assegurar a adequação e cumprimento aos requerimentos obrigatórios, e assim obter a manutenção da solidez, confiabilidade e reputação do Banco.

Os alicerces do modelo adotado para gestão e controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos combinam duas abordagens: centralizada e descentralizada.

Abordagem centralizada: define que o controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é responsabilidade da diretoria de Riscos Operacionais, correspondendo às atividades de identificar, avaliar, capturar, monitorar, controlar, analisar, consolidar, auxiliar na mitigação e modelar os riscos operacionais relevantes e os eventos e perdas por riscos operacionais e tecnológicos, alcançando as áreas, processos e instituições que fazem parte do Banco Santander.

Abordagem descentralizada: define que a gestão dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é responsabilidade dos gestores das áreas da organização, dos processos e dos produtos, com auxílio dos Representantes de Riscos Operacionais e Controles Internos e suportados pelas políticas, metodologias e ferramentas definidas pela área de ROT. Os gestores devem identificar e informar os eventos de riscos operacionais à ROT, para registro na base histórica de dados e de eventos e perdas, além de desenvolver e aplicar ações corretivas e preventivas.

O Banco Santander trabalha na convergência e na integração consistente das melhores práticas para controle e gestão dos Riscos Operacionais. Para isso, também são adotados: enfoques Qualitativo e Quantitativo, a Gestão e o Controle para os Riscos Tecnológicos e a Continuidade dos Negócios.

d.2) Enfoques: qualitativo e quantitativo

O enfoque Qualitativo visa identificar e prevenir o risco operacional e definir o perfil de risco das áreas, processos e produtos, buscando fortalecer o ambiente de controles internos e acompanhar os indicadores-chave de riscos operacionais (KRIs) qualitativos.

O enfoque Quantitativo está correlacionado com o enfoque qualitativo, ajudando a detectar, corrigir e atuar na prevenção dos riscos operacionais e também prover mecanismos para análise e tomada de decisões estratégicas ou operacionais.

Ambos os enfoques são responsáveis por prover metodologias e ferramental para auxiliar os gestores na identificação e avaliação dos riscos e controles, bem como definir o perfil de riscos operacionais das áreas, processos e produtos. Adicionalmente, esses enfoques contribuem na implementação de políticas, normas, procedimentos e ferramentas para manutenção do fluxo de captura dos eventos de riscos, perdas e indicadores-chave de riscos operacionais para o banco, consolidando-os em base única, a fim de permitir a análise dos riscos, a identificação das suas principais causas e a coordenação, junto com os gestores responsáveis, da efetiva implementação dos planos de ação para mitigar e reduzir riscos e perdas operacionais.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

d.3) Gestão e Controle dos Riscos Tecnológicos

Auxilia os gestores na identificação e avaliação dos Riscos Tecnológicos e respectivos controles internos, específicos aos processos e às atividades relacionados à tecnologia. Atua na definição da metodologia e do ferramental, bem como na gestão corporativa e coordenação com os responsáveis das ações para a prevenção e redução dos impactos causados por eventos de riscos tecnológicos.

d.4) Gestão e Controle dos Riscos de Continuidade dos Negócios

Responsável pela coordenação e controle da implantação, manutenção e atualização da metodologia de Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) das áreas do Banco Santander.

Tem como objetivo principal a preservação da integridade das pessoas, valores da organização e compromissos e também avaliar a necessidade do desenvolvimento e implantação do Plano de Continuidade de Negócios e consequente formalização dos procedimentos e infra-estrutura alternativa para assegurar a continuidade aos principais negócios do Santander com os públicos com que o banco se relaciona. Tais planos são desenvolvidos mediante avaliação dos impactos pela eventual interrupção de atividades decorrente de eventos extremos que podem atingir à empresa.

Possui como principais resultados:

- Análises de Impacto nos Negócios - BIA;
- Plano de Continuidade de Negócios – PCN;
- Testes de acionamento de estrutura de contingência; e
- Criação de Grupo para Resposta às Crises - GRC.

d.5) Abrangência e sustentabilidade

A abrangência da gestão e do controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos, assim como a Gestão da Continuidade dos Negócios do Banco Santander, ultrapassa a alocação de capital regulamentar. Atuando de maneira ética e profissional, o controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos obtém conquistas importantes para o Banco, assegurando o desenvolvimento sustentável, entre elas:

- Melhoria da eficiência operacional e da produtividade nas atividades e nos processos e otimização na alocação do Capital Econômico e Regulamentar.
- Adequação às regulamentações existentes: Bacen, CVM, Susep e BIS-II, bem como novos requerimentos e acompanhamento do atendimento oportuno das solicitações dos órgãos reguladores.
- Fortalecimento da reputação e melhora da relação Risco x Retorno para os públicos com que o Banco se relaciona.
- Manutenção e preservação da qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços disponibilizados, bem como das partes relacionadas.
- Identificação e endereçamento oportuno, das correções de vulnerabilidades identificadas em processos e realização de testes de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres.
- Desenvolvimento e aplicação de treinamentos, por meio de cursos online e presenciais, visando a disseminação da cultura de Riscos Operacionais, Tecnológicos e GCN.
- Difusão da cultura de gestão e controle de Riscos Operacionais, por meio de comunicação interna (intranet, material impresso e outros meios), com reforço no *Accountability*.

Essa estrutura, sólida e eficaz, permite o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e aprofundamento da disseminação da cultura de responsabilidade sobre a gestão e controle dos eventos de riscos operacionais.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

d.6) Fator diferencial

A área de Riscos Operacionais investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações.

Destacam-se:

- Realização anual da Semana de Prevenção e Controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos.
- Manutenção do Programa de Integração para Novos Funcionários - “Uma só voz”, com palestras e aulas expositivas que orientam sobre a responsabilidade e atuação na gestão dos riscos operacionais.
- Treinamentos sobre os procedimentos necessários para a avaliação do Ambiente de Controles Internos.
- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais e Continuidade de Negócios.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Desenvolvimento de Indicadores Chave de Risco, com o objetivo de extrair análises absolutas e relativas com base em volumetria e análise do mercado.
- Integração com as demais áreas do Banco, elegendo representantes para as mais relevantes, incluindo a de tecnologia.

d.7) Perspectivas futuras

Como resultado da estrutura, metodologia e o Modelo de Gestão desenvolvido e adotado, comprovados pela implementação de um ambiente eficiente de controles internos e identificação da exposição aos riscos, espera-se o fortalecimento do Banco Santander, tanto no cenário local como internacional e a consolidação dessa estratégia para mantê-lo reconhecido como instituição de vanguarda no processo de gestão e controle dos Riscos Operacionais, Tecnológicos e na Continuidade dos Negócios.

d.8) Política de Comunicação

A Diretoria de Riscos Operacionais faz parte da estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para Administração de relatórios específicos, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos e preventivos identificados e seu acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

Semestralmente elabora o Relatório de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais, Tecnológicos, de Continuidade de Negócios e de Avaliação do Ambiente de Controles Internos, apresentado ao Conselho de Administração do Banco para ciência e deliberações sobre os resultados e atividades desenvolvidos no período.

Informações adicionais podem ser obtidas na página do Banco, nos relatórios Anual e Social.

Área de Controles Internos e a Lei Sarbanes-Oxley (Sox)

O Banco instituiu a área de Controles Internos SOX para fortalecer o monitoramento e aperfeiçoamento constante do Modelo de Controles Internos - MCI, por meio da implementação e coordenação desse Modelo, que visa à mitigação de riscos na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

É uma área corporativa responsável pela implementação e manutenção do Modelo de Controles Internos – SOX (MCI). Este modelo está consolidado por informações documentadas em base de dados única, denominada “Sistema SOX”, com acesso aos gestores responsáveis e outros usuários autorizados, inclusive auditores, por meio da Intranet local ou endereço eletrônico.

O sistema apoia a administração na gestão do MCI, além de documentar os subprocessos, riscos, indicadores e controles associados, e também para realizar a certificação pelos gestores responsáveis das atividades de controles, subprocessos, processos, atividades e subgrupos, que provê conforto quanto às demonstrações financeiras para a certificação pelo Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Executivo.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A metodologia aplicada no Banco estabelece a avaliação periódica do sistema de controles internos, com o objetivo de:

- Obter, a partir dos testes estabelecidos e realizados, uma razoável segurança sobre o desenho e funcionamento das atividades de controles documentadas no Modelo de Controle Interno;
- Assegurar que as atividades de controle estão operando de forma apropriada, para todas as transações e durante todo o exercício;
- Obter informações para suportar medidas corretivas visando resolver as deficiências nos controles internos; e
- Desenvolver um programa de testes sustentável que fundamente as avaliações periódicas da administração do Banco Santander.

Atribuições da área de Controles Internos Sox

Contribuir para o fortalecimento do Modelo de Controles Internos SOX com eficaz atendimento ao requerido pela lei americana “Sarbanes-Oxley” que foi promulgada em 2002.

Para cumprir com os requisitos exigidos na referida lei, o Banco Santander adequou seu MCI - Modelo de Controles Internos aos padrões internacionais mais exigentes, que cumpre com as diretrizes estabelecidas pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comisi3n*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de *compliance*.

A metodologia contempla os seguintes períodos para a certificação interna:

- certificação semestral - início do segundo semestre: decorrente da avaliação do desenho e funcionamento das atividades de controles em relação ao primeiro semestre.
- certificação anual - início do exercício seguinte: resultante da avaliação do desenho e funcionamento dos controles no segundo semestre ou durante o exercício findo - controles anuais ou não contemplados na certificação semestral.

Adicionalmente, elabora um relatório semestral para avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos e identificar riscos de distorção relevante que possam impactar as Demonstrações Financeiras bem como para avaliar a qualidade do ambiente de controles internos que permita a adequada elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e assim atender aos requisitos dos órgãos reguladores. O relatório de controles internos considera toda a metodologia desenvolvida, aplicada e monitorada do Modelo de Controles Internos no Sistema Sox.

Principais Objetivos da área:

- Disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos nas diversas camadas da organização;
- Implementar e prover manutenção formal do Modelo de Riscos e Controles embasada em metodologia consistente (COSO e COBIT) e aceita perante os órgãos fiscalizadores e contemplando todas as áreas relevantes;
- Documentar o fluxo operacional, permitindo uma visão do processo como parte de um todo, identificação dos riscos e controles relevantes que envolvem o negócio e melhoria de processos;
- Respalda a conclusão de que o Modelo de Controles Internos esteja adequado à natureza e à complexidade dos seus negócios; e
- Validar os controles identificados e documentados para mitigar riscos potenciais relevantes das atividades, através de testes de efetividade com relação ao desenho e funcionamento (aplicação).

e) Risco de Reputação
e.1) Risco de Reputação

Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com o cliente certo.

Nesse sentido o Banco Santander busca oferecer o produto mais adequado, de acordo com o perfil de cada cliente.

e.2) Compliance

O Risco de Compliance é o risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que um banco pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias no exercício de sua atividade. O Compliance no Banco Santander tem enfoque proativo, atuando em processos educativos, de monitoramento e comunicação corporativa.

A área de Compliance atua de forma independente e reporta à Administração, Painel de Aderência Regulatória, contribuindo para manutenção da reputação e integridade do Banco Santander.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

e.3) Diretrizes de atuação**a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores**

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da alta gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Compliance, que se reúne trimestralmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e denúncia de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são deliberados por comitês internos em vários níveis até que seus riscos sejam completamente atenuados, sendo a última instância o Comitê Corporativo de Comercialização (Comitê Corporativo de Comercialización - CCC) composto por Executivos do Banco Santander, com sede na Espanha. Após a aprovação os novos produtos e serviços são acompanhados, com vistas a identificar de forma tempestiva eventos que possam representar risco reputacional, que são reportados ao Comitê Local de Comercialização.

f) Adequação ao Novo Marco Regulamentar

O Banco Santander assumiu um compromisso firme com os princípios subjacentes ao “Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital” (Basileia II). Esse marco permite que as entidades possam fazer estimativas internas do capital para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco. Devido a esse compromisso, o Banco Santander tem dedicado todos os recursos humanos e materiais necessários para o sucesso da implementação do projeto Basileia II. Para esse efeito, foi criada no passado uma equipe de Basileia II formada por profissionais qualificados de diferentes áreas, nomeadamente, Finanças, Riscos, Tecnologia e Operações, Auditoria Interna e Negócios - especialmente em relação à integração dos modelos internos na gestão. Além disso, foram formadas equipes específicas com o objetivo de garantir a gestão adequada dos aspectos mais complexos da implementação.

Em complementação aos esforços da equipe operacional de Basileia II, o envolvimento da Administração do Banco Santander tem sido total desde o início da implementação. Portanto, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração são informados regularmente dos avanços do projeto e das implicações da implementação do Novo Acordo de Capitais para o Banco Santander.

No caso específico do risco de crédito, a implementação do projeto Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulamentar, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão.

O Banco aplicará, nos próximos cinco anos, a metodologia modelos internos baseado em classificação interna (AIRB) de Basileia II em praticamente todas as suas unidades, até que a sua exposição líquida coberta por esse método esteja próxima de 100%.

As exigências adicionais de capital, derivadas do processo de auto avaliação (Pilar II) devem ser compensadas pelo perfil de risco que caracteriza as atividades de negócios do Banco (risco médio baixo), devido ao seu enfoque em Banco Comercial (pequenas e médias empresas e pessoas físicas) e pela diversificação dos negócios. O Pilar II leva em consideração o impacto dos riscos não considerados no Pilar I (capital regulatório), além dos benefícios relacionados à diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

O Banco Santander continuou, em 2013, com o projeto de implementação das plataformas tecnológicas e desenvolvimento das metodologias necessárias para implantação dos modelos internos para o cálculo de capital regulatório. Dessa forma, o Banco prevê aplicar os modelos internos para o cálculo do capital regulatório no Brasil em 2016, após obter a necessária aprovação das autoridades supervisoras.

Em relação aos demais riscos tratados no Pilar I de Basileia II, o Banco Santander está desenvolvendo modelos internos para Risco de Mercado e permanecerá utilizando o método padronizado para risco operacional, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse fim. Quanto ao Risco de Mercado o Banco Santander apresentou sua candidatura no segundo semestre de 2011 e aguarda a aprovação junto aos reguladores para utilização de modelos internos para cálculo do capital regulamentar.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O Pilar II é outra importante linha de ação do Marco Corporativo de Basileia II. Além da revisão e do fortalecimento da metodologia de suporte ao modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma de suporte ao Pilar I, de modo que as informações relacionadas ao risco de crédito sejam obtidas nessa fonte.

Além das implementações de Basileia II o Banco Santander está envolvido com os estudos para implementação de Basileia III conforme orientações preliminares e cronograma divulgado pelo Bacen. Os estudos envolvem metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Requerimentos mínimos de manutenção do PR, Nível I do PR e Capital Principal e Criação de Adicional de Capital Contra cíclico e Conservação.

f.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é um pré-requisito do processo de validação por órgãos de regulação na implementação de Basileia II. Uma equipe especializada da própria Entidade, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle do risco estão adequados à estratégia e ao perfil de risco da Entidade.

Adicionalmente, a função de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a alta gestão do Banco, pois eles são responsáveis em garantir a existência de procedimentos e sistemas adequados para monitorar e controlar o risco da entidade. Neste caso, a área de validação interna é responsável pela autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório), além de realizar revisões regulares.

Os modelos de validação interna no Banco Santander englobam modelos de risco de crédito, mercado, precificação de opções e modelo de capital econômico. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, *reporting*, uso, envolvimento da alta gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados a Basileia e gestão de riscos.

A função de validação interna é executada pelo departamento de Validação Interna de Riscos (CIVIR) que é integrante da área de Riscos (Controle Integrado de Riscos) e tem relacionamento direto com a matriz do Banco Santander (terceiro *deputy chairman* do Banco e o *chairman* do Comitê de Riscos) em Madri. Esta função é executada em nível corporativo visando garantir uniformidade das aplicações. A necessidade de validar modelos implementados em diversos países e diferentes unidades demandou criar 4 centros de corporativos de Validação localizados em Madri, Londres, Nova Iorque e São Paulo. Esta estrutura facilita a aplicação de uma metodologia corporativa que é suportada por diversas ferramentas desenvolvidas internamente pelo Banco Santander o que fornece quadro corporativo robusto para aplicação em todas as unidades do Banco e no qual automatiza certas verificações para garantir a eficiência das revisões.

É importante notar que o quadro corporativo de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação interna para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia e pelos órgãos reguladores. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre validação interna e auditoria interna, que é a última camada de validação do controle do Banco. A auditoria interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia, ferramentas e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de independência efetiva.

f.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de rating assim como as expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitizações, vendas de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e de instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de capital procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento, o RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e os dados da criação de valores para cada unidade de negócio. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Pilar 2 do acordo de Basileia), o grupo utiliza um modelo de mensuração de capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela área de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos e garantir um nível de solvência adequado aos riscos do Banco.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

g) Capital Econômico
g.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio.

Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

g.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio. O intervalo de confiança adotado pelo Banco Santander é superior aos 99,90% exigidos pelo Basiléia II.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Imobilizado. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basiléia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Créditos Tributários, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital	2013		2012	2011
Tipo de Risco	Nova Metodologia	Nova Metodologia	Comparativo	
Crédito	60%	57%	65%	63%
Mercado	3%	4%	4%	4%
ALM	8%	5%	6%	7%
Negócio	8%	8%	9%	9%
Operacional	8%	13%	14%	16%
Imobilizado	1%	1%	1%	1%
Intangíveis	3%	4%	-	-
Fundos de Pensão	2%	3%	-	-
Créditos Tributários	7%	5%	-	-
Total	100%	100%	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

O Banco Santander avalia periodicamente o nível e a evolução do RORAC (retorno ajustado ao risco) das principais unidades de negócios. O RORAC é o quociente do lucro gerado sobre o capital econômico alocado, utilizando a seguinte fórmula:

$RORAC = \text{Lucro} / \text{Capital Econômico}$.

O Banco Santander também faz o planejamento do capital visando obter projeções futuras de capital econômico e regulamentar. As previsões obtidas para o Banco são incorporadas aos diferentes cenários de forma coerente, incluindo seus objetivos estratégicos (crescimento orgânico, M&A, índice de *pay-out*, créditos, etc.). São identificadas estratégias possíveis de gestão de capital que permitam otimizar a solvência e o retorno do Banco.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- 1 - Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- 2 - Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- 3 - Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo dos prejuízos esperados e imprevistos.

Entre essas variáveis temos:

- 1 - *Rating* de contraparte.
- 2 - Vencimento.
- 3 - Garantias.
- 4 - Natureza do financiamento.

O retorno sobre o capital é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

45. Informações complementares - Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2013	2012	2011
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		62.819.207	63.451.508	64.428.862
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	3.367	7.032	13.840
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	28.912	460.340	303.686
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	155.527	80.413	1.128.106
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	d	319.533	394.823	545.763
Reversão da amortização do ágio	e	17.060.156	13.423.171	9.786.227
Realização dos ajustes do preço de compra	f	999.510	1.068.715	708.533
Pagamento baseado de ações	g	-	-	34.132
Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas	h	112.052	-	-
Outros		(132.063)	12.994	(85.820)
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		81.366.201	78.898.996	76.863.329
Participações não-controladoras em IFRS		289.101	237.130	18.960
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		81.655.302	79.136.126	76.882.289

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2013	2012	2011
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		2.107.327	2.725.748	3.548.482
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	(17.587)	(20.797)	18.918
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	96.213	(118.847)	18.402
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	75.114	(628.474)	907.516
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	d	(15.290)	(150.940)	245.763
Reversão da amortização do ágio	e	3.636.985	3.636.944	3.103.452
Realização dos ajustes do preço de compra	f	(69.205)	(59.037)	69.013
Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas	h	112.052	-	-
Outros		(142.115)	98.009	(172.342)
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		5.723.494	5.482.606	7.739.204
Participações não-controladoras em IFRS		124.630	10.618	7.928
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		5.848.124	5.493.224	7.747.132

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria “Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado”, visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (*accounting mismatch*) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a “valor justo através do resultado”, como também certos instrumentos de dívidas classificados como “disponível para venda” no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

b) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns Investimentos, como por exemplo, em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus Investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central, foram reclassificados títulos de dívida para categoria “negociação” com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses Investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas “Demonstrações consolidadas de resultado abrangente”, dentro do escopo do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, que não permite reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

c) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

No resultado refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de empréstimos e recebíveis, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen. Adicionalmente, o patrimônio líquido acumula os ajustes da alocação do preço de compra quando da aquisição do Banco Real, conforme as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”.

d) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

e) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 - Imposto sobre a renda, relativo às diferenças temporárias.

f) Realização dos ajustes do preço de compra:

Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”, o Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente, aos seguintes itens:

- Apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos a valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

g) Pagamento baseado em ações:

O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 “Pagamento Baseado em Ações”, o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BRGAAP a provisão é efetuada na conta "Outras Obrigações - Diversas". Em janeiro de 2012, o BRGAAP passou a adotar a resolução CMN 3.989/11 o que eliminou a assimetria com a norma internacional.

h) Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas

Segundo o IFRS, em consonância com o IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, na alienação parcial de uma participação permanente, é reconhecido o valor justo sobre a parcela remanescente. Segundo o BRGAAP, neste tipo de operação, a participação permanente é mantida pelo seu valor contábil.

46. Evento Subsequente
Plano de otimização da estrutura de capital social

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander (“Plano de Otimização do PR”). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR conta com os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP). De acordo com o comunicado divulgado ao mercado no dia 7 de janeiro de 2014¹ tinham direito à Restituição de Recursos todos os detentores de ações ou Units do Banco na data base de 14 de janeiro de 2014, inclusive, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos a partir de 15 de janeiro de 2014. O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

Emissão de Notes

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$ 6.000.000. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizadas pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal ²: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível I serão perpétuas; (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal ²: US\$1.247.713 equivalente R\$ 3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível II terão vencimento em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

As Notes possuem as seguintes principais características comuns: (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 e em múltiplos integrais de US\$1,00 no que exceder tal valor mínimo; (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander (1) após o 5º aniversário contado da data de emissão das Notes, por iniciativa própria do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou (2) a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios; (c) Os créditos oriundos das Notes poderão ser conferidos como integralização de aumento de capital social do Banco com a consequente emissão de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco, na proporção necessária para compor Units, caso determinados eventos regulatórios definidos na Resolução CMN 4.192/13 sejam verificados, situação na qual o Banco promoverá um aumento do capital social, observado o direito de preferência a todos os acionistas na subscrição de novas ações ordinárias e preferenciais.

O Banco Santander solicitará aprovação do Bacen para que as Notes passem a compor o Nível I e Nível II do patrimônio de referência.

Bonificação e Grupamento de Ações

Estima-se que o último passo do Plano de Otimização do PR - a bonificação de ações e ajuste na composição das *Units* e grupamento de ações - deverá ser levado à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2014.

(1) Informações relacionadas à US Record Date, à data de pagamento ou qualquer outra informação adicional poderão ser obtidas através do site: www.adr.com.

(2) Valores convertidos à cotação divulgada pelo Bacen em 27 de janeiro de 2014 de R\$2,4044 para US\$1,00.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**Em milhares de Reais**

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Direta	Participação % Indireta	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Banco Bandepe S.A.	Banco	100,00%	100,00%	2.944.279	105.150
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	78,57%	99,99%	5.034.417	218.424
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	100,00%	100,00%	1.054.375	58.816
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ⁽²⁾	Consórcio	100,00%	100,00%	127.038	24.292
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.	Microcrédito	100,00%	100,00%	21.392	3.277
Santander Brasil Advisory Services S.A.	atividades	96,52%	96,52%	12.914	806
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	100,00%	100,00%	29.108	4.986
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	99,99%	100,00%	261.947	60.509
Santander Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%	1.252.642	84.081
Santander Getnet ⁽¹⁾	atividades	50,00%	50,00%	113.866	98.847
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%	370.459	92.179
Mantiq Investimentos Ltda.	Outras Atividades	100,00%	100,00%	6.937	754
Santos Energia Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%	82.448	(3.051)
Santander Brasil EFC	Financeira	100,00%	100,00%	2.444.438	23.113
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Corretora de Seguros	60,65%	60,65%	587.926	189.261
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	atividades	-	100,00%	23.972	(528)
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	-	100,00%	213.035	85.289
Ablasa Participações S.A.	Holding	-	100,00%	22.675	225
Controlada da Santos Energia Participações S.A.					
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	Eólica	-	100,00%	22.215	(173)
Central Eólica São Cristovão S.A.	Eólica	-	100,00%	40.029	(243)
Central Eólica São Jorge S.A.	Eólica	-	100,00%	42.432	(193)
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	Securitização	-	(a)	-	-
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-
Santander Paraty QIF PLC ^(a)	Fundo de Investimento	-	(a)	-	-

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, e não há participação societária.

(1) O Banco Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina a controle do Banco sob a entidade.

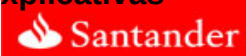
(2) Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios (“Incorporada”) pela Santander Brasil Consórcio (“Incorporadora”) (“Incorporação”) que foi aprovada em Reunião de Sócios da incorporada e incorporadora em 31 de julho de 2012. A incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da incorporada para o patrimônio da incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na incorporadora. Em 30 de novembro de 2012, este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

Notas Explicativas



Índice

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente nos mercados

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas coligadas e controladas indicadas na nota 14, a Entidade de Propósito Específico - Brazil Foreign Diversified Payment Right's Finance Company, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior (Nota 17.c) e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty); e
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

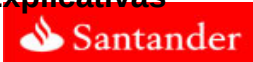
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 29 de janeiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Moeda Funcional
Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a “hedge” ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de “hedge” contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

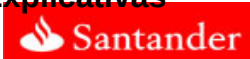
I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam até 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco alterou a apresentação do saldo correspondente aos créditos normais e anormais, onde até 30 de setembro de 2013 todas as operações que resultavam de um processo de renegociação eram apresentadas como créditos anormais. A partir deste trimestre passaram a ser consideradas como créditos anormais somente aquelas operações decorrentes de um processo de renegociação que, na data do balanço, apresentam atraso superior a 15 dias, portanto sendo as demais informadas como créditos normais. Referida alteração produz efeito retrospectivo na apresentação da nota explicativa 8.e, sendo que a mesma não produz efeitos no balanços patrimoniais individual e consolidado ou demonstração individual e consolidada do resultado.

h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Permanente

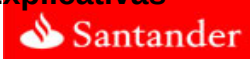
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

j.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

j.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

k) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

As Provisões Técnicas de Capitalização são Constituídas de Acordo com os Critérios Abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos;
- Provisão administrativa tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição; e
- Provisão de contingência é constituída para cobrir eventuais obrigações junto aos clientes.

l) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 33. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar

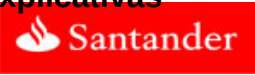
A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

Os valores registrados, no Banco e no Consolidado, respectivamente nos grupos de outras obrigações - diversas, no exigível a longo prazo e no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2012, e na demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), homologado pelo Bacen através da Resolução 4.007, de 25 de agosto de 2011, como consequência da adoção da nova versão do CPC 33 (R1), são:

						Banco
						31/12/2012
						Demonstração do Resultado ⁽⁴⁾
						01/01 a 31/12/2012
	Outras Obrigações - Diversas ⁽¹⁾ (Nota 20)	Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Investimentos ⁽³⁾	Outros Ativos	Créditos Tributários	
Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2012	1.307.815	-	-	-	-	(192.677)
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	3.903.146	(2.417.855)	(22.811)	(88.596)	1.596.698	33.946
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustados	5.210.961	(2.417.855)	(22.811)	(88.596)	1.596.698	(158.731)

						Consolidado
						31/12/2012
						Demonstração do Resultado ⁽⁴⁾
						01/01 a 31/12/2012
	Outras Obrigações - Diversas ⁽¹⁾ (Nota 20)	Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Minoritários	Outros Ativos	Créditos Tributários	
Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2012	1.307.815	-	-	-	-	(192.677)
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	3.952.885	(2.417.855)	(12.130)	(92.418)	1.615.318	33.946
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustados	5.260.700	(2.417.855)	(12.130)	(92.418)	1.615.318	(158.731)

(1) Registrado na rubrica “planos de benefícios a funcionários”;

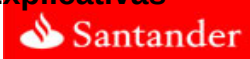
(2) Registrado na rubrica “outros ajustes de avaliação patrimonial”, conforme previsto no Carta Circular Bacen 3.592 e em "reservas" ;

(3) Ajuste nos investimentos "participações em coligadas e controladas" dos efeitos do CPC 33 sobre o passivo atuarial reconhecido no patrimônio líquido das empresas controladas; e

(4) Registrada na rubrica “despesas de pessoal e outras despesas operacionais”, líquido dos efeitos fiscais.

m) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 21.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

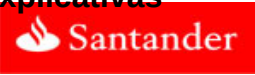
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander na reunião realizada em 29 de janeiro de 2014.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

q) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

r) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

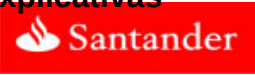
	Banco			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	5.290.047	4.653.214	4.458.365	5.485.679	4.742.486	4.470.858
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.513.263	13.648.641	5.444.731	32.546.067	15.204.886	4.920.020
Aplicações no Mercado Aberto	19.659.462	4.273.832	1.377.537	19.659.462	4.273.832	1.377.537
Aplicações em Depósitos Interfinanceiro	369.975	486.036	1.115.424	227.905	535.536	590.713
Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.483.826	8.888.773	2.951.770	12.658.700	10.395.518	2.951.770
Total	36.803.310	18.301.855	9.903.096	38.031.746	19.947.372	9.390.878

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	31.441.181	1.015.484	-	32.456.665	21.353.662
Posição Bancada	1.825.122	73.721	-	1.898.843	5.492.708
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	65	-	-	65	151.079
Letras do Tesouro Nacional - LTN	992.776	-	-	992.776	1.351.268
Notas do Tesouro Nacional - NTN	832.281	73.721	-	906.002	3.990.361
Posição Financiada	22.336.418	157.316	-	22.493.734	7.610.166
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	1.999.995
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.197.975	-	-	5.197.975	2.278.840
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.138.443	157.316	-	17.295.759	3.331.331
Posição Vendida	7.279.641	784.447	-	8.064.088	8.250.788
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.528.207	204.187	-	2.732.394	2.866.552
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.751.434	580.260	-	5.331.694	5.384.236
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.942.712	18.614.405	10.422.310	31.979.427	34.890.182
Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.483.826	703	-	11.484.529	9.294.473
Total	45.867.719	19.630.592	10.422.310	75.920.621	65.538.317
Circulante				65.498.311	51.106.876
Longo Prazo				10.422.310	14.431.441

	Banco			Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	31.441.181	1.015.484	-	32.456.665	21.353.693
Posição Bancada	15.381.001	73.721	-	15.454.722	7.295.456
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	65	-	-	65	151.079
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.796.044	-	-	3.796.044	1.217.959
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.584.892	73.721	-	11.658.613	5.926.387
Debêntures	-	-	-	-	31
Posição Financiada	8.780.539	157.316	-	8.937.855	5.807.449
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	1.999.995
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.394.707	-	-	2.394.707	2.412.149
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.385.832	157.316	-	6.543.148	1.395.305
Posição Vendida	7.279.641	784.447	-	8.064.088	8.250.788
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.528.207	204.187	-	2.732.394	2.866.552
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.751.434	580.260	-	5.331.694	5.384.236
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	869.335	1.491.784	119.286	2.480.405	4.615.960
Aplicações em Moedas Estrangeiras	12.658.901	703	58.489	12.718.093	10.801.219
Total	44.969.417	2.507.971	177.775	47.655.163	36.770.872
Circulante				47.477.388	36.700.193
Longo Prazo				177.775	70.679

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

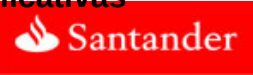
a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

				31/12/2013	Banco 31/12/2012
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Resultado	Refletido no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	24.921.562	(342.023)	-	24.579.539	28.953.554
Títulos Públicos	21.731.444	(337.688)	-	21.393.756	26.003.103
Títulos Privados	3.190.118	(4.335)	-	3.185.783	2.950.451
Títulos Disponíveis para Venda	80.348.362	(179.732)	(875.831)	79.292.799	67.079.672
Títulos Públicos	27.650.235	-	(727.823)	26.922.412	20.206.657
Títulos Privados	52.698.127	(179.732)	(148.008)	52.370.387	46.873.015
Títulos Mantidos até o Vencimento	379	-	-	379	809.355
Títulos Públicos	379	-	-	379	809.355
Total de Títulos e Valores Mobiliários	105.270.303	(521.755)	(875.831)	103.872.717	96.842.581
Derivativos (Ativo)	5.921.423	1.287.530	(11.236)	7.197.717	4.732.996
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	111.191.726	765.775	(887.067)	111.070.434	101.575.577
Circulante				33.244.090	37.326.162
Longo Prazo				77.826.344	64.249.415
Derivativos (Passivo)	(4.928.736)	(830.833)	(98.919)	(5.858.488)	(5.110.539)
Circulante				(2.068.878)	(1.763.114)
Longo Prazo				(3.789.610)	(3.347.425)

				31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Resultado	Refletido no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	23.893.108	(341.982)	-	23.551.126	28.083.713
Títulos Públicos	22.872.191	(337.647)	-	22.534.544	27.068.038
Títulos Privados	1.020.917	(4.335)	-	1.016.582	1.015.675
Títulos Disponíveis para Venda	48.494.099	(179.732)	(981.438)	47.332.929	43.107.950
Títulos Públicos	30.040.835	-	(832.855)	29.207.980	28.695.641
Títulos Privados	18.453.264	(179.732)	(148.583)	18.124.949	14.412.309
Títulos Mantidos até o Vencimento	379	-	-	379	809.355
Títulos Públicos	379	-	-	379	809.355
Total de Títulos e Valores Mobiliários	72.387.586	(521.714)	(981.438)	70.884.434	72.001.018
Derivativos (Ativo)	5.905.753	1.351.403	4.173	7.261.329	4.831.155
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	78.293.339	829.689	(977.265)	78.145.763	76.832.173
Circulante				33.427.183	37.544.440
Longo Prazo				44.718.580	39.287.733
Derivativos (Passivo)	(4.788.524)	(962.441)	(114.453)	(5.865.418)	(5.205.027)
Circulante				(2.010.950)	(1.852.470)
Longo Prazo				(3.854.468)	(3.352.557)

Notas Explicativas



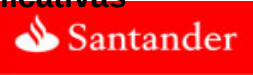
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

	31/12/2013			Banco 31/12/2012			Consolidado 31/12/2012	
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	21.731.444	(337.688)	21.393.756	26.003.103	22.872.191	(337.647)	22.534.544	27.068.038
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	486.054	94	486.148	711.330	1.453.821	135	1.453.956	1.641.119
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.907.341	(204.188)	11.703.153	11.357.924	12.080.321	(204.188)	11.876.133	11.493.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	582.783	(30.372)	552.411	-	582.783	(30.372)	552.411	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.076.090	(28.228)	5.047.862	7.212.025	5.076.090	(28.228)	5.047.862	7.212.025
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	31.862	(2.107)	29.755	476.559	31.862	(2.107)	29.755	476.559
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	3.518.115	(68.434)	3.449.681	6.124.988	3.518.115	(68.434)	3.449.681	6.124.988
Títulos da Dívida Agrária - TDA	112.812	(1.109)	111.703	113.068	112.812	(1.109)	111.703	113.068
Títulos da Dívida Externa Brasileira	16.387	(3.344)	13.043	7.209	16.387	(3.344)	13.043	7.209
Títulos Privados	3.190.118	(4.335)	3.185.783	2.950.451	1.020.917	(4.335)	1.016.582	1.015.675
Ações	187.047	5.935	192.982	367.062	295.064	5.935	300.999	367.062
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	18.866	-	18.866	24.132	18.866	-	18.866	24.132
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	48.917	-	48.917	42.523
Cotas de Fundos de Investimento	3.453	-	3.453	6.464	264.791	-	264.791	484.161
Debêntures	2.934.444	(3.360)	2.931.084	2.511.775	280.209	(3.360)	276.849	55.828
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	62.322	-	62.322	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	46.308	(6.910)	39.398	41.018	46.417	(6.910)	39.507	41.018
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	4.331	-	4.331	951
Total	24.921.562	(342.023)	24.579.539	28.953.554	23.893.108	(341.982)	23.551.126	28.083.713

Notas Explicativas

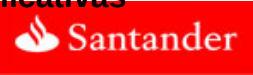


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Banco 31/12/2013
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	-	1.267.775	2.689.227	11.078.023	6.358.731	21.393.756
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	157.546	126.095	96.416	106.091	486.148
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	655.081	1.023.587	9.202.565	821.920	11.703.153
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	-	552.411	552.411
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	1.499.465	1.717.240	1.831.157	5.047.862
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	-	29.755	29.755
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	438.139	-	16.767	2.994.775	3.449.681
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16.363	40.080	43.895	11.365	111.703
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	646	-	1.140	11.257	13.043
Títulos Privados	215.301	-	29.031	72.201	2.869.250	3.185.783
Ações	192.982	-	-	-	-	192.982
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	18.866	-	-	-	-	18.866
Cotas de Fundos de Investimento	3.453	-	-	-	-	3.453
Debêntures	-	-	29.031	41.029	2.861.024	2.931.084
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	31.172	8.226	39.398
Total	215.301	1.267.775	2.718.258	11.150.224	9.227.981	24.579.539

Notas Explicativas

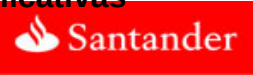


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado 31/12/2013
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	-	1.772.622	2.975.597	11.216.749	6.569.576	22.534.544
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	519.680	412.465	204.875	316.936	1.453.956
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	797.795	1.023.587	9.232.831	821.920	11.876.133
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	-	552.411	552.411
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	1.499.465	1.717.240	1.831.157	5.047.862
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	-	29.755	29.755
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	438.139	-	16.767	2.994.775	3.449.681
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16.362	40.080	43.896	11.365	111.703
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	646	-	1.140	11.257	13.043
Títulos Privados	633.573	6.687	29.033	134.522	212.767	1.016.582
Ações	300.999	-	-	-	-	300.999
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	18.866	-	-	-	-	18.866
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	48.917	-	-	-	-	48.917
Cotas de Fundos de Investimento	264.791	-	-	-	-	264.791
Debêntures	-	2.247	29.033	41.029	204.540	276.849
Letras Financeiras - LF	-	-	-	62.322	-	62.322
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	109	-	31.171	8.227	39.507
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	4.331	-	-	-	4.331
Total	633.573	1.779.309	3.004.630	11.351.271	6.782.343	23.551.126

Notas Explicativas



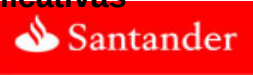
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				31/12/2013	Banco 31/12/2012
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	27.650.235	-	(727.823)	26.922.412	20.206.657
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	350	-	183	533	603
Crédito Securitizado	2.115	-	531	2.646	2.762
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	412.720	-	(29)	412.691	3.237.043
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.427.832	-	(121.879)	16.305.953	8.346.593
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	882.223	-	(34.684)	847.539	162.895
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.942.184	-	(49.806)	2.892.378	562.823
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.274.501	-	(72.300)	1.202.201	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	5.148.167	-	(450.217)	4.697.950	7.583.357
Notas Mexicanas	496.520	-	378	496.898	-
Títulos Estaduais e Municipais - CEPAC	-	-	-	-	226.366
Debêntures ⁽³⁾	63.623	-	-	63.623	84.215
Títulos Privados	52.698.127	(179.732)	(148.008)	52.370.387	46.873.015
Ações	954.233	(218.363)	11.200	747.070	417.217
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.445.501	-	-	1.445.501	1.447.841
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	562.469	-	(58.409)	504.060	444.556
Cotas de Fundos de Investimento	439.778	-	-	439.778	137.966
Cotas de Fundos Imobiliários	14.590	-	(1.885)	12.705	27.078
Debêntures ⁽⁴⁾	44.487.248	38.631	(19.266)	44.506.613	41.075.510
Eurobonds	47	-	-	47	202.937
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	2.383.968	-	56.554	2.440.522	962.171
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	20.921	-	(127)	20.794	24.605
Letras Financeiras - LF	1.391.755	-	(78.517)	1.313.238	988.399
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	997.617	-	(57.558)	940.059	1.144.735
Total	80.348.362	(179.732)	(875.831)	79.292.799	67.079.672

Notas Explicativas

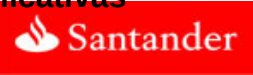


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Consolidado	
				31/12/2013	31/12/2012
	Valor do	Ajuste a Mercado Refletido no:		Valor	Valor
	Custo		Patrimônio	Contábil	Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	Amortizado	Resultado	Líquido		
Títulos Públicos	30.040.835	-	(832.855)	29.207.980	28.695.641
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	350	-	183	533	603
Crédito Securitizado	2.115	-	531	2.646	2.762
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	801.912	-	(31)	801.881	3.292.186
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.963.605	-	(129.799)	16.833.806	8.680.349
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	882.223	-	(34.684)	847.539	162.895
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.942.184	-	(49.806)	2.892.378	562.823
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.274.501	-	(72.300)	1.202.201	1.125.757
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	6.613.802	-	(547.327)	6.066.475	14.557.685
Notas Mexicanas	496.520	-	378	496.898	-
Títulos Estaduais e Municipais - CEPAC	-	-	-	-	226.366
Debêntures ⁽³⁾	63.623	-	-	63.623	84.215
Títulos Privados	18.453.264	(179.732)	(148.583)	18.124.949	14.412.309
Ações	1.053.789	(218.363)	11.200	846.626	456.725
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.590.282	-	-	1.590.282	1.594.645
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	724.072	-	(58.409)	665.663	1.163.933
Cotas de Fundos de Investimento	749.602	-	-	749.602	80.272
Cotas de Fundos Imobiliários	61.793	-	(1.807)	59.986	27.078
Debêntures ⁽⁴⁾	9.310.402	38.631	(19.266)	9.329.767	7.766.809
Eurobonds	47	-	-	47	202.937
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	2.383.968	-	56.553	2.440.521	962.171
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	20.921	-	(127)	20.794	24.605
Letras Financeiras - LF	1.560.772	-	(79.170)	1.481.602	988.399
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	997.616	-	(57.557)	940.059	1.144.735
Total	48.494.099	(179.732)	(981.438)	47.332.929	43.107.950

Notas Explicativas

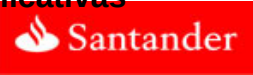


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco					
	31/12/2013					
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	601.729	670.591	5.508.980	20.141.112	26.922.412
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	533	533
Crédito Securitizado	-	-	-	752	1.894	2.646
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	412.691	-	-	412.691
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	4.952.533	11.353.420	16.305.953
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	4.632	-	842.907	847.539
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	22.573	1.719	555.695	2.312.391	2.892.378
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	-	14.780	-	1.187.421	1.202.201
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	81.968	236.769	-	4.379.213	4.697.950
Notas Mexicanas	-	496.898	-	-	-	496.898
Debêntures ⁽³⁾	-	290	-	-	63.333	63.623
Títulos Privados	2.748.915	535.290	2.119.024	19.442.342	27.524.816	52.370.387
Ações	346.871	-	-	-	400.199	747.070
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.445.501	-	-	-	-	1.445.501
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	504.060	-	-	-	-	504.060
Cotas de Fundos de Investimento	439.778	-	-	-	-	439.778
Cotas de Fundos Imobiliários	12.705	-	-	-	-	12.705
Debêntures ⁽⁴⁾	-	240.711	852.256	17.505.766	25.907.880	44.506.613
Eurobonds	-	47	-	-	-	47
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	107.892	388.080	1.470.679	473.871	2.440.522
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	4.447	-	7.416	8.931	20.794
Letras Financeiras - LF	-	141.133	760.008	412.097	-	1.313.238
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	41.060	118.680	46.384	733.935	940.059
Total	2.748.915	1.137.019	2.789.615	24.951.322	47.665.928	79.292.799

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado 31/12/2013
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	869.264	917.052	5.952.060	21.469.604	29.207.980
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	533	533
Crédito Securitizado	-	-	-	752	1.894	2.646
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	36.078	561.518	164.959	39.326	801.881
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	97.634	5.230.654	11.505.518	16.833.806
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	4.632	-	842.907	847.539
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	22.573	1.719	555.695	2.312.391	2.892.378
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	-	14.780	-	1.187.421	1.202.201
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	313.425	236.769	-	5.516.281	6.066.475
Notas Mexicanas	-	496.898	-	-	-	496.898
Debêntures ⁽³⁾	-	290	-	-	63.333	63.623
Títulos Privados	3.510.839	535.289	2.119.023	3.928.015	8.031.783	18.124.949
Ações	446.427	-	-	-	400.199	846.626
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.590.282	-	-	-	-	1.590.282
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	664.542	-	-	1.121	-	665.663
Cotas de Fundos de Investimento	749.602	-	-	-	-	749.602
Cotas de Fundos Imobiliários	59.986	-	-	-	-	59.986
Debêntures ⁽⁴⁾	-	240.711	852.256	1.821.954	6.414.846	9.329.767
Eurobonds	-	47	-	-	-	47
Notas Promissórias - NP	-	107.891	388.080	1.470.679	473.871	2.440.521
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	4.447	-	7.416	8.931	20.794
Letras Financeiras - LF	-	141.133	760.008	580.461	-	1.481.602
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	41.060	118.679	46.384	733.936	940.059
Total	3.510.839	1.404.553	3.036.075	9.880.075	29.501.387	47.332.929

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) Durante o quarto trimestre de 2012, foram vendidos R\$7.034.688 de títulos referentes a Notas do Tesouro Nacional (NTN-C e NTN-F) do Banco Santander para a Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), gerando para o Banco Santander um resultado de R\$516.272 líquido dos efeitos tributários. Para o Consolidado este resultado foi considerado como um resultado não realizado. Em 2013 foram realizados R\$416.816, líquidos dos efeitos tributários, no resultado do Consolidado pela venda das (NTN-C e parte das NTN-F) ao mercado (Nota 22.e).

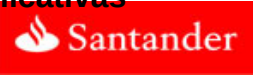
(3) Emissão de sociedade de economia mista.

(4) Inclui R\$543.197 (31/12/2012 - R\$399.703) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado.

(5) Em 31 de dezembro de 2013, inclui R\$204.096 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa.

(6) Em 31 de dezembro de 2013, inclui a quantidade de 253.518 de Notas do Tesouro Nacional - NTN F, equivalente ao montante de R\$1.202.201, as quais estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

					Banco/Consolidado 31/12/2013 Abertura por Vencimento
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo		De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Total
	Amortizado/Contábil 31/12/2013	31/12/2012			
Títulos Públicos	379	809.355	316	63	379
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	808.374	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN I	379	981	316	63	379
Total	379	809.355	316	63	379

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$379 (31/12/2012 - R\$1.455.620).

Em junho de 2013, o Banco Santander transferiu um montante de R\$1.352.252 de Notas do Tesouro Nacional - NTN C, da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos disponíveis para venda, com efeito de um ajuste positivo no patrimônio líquido no valor de R\$302.810, líquido dos efeitos tributários, e durante o quarto trimestre de 2012 foi efetuada uma transferência no montante de R\$228.318 para a categoria títulos para negociação.

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de Títulos de Renda Fixa	9.090.206	11.116.635	7.382.987	7.588.640
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.800.753	7.016.653	5.973.316	3.135.431
Resultado de Títulos de Renda Variável	(71.637)	(375.461)	(114.428)	(384.986)
Resultado Financeiro de Capitalização	-	-	172.193	171.958
Redução ao Valor Recuperável ⁽¹⁾	(218.363)	-	(218.363)	-
Outros	266.785	210.009	429.038	347.691
Total	17.867.744	17.967.836	13.624.743	10.858.734

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos**I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	31/12/2013			Banco		
	Negociação			31/12/2012		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		667.283	1.657.210		(128.878)	(121.484)
Ativo	185.499.151	17.684.905	18.927.254	111.903.143	15.980.670	16.791.030
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	48.684.752	15.667.136	16.430.599	34.842.508	4.330.806	4.976.512
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	42.757.154	-	-	16.344.817	11.649.864	11.814.518
Indexados em Índices de Preços e Juros	16.519.189	-	-	14.386.596	-	-
Moeda Estrangeira	77.463.284	1.966.918	2.445.764	46.238.783	-	-
Outros	74.772	50.851	50.891	90.439	-	-
Passivo	184.831.868	(17.017.622)	(17.270.044)	112.032.021	(16.109.548)	(16.912.514)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	33.017.616	-	-	30.511.702	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	58.760.456	(16.003.302)	(16.101.682)	4.694.953	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	17.533.509	(1.014.320)	(1.168.362)	19.509.496	(5.122.900)	(5.512.171)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	75.496.366	-	-	57.178.415	(10.939.632)	(11.366.283)
Outros	23.921	-	-	137.455	(47.016)	(34.060)
Opções	232.507.300	(121.086)	(175.134)	266.060.934	(94.073)	(159.054)
Compromissos de Compra	110.425.937	349.509	489.481	107.224.375	228.372	297.118
Opções de Compra Dólar	3.815.905	108.122	178.192	1.792.837	44.838	31.993
Opções de Venda Dólar	1.407.427	36.455	39.582	1.748.915	24.039	24.087
Opções de Compra Outras	44.262.606	134.323	180.827	46.244.218	86.364	45.914
Mercado Interfinanceiro	43.304.479	88.525	149.768	45.411.468	51.667	2.289
Outras ⁽²⁾	958.127	45.798	31.059	832.750	34.697	43.625
Opções de Venda Outras	60.939.999	70.609	90.880	57.438.405	73.131	195.124
Mercado Interfinanceiro	57.052.006	43.746	9.022	56.963.540	57.121	185.813
Outras ⁽²⁾	3.887.993	26.863	81.858	474.865	16.010	9.311
Compromissos de Venda	122.081.363	(470.595)	(664.615)	158.836.559	(322.445)	(456.172)
Opções de Compra Dólar	3.507.854	(204.056)	(314.271)	1.453.215	(36.653)	(28.003)
Opções de Venda Dólar	772.847	(16.514)	(20.075)	1.385.098	(14.684)	(6.036)
Opções de Compra Outras	62.950.930	(162.371)	(253.129)	83.389.536	(152.818)	(103.294)
Mercado Interfinanceiro	61.871.607	(106.328)	(214.387)	81.602.615	(68.927)	(4.241)
Outras ⁽²⁾	1.079.323	(56.043)	(38.742)	1.786.921	(83.891)	(99.053)
Opções de Venda Outras	54.849.732	(87.654)	(77.140)	72.608.710	(118.290)	(318.839)
Mercado Interfinanceiro	51.288.888	(44.524)	(12.019)	71.156.608	(64.771)	(272.536)
Outras ⁽²⁾	3.560.844	(43.130)	(65.121)	1.452.102	(53.519)	(46.303)
Contratos de Futuros	123.265.840	-	-	61.247.088	-	-
Posição Comprada	41.555.262	-	-	40.376.893	-	-
Cupom Cambial (DDI)	3.772.361	-	-	2.916.996	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	29.075.039	-	-	30.144.684	-	-
Moeda Estrangeira	8.167.914	-	-	6.576.093	-	-
Índice ⁽³⁾	523.612	-	-	133.917	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	605.203	-	-
Outros	16.336	-	-	-	-	-
Posição Vendida	81.710.578	-	-	20.870.195	-	-
Cupom Cambial (DDI)	30.021.614	-	-	14.091.511	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	10.028.771	-	-	6.556.673	-	-
Moeda Estrangeira	18.179.682	-	-	12.414	-	-
Índice ⁽³⁾	20.401	-	-	17.926	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	191.671	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	23.460.110	-	-	-	-	-

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013			Banco		
	Negociação			31/12/2012		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Contratos a Termo e Outros	26.300.236	599.647	196.915	22.072.671	166.807	26.569
Compromissos de Compra	14.192.258	(244.380)	(92.406)	11.046.667	(593.458)	197.859
Moedas	13.141.556	(244.380)	(92.406)	11.046.667	(593.458)	197.859
Outros	1.050.702	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	12.107.978	844.027	289.321	11.026.004	760.265	(171.290)
Moedas	11.709.276	844.027	289.321	10.797.139	745.350	(185.614)
Outros	398.702	-	-	228.865	14.915	14.324
	31/12/2013			Consolidado		
	Negociação			31/12/2012		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		728.003	1.692.915		(121.049)	(116.011)
Ativo	183.923.077	22.602.542	23.846.183	115.130.834	15.977.913	16.785.917
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	53.873.861	21.531.580	22.301.171	37.663.575	6.989.364	7.644.387
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	36.728.178	-	-	16.512.452	8.988.549	9.141.530
Indexados em Índices de Preços e Juros	16.519.189	-	-	14.386.596	-	-
Moeda Estrangeira	76.750.555	1.043.589	1.497.546	46.477.772	-	-
Outros	51.294	27.373	47.466	90.439	-	-
Passivo	183.195.074	(21.874.539)	(22.153.268)	115.251.883	(16.098.962)	(16.901.928)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	32.342.281	-	-	30.674.211	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	57.588.397	(20.860.219)	(20.984.906)	7.523.903	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	17.533.509	(1.014.320)	(1.168.362)	19.509.496	(5.122.900)	(5.512.171)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	75.706.966	-	-	57.406.818	(10.929.046)	(11.355.697)
Outros	23.921	-	-	137.455	(47.016)	(34.060)
Opções	234.782.478	(84.844)	(189.857)	266.060.940	(94.067)	(159.048)
Compromissos de Compra	111.750.290	431.770	500.886	107.224.381	228.378	297.124
Opções de Compra Dólar	3.815.905	108.122	178.192	1.792.837	44.838	31.993
Opções de Venda Dólar	1.407.427	36.455	39.582	1.748.915	24.039	24.087
Opções de Compra Outras	45.136.315	202.542	211.330	46.244.224	86.370	45.920
Mercado Interfinanceiro	43.304.479	88.525	149.768	45.411.468	51.667	2.289
Outras ⁽²⁾	1.831.836	114.017	61.562	832.756	34.703	43.631
Opções de Venda Outras	61.390.643	84.651	71.782	57.438.405	73.131	195.124
Mercado Interfinanceiro	57.052.006	43.746	9.022	56.963.540	57.121	185.813
Outras ⁽²⁾	4.338.637	40.905	62.760	474.865	16.010	9.311
Compromissos de Venda	123.032.188	(516.614)	(690.743)	158.836.559	(322.445)	(456.172)
Opções de Compra Dólar	3.507.854	(204.056)	(314.271)	1.453.215	(36.653)	(28.003)
Opções de Venda Dólar	772.847	(16.514)	(20.075)	1.385.098	(14.684)	(6.036)
Opções de Compra Outras	63.515.372	(180.324)	(267.640)	83.389.536	(152.818)	(103.294)
Mercado Interfinanceiro	61.871.607	(106.328)	(214.387)	81.602.615	(68.927)	(4.241)
Outras ⁽²⁾	1.643.765	(73.996)	(53.253)	1.786.921	(83.891)	(99.053)
Opções de Venda Outras	55.236.115	(115.720)	(88.757)	72.608.710	(118.290)	(318.839)
Mercado Interfinanceiro	51.288.888	(44.524)	(12.019)	71.156.608	(64.771)	(272.536)
Outras ⁽²⁾	3.947.227	(71.196)	(76.738)	1.452.102	(53.519)	(46.303)
Contratos de Futuros	123.646.819	-	-	61.247.088	-	-
Posição Comprada	41.654.829	-	-	40.376.893	-	-
Cupom Cambial (DDI)	3.772.361	-	-	2.916.996	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	29.099.344	-	-	30.144.684	-	-
Moeda Estrangeira	8.167.914	-	-	6.576.093	-	-
Índice ⁽³⁾	598.874	-	-	133.917	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	605.203	-	-
Outros	16.336	-	-	-	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013			Consolidado		
	Negociação			31/12/2012		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Posição Vendida	81.991.990	-	-	20.870.195	-	-
Cupom Cambial (DDI)	30.021.614	-	-	14.091.511	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	10.266.576	-	-	6.556.673	-	-
Moeda Estrangeira	18.179.682	-	-	12.414	-	-
Índice ⁽³⁾	64.008	-	-	17.926	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	191.671	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	23.460.110	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	26.308.836	601.728	199.019	22.072.671	166.807	26.569
Compromissos de Compra	14.198.260	(245.186)	(93.212)	11.046.667	(593.458)	197.859
Moedas	13.147.558	(245.186)	(93.212)	11.046.667	(593.458)	197.859
Outros	1.050.702	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	12.110.576	846.914	292.231	11.026.004	760.265	(171.290)
Moedas	11.711.716	844.027	289.321	10.797.139	745.350	(185.614)
Outros	398.860	2.887	2.910	228.865	14.915	14.324

- (1) Em 31 de dezembro de 2012, inclui derivativos de crédito.
(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Banco			Valor Referencial	
				31/12/2013	31/12/2012
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	36.552.414	93.847.268	55.099.469	185.499.151	111.903.143
Opções	3.263.388	1.001.540	228.242.372	232.507.300	266.060.934
Contratos de Futuros	-	-	123.265.840	123.265.840	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	13.619.618	9.257.517	3.423.101	26.300.236	22.072.671

	Consolidado			Valor Referencial	
				31/12/2013	31/12/2012
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	36.552.414	86.954.433	60.416.230	183.923.077	115.130.834
Opções	3.263.388	730.059	230.789.031	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	-	-	123.646.819	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	13.628.060	9.257.517	3.423.259	26.308.836	22.072.671

- (1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Banco			Valor Referencial	
				31/12/2013	31/12/2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	46.109.939	50.593.717	88.795.495	185.499.151	111.903.143
Opções	164.663.028	39.539.634	28.304.638	232.507.300	266.060.934
Contratos de Futuros	54.359.314	33.626.057	35.280.469	123.265.840	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	11.147.955	6.400.802	8.751.479	26.300.236	22.072.671

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/12/2013				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	42.247.716	51.584.000	90.091.361	183.923.077	115.130.834
Opções	165.992.171	40.560.563	28.229.744	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	54.465.502	33.816.696	35.364.621	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	11.148.113	6.402.559	8.758.164	26.308.836	22.072.671

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/12/2013				
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
"Swap"	48.944.989	58.500.335	78.053.827	185.499.151	111.903.143
Opções	222.007.293	2.796.722	7.703.285	232.507.300	266.060.934
Contratos de Futuros	123.265.840	-	-	123.265.840	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	-	16.156.048	10.144.188	26.300.236	22.072.671

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/12/2013				
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
"Swap"	48.944.989	56.694.561	78.283.527	183.923.077	115.130.834
Opções	224.282.471	2.796.722	7.703.285	234.782.478	266.060.940
Contratos de Futuros	123.646.819	-	-	123.646.819	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	-	16.164.648	10.144.188	26.308.836	22.072.671

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, no Banco e no Consolidado, o volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido correspondia a R\$607.119 de custo e R\$669.507 de valor de mercado e o consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$3.585.

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	Banco				
	31/12/2013				
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado
Instrumentos de "Hedge"					
Contratos de "Swap"	25.104	(76.450)	(51.346)	58.851	(145.712)
Ativo	2.035.733	(652.227)	1.383.506	1.294.285	29.543
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	1.206.647	(685.468)	521.179	1.039.229	5.241
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (3) (4) (6)}	498.575	28.638	527.213	255.056	24.302
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço ⁽⁵⁾	330.511	4.603	335.114	-	-
Passivo	(2.010.629)	575.777	(1.434.852)	(1.235.434)	(175.255)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(756.399)	(76.113)	(832.512)	(783.790)	(107.159)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(538.292)	668.433	130.141	(245.530)	(50.678)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(26.824)	(1.651)	(28.475)	(35.076)	(3.062)

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013					Banco
	Valor da	Ajuste a	Valor de	Valor da	Ajuste a	31/12/2012
	Curva	Mercado	Mercado	Curva	Mercado	Valor de
						Mercado
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(136.522)	(6.783)	(143.305)	(171.038)	(14.356)	(185.394)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ⁽⁵⁾	(304.621)	(5.805)	(310.426)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁶⁾	(247.971)	(2.304)	(250.275)	-	-	-
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.698.183	92.664	1.790.847	1.234.161	118.007	1.352.168
Operação de Crédito	1.163.617	54.033	1.217.650	870.491	81.974	952.465
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	647.727	69.780	717.507	661.913	91.351	753.264
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	26.840	373	27.213	35.094	676	35.770
Indexados em Índices de Preços e Juros	104.851	2.104	106.955	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	155.127	(6.948)	148.179	173.484	(10.053)	163.431
Taxa de Juros Pré - Reais	229.072	(11.276)	217.796	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	534.566	38.631	573.197	363.670	36.033	399.703
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	534.566	38.631	573.197	363.670	36.033	399.703
Passivo	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior						
Mobiliários no Exterior	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-
Eurobonds	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-

	31/12/2013					Consolidado
	Valor da	Ajuste a	Valor de	Valor da	Ajuste a	31/12/2012
	Curva	Mercado	Mercado	Curva	Mercado	Valor de
						Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	38.532	(68.228)	(29.696)	59.148	(147.817)	(88.669)
Ativo	2.514.466	(562.968)	1.951.498	1.581.458	105.351	1.686.809
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	1.206.647	(685.468)	521.179	1.039.229	5.241	1.044.470
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (3) (4) (6)}	498.575	28.638	527.213	255.056	24.302	279.358
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço ⁽⁵⁾	330.511	4.603	335.114	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽¹⁾	478.733	89.259	567.992	287.173	75.808	362.981
Passivo	(2.475.934)	494.740	(1.981.194)	(1.522.310)	(253.168)	(1.775.478)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(1.221.704)	(157.150)	(1.378.854)	(1.070.666)	(185.072)	(1.255.738)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(538.292)	668.433	130.141	(245.530)	(50.678)	(296.208)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(26.824)	(1.651)	(28.475)	(35.076)	(3.062)	(38.138)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(136.522)	(6.783)	(143.305)	(171.038)	(14.356)	(185.394)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ⁽⁵⁾	(304.621)	(5.805)	(310.426)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁶⁾	(247.971)	(2.304)	(250.275)	-	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2013						Consolidado 31/12/2012
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto de "Hedge"						
Ativo	2.148.723	129.432	2.278.155	1.593.371	119.818	1.713.189
Operação de Crédito	1.614.157	90.801	1.704.958	1.229.701	83.785	1.313.486
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.098.267	106.548	1.204.815	1.021.123	93.162	1.114.285
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	26.840	373	27.213	35.094	676	35.770
Indexados em Índices de Preços e Juros	104.851	2.104	106.955	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	155.127	(6.948)	148.179	173.484	(10.053)	163.431
Taxa de Juros Pré - Reais	229.072	(11.276)	217.796	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	534.566	38.631	573.197	363.670	36.033	399.703
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	534.566	38.631	573.197	363.670	36.033	399.703
Passivo	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores						
Mobiliários no Exterior	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-
Eurobonds	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$717.507 no Banco e R\$1.204.815 no Consolidado (31/12/2012 - R\$753.264 no Banco e R\$1.114.285 no Consolidado) e indexados em índices de preços e juros de R\$106.955 no Banco e no Consolidado e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$114.891 (31/12/2012 - R\$133.273) no Banco e no Consolidado.

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$458.306 (31/12/2012 - R\$266.430) no Banco e Consolidado.

(3) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$27.213 (31/12/2012 - R\$35.770), no Banco e Consolidado.

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$148.179 (31/12/2012 - R\$163.431) no Banco e Consolidado.

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$335.110 no Banco e Consolidado.

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$217.796 no Banco e Consolidado.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

Banco 31/12/2013			
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado
Instrumentos de "Hedge"			
Contratos de “Swap”		(178.261)	(110.155)
Ativo	2.653.360	2.653.360	34.937
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	983.011	983.011	40.109
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	97.135	97.135	6.867
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	58.043	58.043	1.131
Indexados em Reais ⁽⁴⁾	1.278.611	1.278.611	(41.887)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾	236.560	236.560	28.717
Passivo	(2.831.621)	(2.831.621)	(145.092)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	(2.627.525)	(2.627.525)	(112.112)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	(204.096)	(204.096)	(32.980)
Contratos de Futuros	13.115.676	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	13.115.676	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Consolidado 31/12/2013
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de “Swap”		(166.190)	(110.280)	(276.470)
Ativo	2.863.318	2.863.318	50.346	2.913.664
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	983.011	983.011	40.109	1.023.120
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	97.135	97.135	6.867	104.002
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	58.043	58.043	1.131	59.174
Indexados em Reais ⁽⁴⁾	1.278.611	1.278.611	(41.887)	1.236.724
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾	236.560	236.560	28.717	265.277
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾	209.958	209.958	15.409	225.367

				Consolidado 31/12/2013
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Passivo	(3.029.508)	(3.029.508)	(160.626)	(3.190.134)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	(2.627.525)	(2.627.525)	(112.112)	(2.739.637)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	(204.096)	(204.096)	(32.980)	(237.076)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(161.618)	(161.618)	(12.206)	(173.824)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais ⁽⁶⁾	(36.269)	(36.269)	(3.328)	(39.597)
Contratos de Futuros	13.115.676	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	13.115.676	-	-	-

				Banco/Consolidado 31/12/2012
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de “Swap”		(18.867)	(17.846)	(36.713)
Ativo	818.997	818.997	60.173	879.170
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	678.335	678.335	53.619	731.954
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	91.379	91.379	6.584	97.963
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	49.283	49.283	(30)	49.253
Passivo	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3)}	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Contratos de Futuros	34.567.439	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	15.604.576	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁸⁾	18.962.863	-	-	-

		Banco	Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva				
Ativo	13.111.013	15.538.109	13.308.608	15.538.109
Operações de Crédito - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	12.906.917	15.538.109	12.906.917	15.538.109
Notas Promissórias - NP	204.096	-	204.096	-
Operações de Crédito	-	-	197.595	-
Passivo	2.423.571	19.607.312	2.423.571	19.607.312
Eurobonds	2.423.571	820.077	2.423.571	820.077
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	18.787.235	-	18.787.235

(1) Operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014, 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016 (31/12/2012 - operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014 e 12 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016 (31/12/2012 - operação com vencimento em 13 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014 (31/12/2012 - operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(4) Operação com vencimento em 18 de março de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(5) Operação com vencimento em 10 de abril de 2018, cujo objeto de "hedge" é uma operação de títulos e valores mobiliários representado por nota promissória, classificado na categoria títulos disponíveis para venda.

(6) Operações com vencimento em 3 de abril de 2018 e 15 de julho de 2015, cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de

(7) Operação com vencimento em 31 de janeiro de 2014 (31/12/2012 - operação com vencimento em 31 de janeiro de 2013) e valor atualizado dos instrumentos de R\$12.904.246 (31/12/2012 - R\$15.531.390), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(8) No primeiro trimestre de 2013, em razão da estratégia de negócios, as estruturas de "hedge" de fluxo de caixa que tinham como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários (CDB) foram descontinuadas. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros líquido dos efeitos tributários destacado no patrimônio líquido corresponde a um débito no valor de R\$1.046 e será amortizado até janeiro de 2014, prazo remanescente das coberturas contratadas.

No Banco e no Consolidado o efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$168.050 (31/12/2012 - R\$258.555) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202.034	1.233.438	763.911	1.421.634
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.492.437	3.699.901	2.521.736	3.699.901
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.017.363	3.024.811	3.017.363	3.024.811
Total	5.711.834	7.958.150	6.303.010	8.146.346

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	5.557.061	4.004.090	5.606.359	4.102.243
Prêmios de Opções a Exercer	489.481	297.118	500.886	297.124
Contratos a Termo e Outros	1.151.175	431.788	1.154.084	431.788
Total	7.197.717	4.732.996	7.261.329	4.831.155

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	4.239.613	4.249.148	4.219.610	4.343.636
Prêmios de Opções Lançadas	664.615	456.172	690.743	456.172
Contratos a Termo e Outros	954.260	405.219	955.065	405.219
Total	5.858.488	5.110.539	5.865.418	5.205.027

(1) Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III, divulgadas em 1 de março de 2013, passaram a ser aplicadas em outubro de 2013. Dentre os novos requisitos que já estão em vigor, destaca-se a alteração nos parâmetros para o cálculo do risco referente às exposições em moeda estrangeira, ouro e em ativos sujeitos a variação cambial, conforme descrito na Circular Bacen 3.641/2013; atendendo as exigências estabelecidas na Resolução Bacen 4.193/2013.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2013.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.108)	(19.853)	(39.707)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(9.767)	(135.858)	(271.716)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.610)	(9.970)	(19.940)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(160)	(489)	(978)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(8.465)	(211.615)	(423.230)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.383)	(11.823)	(23.646)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.235)	(14.555)	(29.110)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(3.486)	(87.142)	(174.284)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(994)	(50)	(99)
Total ⁽¹⁾		(32.208)	(491.355)	(982.710)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(30.514)	(854.985)	(1.619.450)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(8.411)	(253.579)	(434.305)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.703)	(25.295)	(48.941)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(47.114)	(253.798)	(530.827)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(10.316)	(55.043)	(119.343)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(44.938)	(283.314)	(537.036)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.791)	(69.780)	(139.559)
Total ⁽¹⁾		(145.787)	(1.795.794)	(3.429.461)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Operações de Crédito	160.832.895	153.292.914	195.015.027	184.448.390
Empréstimos e Títulos Descontados	95.101.354	97.676.650	95.414.782	98.000.095
Financiamentos	35.404.225	31.603.278	69.272.928	62.435.309
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.031.754	4.384.576	5.031.754	4.384.576
Financiamentos Imobiliários	25.198.820	19.601.192	25.198.820	19.601.192
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	72.115	27.218	72.116	27.218
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	24.627	-	24.627	-
Operações de Arrendamento Mercantil	6.187	59.816	4.143.370	5.742.006
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	3.487.938	2.354.781	3.487.938	2.354.781
Outros Créditos ⁽²⁾	22.829.930	17.612.703	24.835.982	19.413.510
Total	187.156.950	173.320.214	227.482.317	211.958.687
Circulante	79.056.587	72.831.944	100.803.010	91.139.239
Longo Prazo	108.100.363	100.488.270	126.679.307	120.819.448

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Durante o exercício de 2012, o Banco Santander, por meio de sua subsidiária integral na Espanha, adquiriu do Banco Santander, S.A - Agência de Nova Iorque e Agência de Londres, sob condições comutativas, uma carteira de contratos de financiamento relacionados a operações de exportação e importação contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante total de US\$29 milhões e US\$90 milhões equivalentes a R\$60 milhões e R\$121 milhões respectivamente, ao câmbio dos dias em que houve as operações. Essas transações foram conduzidas em conformidade com a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco, inclusive após o recebimento da aprovação pelo

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o exercício de 2013, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$49.668 (2012 - R\$1.135.213) no Banco e R\$174.021 (2012 - R\$1.483.500) no Consolidado e estavam registrados substancialmente em empréstimos e títulos descontados. Estas operações estavam classificadas no nível de risco H e o resultado apurado como receita foi de R\$39.524 (2012 - R\$21.380) no Banco e R\$40.010 (2012 - R\$62.220) no Consolidado, incluindo a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$ 47.485. Em 31 de dezembro de 2013, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 24.627 (Nota 24.e). Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2013, o valor presente das operações cedidas é de R\$356.109 (31/12/2012 - R\$508.714) (Nota 24.e).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	7.456.810	9.846.101	8.054.405	10.628.500
A Vencer:				
Até 3 Meses	30.805.768	27.431.524	38.019.122	34.231.432
De 3 a 12 Meses	48.250.819	45.400.420	62.783.888	56.907.807
Acima de 12 Meses	100.643.553	90.642.169	118.624.902	110.190.948
Total	187.156.950	173.320.214	227.482.317	211.958.687

c) Carteira de Arrendamento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	6.615	65.562	4.888.958	6.887.120
Arrendamentos a Receber	2.830	26.578	2.988.760	4.333.763
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	3.785	38.984	1.900.198	2.553.357
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.552)	(25.505)	(2.913.695)	(4.202.381)
Valores Residuais a Balancear	(3.785)	(38.984)	(1.900.198)	(2.553.357)
Imobilizado de Arrendamento	130.235	398.336	11.487.698	15.421.056
Depreciações Acumuladas	(130.235)	(374.451)	(6.599.084)	(9.250.002)
Superveniências de Depreciações	77.897	309.243	3.501.554	5.899.338
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	186.660	171.660
Credores por Antecipação de Valor Residual	(71.988)	(274.385)	(4.514.077)	(6.642.391)
Outros Valores e Bens	-	-	5.554	10.963
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	6.187	59.816	4.143.370	5.742.006

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$428 (31/12/2012 - R\$5.746) no Banco e R\$745.588 (31/12/2012 - R\$1.145.114) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	1.373	3.978	91.257	159.823
A Vencer:				
Até 1 Ano	5.183	54.725	2.333.958	3.302.469
De 1 a 5 Anos	59	6.859	2.452.894	3.416.003
Acima de 5 Anos	-	-	10.849	8.825
Total	6.615	65.562	4.888.958	6.887.120

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	1.189	4.222	63.451	103.536
A Vencer:				
Até 1 Ano	4.959	49.904	2.201.831	3.094.096
De 1 a 5 Anos	39	5.690	1.871.188	2.541.042
Acima de 5 Anos	-	-	6.900	3.332
Total	6.187	59.816	4.143.370	5.742.006

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Setor Privado	187.039.801	173.174.258	227.359.796	211.804.841
Indústria	34.657.311	29.571.911	35.115.863	30.057.968
Comércio	21.738.207	21.646.181	25.864.260	25.061.840
Instituições Financeiras	197.173	20.066	199.784	23.082
Serviços e Outros ⁽¹⁾	52.659.427	48.294.499	55.738.216	51.205.061
Pessoas Físicas	72.755.901	69.257.059	105.409.890	101.072.348
Cartão de Crédito	17.220.696	16.174.379	17.220.696	16.174.379
Crédito Imobiliário	15.702.015	11.812.395	15.702.015	11.812.395
Crédito Consignado	13.718.526	13.547.617	13.718.526	13.547.617
Financiamento e Leasing de Veículos	3.199.709	2.841.063	33.732.181	32.765.017
Outros ⁽²⁾	22.914.955	24.881.605	25.036.472	26.772.940
Agricultura	5.031.782	4.384.542	5.031.783	4.384.542
Setor Público	117.149	145.956	122.521	153.846
Governo Federal	24	1	24	1
Governo Estadual	112.987	139.702	114.311	141.517
Governo Municipal	4.138	6.253	8.186	12.328
Total	187.156.950	173.320.214	227.482.317	211.958.687

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

						Banco	
						31/12/2013	
						Provisão	
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	56.858.023	-	56.858.023	-	-	-
A	0,5%	80.930.637	-	80.930.637	404.653	306.702	711.355
B	1%	14.474.770	1.582.868	16.057.638	160.576	287.053	447.629
C	3%	9.037.006	3.179.327	12.216.333	366.490	188.585	555.075
D	10%	3.719.299	1.840.663	5.559.962	555.996	-	555.996
E	30%	1.198.021	1.174.647	2.372.668	711.800	-	711.800
F	50%	2.207.466	1.452.961	3.660.427	1.830.214	-	1.830.214
G	70%	740.985	872.651	1.613.636	1.129.545	-	1.129.545
H	100%	2.543.201	5.344.425	7.887.626	7.887.626	-	7.887.626
Total		171.709.408	15.447.542	187.156.950	13.046.900	782.340	13.829.240

						Banco	
						31/12/2012 - Ajustado	
						Provisão	
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	46.442.016	-	46.442.016	-	-	-
A	0,5%	79.499.827	-	79.499.827	397.499	306.665	704.164
B	1%	13.763.741	2.293.545	16.057.286	160.572	273.016	433.588
C	3%	7.001.575	4.211.811	11.213.386	336.402	-	336.402
D	10%	3.033.813	1.808.317	4.842.130	484.213	-	484.213
E	30%	794.524	1.578.325	2.372.849	711.855	-	711.855
F	50%	1.675.697	1.995.719	3.671.416	1.835.709	-	1.835.709
G	70%	173.982	1.250.903	1.424.885	997.420	-	997.420
H	100%	1.271.929	6.524.490	7.796.419	7.796.419	-	7.796.419
Total		153.657.104	19.663.110	173.320.214	12.720.089	579.681	13.299.770

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

							Consolidado 31/12/2013 Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total			
AA	-	58.619.547	-	58.619.547	-	-	-
A	0,5%	111.269.636	-	111.269.636	556.348	332.701	889.049
B	1%	17.550.615	2.938.830	20.489.445	204.894	287.053	491.947
C	3%	9.864.660	4.521.914	14.386.574	431.597	188.586	620.183
D	10%	3.743.273	2.297.842	6.041.115	604.112	-	604.112
E	30%	1.219.632	1.403.462	2.623.094	786.928	-	786.928
F	50%	2.214.754	1.629.723	3.844.477	1.922.239	-	1.922.239
G	70%	743.335	1.002.274	1.745.609	1.221.927	-	1.221.927
H	100%	2.574.223	5.888.597	8.462.820	8.462.820	-	8.462.820
Total		207.799.675	19.682.642	227.482.317	14.190.865	808.340	14.999.205

							Consolidado 31/12/2012 - Ajustado Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total			
AA	-	47.960.273	-	47.960.273	-	-	-
A	0,5%	110.117.439	-	110.117.439	550.587	306.665	857.252
B	1%	15.030.596	3.487.597	18.518.193	185.182	273.016	458.198
C	3%	7.928.048	5.380.633	13.308.681	399.260	-	399.260
D	10%	3.045.249	2.309.588	5.354.837	535.484	-	535.484
E	30%	813.579	1.897.001	2.710.580	813.174	-	813.174
F	50%	1.690.798	2.250.305	3.941.103	1.970.552	-	1.970.552
G	70%	180.806	1.461.711	1.642.517	1.149.761	-	1.149.761
H	100%	1.303.670	7.101.394	8.405.064	8.405.064	-	8.405.064
Total		188.070.458	23.888.229	211.958.687	14.009.064	579.681	14.588.745

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.
(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2013	Banco 01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	Consolidado 01/01 a 31/12/2012
Saldo Inicial	13.299.770	10.662.794	14.588.745	11.998.483
Constituições Líquidas das Reversões	12.867.590	13.072.319	14.319.082	14.991.388
Baixas	(12.338.120)	(10.435.343)	(13.908.622)	(12.401.126)
Saldo Final ⁽¹⁾	13.829.240	13.299.770	14.999.205	14.588.745
Circulante	2.895.583	2.501.262	3.393.387	2.998.111
Longo Prazo	10.933.657	10.798.508	11.605.818	11.590.634
Créditos Recuperados ⁽²⁾	2.313.552	1.551.874	2.507.103	1.768.656

(1) Inclui R\$1.370 (2012 - R\$7.252) no Banco e R\$128.750 (2012 - R\$224.399) no Consolidado de provisão constituída para carteira de arrendamento
(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$10.985 (2012 - R\$232.865) no Banco e R\$37.084 (2012 - R\$267.968) no Consolidado

g) Créditos Renegociados

	Banco/Consolidado 31/12/2013	31/12/2012
Créditos Renegociados	14.015.130	10.991.962
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.050.081)	(5.633.351)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	50,3%	51,2%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/12/2013		Consolidado	
			31/12/2012	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	8.596.046	2,9%	9.399.824	3,4%
10 Maiores	33.179.181	11,0%	31.380.670	11,4%
20 Maiores	46.717.909	15,5%	42.713.428	15,5%
50 Maiores	68.040.877	22,6%	60.053.118	21,8%
100 Maiores	85.299.535	28,3%	74.531.667	27,1%

- (1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresário.
(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	29.991.186	19.012.376
Câmbio Comprado a Liquidar	17.041.069	19.597.683
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(106.151)	(117.647)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	75.848	61.722
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	7.634	-
Total	47.009.586	38.554.134
Circulante	46.418.065	38.349.206
Longo Prazo	591.521	204.928
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	30.287.728	18.920.118
Obrigações por Compra de Câmbio	16.633.440	19.832.738
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(3.487.938)	(2.354.781)
Outros	395	491
Total	43.433.625	36.398.566
Circulante	42.926.601	36.246.517
Longo Prazo	507.024	152.049
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	785.111	945.555
Créditos de Exportação Confirmados	614.142	353.018

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	202.360	301.003	210.934	301.003
Caixas de Registro e Liquidação	3.597	-	23.517	-
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	11.353	12.160	72.536	192.489
Bolsas - Depósitos em Garantia	1.121.272	7.370	1.121.272	7.370
Outros ⁽¹⁾	186.467	583.745	186.466	583.751
Total	1.525.049	904.278	1.614.725	1.084.613
Circulante	1.521.451	904.278	1.611.127	1.084.613
Longo Prazo	3.598	-	3.598	-
	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo				
Aquisição e Subscrição de Títulos Decorrentes de Lançamento	-	-	1.274	-
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	498.925	226.204	481.390	228.373
Credores - Conta Liquidações Pendentes	3.067	55.925	93.857	219.846
Credores por Empréstimos de Ações	202.063	281.244	437.991	281.244

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013	Banco 31/12/2012	31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	793	17.482
Comissões e Corretagens a Pagar	1.857	1.475	2.091	1.817
Outros	-	-	345	356
Total	705.912	564.848	1.017.741	749.118
Circulante	659.005	564.848	969.560	749.118
Longo Prazo	46.907	-	48.181	-

(1) Incluí o valor de R\$186.467 dos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão (31/12/2012 - R\$530.807).

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2012 Ajustado	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.146.471	4.975.366	(2.961.343)	6.160.494
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	577.850	309.240	(285.032)	602.058
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.299.650	784.636	(646.556)	3.437.730
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	995.968	280.869	(549.557)	727.280
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.172.387	-	(173.583)	998.804
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	347.076	193.986	-	541.062
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.787.068	102.194	(930.229)	959.033
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	248.854	355.568	(347.552)	256.870
Outras Provisões Temporárias	1.533.947	832.445	-	2.366.392
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	14.109.271	7.834.304	(5.893.852)	16.049.723
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.465.953	-	(659.163)	806.790
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
Total dos Créditos Tributários	16.258.805	7.834.304	(6.553.015)	17.540.094
Créditos não Registrados	(563.697)	-	405.043	(158.654)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	15.695.108	7.834.304	(6.147.972)	17.381.440
Circulante	6.020.627			4.711.337
Longo Prazo	9.674.481			12.670.103

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2012 Ajustado
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.098.216	5.071.235	(5.022.980)	4.146.471
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	531.309	244.800	(198.259)	577.850
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.613.798	803.532	(117.680)	3.299.650
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.221.829	533.795	(759.656)	995.968
Ágio Amortizado	116.762	-	(116.762)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.674.264	-	(501.877)	1.172.387
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.788	246.288	-	347.076
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	314.938	1.478.231	(6.101)	1.787.068
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	313.422	363.191	(427.759)	248.854
Outras Provisões Temporárias	1.452.661	118.467	(37.181)	1.533.947
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	12.437.987	8.859.539	(7.188.255)	14.109.271
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	329.249	1.136.704	-	1.465.953
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
Total dos Créditos Tributários	13.450.817	9.996.243	(7.188.255)	16.258.805
Créditos não Registrados	(889.053)	-	325.356	(563.697)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	12.561.764	9.996.243	(6.862.899)	15.695.108
Circulante	5.980.796			6.020.627
Longo Prazo	6.580.968			9.674.481

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2012 Ajustado	Mudança no Escopo de Consolidação ⁽³⁾	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.921.857	(767)	5.532.441	(3.431.280)	7.022.251
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	632.290	(5)	373.542	(341.584)	664.243
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.801.170	(6.700)	956.248	(659.684)	4.091.034
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.024.009	(1.039)	302.081	(570.809)	754.242
Ágio Amortizado	7.455	-	-	-	7.455
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.176.295	-	-	(176.923)	999.372
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	347.137	-	239.779	-	586.916
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.805.689	-	94.437	(930.229)	969.897
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	269.902	(4.341)	380.332	(373.702)	272.191
Outras Provisões Temporárias	1.627.343	(3.924)	853.377	(10.224)	2.466.572
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	15.613.147	(16.776)	8.732.237	(6.494.435)	17.834.173
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	2.805.344	-	18.277	(1.235.520)	1.588.101
Contribuição Social - MP 2.158/2001	697.727	-	-	-	697.727
Total dos Créditos Tributários	19.116.218	(16.776)	8.750.514	(7.729.955)	20.120.001
Créditos não Registrados	(566.383)	-	-	405.991	(160.392)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	18.549.835	(16.776)	8.750.514	(7.323.964)	19.959.609
Circulante	7.139.554				5.476.303
Longo Prazo	11.410.281				14.483.306

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2012 Ajustado
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.910.458	5.731.173	(5.719.774)	4.921.857
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	572.192	320.264	(260.166)	632.290
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.078.496	977.221	(254.547)	3.801.170
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.250.403	569.030	(795.424)	1.024.009
Ágio Amortizado	124.705	-	(117.250)	7.455
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.674.588	3.815	(502.108)	1.176.295
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.918	246.291	(72)	347.137
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	314.938	1.496.852	(6.101)	1.805.689
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	333.032	390.192	(453.322)	269.902
Outras Provisões Temporárias	1.544.846	127.750	(45.253)	1.627.343
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	13.904.576	9.862.588	(8.154.017)	15.613.147
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.523.618	1.565.704	(283.978)	2.805.344
Contribuição Social - MP 2.158/2001	697.727	-	-	697.727
Total dos Créditos Tributários	16.125.921	11.428.292	(8.437.995)	19.116.218
Créditos não Registrados	(995.838)	-	429.455	(566.383)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	15.130.083	11.428.292	(8.008.540)	18.549.835
Circulante	7.086.783			7.139.554
Longo Prazo	8.043.300			11.410.281

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.I.

(3) Mudança na participação societária da empresa Webmotors S.A. e alienação da participação societária da empresa Santander Brasil Asset, conforme reestruturação societária (Nota 35.a e d).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

							Banco
							31/12/2013
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos	CSLL 18%	Total	Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa			
2014	2.834.260	1.715.064	67.724	75.624	18.665	4.711.337	4.711.337
2015	1.903.421	1.135.314	67.724	417.016	111.069	3.634.544	3.634.544
2016	3.561.663	2.123.874	11.759	-	-	5.697.296	5.697.296
2017	357.368	210.630	11.759	279.436	176.797	1.035.990	1.035.990
2018	249.929	155.213	11.760	-	210.808	627.710	627.710
2019 a 2021	536.824	321.101	-	-	166.242	1.024.167	1.024.167
2022 a 2023	381.915	268.481	-	-	-	650.396	650.396
2024 a 2026	93.637	30.303	-	34.714	-	158.654	-
Total	9.919.017	5.959.980	170.726	806.790	683.581	17.540.094	17.381.440

							Consolidado
							31/12/2013
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos	CSLL 18%	Total	Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa			
2014	3.117.746	1.889.034	68.751	373.158	28.121	5.476.810	5.476.303
2015	2.108.912	1.265.935	68.751	531.563	115.759	4.090.920	4.090.304
2016	4.103.639	2.423.526	12.756	30.822	-	6.570.743	6.570.128
2017	376.536	220.868	12.756	411.391	176.797	1.198.348	1.198.348
2018	296.768	181.083	12.757	128.074	210.808	829.490	829.490
2019 a 2021	553.886	330.067	-	78.380	166.242	1.128.575	1.128.575
2022 a 2023	392.675	273.786	-	-	-	666.461	666.461
2024 a 2026	93.637	30.303	-	34.714	-	158.654	-
Total	11.043.799	6.614.602	175.771	1.588.102	697.727	20.120.001	19.959.609

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$14.885.656 (31/12/2012 - R\$13.008.571) no Banco e R\$17.111.298 (31/12/2012 - R\$15.588.568) no Consolidado e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$14.811.543 (31/12/2012 - R\$12.724.981) no Banco e R\$17.035.632 (31/12/2012 - R\$15.302.810) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação. projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2013	Banco	Consolidado
		31/12/2012	31/12/2013
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)			
Cartões de Crédito	12.881.066	11.691.143	12.881.066
Direitos Creditórios	9.660.237	5.580.687	11.662.633
Cédula de Produto Rural (CPR)	181.372	235.419	181.372
Devedores por Depósitos em Garantia			
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.157.559	3.072.467	4.787.168
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.762.154	1.932.400	1.816.345
Outros	523.711	555.362	643.349
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 21.i)	816.550	827.471	954.325
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.023.236	2.502.900	2.878.144
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	5.578.749	3.759.737	5.578.749
Pagamentos a Ressarcir	445.492	319.332	170.340
Adiantamentos Salariais/Outros	57.990	230.280	67.669

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	26.525	34.540	30.181	40.047
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 24.e)	463.830	224.165	449.457	210.330
Outros	898.187	1.192.341	1.232.332	1.778.153
Total	38.476.658	32.158.244	43.333.130	37.065.388
Circulante	27.953.828	22.820.862	29.987.862	24.679.009
Longo Prazo	10.522.830	9.337.382	13.345.268	12.386.379

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

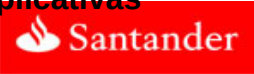
	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo	54.417.661	54.205.207	2.637.374	2.106.781
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	54.417.625	54.205.166	2.635.687	2.105.386
Disponibilidades	797.864	158.240	1.277	2.866
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.991.046	9.878.978	1.734.153	1.506.745
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	22.087.114	23.278.996	173.500	88.907
Operações de Crédito ⁽¹⁾	21.017.637	18.142.854	721.754	503.286
Carteira de Câmbio	1.324.896	1.744.631	-	-
Outros	1.199.068	1.001.467	5.003	3.582
Ativo Permanente	36	41	1.687	1.395
Passivo	54.417.661	54.205.207	2.637.374	2.106.781
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	37.354.531	33.376.847	187.857	88.434
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	1.899.908	2.307.837	-	9.865
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.131.052	14.760.372	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	13.586.368	12.403.362	54.431	-
Carteira de Câmbio	1.267.148	1.667.876	-	-
Outros	2.470.055	2.237.400	133.426	78.569
Resultados de Exercícios Futuros	2.184	5.213	5.079	-
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	17.060.946	20.823.147	2.444.438	2.018.347
Resultado	1.444.599	1.150.377	23.113	2.263

(1) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) Em junho de 2013, a Agência Grand Cayman pagou o valor de R\$6,7 bilhões através de dividendos para o Banco Santander.

Notas Explicativas



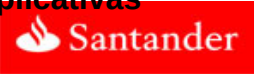
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Participações em Coligadas e Controladas

31/12/2013					
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil)	Financeira	1	1	39,89%	39,89%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM)	Distribuidora	67	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory)	Outras Atividades	1.323	-	96,52%	96,52%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ^{(4) (6)}	Holding	3.234	-	100,00%	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽¹⁾	Outras Atividades	8.000	-	50,00%	50,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	11.251.175	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços) ⁽⁶⁾	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq)	Outras Atividades	4.800	-	100,00%	100,00%
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) ⁽¹⁶⁾	Holding	131.583	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2013					
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controlada da CFI RCI Brasil ⁽³⁾					
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing)	Leasing	163	81	-	100,00%
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Ablasa Participações S.A. (Ablasa)	Holding	1.938.026	-	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços ⁽⁶⁾					
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Idéia Produções e Design Ltda. - MEC (Idéia Produções)	Outras Atividades	220	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec)	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP)	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços ⁽⁶⁾					
Webmotors S.A.	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	781.971	-	-	20,82%
Controladas da Santos Energia					
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A	Eólica	22.613	-	100,00%	100,00%
Central Eólica São Cristóvão S.A	Eólica	40.497	-	100,00%	100,00%
Central Eólica São Jorge S.A.	Eólica	42.810	-	100,00%	100,00%
Coligadas					
BW Guirapá I S.A.	Holding	155	-	40,57%	40,57%
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

Notas Explicativas

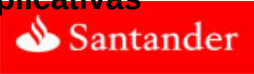


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2013	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2013	Valor dos Investimentos 31/12/2013	31/12/2012 Ajustado	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing ⁽⁹⁾	5.034.417	218.424	3.955.744	8.051.883	171.625	835.921
RCI Brasil Leasing ⁽³⁾	-	-	-	-	-	8.732
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) ⁽¹⁴⁾						
	-	55.624	-	172.443	55.624	55.313
Santander Consórcios ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	62
Santander Brasil Consórcio	127.038	24.292	127.038	108.036	24.292	31.028
Banco Bandepe	2.944.279	105.150	2.944.279	3.168.549	105.150	284.022
Aymoré CFI	1.054.375	58.816	1.054.375	1.117.959	58.816	(103.556)
CFI RCI Brasil	1.171.456	229.042	465.151	392.662	105.884	66.206
CRV DTVM	29.108	4.986	29.108	25.381	4.986	4.256
Santander CCVM ⁽¹⁷⁾	261.947	60.509	261.947	297.755	60.509	63.142
Microcrédito	21.392	3.277	21.392	19.064	3.277	6.571
Santander Brasil Advisory	12.914	806	12.465	12.295	778	1.369
Santander Participações ^{(4) (6)}	1.252.642	84.081	1.252.642	1.199.541	84.081	190.317
Webmotors S.A. ^{(4) (6) (11) (12)}	-	-	-	-	-	5.324
Santander Getnet ⁽¹⁾	113.866	98.847	56.932	26.636	49.424	13.576
Sancap	370.459	92.179	348.567	333.744	92.179	116.873
Santander Serviços ^{(6) (17)}	587.926	189.261	356.597	322.574	114.794	(485)
MS Participações Societárias S.A. (MS Participações) ⁽¹⁰⁾	-	(3.390)	-	26.620	7.751	(15.691)
Mantiq	6.937	754	6.937	6.503	754	1.703
Santos Energia ⁽¹⁶⁾	82.448	(3.051)	82.448	5.288	(3.362)	(1.225)
Santander Brasil EFC	2.444.438	23.113	2.444.410	2.018.329	23.157	2.297
Controlada da CFI RCI Brasil ⁽³⁾						
RCI Brasil Leasing ⁽³⁾	700.156	72.941	-	-	-	-
Controlada da Sancap						
Santander Capitalização	213.035	85.289	-	-	-	-
Ablasa ⁽¹⁵⁾	22.675	225	-	-	-	-
Controlada da Santander Serviços ⁽⁶⁾						
Webcasas S.A. ⁽¹¹⁾	23.972	(528)	-	-	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2013	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2013	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2013	31/12/2012 Ajustado	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Controlada da Webmotors S.A.						
Idéia Produções ⁽⁸⁾	653	587	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ⁽²⁾	75.192	8.605	10.253	10.285	1.173	1.306
Norchem Participações	48.507	2.450	24.253	23.369	1.225	840
EBP ⁽²⁾	99.773	25.132	11.086	2.726	5.530	2.046
Controladas em Conjunto da Santander Serviços ⁽⁶⁾						
Webmotors S.A. ^{(4) (6) (11)(12)}	210.012	20.860	-	-	-	-
TecBan ⁽⁷⁾	252.566	60.859	-	-	-	-
Controladas da Santos Energia						
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A	22.215	(173)	-	-	-	-
Central Eólica São Cristóvão S.A	40.029	(243)	-	-	-	-
Central Eólica São Jorge S.A.	42.432	(193)	-	-	-	-
Coligadas						
BW Guirapá I S.A. ⁽¹³⁾	118.817	(14.410)	88.715	-	(6.285)	-
Norchem Holding	124.580	27.367	27.096	22.666	5.952	1.076
Total Banco			13.581.435	17.364.308	967.314	1.571.023
Coligadas						
BW Guirapá I S.A. ⁽¹³⁾	118.817	(14.410)	88.715	-	(6.285)	-
Norchem Holding	124.580	27.367	27.096	22.666	5.952	1.076
Outras	-	-	-	-	20.446	-
Total Consolidado			115.811	22.666	20.113	1.076

(1) O Banco Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina o controle do Banco sob a entidade.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(3) Nas AGEs de 31 de maio de 2012, os acionistas da RCI Brasil Leasing e da CFI RCI Brasil, aprovaram a incorporação da totalidade de ações de emissão da RCI Brasil Leasing ao patrimônio da CFI RCI Brasil na data-base de 31 de março de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil (Nota 35.d).

(4) Em 29 de junho de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Participações no valor de R\$135.000, mediante a emissão de novas ações, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$69.163 em moeda corrente nacional e R\$65.837 mediante a conferência de 366.182.675 mil ações de sua subsidiária integral Webmotors S.A., transferindo o controle para a Santander Participações na data-base de 30 de abril de 2012.

(5) Empresa incorporada pela Santander Brasil Consórcio em 31 de julho de 2012 (Nota 35.c).

(6) Reestruturação societária com o objetivo de segregar os investimentos em participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado (Nota

(7) Investimento adquirido em março de 2013 (Nota 35.b).

(8) Investimento adquirido em janeiro de 2013 (Nota 35.d).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (9) O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da AGE da Companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013 (Nota 35.d).
- (10) O Banco Santander aumentou o capital social da MS Participações no valor de R\$40.000 em fevereiro, R\$14.685 em maio, R\$6.000 em julho, R\$41.000 em agosto e R\$3.315 em outubro totalizando um aumento de R\$105.000 no ano de 2013, mediante emissão de novas ações. Em 22 de novembro de 2013 o Banco Santander alienou a participação de 100% da MS Participações relativo a 61.083.484 mil ações para a Capital Riesgo Global S.C.R de Regimén Simplificado S.A. (Nota 24.e, 31 e 35.d).
- (11) Em 30 de abril de 2013, a Webmotors S.A. foi cindida parcialmente para a constituição de uma nova sociedade denominada Webcasas S.A. (Nota 35.d).
- (12) Em 28 de junho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Webmotors S.A. no valor de R\$180.000, mediante a emissão de 156.935.435 mil ações representando 30% do total das ações, as quais foram subscritas e integralizadas pela Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales) (Nota 35.d). Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o Banco Santander e a Carsales passaram a
- (13) Em junho de 2013, o Banco Santander subscreveu o valor de R\$95.000 e integralizou R\$50.000 no capital social da BW Guirapá I S.A., e em outubro de 2013 houve integralização no capital social no valor de R\$37.801 sem emissão de novas ações. A Companhia tem por objeto a participação como detentora de 100% do capital social das sociedades controladas: Central Eólica Angelical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. e Central Eólica Teiu S.A.
- (14) Investimento alienado em 17 de dezembro de 2013 (Nota 24.e, 31 e 35.a).
- (15) Em 24 de outubro de 2013, a Sancap adquiriu junto ao Banco Santander Espanha 50.800 ações ordinárias, sem valor nominal, referente a 100% do capital social da Ablasa. Em 31 de outubro de 2013, foi efetuado um aumento no capital social pela Sancap no valor R\$44.949, mediante a emissão de 1.937.975.272 novas ações ordinárias, sem valor nominal.
- (16) Em 18 de novembro de 2013, foi efetuado aumento de capital no valor de R\$59.000 com emissão de 94.177 ações ordinárias.
- (17) Em 31 de dezembro de 2012, inclui os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.I.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Imobilizado de Uso

			Banco	
	Custo	Depreciação	31/12/2013	31/12/2012
			Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.028.093	(467.569)	1.560.524	1.627.842
Terrenos ⁽¹⁾	676.126	-	676.126	683.092
Edificações ⁽¹⁾	1.351.967	(467.569)	884.398	944.750
Outras Imobilizações de Uso	9.408.630	(4.492.602)	4.916.028	3.938.298
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso ⁽¹⁾	2.169.236	(902.126)	1.267.110	1.142.929
Sistemas de Processamento de Dados	2.173.960	(1.705.092)	468.868	489.012
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.032.113	(1.329.599)	1.702.514	1.288.268
Sistemas de Segurança e Comunicações	546.975	(320.636)	226.339	216.242
Outras	1.486.346	(235.149)	1.251.197	801.847
Total	11.436.723	(4.960.171)	6.476.552	5.566.140

			Consolidado	
	Custo	Depreciação	31/12/2013	31/12/2012
			Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.036.637	(471.098)	1.565.539	1.628.576
Terrenos ⁽¹⁾	677.618	-	677.618	684.245
Edificações ⁽¹⁾	1.359.019	(471.098)	887.921	944.331
Outras Imobilizações de Uso	9.902.625	(4.661.618)	5.241.007	3.973.510
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso ⁽¹⁾	2.255.222	(950.463)	1.304.759	1.147.469
Sistemas de Processamento de Dados	2.324.001	(1.790.775)	533.226	490.086
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.084.539	(1.354.747)	1.729.792	1.316.955
Sistemas de Segurança e Comunicações	551.518	(324.790)	226.728	216.491
Outras	1.687.345	(240.843)	1.446.502	802.509
Total	11.939.262	(5.132.716)	6.806.546	5.602.086

(1) No Banco e no Consolidado em 2013, foram realizadas vendas para o Fundo Imobiliário de terrenos no valor de R\$3.626, edificações de R\$5.748 e instalações no valor de R\$6.576, totalizando o montante de R\$15.950 (Nota 31).

16. Intangível

			Banco	
	Custo	Amortização	31/12/2013	31/12/2012
			Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.012.090	(16.844.806)	9.167.284	12.804.269
Outros Ativos Intangíveis	6.899.563	(3.235.842)	3.663.721	4.197.188
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.939.598	(2.069.713)	1.869.885	2.137.460
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.797.604	(1.131.781)	1.665.823	1.916.124
Outros	162.361	(34.348)	128.013	143.604
Total	32.911.653	(20.080.648)	12.831.005	17.001.457

			Consolidado	
	Custo	Amortização	31/12/2013	31/12/2012
			Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.245.038	(16.871.431)	9.373.607	12.937.390
Outros Ativos Intangíveis	7.061.807	(3.290.950)	3.770.857	4.280.238
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	4.086.144	(2.122.711)	1.963.433	2.215.142
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.797.604	(1.131.781)	1.665.823	1.916.124
Outros	178.059	(36.458)	141.601	148.972
Total	33.306.845	(20.162.381)	13.144.464	17.217.628

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada. Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2013 e 2012.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco Comercial	
	2013	2012

Principais Premissas:

Bases para determinação do valor recuperável	Valor em Uso: Fluxos de caixa	
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 anos	10 Anos
Taxa de Crescimento	7,0%	6,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	14,8%	15,0%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

					Banco	
					31/12/2013	31/12/2012
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	15.908.950	-	-	-	15.908.950	13.680.737
Depósitos de Poupança	33.589.050	-	-	-	33.589.050	26.856.910
Depósitos Interfinanceiros	-	543.977	18.881.117	30.339	19.455.433	32.557.366
Depósitos a Prazo	245.918	18.031.415	12.354.654	50.874.361	81.506.348	82.872.313
Total	49.743.918	18.575.392	31.235.771	50.904.700	150.459.781	155.967.326
Circulante					99.555.081	104.628.175
Longo Prazo					50.904.700	51.339.151

					Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	15.604.642	-	-	-	15.604.642	13.457.096
Depósitos de Poupança	33.589.050	-	-	-	33.589.050	26.856.910
Depósitos Interfinanceiros	-	755.447	2.066.845	1.097.225	3.919.517	3.392.498
Depósitos a Prazo	245.918	17.983.411	12.354.593	50.515.976	81.099.898	82.838.635
Total	49.439.610	18.738.858	14.421.438	51.613.201	134.213.107	126.545.139
Circulante					82.599.906	74.901.698
Longo Prazo					51.613.201	51.643.441

b) Captações no Mercado Aberto

					Banco
	31/12/2013				31/12/2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	33.284.501	13.820.533	25.010.361	72.115.395	61.977.204
Títulos Públicos	28.183.921	35.128	-	28.219.049	25.215.393
Títulos de Emissão Própria	4.561.765	11.285.884	22.837.880	38.685.529	-
Outros	538.815	2.499.521	2.172.481	5.210.817	36.761.811
Carteira de Terceiros	22.528.274	-	-	22.528.274	9.146.494
Carteira de Livre Movimentação	7.217.167	561.685	-	7.778.852	8.529.982
Total	63.029.942	14.382.218	25.010.361	102.422.521	79.653.680
Circulante				77.412.160	52.185.328
Longo Prazo				25.010.361	27.468.352

					Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012
	Até	De 3 a	Acima de			
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total	
Carteira Própria	24.617.986	13.566.764	23.526.094	61.710.844	56.654.803	
Títulos Públicos	19.517.407	35.128	-	19.552.535	20.356.214	
Títulos de Emissão Própria	4.561.765	11.242.610	22.191.097	37.995.472	35.251.001	
Outros	538.814	2.289.026	1.334.997	4.162.837	1.047.588	
Carteira de Terceiros	8.972.394	-	-	8.972.394	7.343.777	
Carteira de Livre Movimentação	7.217.167	561.685	-	7.778.852	8.529.982	
Total	40.807.547	14.128.449	23.526.094	78.462.090	72.528.562	
Circulante				54.935.996	45.349.856	
Longo Prazo				23.526.094	27.178.706	

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				Banco	
				31/12/2013	31/12/2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	8.915.476	19.085.718	18.980.292	46.981.486	38.565.501
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	5.433.711	10.639.465	1.004.239	17.077.415	11.236.842
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	541.584	1.114.818	25.244	1.681.646	2.008.472
Letras Financeiras ⁽³⁾	2.940.181	7.331.435	17.950.809	28.222.425	25.320.187
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.593.681	1.699.950	11.876.089	18.169.720	15.298.438
Eurobonds	4.324.136	1.442.835	10.155.512	15.922.483	13.062.349
Notas de Securitização - MT100 ⁽⁴⁾	269.545	257.115	1.720.577	2.247.237	2.236.089
Total	13.509.157	20.785.668	30.856.381	65.151.206	53.863.939
Circulante				34.294.825	29.557.231
Longo Prazo				30.856.381	24.306.708

				Consolidado	
				31/12/2013	31/12/2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	41.133	520.824	545.508	1.107.465	1.092.478
Recursos de Debêntures ⁽⁵⁾	128.712	39.737	-	168.449	160.508
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	8.979.266	19.589.336	21.046.719	49.615.321	39.742.267
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	5.433.711	10.641.464	1.004.997	17.080.172	11.241.195
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	541.584	1.114.818	25.244	1.681.646	2.008.472
Letras Financeiras ⁽³⁾	3.003.971	7.833.054	20.016.478	30.853.503	26.492.600
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.593.681	1.699.950	11.876.089	18.169.720	15.298.438
Eurobonds	4.324.136	1.442.835	10.155.512	15.922.483	13.062.349
Notas de Securitização - MT100 ⁽⁴⁾	269.545	257.115	1.720.577	2.247.237	2.236.089
Total	13.742.792	21.849.847	33.468.316	69.060.955	56.293.691
Circulante				35.592.639	30.225.949
Longo Prazo				33.468.316	26.067.742

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2020.

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 85,0% a 100,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2020.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2025.

(4) Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

(5) Debêntures emitidas pela controlada Santos Energia Participações S.A. em abril de 2013, com remuneração indexada ao CDI + 1,60% a.a. , com vencimento em 12 de abril de 2014.

					Banco/Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012
Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	3.210.407	2.806.547
Eurobonds	março-11	março-14	US\$	Libor + 2,1%	2.813.498	2.452.473
Eurobonds	abril e novembro-11	abril-15	US\$	4,5%	1.971.183	1.740.005
Eurobonds	11	janeiro-16	US\$	4,3%	2.005.381	1.741.878
Eurobonds ⁽²⁾	março e maio-13	março-16	R\$	8,0%	1.283.821	-
Eurobonds	março-13	abril-18	US\$	4,5% a 8,4% ⁽¹⁾	786.587	-
Eurobonds ⁽²⁾	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	404.185	343.275
Eurobonds ⁽²⁾	junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	395.378	335.749
Eurobonds ⁽²⁾	junho-13	junho-15	CHF	1,1%	332.147	-
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	-	333.182
Outras ⁽²⁾					2.719.896	3.309.240
Total					15.922.483	13.062.349

(1) A operação possui fluxo de juros composto: até 17 de abril de 2013 igual a 4,5% a.a., no período de 18 de abril de 2013 a 17 de outubro de 2017 igual a 8,4% a.a. e de 18 de outubro de 2017 a 17 de abril de 2018 igual a 7,0% a.a.

(2) Inclui R\$2.755.718 (31/12/2012 - R\$820.077) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.283.821 indexado em Reais, R\$983.819 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço (31/12/2012 - R\$679.025), R\$97.887 em Peso Chileno (31/12/2012 - R\$91.767) e R\$58.044 em Iuan (31/12/2012 - R\$49.285), e R\$332.147 de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					Banco/Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012
Notas de Securitização - MT100	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.) ⁽¹⁾	Total	Total
Série 2008-1	maio-08	março-15	US\$	6,2%	150.645	212.565
Série 2008-2 ⁽²⁾	agosto-08	setembro-17	US\$	Libor (6 Meses) + 0,8%	940.146	820.758
Série 2009-1	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 Meses) + 2,1%	40.593	69.730
Série 2009-2	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%	105.135	103.967
Série 2010-1	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,5%	420.537	513.993
Série 2011-1 ⁽³⁾	maio-11	março-18	US\$	4,2%	237.020	206.758
Série 2011-2 ⁽⁴⁾	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,4%	353.161	308.318
Total					2.247.237	2.236.089

- (1) Encargos pagos semestralmente.
- (2) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).
- (3) Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.
- (4) Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos a Prazo	6.125.897	6.504.220	6.105.320	6.506.579
Depósitos de Poupança	1.736.762	1.491.810	1.736.762	1.491.810
Depósitos Interfinanceiros	1.661.812	4.043.469	343.645	305.069
Captação no Mercado Aberto	9.349.005	7.817.813	7.841.799	7.345.540
Atualização e Juros de Provisões de Capitalização	-	-	93.347	93.613
Outros ⁽¹⁾	7.377.861	5.464.558	7.644.359	5.740.173
Total	26.251.337	25.321.870	23.765.232	21.482.784

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco			Consolidado	
	31/12/2013			31/12/2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	15.773	32.857	26.313	74.943	122.284
Obrigações por Empréstimos no Exterior	6.133.595	10.500.810	1.705.872	18.340.277	15.879.094
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	5.081.741	10.216.902	1.647.176	16.945.819	15.018.999
Outras Linhas de Crédito	1.051.854	283.908	58.696	1.394.458	860.095
Obrigações por Repasses do País	884.390	2.707.712	8.164.559	11.756.661	9.384.621
Obrigações por Repasses do Exterior	9.675	9.516	-	19.191	40.764
Total	7.043.433	13.250.895	9.896.744	30.191.072	25.426.763
Circulante				20.294.328	18.562.936
Longo Prazo				9.896.744	6.863.827

				Consolidado	
				31/12/2013	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	15.773	39.144	26.313	81.230	122.284
Obrigações por Empréstimos no Exterior	5.687.437	10.500.810	1.705.872	17.894.119	15.879.094
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	4.635.583	10.216.902	1.647.176	16.499.661	15.018.999
Outras Linhas de Crédito	1.051.854	283.908	58.696	1.394.458	860.095
Obrigações por Repasses do País	884.390	2.707.712	8.164.559	11.756.661	9.384.621
Obrigações por Repasses do Exterior	9.675	9.516	-	19.191	40.764
Total	6.597.275	13.257.182	9.896.744	29.751.201	25.426.763
Circulante				19.854.457	18.562.936
Longo Prazo				9.896.744	6.863.827

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2018 (31/12/2012 - até o ano de 2013) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,6% a.a. a 14,0% a.a. (31/12/2012 - 0,7% a.a. a 11,4% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

No Banco e no Consolidado, as obrigações de repasses do exterior possuem juros de 1,5% a.a. (31/12/2012 - 1,5% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (31/12/2012 - até o ano de 2014).

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

		Banco		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21.b)	9.377.201	9.636.920	11.957.132	11.781.786
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.i)	810.299	814.160	948.074	978.083
Passivos Tributários Diferidos	966.068	1.611.893	1.857.231	3.416.389
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	4.791	-
Impostos e Contribuições a Pagar	323.260	337.250	514.486	655.775
Total	11.476.828	12.400.223	15.281.714	16.832.033
Circulante	922.926	9.093.831	1.914.672	11.555.347
Longo Prazo	10.553.902	3.306.392	13.367.042	5.276.686

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2013
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	840.748	8.258	(8.258)	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	693.259	-	(598.552)	94.707
Superveniência de Arrendamento Mercantil	77.310	-	(57.837)	19.473
Outros	576	10.564	-	11.140
Total	1.611.893	18.822	(664.647)	966.068

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	630.792	209.956	-	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	646.056	47.203	-	693.259
Superveniência de Arrendamento Mercantil	115.144	-	(37.834)	77.310
Outros	11.698	-	(11.122)	576
Total	1.403.690	257.159	(48.956)	1.611.893

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2013
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	843.611	20.277	(8.259)	855.629
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	1.097.209	4.646	(1.001.731)	100.124
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.474.831	53.387	(652.833)	875.385
Outros	738	44.743	(19.388)	26.093
Total	3.416.389	123.053	(1.682.211)	1.857.231

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	631.132	212.479	-	843.611
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	657.036	440.260	(87)	1.097.209
Superveniência de Arrendamento Mercantil	2.172.560	122.529	(820.258)	1.474.831
Outros	11.711	159	(11.132)	738
Total	3.472.439	775.427	(831.477)	3.416.389

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen e integram o Nível II do Patrimônio de Referência para apuração dos limites operacionais, de acordo com a proporcionalidade definida pela Resolução 4.192 de 1 de março de 2013, e alterações promovidas pela Resolução 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					Banco/Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012
	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R\$1.500 milhões	105,0% CDI	3.306.909	3.048.617
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R\$850 milhões	104,5% CDI	1.788.358	1.649.313
CDB Subordinado	julho-07	julho-14	R\$885 milhões	104,5% CDI	1.684.508	1.553.537
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	R\$447 milhões	104,5% CDI	970.794	895.314
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-14	R\$250 milhões	104,5% CDI	508.655	469.107
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-14	R\$283 milhões	CDI ⁽²⁾	101.659	461.792
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-13	R\$268 milhões	IPCA ⁽³⁾	368.401	494.490
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	R\$100 milhões	120,5% CDI	176.860	161.101
CDB Subordinado	agosto-07	agosto-13	R\$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	-	524.743
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	-	1.010.620
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	-	929.321
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-13	R\$300 milhões	104,0% CDI	-	561.379
CDB Subordinado	fevereiro-08	fevereiro-13	R\$85 milhões	IPCA +7,9%	-	159.817
Total					8.906.144	11.919.151
Circulante					2.370.023	3.727.745
Longo Prazo					6.536.121	8.191.406

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

20. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 Ajustado	31/12/2013	31/12/2012 Ajustado
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	1.704.190	1.625.144
Obrigações com Cartões de Crédito	14.869.681	12.696.600	14.869.692	12.696.600
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21.b)	3.371.356	4.019.530	3.595.512	4.229.931
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 33) ^{(1) (2)}	3.022.274	5.210.961	3.043.311	5.260.700
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽³⁾	277.857	39.217	277.857	39.217
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.i)	6.251	13.311	6.251	13.311
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.306.415	1.219.567	1.377.211	1.311.058
Despesas Administrativas	195.080	186.300	243.913	233.105
Outros Pagamentos	161.191	177.992	238.786	210.597
Credores por Recursos a Liberar	924.632	615.274	924.632	615.274
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	224.411	176.583	224.411	176.583
Fornecedores	192.624	209.690	643.811	283.470
Outras	3.295.733	1.826.094	3.960.425	2.206.336
Total	27.847.505	26.391.119	31.110.002	28.901.326
Circulante	23.180.351	19.062.002	25.977.781	21.254.301
Longo Prazo	4.667.154	7.329.117	5.132.221	7.647.025

(1) Inclui os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.I.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (2) A redução do valor em 31 de dezembro de 2013 em relação a 31 de dezembro de 2012, é decorrente basicamente do aumento da taxa de desconto aplicado na atualização dos planos de benefícios e dos ativos dos planos (títulos públicos de longo prazo).
- (3) Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$258.420 (31/12/2012 - R\$20.435).

21. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.n).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	9.377.201	9.636.920	11.957.132	11.781.786
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -				
Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20)	3.371.356	4.019.530	3.595.512	4.229.931
Ações Trabalhistas	1.869.394	2.538.878	1.939.796	2.612.378
Ações Cíveis	1.501.962	1.480.652	1.655.716	1.617.553
Total	12.748.557	13.656.450	15.552.644	16.011.717

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2013			Banco 01/01 a 31/12/2012		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	9.636.920	2.538.878	1.480.652	7.766.647	3.261.334	1.365.778
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	707.025	504.108	607.575	1.321.830	956.607	476.833
Atualização Monetária	613.166	198.064	126.316	581.953	220.078	114.827
Baixas por Pagamento ^{(2) (4)}	(1.579.910)	(1.371.656)	(712.581)	(18.414)	(1.880.280)	(495.647)
Outros	-	-	-	(15.096)	(18.861)	18.861
Saldo Final	9.377.201	1.869.394	1.501.962	9.636.920	2.538.878	1.480.652
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	842.500	340.095	112.449	861.597	757.558	111.934
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	34.318	19.653	676	25.732	51.626	4.478
Total dos Depósitos em Garantia ⁽³⁾	876.818	359.748	113.125	887.329	809.184	116.412

	01/01 a 31/12/2013			Consolidado 01/01 a 31/12/2012		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	11.781.786	2.612.378	1.617.553	9.742.170	3.337.704	1.468.490
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1.061.340	548.702	754.671	1.323.161	1.038.397	652.838
Atualização Monetária	740.737	205.677	139.745	736.357	228.110	128.575
Baixas por Pagamento ^{(2) (4)}	(1.572.110)	(1.425.328)	(856.240)	(23.542)	(1.972.972)	(651.211)
Outros	(54.621)	(1.633)	(13)	3.640	(18.861)	18.861
Saldo Final	11.957.132	1.939.796	1.655.716	11.781.786	2.612.378	1.617.553
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	2.046.853	352.150	125.632	1.710.329	777.407	121.940
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	35.186	19.653	676	33.947	51.626	4.478
Total dos Depósitos em Garantia ⁽³⁾	2.082.039	371.803	126.308	1.744.276	829.033	126.418

- (1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e outras despesas operacionais e IR e CSLL.
- (2) Em 2012, inclui os pagamentos de processos trabalhistas, referente a iniciativa do Banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco Santander vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.
- (3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.
- (4) Em 2013, para as contingências fiscais, inclui a adesão ao programa instituído pela Lei 12.865/2013 (artigos 17 e 39), (Nota 21.e).

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 (artigos 17 e 39).

A adesão ao programa incluiu a ação judicial que pleiteava o afastamento da aplicação da Lei 9.718/1998 para o Banco ABN Amro Real, sucedido pelo Banco. Referida ação judicial, abrangia fatos geradores das contribuições sociais ao PIS e Cofins ocorridos no período de setembro de 2006 a abril de 2009, esse processo possuía decisão desfavorável no Tribunal Regional Federal. O Banco e as empresas controladas seguem discutindo judicialmente a aplicação da Lei 9.718/1998. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista, foram registrados no momento da adesão ao programa. Como consequência, foram liquidados passivos fiscais contingentes no montante de R\$2.029.427 no Banco e R\$2.053.978 no Consolidado, através de pagamento (R\$1.372.627 no Banco e R\$1.389.501 no Consolidado) e da conversão em renda de depósitos em garantia (R\$155.020 no Banco e R\$155.176 no Consolidado). Foi registrado no resultado do exercício o ganho líquido dos honorários advocatícios de R\$497.773 no Banco e de R\$504.919 no Consolidado, antes dos impostos (Notas 28 e 29).

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias estão

PIS e Cofins - R\$7.430.819 no Banco e R\$8.621.340 no Consolidado (31/12/2012 - R\$7.836.446 no Banco e R\$8.753.673 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$529.518 no Banco e R\$1.299.202 no Consolidado (31/12/2012 - R\$448.624 no Banco e R\$1.160.184 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas subsidiárias são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.590 no Banco e R\$52.489 no Consolidado (31/12/2012 - R\$3.519 no Banco e R\$50.667 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da

ISS - Instituições Financeiras - R\$523.556 no Banco e R\$545.337, no Consolidado (31/12/2012 - R\$425.204 no Banco e R\$442.946 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R\$317.736 no Banco e R\$332.259 no Consolidado (31/12/2012 - R\$330.090 no Banco e R\$349.855 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos, e as provisões são reconhecidas com base nas avaliações de perdas pelos

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base em pagamentos anteriores médios estatísticos, e na avaliação de êxito segundo avaliação jurídica. Provisões para outros processos são determinadas individualmente de acordo com a análise aplicável às circunstâncias de cada caso.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença, decisão essa que ainda não transitou em julgado. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas

h) Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$10,3 bilhões, sendo os principais processos os seguintes:

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda depende de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos na última instância do CARF. Em 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$604 milhões

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador das instituições bancárias sucedidas pelo Banco Santander como reembolso de pagamentos realizados pelo Banco Santander e suas controladas com passivos originados das atividades realizadas por essas instituições quando o ex-controlador ainda mantinha o controle desse grupo.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A Receita Federal entendeu que o valor ressarcido em favor das referidas entidades corresponde a “renda tributável” e não a reembolsos. Em novembro de 2011, o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração, tendo sido extinto em fevereiro de 2012 pelo decurso do prazo recursal. Em relação ao período-base 2004, houve nova decisão favorável no CARF, a qual ainda poderá ser objeto de recurso. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2003 a 2006 estão em andamento. Em 31 de dezembro de 2013, o montante relacionado a essas autuações era de aproximadamente R\$142 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2013, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$595 milhões.

CSLL - Anterioridade - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Em julho de 2012, a ação teve decisão final favorável.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos administrativos e judiciais contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$1.056 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Essa decisão pode ser objeto de recurso. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2013, o valor era de aproximadamente R\$222 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$0,1 bilhão, excluindo o processo

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$0,6 bilhões.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$810.299, R\$3.299 e R\$2.952 (31/12/2012 - R\$814.160, R\$10.078 e R\$3.233) no Banco e R\$948.074, R\$3.299 e R\$2.952 (31/12/2012 - R\$978.083, R\$10.078 e R\$3.233) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 20) de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	19.030.307	18.705.661	37.735.968	18.079.891	17.841.646	35.921.537
De Domiciliados no Exterior	193.811.425	167.496.724	361.308.149	194.761.841	168.360.739	363.122.580
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117
(-) Ações em Tesouraria	(1.021.459)	(928.599)	(1.950.058)	(568.882)	(517.166)	(1.086.048)
Total em Circulação	211.820.273	185.273.786	397.094.059	212.272.850	185.685.219	397.958.069

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	Em Milhares de Reais	31/12/2013		
		Reais por Milhares de Ações/Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5)}	300.000	0,7200	0,7921	79,2055
Dividendos Intermediários ^{(2) (6)}	650.000	1,5603	1,7163	171,6337
Dividendos Intermediários ^{(3) (7)}	450.000	1,0821	1,1904	119,0365
Dividendos Intermediários ^{(4) (8)}	285.196	0,6862	0,7548	75,4818
Dividendos Intercalares ^{(4) (8)}	714.804	1,7199	1,8918	189,1847
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2013	2.400.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2013, ordinárias - R\$0,6120 preferenciais - R\$0,6732 e Units - R\$67,3247 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2013.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2013.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2013.

(5) O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos a partir 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos complementares, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(7) Do valor dos dividendos intermediários, R\$144.473 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e o valor de R\$305.527 foi imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2013 e ambos serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(8) O valor dos dividendos intermediários e intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e serão pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	Em Milhares de Reais	31/12/2012		
		Reais por Milhares de Ações/Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (7)}	400.000	0,9600	1,0560	105,6001
Dividendos Intermediários ^{(2) (8)}	490.000	1,1763	1,2939	129,3968
Dividendos Intercalares ^{(2) (7)}	410.000	0,9842	1,0827	108,2708
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (7)}	170.000	0,4081	0,4489	44,8927
Dividendos Intermediários ^{(4) (10)}	350.000	0,8402	0,9243	92,4273
Dividendos Intercalares ^{(4) (9)}	150.000	0,3601	0,3961	39,6117
Juros sobre o Capital Próprio ^{(5) (9)}	450.000	1,0804	1,1884	118,8399
Dividendos Intercalares ^{(6) (9)}	250.000	0,6002	0,6602	66,0221
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2012	2.670.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2012, ordinárias - R\$0,8160, preferenciais - R\$0,8976 e Units - R\$89,7600, líquidos de

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012, ordinárias - R\$0,3469, preferenciais - R\$0,3816 e Units - R\$38,1589, líquidos de impostos.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2012.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012, ordinárias - R\$0,9183, preferenciais - R\$1,0101 e Units - R\$101,0139 líquidos de

(7) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(8) O valor dos dividendos intermediários foram imputado integralmente aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(10) O valor dos dividendos intermediários, R\$348.950 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e o valor de R\$1.050 foi imputado aos dividendos complementares referentes aos exercício de 2012 e ambos foram pagos em 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 29 de julho de 2013, o Conselho de Administração deliberou aprovar a renovação, por mais um ano, do programa de recompra de certificado de depósito de ações ("Units") que terá início em 24 de agosto de 2013, encerrando-se em 24 de agosto de 2014.

O Programa de Recompra atual tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, em consonância com a Resolução do CMN 3.921, de 25 de novembro de 2010, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo e (3) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas serão utilizadas pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 76.008.403 Units, representativas de 4.180.462.165 ações ordinárias e 3.800.420.150 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman; pela Aymoré CFI e/ou pela Sancap, correspondendo, em 30 de junho de 2013, a aproximadamente 2% da totalidade do capital social do Banco.

Em 2013 foram adquiridas 5.268.000 Units, pagas 2.049.180 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local e vendidas 5.600 ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2013 é de 11.823.638 Units (31 de dezembro de 2012 - 8.610.418), equivalente a R\$177.122 (31 de dezembro de 2012 - R\$134.371). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,36, R\$15,06 e R\$18,52. Em 2013 foram adquiridas 5.015.447 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 6.748.347 ADRs, no montante atual de R\$114.585 (31 de dezembro de 2012 - R\$36.191). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$5,86, US\$7,24 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$13,98 por Unit e US\$5,40 por ADR.

Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2013, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado ("market maker") que resultaram em uma perda de R\$716 (31/12/2012 - R\$41), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está reduzido, principalmente, por resultados não realizados de R\$6.146 (31/12/2012 - R\$35.081). Em 2013, foram realizados resultados no valor de R\$481.769 (2012 - 18.956) representados principalmente, pela negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados (2012 - 514.532).

23. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e Capital Principal compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. E o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 5,5% de 1 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014. O requerimento mínimo de Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pelas Resoluções 4.192/2013 e 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resolução 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelece o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾	
	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio de Referência Nível I	63.594.727	65.213.301
Capital Principal	63.594.727	-
Patrimônio de Referência Nível II	2.701.014	5.069.813
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	66.295.741	70.283.114
Patrimônio de Referência Exigido	37.936.111	37.131.442
Parcela de Risco de Crédito ⁽²⁾	34.199.529	32.409.974
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	2.047.595	2.951.238
Parcela de Risco Operacional	1.688.987	1.770.230
Índice de Basileia Nível I	18,4	-
Índice de Basileia Capital Principal	18,4	-
Índice de Basileia ⁽⁴⁾	19,2	20,8

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).
(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram considerados as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013 que revogou a Circular Bacen 3.563/2011. As principais alterações foram nas linhas de crédito imobiliário, com a mudança do ponderador a depender do valor financiado (LTV), crédito consignado com alteração no ponderador de 300% para 150% e a segregação da ponderação de 75% para empresas de grande porte e demais carteiras com alteração do faturamento.
(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).
(4) Não considera os eventuais impactos do Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social mencionado na nota 36 de Evento Subsequente.

O Banco Santander, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de fevereiro de 2013, aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2013, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de Abril de 2013.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas. (Nota 33.e)

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Remuneração Fixa	48.293	47.500
Remuneração Variável	91.458	115.001
Outras	13.971	13.045
Total Benefícios de Curto Prazo	153.722	175.546
Remuneração Baseada em Ações ⁽¹⁾	30.841	34.431
Total Benefícios de Longo Prazo	30.841	34.431
Total ⁽²⁾	184.563	209.977

(1) Em 2 de Maio de 2013, o Banco lançou um novo plano de remuneração baseada em ações para os Executivos (SOP 2013) em consonância com a Resolução CMN 3.921/2010. (Nota 33.e).
(2) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Em 2013, foi pago aos Administradores da Santander Brasil Asset o montante de R\$3.214 (2012 - R\$6.292) sem considerar os Adicionalmente, em 2013, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$28.386 (2012 - R\$46.247).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2013	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES)	61.350.950	28,8%	51.153.553	27,5%	112.504.503	28,2%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	154.108	0,1%	141.276	0,1%	295.384	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.581.468	23,8%	47.486.627	25,5%	98.068.095	24,6%
Total	211.820.273		185.273.786		397.094.059	
Ações em Tesouraria	1.021.459	0,4%	928.599	0,4%	1.950.058	0,4%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2012	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
GES ⁽¹⁾	61.606.700	28,9%	51.386.053	27,6%	112.992.753	28,3%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
SIH ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	173.703	0,1%	159.213	0,1%	332.916	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.758.700	23,8%	47.647.623	25,6%	98.406.323	24,7%
Total	212.272.850		185.685.219		397.958.069	
Ações em Tesouraria	568.882	0,3%	517.166	0,3%	1.086.048	0,3%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Exercício de direito de permuta pela Qatar Holding Luxembourg II S.A R.L.

Em 29 de outubro de 2013, Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l. (QHL), exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US\$2.718.800 adquiridos através do contrato de aquisição, datado de 28 de outubro de 2010, celebrado entre Banco Santander Espanha, como emissor, e QHL, como comprador.

Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7 de novembro de 2013, Qatar Holding LLC (Qatar Holding), entidade controladora de QHL recebeu do Banco Santander Espanha 190.030.195 ADR de emissão do Banco Santander. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADR de emissão do Banco Santander detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding até 7 de novembro de 2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADR do Banco Santander, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais do Banco.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implica em aumento do free float do Banco Santander.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d.2) Vendas de ADRs do Banco Santander Espanha e Aumento do "Free Float"

Em 22 de março de 2012, o Santander Espanha informou ao Banco Santander que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM 358/2002, e conforme o compromisso firmado de atingir o "free-float" de 25% do capital social do Banco Santander, reduziu a sua participação no capital social do Banco Santander em 5,76%, o que resultou no aumento do "free-float" do Banco Santander para 24,12%, na ocasião. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) foi resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Banco Santander efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e (iii) transferência de 0,77% do capital social do Banco Santander ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos.

d.3) Prorrogação do Prazo para Atingir o Percentual Mínimo de Ações em Circulação (Free Float) e Redução do Free Float de 25%

Nos dias 10 e 11 de outubro de 2013, foram publicados Comunicados ao Mercado para informar que no dia 8 de outubro de 2013 a BM&FBovespa deferiu os pleitos do Banco Santander e de seus acionistas controladores para (i) prorrogação de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação ("free float"), até o dia 7 de outubro de 2014; e (ii) redução do free float atual, de 24,6%, durante o prazo adicional acima referido, para até 22,5%, exclusivamente no âmbito: (a) do Programa de Recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou American Depositary Receipts ("ADRs"); e (b) de aquisições no exterior, pelo Banco Santander, S.A., ou empresa afiliada do grupo econômico, de ADRs de emissão da Companhia. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Santander Brasil de atingir um free float de 25% até 07 de outubro de 2014, nos termos do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Banco Receitas (Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Disponibilidades	189.619	-	81.342	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	188.450	-	80.152	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁵⁾	2	-	51	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁵⁾	1.167	-	1.139	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.006.489	2.857.499	38.262.832	3.902.525
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	28.481.445	2.777.263	29.258.507	3.832.490
Banco Santander Espanha ^{(1) (3)}	10.438.660	15.860	7.939.110	9.871
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	1.086.384	64.373	1.065.215	59.546
Diversos	-	3	-	618
Títulos e Valores Mobiliários	38.647.624	2.880.429	35.767.196	2.816.547
Santander Leasing ⁽⁴⁾	38.647.624	2.880.429	35.767.196	2.816.547

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Banco Receitas (Despesas)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(190.819)	475.886	(755.678)	(470.024)
Santander Benelux, S.A. ⁽⁵⁾	(91.959)	319.708	(399.110)	81.575
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	(127.801)	38.897	-	-
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	(117.683)	(16.120)	(275.310)	(472.744)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁵⁾	(61.885)	4.015	(68.552)	(40.701)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	46.524	15.990	(13.316)	(38.676)
Santander FI Amazonas ⁽⁴⁾	29.370	(4.053)	-	-
Santander Paraty Qif PLC ⁽⁴⁾	(17.157)	-	-	-
Santander FI Diamantina ⁽⁴⁾	149.419	117.454	(9)	(9)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	353	(5)	619	531
Operações de Credito	380.736	879	508.714	-
Cibrasec ⁽⁴⁾	380.736	879	508.714	-
Dividendos e Bonificações a Receber	81.826	385.164	50.814	517.754
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	122.400	-	-
Santander Brasil Asset ⁽⁷⁾	-	-	-	10.640
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	-	59.800	-	130.000
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	106.468	-	347.533
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	18.768	19.546	21.407	13.962
CRV DTVM ⁽⁴⁾	-	1.260	-	1.269
Santander Participações ⁽⁴⁾	34.000	40.000	-	-
Sancap ⁽⁴⁾	21.892	-	27.757	-
Santander CCVM ⁽⁴⁾	-	11.600	-	14.350
SB Consórcio ⁽⁴⁾	-	5.290	-	-
Diversos	7.166	18.800	1.650	-
Negociação e Intermediação de Valores	159.343	4.720	489.795	2.563
Santander Benelux ⁽⁵⁾	19.162	195	317.233	452
Abbey National Treasury ⁽⁵⁾	18.998	25	34.024	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	121.183	4.500	138.538	2.111
Carteira de Câmbio - Líquida	(174.245)	(270.364)	(132.647)	78.299
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(174.245)	(270.364)	(132.647)	78.299
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	463.830	688.221	224.165	614.604
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	399.045	6.072	134.046	50
Santander Capitalização ⁽⁴⁾	17.866	206.362	14.674	190.064
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁷⁾	43.865	-	75.445	-
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	320.631	-	271.829
Santander CCVM ⁽⁴⁾	-	55.840	-	27.719
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	40.478	-	60.837
Diversos	3.054	58.838	-	64.105
Resultado não operacional	-	2.054.999	-	-
Capital Riesgo Global ⁽⁹⁾ (Nota 14, 31 e 35.d)	-	47.161	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (Nota 14, 31 e 35.a)	-	2.007.838	-	-
Outros Créditos - Diversos	299.131	51.490	183.243	24.457
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign) ⁽⁴⁾	280.856	-	164.698	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	9.107	9.007	17.032	17.509
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	2	3.041	-	2.529
Santander Capitalização ⁽⁴⁾	364	3.506	1.407	3.302
Santander Paraty ⁽⁴⁾	8.568	30.980	-	-
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	41	1.715	-	843
Diversos	193	3.241	106	274
Depósitos	(19.985.218)	(1.660.951)	(32.630.119)	(4.025.757)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	(16.497.439)	(1.381.918)	(28.326.282)	(2.835.439)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(1.740)	-	(4.887)	(33.562)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	(1.718.368)	(164.447)	(2.932.218)	(1.071.022)
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	(544.209)	(54.349)	(721.166)	(62.272)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	(68.783)	-	(29.190)	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos	Receitas	Ativos	Banco
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	Receitas
				(Despesas)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda ⁽⁷⁾	(27.062)	(701)	-	-
Sancap Investimentos e Participações ⁽⁴⁾	(135.408)	(10.166)	(517)	-
Santander Brasil Asset ⁽⁷⁾	(170.914)	(7.457)	(99.440)	(11.012)
Webmotors S.A. ⁽⁸⁾	(127.790)	(5.515)	(9.074)	(95)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	(258.548)	(19.669)	(239.067)	(5.005)
Diversos	(434.957)	(16.729)	(268.278)	(7.350)
Operações Compromissadas	(23.916.093)	(1.509.611)	(7.125.118)	(480.301)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	-	-	-	(1.922)
Santander Brasil Advisory ⁽⁴⁾	(11.233)	(906)	(11.810)	(1.992)
Santander GetNet	(63.085)	(2.443)	-	-
Webmotors S.A. ⁽⁸⁾	(5.477)	(1.604)	(44.730)	(3.927)
Santander Brasil Consórcio ⁽⁴⁾	(47.817)	(5.471)	(97.676)	(14.474)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(2.612)	(631)	-	(3.411)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	(223)	(196)	-	(2.034)
Santander FI Amazonas ⁽⁴⁾	(68.715)	(4.119)	-	-
Santander FI Financial ⁽⁴⁾	(6.881.079)	(521.869)	(6.342.285)	(332.170)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	(16.448.458)	(934.543)	-	(68.163)
Bandepe ⁽⁴⁾	(47.290)	(7.538)	(133.309)	(5.413)
Webcasas S.A. ⁽⁴⁾	(20.559)	(1.313)	-	-
Santander CCVM ⁽⁴⁾	(102.114)	(9.899)	(185.653)	(13.112)
Santander Participações ⁽⁴⁾	(54.808)	(8.847)	(293.404)	(27.225)
Santander FI SBAC ⁽⁴⁾	(161.093)	(9.018)	-	-
Diversos	(1.530)	(1.214)	(16.251)	(6.458)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(609.436)	(1.752)	(161.698)	(6.727)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(94.168)	(1.550)	(156.063)	(6.727)
Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito	(500.589)	(202)	-	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁵⁾	(13.986)	-	(5.239)	-
Diversos	(693)	-	(396)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(1.090.414)	-	(766.086)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽³⁾	(679.045)	-	(529.278)	-
GES ⁽⁵⁾	(410.283)	-	(236.246)	-
SIH ⁽⁵⁾	(721)	-	(562)	-
Diversos	(365)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(13.214)	(336.660)	(18.013)	(275.805)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	-	(5.630)	-	(4.631)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	-	(91.040)	-	(90.907)
Produban Serviços de Informatica S.A. ⁽⁵⁾	-	(150.388)	-	(140.217)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda ⁽⁵⁾	-	(14.402)	-	-
Santander Microcrédito S.A. ⁽⁴⁾	(3.293)	(36.345)	(3.006)	(33.195)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(874)	(547)	(2.137)	-
Santander Getnet	(8.944)	(24.863)	(9.240)	-
Diversos	(103)	(13.445)	(3.630)	(6.855)
Despesas com Doações	-	(18.379)	-	(14.227)
Fundação Sudameris	-	(12.000)	-	(10.000)
Fundação Santander	-	(4.103)	-	(3.000)
Instituto Escola Brasil	-	(2.276)	-	(1.227)
Outras Obrigações - Diversas	(2.249.248)	(276.596)	(2.237.497)	(281.504)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(1.778)	(63.797)	(1.321)	(55.690)
Brazil Foreign ⁽⁴⁾	(2.247.237)	(58.719)	(2.236.089)	(62.399)
TecBan	-	(112.227)	-	(99.739)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁵⁾	-	(22.977)	-	(37.280)
Produban Servicios ⁽⁵⁾	-	(18.317)	-	(19.782)
Diversos	(233)	(559)	(87)	(6.614)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Consolidado	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
		(Despesas)		(Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Disponibilidades	189.619	-	84.217	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	188.450	-	83.027	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁵⁾	2	-	51	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁵⁾	1.167	-	1.139	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.625.517	16.805	9.445.842	12.177
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	11.625.517	16.805	9.445.842	12.177
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(171.801)	277.384	(745.616)	(549.024)
Santander Benelux ⁽⁵⁾	(91.959)	319.708	(399.110)	81.575
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	(117.683)	(16.120)	(275.310)	(472.744)
Abbey National Treasury ⁽⁵⁾	(61.885)	4.015	(68.552)	(40.701)
Diversos	99.726	(30.219)	(2.644)	(117.154)
Negociação e Intermediação de Valores	159.343	48.659	489.795	2.563
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	121.183	48.439	138.538	2.111
Abbey National Treasury ⁽⁵⁾	18.998	25	34.024	-
Santander Benelux ⁽⁵⁾	19.162	195	317.233	452
Carteira de Câmbio - Líquida	(174.245)	(270.364)	(132.647)	78.299
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(174.245)	(270.364)	(132.647)	78.299
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	449.457	92.674	210.330	93.505
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	-	-	-	12.789
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	402.539	48.239	134.885	50.946
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁷⁾	43.865	31.066	75.445	27.781
Santander Brasil Asset ⁽⁷⁾	3.053	13.369	-	-
Diversos	-	-	-	1.989
Resultado não Operacional	-	2.054.999	-	-
Capital Riesgo Global ⁽⁹⁾ (Nota 14, 31 e 35.d)	-	47.161	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁷⁾ (Nota 14, 31 e 35.a)	-	2.007.838	-	-
Outros Créditos - Diversos	9.293	103.344	32.656	104.323
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	9.107	9.007	15.526	17.509
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	186	93.663	17.068	86.621
Diversos	-	674	62	193
Depósitos	(685.261)	(35.031)	(430.670)	(42.820)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.740)	(4)	(14.782)	(33.562)
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁷⁾	(4.651)	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	(68.783)	-	(29.190)	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(98.779)	(3.788)	(98.324)	(2.285)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda ⁽⁷⁾	(27.062)	(701)	-	-
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	(258.548)	(19.669)	(239.067)	(5.005)
Santander Brasil Asset ⁽⁷⁾	(170.914)	(7.457)	-	-
Diversos	(54.784)	(3.412)	(49.307)	(1.968)
Operações Compromissadas	(3.015)	(890)	-	(7.400)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	-	-	-	(1.922)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	(223)	(196)	-	(2.034)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(2.612)	(631)	-	(3.411)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda ⁽⁷⁾	-	(98)	-	-
Diversos	(180)	35	-	(33)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(163.803)	(1.550)	(161.698)	(6.727)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(149.124)	(1.550)	(156.063)	(6.727)
Diversos	(14.679)	-	(5.635)	-
Despesas com Doações	-	(20.168)	-	(18.027)
Instituto Escola Brasil	-	(2.276)	-	(1.227)
Fundacao Santander	-	(4.103)	-	(3.000)
Fundação Sudameris	-	(12.000)	-	(10.000)
Santander Cultural	-	(1.789)	-	(3.800)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos	Receitas	Ativos	Consolidado
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	Receitas
				(Despesas)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(1.095.063)	-	(766.086)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽³⁾	(679.045)	-	(529.278)	-
GES ⁽⁵⁾	(410.283)	-	(236.246)	-
Santusa Holding, S.L.	(4.649)	-	-	-
Diversos	(1.086)	-	(562)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(1.859)	(301.018)	(2.255)	(258.437)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(900)	(689)	(2.223)	(99)
Produban Servicios ⁽⁵⁾	-	(5.630)	-	(4.925)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(598)	(101.058)	-	(90.907)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	(209)	(153.038)	-	(140.217)
Ingeniería ⁽⁵⁾	-	(7.954)	-	(3.987)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda ⁽⁵⁾	-	(14.402)	-	-
Diversos	(152)	(18.247)	(32)	(18.302)
Outras Obrigações - Diversas	(18.251)	(122.103)	(26.295)	(241.093)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(1.778)	(63.797)	(1.321)	(55.690)
Ingeniería ⁽⁵⁾	-	(24.399)	-	(37.455)
Produban Servicios ⁽⁵⁾	-	(18.800)	-	(19.782)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	(15.334)	(14.485)	(24.047)	(21.249)
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁷⁾	(1.123)	(63)	(872)	(915)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁵⁾	-	-	-	(99.739)
Diversos	(16)	(559)	(55)	(6.263)

- (1) Em 31 de dezembro de 2013, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 02 de janeiro de 2014 e juros de 0,17 % a.a. mantidas, pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque).
- (2) Em 31 de dezembro de 2013, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 02 de janeiro de 2014 e juros de 0,14 % e 0,08% a.a. mantidas pela subsidiária Santander Brasil EFC junto ao Banco Santander Espanha.
- (3) Controlador.
- (4) Controlada.
- (5) Controlada pelo Banco Santander Espanha.
- (6) Controlada em Conjunto - Banco Santander.
- (7) Coligada - Banco Santander Espanha.
- (8) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.
- (9) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

25. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Administração de Recursos	973.568	1.057.605
Serviços de Conta Corrente	1.653.097	1.618.893
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	897.851	846.520
Operações de Crédito	543.505	589.159
Rendas de Garantias Prestadas	354.346	257.361
Comissões de Seguros	1.836.514	1.476.823
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.824.656	2.456.099
Cobrança e Arrecadações	810.280	720.550
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	299.728	276.911
Outras	60.099	68.366
Total	9.355.793	8.521.767

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Administração de Recursos	973.568	1.171.571
Serviços de Conta Corrente	1.653.097	1.802.720
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	897.851	1.182.341
Operações de Crédito	543.505	858.974
Rendas de Garantias Prestadas	354.346	323.367
Comissões de Seguros	1.836.514	1.818.851
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.824.656	3.181.630
Cobrança e Arrecadações	810.280	810.280
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	299.728	448.059
Outras	60.099	258.927
Total	9.355.793	10.674.379

26. Despesas de Pessoal

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração	3.416.769	3.474.559
Encargos	1.274.143	1.323.591
Benefícios ⁽¹⁾	1.099.334	1.026.482
Treinamento	135.050	140.238
Outras	19.001	16.887
Total	5.944.297	5.981.757

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração	3.416.769	3.620.864
Encargos	1.274.143	1.341.844
Benefícios ⁽¹⁾	1.099.334	1.161.303
Treinamento	135.050	139.423
Outras	19.001	19.484
Total	5.944.297	6.282.918

(1) Em 2012, inclui os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.I.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

27. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	5.327.864	5.308.091	5.368.521	5.327.519
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.115.250	1.924.444	2.421.036	2.135.349
Comunicações	589.098	597.218	611.514	613.409
Processamento de Dados	1.300.519	1.210.872	1.320.821	1.222.856
Propaganda, Promoções e Publicidade	377.865	402.452	439.715	475.108
Aluguéis	721.723	614.561	741.517	617.476
Transportes e Viagens	182.324	176.264	216.609	208.705
Serviços do Sistema Financeiro	318.420	255.408	351.995	280.336
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	570.267	559.956	593.214	560.073
Manutenção e Conservação de Bens	188.737	192.433	200.956	193.469
Água, Energia e Gás	162.159	172.938	162.937	173.164
Material	98.202	105.423	100.170	106.995
Outras	259.883	259.381	271.798	266.351
Total	12.212.311	11.779.441	12.800.803	12.180.810

(1) No Banco e no Consolidado, inclui a amortização de ágio no valor de R\$3.636.985 (2012 - R\$3.636.985 no Banco e no Consolidado), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).

28. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	1.280.460	1.444.277	1.606.125	1.665.480
Despesa com ISS	343.566	320.153	408.967	387.694
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	205.066	234.695	260.466	271.844
Outras ⁽²⁾	638.891	605.241	712.210	702.696
Total	2.467.983	2.604.366	2.987.768	3.027.714

(1) Em 2013, no Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$62.589 referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Nota 21.e).

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

29. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
		Ajustado		Ajustado
Receita Líquida de Prêmios, Rendas de Previdência e Capitalização	-	-	268.930	307.724
Atualização de Depósitos Judiciais	257.713	272.695	365.999	358.560
Atualização de Impostos a Compensar	153.199	75.999	209.885	109.302
Recuperação de Encargos e Despesas	738.472	659.424	489.709	429.795
Reversão de Provisões Operacionais ⁽¹⁾	731.499	345.180	788.464	663.137
Variação Monetária Ativa	350.254	199.669	349.729	199.712
Dividendos e Bonificações	2.820	8.428	20.023	8.438
Avaliação do Valor Recuperável	-	592	-	592
Outras	326.405	145.280	427.255	183.982
Total	2.560.362	1.707.267	2.919.994	2.261.242

(1) Em 2013, inclui R\$560.362 no Banco e R\$567.508 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Nota 21.e).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
		Ajustado		Ajustado
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 21.c)	132.985	125.092	230.305	141.545
Trabalhistas (Nota 21.c)	504.108	956.607	548.702	1.038.406
Cíveis (Nota 21.c)	607.575	476.833	754.671	652.895
Outras	1.029.158	471.723	1.184.145	637.226
Despesas com Cartão de Crédito	1.342.381	1.152.467	1.537.636	1.290.509
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 33.a)	260.733	175.239	260.772	175.239
Variação Monetária Passiva	68.538	37.314	68.644	37.440
Avaliação do Valor Recuperável ⁽¹⁾	349.030	-	349.030	-
Despesas Judiciais e Custas	116.965	103.562	146.343	114.088
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	69.495	64.975	79.654	75.495
Corretagens e Emolumentos	56.991	52.211	57.008	52.866
Comissões	102.399	84.211	123.653	110.567
Outras	934.231	945.764	1.227.525	1.078.116
Total	5.574.589	4.645.998	6.568.088	5.404.392

(1) Em 2013, no Banco e no Consolidado, inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$63.196 e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$285.834. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada em decorrência da redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

31. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	47.303	13.744	47.140	13.241
Resultado na Alienação de Valores e Bens ⁽²⁾	122.705	354.772	126.083	356.789
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	96.737	(59.507)	97.226	(58.605)
Despesas com Bens não de Uso	(7.064)	(12.500)	(12.893)	(15.222)
Ganhos (Perdas) de Capital ⁽³⁾	(3.313)	161.197	124.813	161.986
Outras Receitas (Despesas) ^{(4) (5)}	877.255	(256.217)	875.442	(240.030)
Total	1.133.623	201.489	1.257.811	218.159

(1) Em 2013, no Banco e no Consolidado, inclui o lucro na alienação da MS Participações no valor de R\$47.161 (Nota 14, 24.e e 35.d).

(2) Em 2013, no Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$121.391 referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário Santander Agências. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.

(3) Em 2013, no Consolidado inclui o valor de R\$119.961 referente ao ganho por variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales no seu capital social (Nota 35.d).

(4) Em 2013, inclui R\$985.328 no Banco e R\$987.600 no Consolidado, referente à constituição de fundo para cobrir os impactos dos projetos que visam melhorar a produtividade operacional e a eficiência.

(5) Em 2013, no Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$2.007.838 referente ao ganho na venda da Santander Brasil Asset e das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas (Nota 14, 24.e e 35.a).

32. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Ajustado
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	283.933	2.984.522	1.662.410	2.801.710
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(888.919)	(907.977)	(958.394)	(980.492)
Juros sobre o Capital Próprio	(300.000)	(1.020.000)	(340.464)	(1.041.072)
Resultado não realizado	-	-	(1.319)	(24.403)
Resultado antes dos Impostos	(904.986)	1.056.545	362.233	755.743

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social				
às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	361.995	(422.619)	(144.894)	(302.298)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	232.599	421.115	8.045	430
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(233.489)	129.751	(149.512)	179.066
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	1.296.778	804.414	1.296.778	804.414
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	614.249	283.816	614.293	387.472
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	-	-	14.755	19.667
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(41.588)	(71.698)	11.378	(58.142)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.230.544	1.144.779	1.650.843	1.030.609

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

33. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela previdência social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes. Possui também 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdências, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Plano I fechado para novas adesões desde 23 de março de 1998 e planos II e III desde 8 de julho de 1999.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Banco 31/12/2013			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(14.594.473)	(321.912)	(353.870)	(1.036.943)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.093.015	530.615	3.090	1.294.039
	(1.501.458)	208.703	(350.780)	257.096
Sendo :				
Superávit	161.336	208.703	-	257.095
Déficit	(1.662.793)	-	(350.780)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	161.336	208.703	-	256.197
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	-	-	898
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(1.662.793)	-	(350.780)	-
Contribuições Efetuadas	242.304	-	44.515	231
Receita (Despesas) Reconhecidas (Nota 30)	(226.162)	(62)	(34.044)	(465)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(949.088)	(10.989)	(140.467)	(684)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(1.421.598)	(35.981)	222	(174.189)

	Banco 31/12/2012			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(18.404.299)	(339.781)	(415.087)	(1.273.782)
Valor Justo dos Ativos do Plano	15.370.193	550.395	3.221	1.560.096
	(3.034.106)	210.614	(411.866)	286.314
Sendo :				
Superávit	133.334	211.317	-	286.314
Déficit	(3.167.439)	-	(411.866)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	133.334	145.093	-	171.172
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	66.224	-	115.142
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(3.167.439)	-	(411.866)	-
Contribuições Efetuadas	135.949	-	42.584	-
Receita (Despesas) Reconhecidas (Nota 30)	(139.302)	-	(35.937)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.432.446)	-	(191.081)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.482.436	64.169	287	349.393

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 31/12/2013			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(14.784.522)	(322.494)	(353.870)	(1.036.943)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.443.047	531.356	3.090	1.294.039
	(1.341.475)	208.862	(350.780)	257.096
Sendo :				
Superávit	321.317	208.862	-	257.095
Déficit	(1.662.793)	-	(350.780)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	321.317	208.862	-	256.197
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	-	-	898
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(1.662.793)	-	(350.780)	-
Contribuições Efetuadas	242.344	-	44.515	231
Receita (Despesas) Reconhecidas (Nota 30)	(226.201)	(62)	(34.044)	(465)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(949.088)	(10.989)	(140.467)	(684)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(1.454.472)	(36.247)	222	(174.189)

	Consolidado 31/12/2012			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(18.639.407)	(340.074)	(415.087)	(1.273.782)
Valor Justo dos Ativos do Plano	15.768.430	551.391	3.221	1.560.096
	(2.870.977)	211.317	(411.866)	286.314
Sendo :				
Superávit	296.462	211.317	-	286.314
Déficit	(3.167.439)	-	(411.866)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	296.462	200.267	-	284.499
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	11.050	-	1.815
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(3.167.439)	-	(411.866)	-
Contribuições Efetuadas	135.949	-	42.584	-
Receita (Despesas) Reconhecidas (Nota 30)	(139.302)	-	(35.937)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.432.446)	-	(191.081)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.460.188	64.500	287	349.393

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 31/12/2013			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Experiência do Plano	102.711	(77.254)	(11.095)	(7.831)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.154.270	81.663	61.771	266.376
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	8.912	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	4.256.981	13.321	50.676	258.545
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	(2.758.047)	(36.994)	(62)	(309.925)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(2.758.047)	(36.994)	(62)	(309.925)

	Consolidado 31/12/2013			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Experiência do Plano	104.340	(77.870)	(11.095)	(7.831)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.206.018	81.898	61.771	266.376
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	9.059	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	4.310.358	13.087	50.676	258.545
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	(2.831.224)	(37.342)	(62)	(309.925)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(2.831.224)	(37.342)	(62)	(309.925)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duration (em Anos)
Banesprev Plano I	12,66
Banesprev Plano II	11,86
Banesprev Plano III	8,66
Banesprev Plano IV	16,70
Banesprev Plano V	9,42
Banesprev Pré-75	10,17
Sanprev I	7,15
Sanprev II	17,87
Bandeprev Básico	10,07
Bandeprev Especial I	7,54
Bandeprev Especial II	7,47
SantanderPrevi	7,63
Meridional	7,27

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2013 foram de R\$63.714 (2012 - R\$62.975) no Banco e R\$65.916 (2012 -

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: para o plano de assistência médica Aposentadoria SantanderPrevi, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013		Banco 31/12/2012	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.842.701)	(487.957)	(6.543.871)	(489.799)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.319.363	138.065	5.341.239	131.793
	(523.338)	(349.892)	(1.202.632)	(358.006)
Sendo :				
Superávit	-	135.470	-	120.758
Déficit	(523.338)	(485.363)	(1.152.892)	(478.764)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	135.470	-	120.758
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(523.338)	(485.363)	(1.152.892)	(478.764)
Contribuições Efetuadas	46.548	20.701	44.741	69.861
Receita (Despesas) Reconhecidas	(110.519)	(43.103)	(23.759)	(49.467)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(547.963)	(110.923)	(1.241.487)	(126.726)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	593.539	6.509	1.145.960	12.723

	31/12/2013		Consolidado 31/12/2012	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.036.220)	(487.957)	(6.543.871)	(489.799)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.491.845	138.065	5.341.239	131.793
	(544.375)	(349.892)	(1.202.632)	(358.006)
Sendo :				
Superávit	-	135.470	-	120.758
Déficit	(544.375)	(485.363)	(1.202.631)	(478.764)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	135.470	-	120.758
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(544.375)	(485.363)	(1.202.631)	(478.764)
Contribuições Efetuadas	47.506	20.701	44.741	69.861
Receita (Despesas) Reconhecidas	(116.676)	(43.103)	(23.759)	(49.467)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(567.624)	(110.923)	(1.295.051)	(126.726)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(632.705)	6.509	1.145.960	12.723

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 31/12/2013		Consolidado 31/12/2013	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	25.275	(174.911)	12.290	(174.911)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.709.194	199.913	1.777.294	199.913
Mudanças em Hipóteses Demográficas	7.454	-	44.927	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.741.923	25.002	1.834.511	25.002
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Descon	(1.048.400)	18.397	(1.107.084)	18.397
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(1.048.400)	18.397	(1.107.084)	18.397

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duration (em Anos)
Cabesp	14,03
Lei 9656	41,25
Bandepe	15,08
Plasas	13,67
Clínica Grátis	11,92
Diretores Vitalícios	9,93
Circulares ⁽¹⁾	13,76 e 10,89
Seguro de Vida	9,02

(1) A duration 13,76 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,89 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Instrumentos de Patrimônio	2,10%	2,80%
Instrumentos de Dívida	96,30%	93,40%
Bens Imóveis	0,20%	0,50%
Outros	1,40%	3,30%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Banco/Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	11,2%	11,3%	8,7%	9,0%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	11,2%	11,3%	8,7%	9,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	N.D	N.D
Efeito sobre o valor Presente das Obrigações	724.088	(612.260)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em “Units”, onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (“Bônus”), após as deduções

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA		SOP 2013, PSP 2013	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP PI14 - PSP ⁽¹⁾	SOP 2014 ⁽²⁾
		% de Ações Passíveis de Exercício		
1°		100%	50%	100%
2°		75%	35%	75%
3°		50%	25%	50%
4°		-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP - 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binominal	Binominal	Binominal	Binominal
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Black&Scholes	Binominal
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 Anos	2 Anos	2,72 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 para o período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$14,07 (31/12/2012 - R\$14,07). Em 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$42.976 (2012 - R\$49.485) no Banco e R\$43.404 (2012 - R\$49.914) no Consolidado, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e uma despesa de R\$5.169 (2012 - R\$6.110) no Banco e R\$5.390 (2012 - R\$6.479) no Consolidado, referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$318 no Banco e R\$363 no Consolidado como despesa de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Quantidade de Ações	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2011	29.666.500					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(698.103)		2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(486.852)		2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	(7.759.571)	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(72.209)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	1.910.000		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(106.226)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.393.163)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	5.855.000	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	25.915.376					
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(971.238)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Exercidas (PI13 - PSP)	(324.760)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(86.465)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.352.431)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Opções Concedidas (SOP 2013)	12.240.000	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	31/12/2015
Opções Concedidas (PSP 2013)	2.456.000		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.197.255)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(24.997)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	35.654.230					
Plano SOP	4.903.767	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
PI14 - PSP	1.717.309		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
SOP 2014	15.559.406	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
SOP 2013	11.042.745	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2016
PSP 2013	2.431.003		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Total	35.654.230					

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários.Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12, o objetivo que determina o numero de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2011	1.670.701				
Opções Exercidas (PI12)	(137.299)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI12)	(403.907)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI14)	(59.373)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	1.070.122				
Opções Canceladas (PI13)	(14.209)	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Opções Canceladas (PI13)	(676.228)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	379.685				
Plan I14	379.685	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total	379.685				

Em 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$3.144 (2012 - R\$5.110) no Banco e R\$3.215 (2012 - R\$5.215) no Consolidado, referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander

f.3) Bônus Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações. O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (deferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 2 de junho de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas:

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas no valor de R\$9.763 (2012 - R\$15.942) no Banco e R\$11.317 (2012 - R\$16.972) no Consolidado.

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas no valor de R\$67.771 (2012 - R\$47.551) no Banco e R\$68.705 (2012 - R\$47.492) no Consolidado, referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$1.748 no Banco e R\$1.781 no Consolidado como despesas de

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas no valor de R\$1.118 (2012 - R\$881) no Banco e R\$1.193 (2012 - R\$895) no Consolidado.

34. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil segue o modelo do Banco Santander Espanha, que se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Em nossas operações, estamos expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam: o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio do Banco Santander.

- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração.

- Envolvimento da Direção nas tomadas de decisão.

- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;

- Decisões tomadas coletivamente, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (rentabilidade ajustada ao risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos, etc.;

- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão

- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias;

- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados; e

- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Banco Santander Espanha;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e
- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da Administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Na estrutura organizacional do Banco, a função de Riscos é representada por uma vice-presidência independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência do Banco, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e
- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Sua função é a de desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos e Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupados por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre dois segmentos de clientes: individualizados e clientes padronizados (gestão estandarizada).

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido e que preparará as análises, encaminhará ao Comitê e fará o acompanhamento da evolução do cliente; e

- Clientes com gestão padronizada (estandarizada): pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do Bacen e visando maximizar a criação de valor para os acionistas.

Do ponto de vista econômico, dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o Banco utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com a finalidade de obter uma maior precisão na gestão de risco e alocação de capital entre diversas unidades do Conglomerado Santander, permitindo uma avaliação de desempenho que considera os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Os planos de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de contingência (securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, etc.) necessário para atingir seus objetivos.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como Low Default Portfólios (Baixa probabilidade de inadimplência). Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Perdas e Custo de Crédito

O Banco estima periodicamente as perdas relacionadas ao risco de crédito e as compara com as perdas efetivas realizadas. Análises periódicas de controle são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido principalmente pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre gerenciamento de risco são apresentados a Administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do Conglomerado Santander. Simulações de situações de risco são realizadas para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente.

Todas as informações acerca da estrutura e procedimentos de gestão de risco são mantidas no Banco Santander à disposição do Bacen e demais reguladores. Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de

Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco, identifica o interesse do banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido no plano global de limites de riscos, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito. Esta área é formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado FEVE (firmas sob vigilância especial) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

No caso dos riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de

d) Controle de Risco

Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos “ratios” de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito

A Diretoria de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco nos segmentos Atacado e Varejo e reporta diretamente à Vice-Presidência Executiva de Riscos. As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso, que resultam em um Mapa de Responsabilidades. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Em faixas maiores de atraso e valores mais expressivos, inclusive segmento Atacado, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos ainda mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que são remunerados em função do êxito na recuperação de valores em atraso.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

São utilizadas ferramentas estatísticas como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos de clientes e traçar estratégias mais assertivas de recuperação. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes, ajustando os esforços de cobrança, visando à recuperação do negócio e a redução de custos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com menor probabilidade de pagamento são classificados como alto risco e recebem ações de cobrança mais intensas.

Os canais de atuação são definidos conforme mapa de responsabilidade, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor vencido - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias. Contatos diários via central de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, envio de cartas de cobrança, além de contatos através da rede de agências são ferramentas utilizadas para a recuperação de crédito. Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias com valores mais expressivos. São utilizadas agências externas e advogados para cobrar os clientes de alto risco. Essas agências recebem uma taxa de sucesso por valor recuperado.

Frequentemente são executados vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim de melhores oportunidades no mercado.

h) Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Engenharia Química e Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, enquanto os analistas financeiros do Banco avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. A experiência do Banco mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

i) Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

35. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado.

a) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, Atualmente Desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset ("Operação"), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos.

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim.

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Segregação das Participações em Sociedades que Prestam Serviços Complementares Àqueles Prestados por Instituições Financeiras

Com o objetivo de segregar as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado, foram efetuados os seguintes atos:

- Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços ("Cisão Parcial"), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander
- Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371.000, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. ("Santusa"), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e
- Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade TecBan detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de

c) Incorporação da Santander Consórcios pela Santander Brasil Consórcio

Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios ("Incorporada") pela Santander Brasil Consórcio ("Incorporadora") ("Incorporação") que foi aprovada em Reunião de Sócios da incorporada e incorporadora em 31 de julho de 2012.

A Incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da incorporada para o patrimônio da incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na incorporadora.

Em 30 de novembro de 2012, este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

d) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de
- Abertura de capital social da sociedade CFI RCI Brasil, na categoria "B", em 30 de agosto de 2012, cujo registro foi obtido junto à CVM em 27 de novembro de 2012.
- Incorporação da totalidade das ações de emissão da RCI Brasil Leasing pela CFI RCI Brasil, em 31 de maio de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil. Em 28 de agosto de 2012, este processo foi homologado pelo Bacen.
- Aquisição em 21 de janeiro de 2013 pela Webmotors S.A., de 100% do capital social da sociedade Idéia Produções.
- Cisão parcial da Webmotors S.A. em 30 de abril de 2013, com a redução do capital social da Webmotors S.A. e consequente constituição de uma nova sociedade, qual seja, Webcasas S.A.
- Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales.com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim a Carsales.com adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R\$180 milhões. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$119.961 referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales no seu capital social.
- Redução do capital social da Santander Leasing, em 4 de janeiro de 2013, no valor de R\$5 bilhões, sem alteração do
- Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Régimen Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Régimen Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

36. Evento Subsequente

Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR conta com os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). De acordo com o comunicado divulgado ao mercado no dia 7 de janeiro de 2014¹ tinham direito à Restituição de Recursos todos os detentores de ações ou Units do Banco na data base de 14 de janeiro de 2014, inclusive, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos a partir de 15 de janeiro de 2014. O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

Emissão de Notes

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norteamericanos, no valor equivalente a R\$6.000.000. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizadas pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal²: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível I serão perpétuas; (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal²: US\$1.247.713 equivalente R\$ 3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível II terão vencimento em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos semestralmente a partir de 29 de julho de

As Notes possuem as seguintes principais características comuns: (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 e em múltiplos integrais de US\$1,00 no que exceder tal valor mínimo; (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander (1) após o 5º aniversário contado da data de emissão das Notes, por iniciativa própria do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou (2) a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios; (c) Os créditos oriundos das Notes poderão ser conferidos como integralização de aumento de capital social do Banco com a consequente emissão de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco, na proporção necessária para compor Units, caso determinados eventos regulatórios definidos na Resolução CMN 4.192/13 sejam verificados, situação na qual o Banco promoverá um aumento do capital social, observado o direito de preferência a todos. O Banco Santander solicitará aprovação do Bacen para que as Notes passem a compor o Nível I e Nível II do patrimônio de referência.

Bonificação e Grupamento de Ações

Estima-se que o último passo do Plano de Otimização do PR - a bonificação de ações e ajuste na composição das Units e grupamento de ações - deverá ser levado à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2014.

(1) Informações relacionadas à US Record Date, à data de pagamento ou qualquer outra informação adicional poderão ser obtidas através do site: www.adr.com.

(2) Valores convertidos à cotação divulgada pelo Bacen em 27 de janeiro de 2014 de R\$2,4044 para US\$1,00

37. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$32.342.669 (31/12/2012 - R\$28.571.861) no Banco e R\$31.569.611 (31/12/2012 - R\$28.571.861) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$4.404.165 ⁽¹⁾ (31/12/2012 - R\$113.854.284) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$123.936.088 (31/12/2012 -

(1) A redução em relação a 31 de dezembro de 2012 é em decorrência da venda das operações de gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas conforme mencionado na Nota 35.a.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) No Banco e no Consolidado, os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.300.039 e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$224.752, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Banco/Consolidado		
	Receitas	Ativos	Receitas
	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a		01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Operações Ativas Vinculadas			
Operações de Crédito	406	7.126	1.273
Obrigações por Operações			
Ativas Vinculadas			
Depósitos	(402)	(7.126)	(1.327)
Resultado Líquido	4		(54)

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.638.941, sendo R\$687.726 em até 1 ano, R\$1.627.811 entre 1 a 5 anos e R\$323.404 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.239 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício de 2013 foram no valor de R\$714.195 (2012 - R\$620.542).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme clausulas contratuais e legislação em vigor.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES - Data-Base - 31/12/2013**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

a) Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de Pessoa Física (em unidades)

Banco Santander (Brasil) S.A.

CNPJ 90.400.888/0001-42

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Grupo Empresarial Santander, S.L. - CNPJ nº 06.164.067/0001-48 (*)	61.350.949.791	28,82	51.153.553.338	27,47	112.504.503.129	28,19
Sterrebeeck BV - CNPJ nº 09.473.556/0001-70 (*)	99.527.083.105	46,76	86.492.330.355	46,45	186.019.413.460	46,62
Santander Insurance Holding, S.L. - CNPJ nº 10.697.131/0001-23	206.663.606	0,10	22	-	206.663.628	0,05
Ações em Tesouraria	1.021.459.175	0,48	928.599.250	0,50	1.950.058.425	0,49
Outros (**)	50.735.576.077	23,84	47.627.902.186	25,58	98.363.478.263	24,65
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

(**) Inclui membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Funcionários.

Grupo Empresarial Santander, S.L.

CNPJ nº 06.164.067/0001-48

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	468.793.507	99,10	-	-	468.793.507	99,10
Santander Investment, S.A.	2.442.373	0,52	-	-	2.442.373	0,52
Santander Investment I, S.A.	1.787.400	0,38	-	-	1.787.400	0,38
Total	473.023.280	100,00	-	-	473.023.280	100,00

Sterrebeeck BV

CNPJ 09.473.556/0001-70

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	2.639.306	100,00	-	-	2.639.306	100,00
Total	2.639.306	100,00	-	-	2.639.306	100,00

Santander Insurance Holding, S.L.

CNPJ 10.697.131/0001-23

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	38.973.100	99,99	-	-	38.973.100	99,99
Santander AM Holding, S.L.	2.000	0,01	-	-	2.000	0,01
Total	38.975.100	100,00	-	-	38.975.100	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

Banco Santander, S.A.

Data base: 31/12/2013

Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON %	PN %	Total%
Chase Nominees Limited ^{(1) (2)}	5,73	-	5,73
State Street Bank & Trust Company ^{(2) (3) (4)}	6,29	-	6,29
Outros ⁽⁴⁾	87,98	-	87,98
Total	100,00	-	100,00

(1) Empresa com sede no Reino Unido.

(2) Empresa com sede nos Estados Unidos

(3) Sem participação na administração ou no controle do Banco Santander, S.A.

(4) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria que individualmente não detém mais de 1% ou mais de qualquer classe de ações.

O Banco Santander, S.A. é instituição financeira de capital aberto, com sede na Espanha, tendo suas ações negociadas em bolsas de valores. Seu capital encontra-se disperso, sendo que em 31 de dezembro de 2013 nenhum acionista possuía participações significativas. Ou seja, não há nenhum acionista detentor individualmente de mais de 3% do capital social do Banco Santander, S.A. Conforme mencionado no quadro acima, consta nos registros de participações acionárias do Banco Santander, S.A. as participações de Chase Nominees Limited, de 5,73% e State Street Bank & Trust Company de 6,29% . Entretanto tal participação não é detida individualmente por uma única pessoa, e sim, a participação total dos acionistas representados por esta instituição.

b) Posição dos Controladores, Administradores e ações em circulação (em unidades)

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2013						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	161.340.446.502	75,80	137.878.383.715	74,05	299.218.830.217	74,98
Administradores						
- Conselho de Administração	5.202.402	-	4.729.450	-	9.931.852	-
- Diretoria	44.292.327	0,02	40.265.752	0,02	84.558.079	0,02
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	568.882.490	0,27	517.165.900	0,28	1.086.048.390	0,27
Outros Acionistas	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00
Ações em Circulação	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2012						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	161.340.446.502	75,80	137.878.383.715	74,05	299.218.830.217	74,98
Administradores						
- Conselho de Administração	5.202.402	-	4.729.450	-	9.931.852	-
- Diretoria	44.292.327	0,02	40.265.752	0,02	84.558.079	0,02
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	568.882.490	0,27	517.165.900	0,28	1.086.048.390	0,27
Outros Acionistas	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00
Ações em Circulação	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., controladas e entidades de propósito específico ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, do Banco Santander (Brasil) S.A., suas controladas e entidades de propósito específico em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Ênfase sobre reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.b, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pelo Banco nas demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como os saldos em 31 de dezembro de 2011, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o IAS 8 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado ("DVA") mencionada na nota explicativa nº 41.j) como informações complementares, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Gilberto Bizerra de Souza
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 RJ 076328/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase sobre reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.k, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pelo Banco nas demonstrações financeiras, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, os valores correspondentes referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, bem como os saldos em 31 de dezembro de 2011, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro), homologado pelo Conselho Monetário Nacional através da Resolução nº 4.007, de 25 de agosto de 2011. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de janeiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do Conglomerado, e atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, a sociedade de capitalização.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade

dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias, interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos nas RCAs de 18 de março de 2013 e 26 de abril de 2013. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, a partir de leituras de documentos e informações que lhes são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entendem necessários. Reuniu-se, formalmente, em sessenta e sete ocasiões durante o segundo semestre de 2013 e em janeiro de 2014, para a condução dos seus trabalhos. As atas das reuniões, com seus anexos, são enviados para o Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria se reuniu com o Conselho de Administração em 29 de julho de 2013 e em 29 de janeiro de 2014. Em função da Política para Transações com Partes Relacionadas, avaliou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da venda da totalidade das ações de emissão da Santander Brasil Asset Management DTVM S.A., sociedade controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., concluída no final do segundo semestre de 2013. Da mesma forma, avaliou e recomendou ao Conselho de Administração, a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander, no âmbito do Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social da Companhia, objeto de comunicação ao mercado através de Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013.

Adicionalmente, o Coordenador participa como membro eleito do Comitê de Riscos do Conselho de Administração e como ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos Management e do Comitê Executivo de Produtos. O Comitê de Auditoria toma conhecimento dos resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedade de capitalização que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, tomou conhecimento do fechamento do segundo semestre de 2013 e do exercício de 2013, previamente às divulgações, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras.

IFRS - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisará as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse). O Santander divulgará, em 31 de março de 2014, as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas conforme o IFRS para atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.786/2009.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais e Diretoria Executiva de Capital e Controles Internos-SOX, principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. O Comitê de Auditoria verificou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Lei Sarbanes Oxley- SOX e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S.A., relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável e outros representantes da Auditoria Interna em cinco ocasiões durante o segundo semestre e em janeiro de 2014, e, em diversas outras oportunidades, mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2013, e verificou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar".

Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do relatório de auditoria ou revisões especiais trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09 e Lei Sarbanes Oxley- SOX. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se com ela, formalmente, em dez ocasiões no segundo semestre de 2013 e em janeiro de 2014. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2013; práticas contábeis, eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria analisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da proposta da Deloitte para realização de trabalhos relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2013. Da mesma forma, o Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela Deloitte, para realização de outros serviços, para verificação quanto à inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. Reuniu-se, ainda, com o sócio da Deloitte para apresentar o resultado da avaliação de desempenho da Auditoria Independente realizada pelo Comitê de Auditoria, conforme regulamentação em vigor.

Ouvidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições, os trabalhos executados no exercício de 2013, foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria. O relatório a ser encaminhado ao Bacen será apreciado em reunião agendada para fevereiro de 2014.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com a Diretoria de Riscos Operacionais sobre os processos de segurança nos canais de atendimento; (ii) com a Diretoria de Operações e Serviços para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; (iv) com a Diretoria de Compliance, sobre o Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas e aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro; (v) com a Diretoria de Finanças, com foco no processo de implantação dos requerimentos de Basileia, Relações com Investidores, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital; e, (vi) com a Diretoria Executiva de Risco de Crédito e Solvência, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos sobre atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander e, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria

São Paulo, 29 de janeiro de 2014

Celso Clemente Giacometti

Elídie Palma Bifano

René Luiz Grande – Coordenador

Taiki Hirashima – Especialista Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013, as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis, bem como as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2013:

Diretor Presidente

Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Carlos Alberto López Galán

Diretores Vice-Presidente Executivos

Carlos Rey de Vicente

Ignacio Dominguez-Adame Bozzano

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Manoel Marcos Madureira

Marco Antônio Martins de Araújo Filho

Oscar Rodriguez Herrero

Pedro Carlos Araújo Coutinho

Pedro Paulo Longuini

Diretores Executivos

Fernando Díaz Roldán

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Alberto Seiji Nomoto

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Eduardo Müller Borges

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Jamil Habibe Hannouche

Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez

Jean Pierre Dupui

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Mara Regina Lima Alves Garcia

Marcelo Zerbinatti

Marcio Aurelio de Nobrega

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Mauro Siequeroli

Miguel Angel Alberio Ocerin

Nilo Sérgio Silveira Carvalho

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sergio Antonio Borrielo
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Vanessa de Souza Lobato Barbosa
Wilson Luiz Matar

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013, as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis, bem como as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2013:

Diretor Presidente
Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Senior
Conrado Engel
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Carlos Alberto López Galán

Diretores Vice-Presidente Executivos
Carlos Rey de Vicente
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Manoel Marcos Madureira
Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodriguez Herrero
Pedro Carlos Araújo Coutinho
Pedro Paulo Longuini

Diretores Executivos
Fernando Díaz Roldán
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Alberto Seiji Nomoto
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Jamil Habibe Hannouche
Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez
Jean Pierre Dupui
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
Mauro Siequeroli
Miguel Angel Alberio Ocerin
Nilo Sérgio Silveira Carvalho
Nilton Sergio Silveira Carvalho

Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sergio Antonio Borrielo
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Vanessa de Souza Lobato Barbosa
Wilson Luiz Matar